



LAILA BRICHTA

**A BEM DA NAÇÃO:
literatura, associativismo e educação no Brasil e em
Angola (1930-1961)**

**Campinas
2012**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LAILA BRICHTA

**A BEM DA NAÇÃO:
literatura, associativismo e educação no Brasil e em
Angola (1930-1961)**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Doutor em História, na área de Concentração História Social.

Orientador: Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Laila Brichta

CPG, ___/___/___

**Campinas
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

B761b Brichta, Laila, 1974-
A bem da nação: literatura, associativismo e educação no Brasil e em Angola (1930-1961) / Laila Brichta. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Política e cultura. 2. Intelectuais. 3. Educação.
5. Brasil - História, 1930-1961. 6. Angola - História, 1930-1961.
I. Thomaz, Omar Ribeiro, 1965-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The good of the nation: literature, associations and education in Brazil and Angola (1930-1961)

Palavras-chave em inglês:

Politics and culture

Intellectuals

Education

Brazil - History, 1930-1961

Angola - History, 1930-1961

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Omar Ribeiro Thomaz [Orientador]

Muniz Gonçalves Ferreira

Patrícia Teixeira Santos

Rita de Cássia Natal Chaves

Lucilene Reginaldo

Data da defesa: 29/10/2012

Programa de Pós-Graduação: História

LAILA BRICHTA

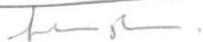
A BEM DA NAÇÃO: literatura, associativismo e educação no Brasil e em Angola (1930-1961)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA LAILA BRICHTA, ORIENTADA PELO PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAZ E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 29/10/2012.

BANCA


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz - orientador


Prof. Dra. Lucilene Reginaldo - DH/IFCH/UNICAMP


Prof. Dra. Rita de Cássia Natal Chaves - USP


Prof. Dra. Patricia Teixeira Santos - UNIFESP


Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira - UFBA

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes - DH/IFCH/UNICAMP

Prof. Dra. Ana Paula Palamartchuk - UFAL

Prof. Dr. Luiz Gustavo Freitas Rossi – USP

CAMPINAS
2012

Dedico este trabalho a todos os corajosos e sonhadores (especialmente aos mais admiráveis que conheço: Arno e Carmem)

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é feita de muitos encontros, sem dúvida. E a ideia deste trabalho surgiu de um primeiro encontro que me foi proporcionado por Flávio Gonçalves dos Santos, a quem sou muito grata por me ter apresentado a literatura africana. Ademais, sempre estive me estimulando e provocando intelectual e profissionalmente. Obrigada!

As reflexões que trago aqui foram desenvolvidas a partir de diálogos realizados em alguns espaços acadêmicos, principalmente na Unicamp, onde desenvolvi o doutorado, proporcionando-me conversas e trocas com alunos da turma de 2008 e com a Prof^ª. Silvia Lara e o Prof. Robert Slenes; e na UESC, universidade que promoveu a realização deste trabalho tanto por me conceder o afastamento necessário para a realização do doutorado pleno, quanto pelas trocas com alguns pesquisadores, especialmente com a Prof^ª. Kátia Vinhático Pontes, bem como pelas discussões e debates com alunos e no Grupo de Pesquisa e Estudo do Atlântico e da Diáspora Africana (GPEADA).

No programa de Pós-Graduação da Unicamp trabalhei com o Prof. Omar Ribeiro Thomaz, a quem agradeço carinhosamente pela orientação, pela confiança depositada e pelo estímulo para pesquisar uma partezinha do vasto continente africano, bem como por ter me apresentado a Prof^ª. Cláudia Castelo, que me orientou cuidadosamente em Portugal nos meses que estive pesquisando os arquivos no além-mar. Fica meu profundo agradecimento, pois sem suas colaborações certamente esse trabalho teria um resultado bem mais módico.

Agradeço profundamente a Prof^ª. Rita Chaves e ao Prof. Gustavo Rossi, que estiveram na banca de qualificação, realizando uma leitura preciosa do texto, criticando-o construtivamente, como se espera nessas ocasiões.

A CAPES pelos seis meses de bolsa em Portugal.

Pude contar com muitos amigos, que contribuíram com conversas sérias e frívolas, lágrimas e risos, ouvidos e falas. Gustavo Durão e Raquel Gryszczenko tornaram Campinas, em 2008, muito mais divertida e produtiva; Isadora Cajueiro Barros, Aline Areia

Mimoso, Gustavo Peres de Aguiar, Juliana Delmont, Carolina Barbosa alguns dos muitos amigos de Itacaré; Maria Manuel Marques (a Miucha), Letícia Fauri, Najla Lucrécia, Aldair Rodrigues, Jaison Crestani, Vanessa Riambau amigos da jornada em Portugal; Fernanda Thomas e Juarez Guimarães, dois grandes amigos encontrados em Lisboa e próximos desde então; Romari Martinez e Edleusa Garrido, amigas e companheiras de Ilhéus e de Salvador.

Pude desfrutar da amizade, da troca de ideias e de muitas conversas com minhas amigas Deborah Leanza e Endrica Geraldo, cúmplices de longa data, e também de Cristiano Ferreira: a vocês agradeço por serem meus amigos, por estarem perto, mesmo quando longe.

Sou muito orgulhosa de minha família e agradeço a meu pai, Arno Brichta, sempre incentivando e acreditando, acreditando que tudo é possível. É o maior dos sonhadores, e que teve coragem de viver como quis e como quer! Maurício Brichta e Vladimir Brichta, meus irmãos, meus queridos, dois obstinados que sempre deram exemplos de amizade, de caráter e de perseverança, e quase nunca perderam a doçura! Carmem Barros, minha mãe, sempre apoiando e defendendo, corajosa como ela só e com uma vida repleta de realização de sonhos.

Ganhei nessa vida um irmão para meu filho, Flávio Gonçalves dos Santos Filho, a quem agradeço por sempre ter tornado a casa muito mais alegre e cheia de vida.

Agradeço a Caio Brichta Gonçalves, meu filho, com quem aprendo constantemente a sonhar mais, a trabalhar menos, a imaginar sempre e a amar infinito.

Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa discute o universo da produção de alguns intelectuais, especialmente Jorge Amado e Óscar Ribas, e de algumas associações, principalmente a Liga Nacional Africana e a Frente Negra Brasileira, notando suas ações para a elaboração de uma sociedade mais justa para parcelas da população excluídas dos projetos oficiais dos Estados, tanto no Brasil quanto em Angola entre os anos de 1930 e 1961. Consideraram-se as especificidades das formações históricas no Brasil e em Angola com o objetivo de iluminar dois universos distintos, buscando diferenças e semelhanças nas suas respectivas formações socioeconômicas e políticas. Objetivou-se conjecturar sobre o processo de constituição das identidades e de sentimentos de pertencimento nacional na contemporaneidade brasileira e angolana/portuguesa. Notou-se que a literatura e o associativismo foram alguns dos espaços para a elaboração desses sentimentos e dos projetos nacionais, bem como a educação – preferencialmente obrigatória, gratuita e universal – configurou-se na principal proposta dos grupos e sujeitos aqui analisados.

ABSTRACT

The present study examines, based on the reality of Brazil and Angola, the body of work published between 1930 and 1961, of Jorge Amado, Óscar Ribas, the Liga Nacional Africana and the Frente Negra Brasileira among others. It focuses on the concerns of the authors in shaping a just society for the excluded from the government projects. The distinctive attributes of the historical formation of Brazil and Angola were put into perspective to shed light on two different universes, aiming at differences and similarities of their respective socio-economic and political formation. The aim is to theorize about the process of the identity creation and of sense of national belonging in the Brazilian and Angolan/Portuguese contemporaneity. It was observed that literature and associations were part of the domains used in the formation of national feeling and national projects. Furthermore, that the educational system - compulsory, free and universal - became the main concern of the associations and authors analyzed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO I	
LITERATURA:	
Brasil e o universo literário em Angola: Jorge Amado e Óscar Ribas-----	11
1. Literatura e nacionalismo no século XX -----	13
2. Jorge Amado na história da literatura brasileira-----	23
3. Discursos sobre região e cultura popular no Brasil de Jorge Amado-----	31
4. Óscar Ribas na literatura angolana-----	55
5. Língua e cultura: uma análise da obra poética de Óscar Ribas -----	65
6. Conclusão -----	81
CAPÍTULO II	
ASSOCIATIVISMO:	
Movimentos em Angola e um contraponto com o Brasil -----	85
1. Colonização e associativismo em Angola -----	87
2. Nacionalismo e a Liga Nacional Africana -----	107
3. Raça, racismo e associativismo em Angola -----	119
4. Alguns movimentos associativos afro-brasileiros-----	133
5. Conclusão -----	148
CAPÍTULO III	
EDUCAÇÃO:	
Sistema de ensino e propostas educacionais em Angola e no Brasil -----	153
1. Política de estado e a instrução escolar em Angola -----	155
2. O sistema de ensino em Angola -----	186
3. Bolsas de estudo a formação da elite nativa angolana -----	201
4. Brasil: Estado, educação e transformação social -----	215
5. Instrução como levantamento moral e intelectual-----	228
6. Conclusão -----	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	255

INTRODUÇÃO

“Era dia de exame na aldeia e a tia Guiça, nunca sentira, como naquela manhã, – um desassocego tão grande, - inquieta com o resultado do exame do «seu» Joaquim. Vestiu-o ela própria com carinho enlevada como nos primeiros tempo... O irmão dela emprestou o relógio e acorrente e o «seu» Joaquim estava um amor. Foi ela própria acompanhá-lo a escola. Ia radiante, feliz... Quando chegaram já os exames tinham começado. A sala estava repleta de alunos e suas famílias. Como não havia lugares, a maior parte das mulheres estava assentada no chão. Tia Guiça, empurrou, furou e lá conseguiu um lugar no fundo da sala. Na mesa do júri, o inspector, ladeado pelas professoras, examinava um menino, que lia, atarantado, vermelho... O inspector fez um reparo. A professora, confusa, tentou desculpá-lo: - «coitadinho; cresce-lhe água na boca...» E logo o inspector ligeiramente agastado: «Ai cresce? Meta-lhe uma bomba» A seguir foi chamado o menino Joaquim. O coração de tia Guiça acelerou-se numa emoção toda feita de orgulho e inquietação. O «menino» Joaquim levantou-se. Ia enfiado, medroso, enrolando no dedo, com gestos nervosos, a corrente que trazia pendurada na algibeira. O inspector quis anima-lo e galhofou: - «Oh seu pimpão! De corrente de ouro, hein!» O «menino» Joaquim corou até às orelhas, e não sabia o que responder... Então a mãe, lá do fundo da sala, toda vaidosa gritou, numa voz esganiçada: «Di-le qu’ê du teu chenhor tiu...que la trouche do Brasil»¹

Esse conto foi reproduzido no periódico *Angola: revista de estudo, doutrina e propaganda instrutiva* em 1934 e nos apresenta algumas questões que chamam a atenção, como o sistema instrutivo, a educação escolar, a língua portuguesa e o colonialismo em Angola. Os estudantes, os familiares, as professoras e o inspetor que surgem no conto parecem facetas da sociedade colonial e trazem marcas da relação de poder entre colonizadores e colonizados que instigam um leitor curioso. Além disso, o Brasil aparece nesse conto simbolicamente como um lugar dourado e de fortuna, indicando fazer parte da história dos angolanos também na contemporaneidade.

A presença de imagens e aspectos do Brasil em Angola no século XX começou a ser descortinada para mim quando me deparei com uma passagem em *A Geração da Utopia*, romance de Pepetela, em que o personagem Horácio, o poeta da Casa dos Estudantes do

¹ JOP. “Um exame na aldeia” In: *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Ano I, 1934, nº. 5 a 11 p.18 (grafia e a forma gramatical encontram-se no original. Optei por manter em toda a tese tal qual encontrei nos documentos consultados).

Império, explanava sobre a “irrefutável influência do modernismo brasileiro nos escritores angolanos” dizendo:

“Vê o livro do Viriato da Cruz. Ele marca a ruptura definitiva com a literatura portuguesa. Utilização da voz do povo, na língua que o povo de Luanda usa. Já não tem nada a ver com tudo o anterior, em particular com os portugueses. A literatura à frente, a expressar o sentimento popular de diferença. Os brasileiros fizeram isso há trinta anos.”²

A partir daí fui seguindo pistas deixadas, inicialmente, pela literatura, pistas que me indicavam uma relação no campo da cultura entre Brasil e Angola no século XX, relação que revelava influências, presenças e semelhanças. Mas também começava a notar as diversidades das histórias nacionais indicadas pela literatura angolana, que trazia temáticas específicas e distantes da realidade brasileira, como a guerra de libertação nacional. Outro assunto que percebi foi a questão complexa do uso da língua portuguesa e das línguas autóctones, como o quimbundo. E foi através das línguas africanas que cheguei ao escritor Óscar Ribas, renomado folclorista angolano que também fazia referências à relevância e ao impacto do universo literário brasileiro e, especialmente, do escritor Jorge Amado no continente africano. Foi assim, com essa circularidade de ideias e de obras literárias que me deparei com meu conterrâneo Jorge Amado.

Também foi através de Óscar Ribas que descobri a Liga Nacional Africana, uma associação cultural de Luanda, criada em 1930, pois o autor escreveu um livro chamado *Izomba: associativismo e recreio*, obra que pretendeu delinear o associativismo existente em Angola, abordando seus vários tipos e finalidades.³ Esse livro abriu para mim as asas da imaginação historiográfica, pois me apresentou o associativismo angolano, que eu desconhecia por completo. Foi com a investigação das associações culturais em Angola que percebi a relevância política da Liga Nacional, que editava o periódico *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*, onde foi publicado o conto que abre este trabalho, assinado por alguém sob o pseudônimo JOP.

E assim me vi envolvida em uma pesquisa sobre a importância da educação para sujeitos como “«seu» Joaquim”, um personagem oriundo da classe mais baixa da sociedade

² Pepetela. *A Geração da Utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.89.

³ Óscar Ribas. *Izomba: associativismo e recreio*. Luanda: Tipografia Angolana, 1965.

colonial, inventado e reproduzido em um canal de comunicação de uma classe social intermediária, tendo como referência a existência da classe mais alta em Angola, composta basicamente pelos portugueses.

O trabalho que se segue teve por objetivo primeiro investigar a produção literária de alguns intelectuais e o associativismo de alguns grupos sociais e, em segundo, analisar suas ações voltadas para a educação no Brasil e em Angola entre os anos 1930 e 1961. O olhar comparativo que permeia o texto teve por premissa que a história comparada busca mais do que traços comuns e estruturais gerais, como enunciado por Emile Durkheim.⁴ Primordialmente, foram observados mecanismos de funcionamento de sociedades que não podem ser tomadas como análogas, procurando notar suas especificidades e correlacionando-as, buscando observar, primordialmente, nas palavras de Haupt:

“mecanismos de funcionamento de diferentes sociedades em sua importância respectiva e se volta para casos diversos em busca de explicações mais substanciais para problemas ou informações tão estranhos que podem subverter a conceituação habitual.”⁵

Considerando as especificidades de cada processo histórico, a investigação que lança luz em dois universos distintos, como Brasil e Angola, busca “ilustrar as diferenças e semelhanças entre as formações socioeconômicas”⁶ diversas para, ao fim, refletirmos sobre o processo de constituição das identidades e de sentimentos de pertencimento nacional na contemporaneidade, considerando os sujeitos atuantes desses processos e os métodos por eles adotados. Angola era um território sob dominação colonial, estratificado por uma doutrina racista que dividia juridicamente a população a partir de dois códigos civis. Brasil era uma nação soberana, com um racismo que já não aparecia na legislação liberal do Estado, legislação que submetia todos os indivíduos a uma situação de igualdade constitucional. Propondo confrontar o que parece, inicialmente, duas situações jurídicas incomparáveis remeto a Marcel Detienne que sugere que devemos criar os campos de

⁴ Ver a discussão em Haupt Heinz-Gehard. O lento surgimento da história comparada. In: Dominique Julia e J. Boutier (org.) *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998.

⁵ Idem, *Ibidem*, p.212.

⁶ Robert Sean Purdy. “A História Comparada e o desafio da transnacionalidade” em *Anais do VII encontro Internacional da ANPLHAC*, 2007, Campinas.

análise comparativa, confrontando *mecanismos de pensamento*.⁷ Assim, notaremos que nas duas sociedades aqui enfocadas se elaboraram mecanismos para tentar compor a coletividade de uma forma mais justa para as camadas mais baixas, mecanismos sugeridos e executados muitas vezes por indivíduos e organizações vindas dessas mesmas camadas. Investigando as várias culturas como elas se compreendem nos permite compreendê-las entre si o que, ainda indica Detienne, nos estimula a aprender a viver com mais respeito pelos outros, aumentando o nosso conhecimento sobre os direitos sociais.⁸ Esse é o sonho que embala minha prática como historiadora.

Os marcos cronológicos dessa pesquisa foram definidos em função da publicação de dois relevantes documentos da legislação portuguesa, o *Ato Colonial*, em 1930, e a revogação do *Estatuto Político, Civil e Criminal do Indígena de Angola, Moçambique e Guiné*, em 1961. O *Ato Colonial* foi um documento que regulamentou a colonização portuguesa após a fim da primeira república, tornando-se texto constitucional em 1933. A partir deste momento, Portugal passou a melhor definir sua política colonial, aplicando-a através de uma série de medidas econômicas e sociais. O principal normatizador da sociedade, porém, era a existência de um direito civil específico para os naturais das colônias, estabelecido anteriormente, em 1926, quando decretado o *Estatuto Político, Civil e Criminal do Indígena*, que limitava os nativos angolanos quanto ao usufruto de certos benefícios da sociedade europeia, ao tempo que buscava justificar moralmente a dominação portuguesa. Com a revisão do direito civil, em 1961, uma nova etapa se iniciou nas relações entre as províncias ultramarinas e a metrópole portuguesa, condicionadas então pela explosão da guerra de libertação nacional africana.

O ano de 1930 também foi definidor para o Brasil, quando se colocou termo à primeira república, iniciando-se uma nova uma fase para o país que caminhava para um nacional-desenvolvimentismo, que ditou regras políticas e econômicas. Foi neste ano, também, que o governo provisório comandado por Getúlio Vargas criou o Ministério da Cultura e Saúde Pública, responsável a partir de então pelos programas de educação do Estado. Durante a primeira metade do século XX, o Brasil manteve sua agenda de relações

⁷ Marcel Detienne. *Comparar lo incomparable: alegato em favor de uma ciencia histórica comparada*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 2001.

⁸ Idem, *Ibidem*, p.61.

externas distante do continente africano, preferindo estabelecer e manter acordos com as potências europeias, dentre as quais algumas eram metrópoles coloniais, como Portugal. Mas o ano de 1961 também foi emblemático para o Brasil, pois foi quando o governo de Jânio Quadros lançou a Política Africana, indicando a intenção de estabelecer aproximações econômicas com o continente africano. Essa diretriz para as relações externas brasileiras não foi concretizada naquela altura, dada a renúncia do presidente e a instauração, poucos anos depois, da ditadura militar, que deu novos rumos ao país.

No Brasil e em Angola, dentro destes marcos de 1930 e 1961, foi realizada uma série de atividades organizadas em espaços diversos da sociedade, atividades voltadas para a reflexão sobre a Nação e os nacionalismos, propondo alternativas para a construção da sociedade incluindo as parcelas da população excluídas dos projetos oficiais dos Estados brasileiro e português. A literatura e o associativismo foram alguns desses espaços e a educação obrigatória, gratuita e universal foi, talvez, a principal proposta dos grupos e sujeitos aqui analisados.

A Liga Nacional Africana (LNA) publicava o periódico *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva* pesquisado de 1933, ano de sua criação, até 1961. Foi a fonte principal de acesso às posições, reivindicações e ações realizadas pela associação para o caso de Angola. Em complementação foi avaliada a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), movimentos organizados por afro-brasileiros durante, mais ou menos, o mesmo período.

Para Angola, foi realizada a confrontação entre os discursos dos membros da LNA e de alguns literatos com o discurso colonial oficial, percebido na documentação do Estado e nos textos doutrinários da colonização. Bem se sabe que o discurso oficial português esteve bastante distante da prática dos colonos e oficiais da administração na África, mas foi buscando o discurso do Estado para suas províncias ultramarinas, textos ricos em promessas que beneficiariam seus habitantes naturais, que os nativos se pautaram para pleitear, solicitar e, por fim, exigir mudanças. Para o Brasil essa confrontação não foi realizada de modo tão evidente e didática, por se tratar de uma época e de um recorte temático bastante pesquisado, tanto do ponto de vista do discurso do Estado, quanto dos movimentos negros e dos estudos literários. Optei, portanto, por uma análise do significado

das propostas das associações e dos escritores diante do quadro das ideias de nação, lembrando que o nacionalismo fez parte da pauta de reordenação geopolítica do mundo desde o final do século XIX.

Contudo, minha intenção não foi discutir precisamente o nacionalismo. Se assim fosse, teria optado por ter marcos cronológicos mais remotos para o caso do Brasil e mais recentes para Angola. O nacionalismo está presente como um grande paradigma, que foi amplamente utilizado pelo Estado português e brasileiro como um discurso que justificava políticas de construção de uma identidade coletiva, mas que também matinha uma significativa parcela da população explorada ou excluída dos processos de decisão política. O apelo ao sentimento de pertença nacional e de compromisso com o crescimento de uma Nação acabou por ser adotado como um discurso de diversos intelectuais que iam se colocando ou contrários à política oficial do Estado, ou apenas críticos a essas políticas. Posto que essas políticas não beneficiassem a coletividade de origem destes intelectuais ou que eles procuravam representar, a ação destes indivíduos ficou marcada pela proposição de algumas mudanças sociais.

Meu intento foi o de pensar a partir de uma repetida proposta de Nação – que evocava tanto no Brasil quanto em Angola um sentimento nacionalista e patriótico (para o caso angolano se tratava da Nação portuguesa) – a ação intelectual, abordada a partir da escrita literária e jornalística, e o papel de organizações associativas de caráter político e social na construção de propostas alternativas aos projetos nacionais hegemônicos.

Como já havia começado a indicar acima, não pretendi fazer uma clássica história comparativa, no modelo enunciado por Marc Bloch, que pressupunha a existência de duas sociedades contemporâneas, vizinhas e análogas, objetivando o estudo das nações.⁹ Nem tão pouco uma história nos moldes dos estudos transnacionais. Pois na verdade não pretendi comparar o Brasil com Angola no século XX, a partir de dois processos históricos que certamente possuem similaridades e especificidade. Pretendi observar, com a análise de situações que ora se assemelhavam e ora não, como indivíduos de uma determinada elite ou das massas populares participaram do processo político de suas nações, mesmo em

⁹ Marc Bloch. “Por une histoire compare des sociétés européennes” em *Reveu de Synthèse Historique*, n.º. 6, 1928.

condições que lhes eram adversas. De que forma essa participação ocorreu? Incidiu através, especialmente, do campo da cultura, com a produção de letras, artes, textos políticos e através de ações das associações de caráter cultural.

A ideia de investigar a ação intelectual também no Brasil partiu do momento em que percebi o quanto a história desta nação fazia parte da história que se construía em Angola no século XX. Os dois territórios estão orbitando, desde o século XVI, no mesmo sistema político e econômico, e suas memórias históricas estão fortemente interligadas e alimentadas por um discurso de aproximação cultural reiteradamente mantido. Isso eu pude verificar em Angola para o período pesquisado, na insistente busca pela história brasileira, que pelo ponto de vista dos nativos africanos passava pela valorização dos negros e pela questão racial, e pelo ponto de vista do Estado passava, a partir da década de 1950, pelo lusotropicalismo e seu discurso da *integração*. Voltar meu olhar para o Brasil e inseri-lo na pesquisa foi um desdobramento da primeira fonte pesquisada, a literatura angolana, como já indicado tanto pela leitura de Pepetela quanto de Óscar Ribas e ainda de contos como o de JOP, reproduzido acima.

Os escritores angolanos são universais em afirmar a importância da literatura brasileira na formação das letras em Angola e para a composição do perfil adotado de parte dos literatos angolanos a partir dos anos 1930. E dentre as razões dessa importância está o impacto da literatura modernista brasileira, com destaque para os chamados romances nordestinos. Se a obra de Jorge Amado atravessou o Atlântico pelo vínculo do autor com o Partido Comunista, que sempre fora internacionalista, ou se foi pela qualidade literária e temática de seus livros, eu não me detive em averiguar. Mas que sua presença, através de seus enredos e histórias, foi marcante, isso já é mais do que afirmado, como pelo próprio Óscar Ribas:

“Eu fui bastante influenciado, de princípio, pelo Jorge Amado e o Érico Veríssimo, mas mais pelo Jorge Amado... E então, o que é que aconteceu? Eu li uma série de livros dele, adoptei aquele sistema dele – sabe que o Jorge Amado apresenta os factos e, no meio da narrativa, da acção, apresenta a explicação e depois reata... e eu fiz assim...”¹⁰

¹⁰ Óscar Ribas entrevista a Michel Laban. *Angola: encontro com escritores*. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, s/d, I vol., p. 28.

Esses foram os dois intelectuais que selecionei para me aproximar da articulação de propostas de alcance social vindo de indivíduos que empunhavam uma pena. Ribas e Amado foram dois intelectuais representativos de uma época, mas com histórias de vida e compromissos políticos bem diversos. Foram eles também que eu encontrei publicando variados artigos em diversos periódicos comerciais e particulares. Amado publicou artigos jornalísticos, ensaios, crônicas e críticas em diversas revistas do país. Ribas publicou especialmente contos, apresentando como principal marca um caráter etnográfico, pelo qual ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais. Contudo, enquanto Amado se colocou contrário ao governo brasileiro liderado por Getúlio Vargas, tendo sido um comunista militante, Ribas se manteve o mais que pode distante das questões políticas partidárias, sendo visível seu empenho em reforçar um patriotismo lusitano. As histórias pessoais de cada autor não foram objetivadas neste trabalho, mas, sim, os possíveis significados de suas obras para projetos de desenvolvimento nacional.

Chamou-me especial atenção a relevância da educação e da instrução que os nativos angolanos reivindicavam. Isso coincide com a pauta dos movimentos associativos no Brasil no mesmo período, uma vez que a Educação foi uma questão evocada pelo nacionalismo como uma forma de criar identidade e sentimento unitário. A instrução formal, limitada a poucos nas colônias portuguesas, configurou-se em um passaporte para os nativos negros e mestiços pleitearem os benefícios da civilização ocidental e os privilégios dentro do sistema colonial. Até 1961 a principal vantagem seria alcançar os critérios para assimilação jurídica, que elevava o "indígena" à condição de cidadão português, liberando-o da ameaça do trabalho obrigatório, mantido até o ano de 1962. Para o caso do Brasil, que apresentava uma constituição liberal e um único código civil, a instrução aumentaria substancialmente as chances dos mais pobres e marginalizados combaterem o preconceito racial mediante sua capacitação técnica e profissional.

Pude notar que a ação intelectual no Brasil e em Angola no século XX voltava-se para a construção de um projeto político nacional e apontava a educação como o principal meio para o desenvolvimento da nação brasileira e portuguesa/angolana. As associações de cunho social e a produção no campo da literatura formaram espaços onde se travaram as

lutas por emancipação política, tendo havido um fluxo grande de influências do Brasil em Angola no período dos nacionalismos.

Essa pesquisa está disposta em três capítulos. No primeiro pesquisei e trouxe as literaturas e a ação dos intelectuais, especialmente Jorge Amado e Óscar Ribas, pensando em suas críticas e nas proposições de projetos sociais para o Brasil e para Angola.

No segundo capítulo abordei as associações culturais que apresentavam um caráter político social, como a Liga Nacional Africana, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Busquei analisar suas propostas e ações para a construção de projetos no Brasil e em Angola, tendo como base a questão racial em voga naquele momento.

No terceiro capítulo, investiguei a educação como o principal meio para a mudança social pleiteada pelos nativos angolanos e pelos brasileiros. A ação dos intelectuais e das associações na construção de discursos que apresentavam a instrução formal como uma das vias para a mudança social, tendo como paradigma o discurso da construção ou o fortalecimento da nação, foi analisada pra Angola e para o Brasil no período selecionado.

Há que se notar de antemão que em Angola os intelectuais e os associados da Liga Nacional Africana (LNA) eram os filhos da elite nativa local, elite que entrou a partir da década de 1930 em franco processo de empobrecimento, levando muitos a se mobilizarem em associações de natureza diversa, utilizando seu conhecimento da cultura e da língua escrita portuguesa para produzir uma literatura e um jornalismo críticos. Diversamente, não se pode dizer que no Brasil os associados da Frente Negra Brasileira (FNB) e do Teatro Experimental do Negro (TEN) eram da elite econômica ou social, uma vez que eram originariamente dos extratos mais baixos da sociedade. De uma forma ou de outra, tanto no Brasil como em Angola, os atores sociais enfatizados aqui deixaram registros literários e jornalísticos e será a partir desta produção impressa, nos espaços dos periódicos das associações e da literatura, bem como dos trabalhos bibliográficos sobre eles, que esta pesquisa está assentada.

CAPÍTULO I

LITERATURA: Brasil e o universo literário em Angola: Jorge Amado e Óscar Ribas

“A vocação própria do intelectual é de situar os problemas essenciais que orientam os destinos do público de seu tempo. Os acontecimentos do século que vivemos são de tal modo rápidos e apaixonantes que a consciência de cada intelectual se encontra dia a dia engajada em definir uma posição. Acontecimentos que se colocam no plano humano, social ou político – três aspectos da cultura. Daí o sentimento de responsabilidade actuante de todos nós que manejamos uma pena” (Andrade, 1958, p.7)

1. LITERATURA E NACIONALISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O escritor brasileiro Jorge Amado, nascido em 1912 na fazenda Auricídia em Ferradas, atualmente município de Itabuna, começou sua carreira literária na década de 1930 e sua produção teve grande impacto entre os angolanos, e nos países africanos de língua portuguesa de modo geral, considerado de significativa relevância para o desenvolvimento da literatura nesses países. Essa influência nos é revelada por diversos escritores africanos, como Óscar Ribas, contemporâneo de Amado, nascido em Luanda em 1919. Mais importante no momento do que observar a influência da literatura brasileira na formação da literatura angolana, tema tratado há algum tempo pela área da literatura comparada no Brasil, é analisar dois casos de autores envolvidos com as questões políticas contemporâneas e que, através de suas atuações profissionais, veicularam posições ideológicas e por vezes questionamentos e críticas sociais. Nessa análise de um autor brasileiro e outro angolano, em que há uma relação de influência e inspiração de ideias, objetiva-se ressaltar como o pensamento político ocorre intercalado nas manifestações da cultura de uma sociedade, chegando às vezes a ser precedido por este campo. Partindo da ideia de que na cultura há sistemas de significações envolvidos nas mais variadas formas de atividade social,¹¹ é possível analisar como no Brasil e em Angola alguns produtores de cultura tentavam dialogar com as camadas economicamente intermediárias e baixas da sociedade, mesmo quando não se originavam desses extratos.

Durante as primeiras décadas do século XX a literatura escrita angolana foi limitada em quantidade de obras produzidas, pois germinava e se desenvolvia restrito a uma parcela pequena da população.¹² Pode-se explicar a então pouca produção literária escrita angolana por algumas questões, como pelo caráter ágrafo das línguas africanas locais, que produziam uma literatura dentro do vasto campo da oralidade¹³. Ademais, havia uma relação intrínseca

¹¹ Para uma noção de cultura ver Raymond Willians. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.10/13.

¹² Carlos Erverdoza. *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1975; Pires Laranjeiras. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, p.174 .

¹³ Sobre a utilização da *oralidade* como forma política de produzir arte, memória e história em países africanos dominados pelo colonialismo europeu do século XIX e XX, ver Boubakary Diakit . *De la page d'écriture Du mythe de l'ancêtre rebelle: La problématique de l'écrit et de la parole dans romans*

entre literatura e a língua portuguesa, língua em que se escrevia em Angola, dominada por uma parcela muito pequena da população – basicamente os colonos europeus e a chamada elite nativa angolana – sendo a grande maioria da população analfabeta e, por vezes, sem sequer dominar o português falado.¹⁴

Entende-se por elite nativa angolana o grupo formado por negros ou mestiços “civilizados”, estes últimos possuindo uma origem europeia, em geral portuguesa, desfrutando de uma posição social e econômica relativamente favorável, ocupando cargos intermediários na sociedade colonial, por vezes de poder. Contrapunham-se aos designados juridicamente por “negros indígenas”, também simplesmente de “indígenas” ou “pretos”, desprovidos de qualquer privilégio social. Os “indígenas” foram definidos, desde o século XIX, como aqueles que viviam de acordo com os usos e costumes tradicionais africanos, ou seja, sem praticar a religião cristã, não utilizando o português como língua franca e sem portar os sinais diacríticos do modo de vida ocidental. A elite nativa era um grupo intermediário entre os denominados “indígenas” e os brancos portugueses, por isso culturalmente era mestiço, quando não o era também racialmente, uma vez que suas raízes remetem ao comércio transatlântico de escravo, comércio este praticado por africanos, portugueses e brasileiros, mantido entre os séculos XVI e XIX.¹⁵

A quantidade limitada de escritores e de obras escritas em Angola, até a primeira metade do século XX, não comprometeu, todavia, nem a qualidade desta produção muito menos seus impactos e significados. Encontram-se, entre as primeiras produções literárias, trabalhos etnográficos, romances, poesia, prosa lírica e verdadeiros tratados abordando os anseios sociais e, por vezes, políticos da população dominada pelos portugueses que paulatinamente intensificava um sistema de exploração em moldes coloniais. É neste contexto que se origina o romance angolano, com um forte componente político e social.¹⁶

fancophone ouest africain. Tese de Doutorado, Department of French Studies, Louisiana State University, 2003.

¹⁴ Para uma discussão da adoção da língua do colonizador pelos países africanos ver Pires Laranjeiras, op. cit.; Kwame Anthony Appiah. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, contraponto, 1997; Franz Fanon. *Pele Negra, Máscara Branca*. Rio de Janeiro, Fator, 1983.

¹⁵ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

¹⁶ Rita Chaves. *A formação do romance angolano: entre intenção e gestos*. São Paulo, Coleção Via Atlântica, 1999.

A primeira geração de escritores nativos angolanos data do fim do século XIX cujo representante maior fora Joaquim Dias Cordeiro da Matta.¹⁷ Naquele momento os escritores desenvolveram sua atividade literária principalmente, ou quase exclusivamente, através da imprensa periódica, que havia se iniciado em 1845 com o primeiro jornal angolano, criado pelo governo de Lisboa e denominado *Boletim Oficial*.¹⁸ Óscar Ribas vai surgir na cena literária em 1927 e começar a se destacar somente a partir da década de 1930, firmando-se como um intelectual que, tendo se inspirado nos relatos etnográficos de figuras como o missionário oitocentista Héli Chaterlain, passou a analisar a realidade que o cercava por meio deste tipo de abordagem. Fez uma literatura etnográfica, registrando o que se denominava de folclore angolano, encontrando nessa forma narrativa, como veremos, um meio de tecer algumas críticas à sociedade moderna que se desenhava, apontando problemas sociais e comportamentais dos nativos angolanos que, segundo o autor, estavam distantes do modo de vida civilizado europeu. Ademais, encontramos na obra de Ribas algumas críticas sutis, se não exatamente a Europa e ao modo de vida ocidentalizado, certamente aos colonos portugueses e, principalmente, ao sistema de exploração que Portugal impingia na África, pois dificultava o acesso dos nativos aos meios que possibilitariam a evolução moral dos mesmos, pressuposto, segundo Ribas, ao desenvolvimento nacional.

Em uma entrevista concedida a Michel Laban no início dos anos 1980, Óscar Ribas afirmou a grande influência que sofrera dos escritores brasileiros, destacando as obras de Jorge Amado, com seu sistema de narrar apresentando inicialmente os fatos e algum tempo depois, no meio da narrativa, a explicação para aquele fato.¹⁹ A literatura brasileira da primeira metade do século XX foi lida pelos africanos e, ao pesquisarmos minimamente a circulação da produção brasileira, notamos que ela foi consumida tanto em forma de livros, como através dos periódicos que publicavam artigos, poemas e notícias dos escritores,

¹⁷ Mário Antonio. *A sociedade angolana do fim do século XIX*. Citado por Carlos Erverdosa, op. cit., pp. 39-40; Rita Chaves, op. cit.

¹⁸ Carlos Erverdosa, op. cit., p.24.

¹⁹ Michel Laban. *Angola: encontro com escritores*. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, s/d, I vol., p. 28.

especialmente de figuras como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo e Jorge Amado, dentre outros.²⁰

A proximidade entre a produção literária brasileira e a angolana, marcada pela influência dos primeiros sobre os segundos, retrocede ao século XIX. Percebe-se uma ascendência da literatura brasileira já nos escritos de José da Silva Maia Ferreira, natural de Benguela e que havia vivido no Brasil. Tendo se inspirado nos românticos brasileiros com seu sentimento nativista, publicou em 1849 o que é considerado o primeiro livro de poemas de um escritor angolano intitulado *Espontaneidade de minha alma, às senhoras africanas*.²¹ Essa influência teria aumentado a partir da década de 1920 com o modernismo brasileiro, que marcou no terreno cultural tanto uma busca pela liberdade na forma de expressão, como um vínculo do artista com uma consciência nacional.²² Nesse momento foi especialmente lida, em Angola e nos demais países sob colonização portuguesa, as obras de poetas como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima e ribeiro couto.²³

Com os chamados “romances de 30”, as manifestações populares passaram a ser abordadas e tratadas por escritores e intelectuais como um aspecto da cultura brasileira. A literatura passou a ser vista como uma bandeira política e, em nome de uma concepção de povo, ofereciam-se obras que estiveram muito próximas daquelas que os africanos estavam dispostos a produzir: uma estética própria, influenciada pela oralidade que se intercambiava na escrita, marcando-a notadamente como algo novo e comprometido socialmente. Provavelmente essa característica da literatura brasileira da primeira metade do século XX, que procurava construir uma noção de popular e que tentava uma aproximação dos intelectuais com o povo, este mesmo sendo criado como uma categoria política fundamental no período,²⁴ tenha permitido uma recepção tão grande do modernismo literário brasileiro em Angola. O benefício da liberdade criadora e do compromisso do

²⁰ Ver o trabalho de Rita Chaves. *Angola e Moçambique, experiência colonial e territórios literários*. Cotia, Ateliê Editorial, 2005, p.268.

²¹ Carlos Erverdosa, op.cit. p.20.

²² Wilson Martins. *A Literatura Brasileira: o modernismo*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1965.

²³ Rita Chaves. *Angola e Moçambique...*, p. 268.

²⁴ Octavio Ianni. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1971, cap. 2.

artista com uma consciência nacional, propagados como doutrina pelo modernismo,²⁵ permitiu que os romancistas obtivessem junto aos africanos uma recepção e uma divulgação extremamente positivas e inspiradoras. Segundo Rita Chaves:

“Praticamente toda a literatura angolana é escrita em Português. A aceitação não será passiva. E a resistência aí se vai mostrar na insubmissão à gramática da ordem. No campo semântico, lexical e até sintático, registram-se construções que procuram aproximar a língua poética da fala popular. Essa mesclagem confirma a direção da travessia: o encontro com aqueles grupos mantidos até então à margem. Ali certamente estava a reserva de originalidade que o discurso poético vai buscar para se reciclar, em contraposição ao que lhe oferece a fala do ocupante”²⁶

Também em Angola, como notamos pelo trecho acima, a literatura escrita seria invadida por elementos que se originavam da fala popular. A mixagem do erudito, simbolizado pelo português escrito, com o popular, simbolizado pela oralidade das línguas nacionais, se traduziu em uma literatura própria, nova e corrompida a partir de elementos que vinham dos grupos subjugados pelos portugueses. Essa mescla encontrava inspiração na mistura similar que ocorria na literatura brasileira, em que elementos da fala popular eram buscados por intelectuais para compor seus personagens e enredos, como fez Jorge Amado consciente e objetivamente. No romance *São Jorge dos Ilhéus* Amado parece ter apresentado seus leitores com a seguinte explicação:

“Joaquim trata Sérgio com mostras de grande respeito, dá importância ao que o poeta faz e durante muito tempo negou-se a opinar sobre os seus poemas. Porém, certa vez, muito instado pelo poeta, perguntou-lhe por que ele escrevia poesia revolucionária numa forma que nenhum operário poderia ler. Sérgio levava semanas preocupado com o problema e foi devido a essa observação que mudara seus ritmos e procurava agora, numa busca por vezes frutífera, os ritmos populares.”²⁷

O intelectual Sérgio Moura, o personagem poeta de caris questionador do romance *São Jorge dos Ilhéus*, fora criticado pelo método ineficaz de utilizar uma linguagem, na sua pretensa poesia revolucionária, que não atingia os operários. A crítica fora feita por um operário, Joaquim, que além de ser um dos personagens revolucionários do mesmo romance, era um representante da classe popular e filho de lavradores praticamente

²⁵ Antônio Cândido e J. Aderaldo Castello. *Presença da Literatura Brasileira: modernismo*. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1975, 5ª edição, p. 09 e 18.

²⁶ Rita Chaves. *Angola e Moçambique ...*, p.52.

²⁷ Jorge Amado. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010, p.145/146.

analfabetos, Vitor e Raimunda. O poeta Sergio Moura escutou o operário – como Jorge Amado escutara também ? – e comprometido como era com a necessidade de uma revolução social, acatou a crítica e resolveu mudar sua poesia na forma, buscando os “ritmos populares.”

Durante o século XX, as discussões sobre o povo brasileiro, como ele era ou deveria ser racial e culturalmente, quais seus direitos civis e políticos, foram questões primordiais para certa intelectualidade da época. No campo literário o nacionalismo continuava sendo gestado e desenvolvido, por isso a ênfase nas questões populares e na representação dos segmentos mais pobres da sociedade, intensamente presentes nas produções artísticas e literárias. Os intelectuais continuavam discorrendo sobre a construção do Estado e a elaboração da Nação, e, para tanto, muitos foram os que participaram das discussões políticas. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-54), por exemplo, houve uma enorme procura por definições da identidade nacional brasileira e essa busca foi desempenhada também pelos artistas e intelectuais. Vargas, por ter adotado políticas públicas em favor, justamente, do estado nacional, acabou cooptando uma gama de intelectuais para trabalhar em seus ministérios e projetos governamentais.²⁸

O nacionalismo e a construção de um estado nacional foram questões das sociedades contemporâneas com mais ou com menos tradição literária, como nos mostra Benedict Anderson.²⁹ A literatura configurou-se em um espaço em que a elite, através de escritores e intelectuais, sugeria e delimitava projetos de nação. Para tanto, a política foi abordada nas narrativas literárias do século XIX e XX, fosse como pano de fundo ou como objeto central, o que ocorreu tanto em países com uma longa tradição literária, como os europeus, em nações mais jovens, como o Brasil, e mesmo em países dominados por uma colonização, como Angola.

No trabalho de Edward Said sobre a relação entre cultura e política no mundo moderno podemos perceber como a produção literária pode estar a serviço de uma questão política mais ampla. Ao analisar alguns romances da Inglaterra e da França, do século XIX

²⁸ Sobre a noção de cooptação dos intelectuais pelo Estado Novo brasileiro ver Sérgio Miceli. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

²⁹ Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

e XX, o autor nos apresenta como a cultura literária estava servindo para naturalizar o imperialismo inglês e francês, e, em alguns momentos, antecipando determinações políticas posteriores. Para os leitores europeus de Jane Austen e Joseph Conrad, por exemplo, o império britânico era uma realidade que se tornava cada vez mais próxima, transformando-se em uma questão doméstica, pois era digerido, explicado e mesmo justificado nas produções literárias, ainda que aparecesse apenas como um contexto geral nas narrativas. A partir dessa análise pode-se, e o autor o fez, criticar àqueles que mantinham uma tradição vinda de Immanuel Kant de “isolar o campo estético e cultural do domínio do mundano”. Said propôs que se tratasse a experiência cultural como “quintessencialmente híbrida”.³⁰

Além de legitimar o discurso imperialista das grandes nações coloniais, a literatura também serviu amplamente para a construção das identidades nacionais durante a chamada modernidade, o que foi feito através de um poderoso discurso nacionalista. Said chamou a atenção tanto da literatura imperialista quanto do discurso do diferencialismo da literatura de resistência anti-imperialista. A literatura imperialista ou anti-imperialista lidava essencialmente com o paradigma nacionalista. E o discurso do nacionalismo objetivava a criação de uma identidade nacional através de um apelo político e cultural, o que nos remete a ênfase concedida por Benedict Anderson ao espaço da cultura na afirmação das nacionalidades. Anderson localizou um jogo de diferenciação entre as nações que se asseverariam a partir da construção da ideia (ou a imaginação) de comunidades com especificidades nacionais, lembrando que para a definição dessas especificidades foram primordiais os constructos históricos e memorialistas cumpridos pelo campo da cultura.³¹

A literatura de Jorge Amado, por exemplo, esteve relacionada com a construção de uma identidade cultural brasileira, uma nova identidade nacional para a qual se elegia o povo como uma categoria primordial. A raça permanecia como conceito chave para definição de povo, mas incluía-se, desde a década de 1920, a cultura para se redefinir a identidade da população brasileira, o que passou a dar uma nova dimensão ao conjunto nacional, interpretado, analisado e prognosticado a partir desses novos olhares deitados pela

³⁰ Edward Said. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.95.

³¹ Benedict Anderson, op. cit.

elite intelectual que pensava o Brasil Nação.³² A identidade nacional se fazia cada vez mais premente no cenário das relações internacionais que o Brasil adentrava e, para tanto, a definição de seu povo se tornava urgente. O tema da identidade nacional esteve presente nos chamados romances sociais da década de 1930, devido tanto a conjuntura das relações internacionais, quanto pelos condicionamentos internos, como as orientações ideológicas do PCB, partido do qual Jorge Amado se aproximava. Ou seja, os escritores brasileiros pensavam e articulavam uma ideia de Brasil nação a partir de uma definição dos elementos populares, aparecendo na literatura modernista mediante a criação do personagem-povo.³³

Em nome de um povo brasileiro se definia uma aventada cultura popular. Buscava-se o popular através do folclore, das danças, da culinária, da música, das expressões orais, das práticas, dos hábitos e costumes que os intelectuais identificavam como típico e tradicional das camadas populares. O Brasil, dessa forma, aparecia nos romances de Jorge Amado, por exemplo, como uma nação moderna e ímpar, cuja identidade se erguia e assentava em uma ideia de povo que teria se originado de uma mistura racial. Para construir essas imagens, Amado recheava seus romances com cenas cotidianas, descrições de danças, rituais religiosos afro-brasileiros, culinária baiana e expressões retiradas do modo de falar da população menos escolarizada. Construiu uma identidade para o Brasil em que havia um lugar de destaque para os negros, mestiços e pobres, simbolizados pelos personagens oriundos do povo como Baldo, Lívia, Guma, Joaquim, Antônio Vitor, Raimunda, Gabriela, Glória, Pedro Arcanjo e tantos outros.

A criação do discurso da identidade nacional foi tema de alguns intelectuais de correntes teóricas diversas e se Eric Hobsbawm e Benedict Anderson refletiram sobre o processo de construção dessa identidade, isso também se deu com Edward Said e Stuart Hall.³⁴ Este último atentou para o fato de que a identidade se reforça a partir de uma construção de cultura nacional. A cultura nacional, por sua vez, teria como objetivo amalgamar as diferenças culturais e por isso foi tratada, por este autor, como uma estrutura

³² Ver o trabalho de Thomas Skidmore. *Preto no Brasil: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, cap. 5.

³³ Paula Palamartchuk. *Os novos bárbaros: escritores comunismo no Brasil 1929-1948*. Tese de Doutorado, Unicamp. 2003, p.103.

³⁴ Ver Eric Hobsbawm. *Nação e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

de poder, que tenta coadunar as diferenças de classe, gênero ou raça em um todo coeso que possa ser apresentado como resultado de uma nação constituída política e culturalmente. As culturas nacionais, assevera, deveriam ser pensadas como “constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”³⁵

No Brasil, a literatura do século XX, especialmente a partir do modernismo, teve um papel singular para a elaboração de uma ideia de nacionalidade, por ter podido exercitar livremente esse dispositivo discurso para amalgamar as diferenças internas. Os escritores criavam uma identidade brasileira, baseada, justamente, em certa alteridade diante do modelo europeu de povo e civilização. Para tanto, os negros, os mulatos e a cultura popular foram centrais para a retórica do nacional, proporcionando a apresentação de uma nação cuja identidade estaria assentada em uma história específica e diferente das demais. Jorge Amado se destacou por sua atuação no campo da elaboração de identidades nacionais, trazendo para seus textos esses elementos da nossa formação étnico-racial e cultural.

Em Angola, por sua vez, parte da literatura, a partir dos anos 1950, criava esse discurso segundo o qual a diferença dos africanos diante dos portugueses e europeus era uma marca do nacionalismo angolano que germinava. Esse discurso da diferença, que serviu para a construção de uma identidade nacional posteriormente, possui suas raízes em autores anteriores às primeiras décadas do século XX. Óscar Ribas, que vivenciou o período da colonização, da guerra de independência e da construção do Estado angolano, produziu obras tratando dos hábitos, costumes e tradições dos designados "indígenas", que seriam todos aqueles que não eram incluídos no seletivo grupo da elite nativa ou dos portugueses brancos. Transcreveu e traduziu diversas práticas culturais locais e indicou, para seus leitores, situações de tensão e conflito cultural no seio da sociedade colonial. Com isso, com seus registros do que ficou conhecido como folclore angolano, o autor forneceu subsídios para a criação de uma literatura nacional subsequente.

“É por isso que, nas políticas de ‘construção da nação’ dos novos estados, vemos com tanta frequência um autêntico entusiasmo nacionalista popular ao lado de uma instilação sistemática, e até maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das regulamentações administrativas, e assim por diante. Por sua vez, essa mescla de nacionalismo popular e

³⁵ Stuart Hall. *A identidade nacional na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.61-62 (ênfase do autor).

oficial foi fruto de anomalias criadas pelo imperialismo europeu: a famosa arbitrariedade das fronteiras, e as intelectualidades bilíngües num precário equilíbrio sob diversas populações monoglotas.”³⁶

Observamos o tema do popular como uma chave para a abordagem do que viria a ser o nacional e o binômio povo-nação esteve presente no discurso intelectual nos dois países, percebido claramente na obra de Jorge Amado.³⁷ O desenvolvimento dos meios de comunicação e a ampliação do sistema educacional como dispositivos utilizados pelos administradores e intelectuais para a criação do sentimento de que havia uma cultura nacional, tanto no Brasil quanto em Angola, nos auxilia a interpretar a ação dos intelectuais. No Brasil, país independente de Portugal desde 1822, intelectuais e políticos pensavam no modelo de nação que se queria elaborar e para tanto:

“A opção pela descrição da vida cotidiana do ‘simples’ em detrimento da burguesia não é em si uma necessidade estética do realismo, é a busca ética pelo caráter do povo brasileiro. Nesse sentido, a vida cotidiana aparece na obra ficcional como metáfora da realidade brasileira.”³⁸

Em Angola, país que viveu toda a primeira metade do século XX sob o domínio colonial, os escritores puseram-se a questionar as vantagens da subserviência ao império ultramarino português, fazendo germinar na cena literária um sentimento nacional, tônica do mundo político moderno.

Com intelectuais no Brasil e em Angola tratando a questão da identidade nacional, muitos destes passaram a direcionar sua atuação profissional para a formação cultural e política dos seus conterrâneos. Devemos questionar se essa atuação era um compromisso político voltado para mudanças sociais, como afirmavam Mário Pinto de Andrade, Antonio Jacinto, Agostinho Neto, Jorge Amado, Graciliano Ramos, por exemplo, ou se era uma atuação que acabaria por beneficiar somente a classe social de origem destes mesmos intelectuais. Óscar Ribas foi um escritor contemporâneo aos citados acima e possui uma produção literária que se aproxima da produção dos demais em alguns aspectos, especialmente na busca pela valorização dos africanos e no questionamento da raça como

³⁶ Benedict Anderson, op. cit., p.164.

³⁷ Eduardo de Assis Duarte. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro, Record, 1996.

³⁸ Paula Palamartchuk, op. cit., p.106.

critério de diferenciação social, mas não se pode incluí-lo no mesmo rol de autores comprometidos com uma revolução social.

Se Jorge Amado foi associado a uma literatura de vanguarda estética, temática e política, devido ao seu compromisso com os movimentos políticos de esquerda e com o PCB, o segundo foi alinhado com uma literatura de fronteira entre ficção e pesquisa, ambígua³⁹ e por isso quase colonial, com fortes pitadas em favor da cultura portuguesa, sem uma crítica política mais contundente. A formação política do povo angolano, se pudermos dizer que foi realizada por algum intelectual ou geração, foi tratada como uma problemática e um desafio dos intelectuais que o sucederam, cabendo a Óscar Ribas o reconhecimento internacional como folclorista e memorialista dos hábitos e costumes dos angolanos. Talvez seja pertinente uma nova leitura de sua produção, notadamente de caráter etnográfico, observando o que havia de significado político em sua obra, para se questionar as implicações de sua visão, quiçá conservadora, para a formação crítica do angolano no processo de emancipação política.

Declaradamente política, como a obra de Jorge Amado, ou sutilmente crítica, como no caso da obra de Óscar Ribas, as produções desses escritores tiveram um significado amplo para a formação de uma mentalidade política no Brasil e em Angola, e são sintomáticas do período dos nacionalismos do século XX, representando bem os possíveis papéis dos intelectuais na formação das identidades nacionais modernas, múltiplas e contraditórias, certamente⁴⁰.

2. JORGE AMADO NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

Entre as biografias e trabalhos acadêmicos sobre Jorge Amado é praticamente consenso o elogio ao conjunto de sua obra e ao que ela significa como representação de uma identidade nacional brasileira. Emblemático quando se trata da representação da identidade nacional, Jorge Amado gera controvérsias tanto no que se refere à qualidade de

³⁹ Ver Alexandre Gomes Neves. *Câmara Cascudo e Óscar Ribas: diálogos no Atlântico*. Dissertação de Mestrado, USP. 2008, p.64-67.

⁴⁰Stuart Hall, op. cit., p. 20.

sua obra literária, quanto à sua postura política no cenário nacional.⁴¹ Críticas lhe foram feitas com as análises literárias de leitores especializados como Álvaro Lins, Alfredo Bosi, Walnice Nogueira Galvão, Wilson Martins, Antônio Cândido,⁴² além daquelas vindas de escritores consagrados como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, João Ubaldo Ribeiro e tantos outros⁴³. Seus primeiros trabalhos – *O País do Carnaval*, *Cacau*, *Suor*, *Jubiabá*, *Mar Morto*, *Capitães de Areia*, *ABC de Castro Alves*, *Cavaleiro da Esperança*, *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus*, *Seara Vermelha* e *Subterrâneos da Liberdade* – estiveram comprometidos com uma crítica social, com o próprio autor afirmando na altura o engajamento literário como a única via legítima de fazer literatura.⁴⁴ Alinhado ideologicamente com o socialismo, Jorge Amado pautava-se no seu papel de intelectual que esclarecesse as massas acerca da luta política que seria travada na sociedade. Como um intelectual orgânico do partido comunista, Jorge Amado escreveu por uma revolução social de forma objetiva até se afastar do PCB, a partir de 1957. Em 1958 publicou *Gabriela, Cravo e Canela*, premiado romance que coroou sua consagração literária, abrindo as portas da Academia Brasileira de Letras.

A questão nacional era o mote principal da literatura brasileira desde a década de 1920, e a consciência nacional dos artistas estava sendo asseverada por alguns escritores, lançada como doutrina, por exemplo, pelos modernistas e adquirindo uma afirmada componente de expressão popular dentre alguns romancistas.⁴⁵ Portanto, assim como Jorge Amado, outros escritores se posicionavam no cenário nacional, envolvidos ideologicamente com as mudanças sociais, vinculados ou não a partidos políticos. Graciliano Ramos, por exemplo, foi um autor comprometido com ideais socialistas, próximo do PCB desde sua prisão em 1936, mas só se filiando ao partido em 1945, tendo publicado em periódicos

⁴¹ Ívia Alves. “As mudanças de posição da crítica e a produção de Jorge Amado” em Alves (org.) *Em torno de Gabriela e Dona Flor*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 2004, p.12/13.

⁴² Ver Álvaro Lins. *Os mortos de sobrecaçaca*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963; Walnice Nogueira Galvão. *Saco de gatos*, São Paulo, Duas Cidades, 1976; Alfredo Bosi. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1985; Antônio Cândido. “Poesia, Documento, História” em *Jorge Amado: 30 anos de Literatura*. São Paulo, Ed. Martins, 1961; Wilson Martins. *A Literatura Brasileira: o modernismo*. São Paulo, Cultrix, 1965.

⁴³ Ilana Seltzer Goldstein. *Brasil Best-Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo, SENAC, 2003, p. 104/105.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p.80.

⁴⁵ Antônio Cândido e Aderaldo Castello. *Presença da Literatura Brasileira: modernismo*. São Paulo, Rio de Janeiro, DIFEL, 1975, p.27.

tanto alinhados ao Estado Novo, como em a *Cultura Política*, como em periódicos independentes como a *Revista Acadêmica*, revelando seu envolvimento na tarefa de tentar transformar a ordem social a partir de sua posição de escritor e intelectual.⁴⁶

Jorge Amado alinhou-se ao comunismo durante uma época em que, sob as orientações da III Internacional, os PCs latino-americanos buscavam desenvolver as forças revolucionárias antiimperialistas assentadas, especialmente, no campesinato e no proletariado, sem descurar dos intelectuais independentes (e após a stalinização completa dos partidos, também se contava com pequena-burguesia e da burguesia nacional para a concretização da etapa nacional-democrática).⁴⁷ Sob essa implicação política, Jorge Amado, o futuro parlamentar eleito com o slogan “escritor do povo”, construiu uma imagem para si de alguém vindo do povo, procurando legitimar sua atuação junto às camadas populares que estavam sendo instigadas à revolução. Para tanto, afirmou que, apesar de sua origem remeter a burguesia cacauzeira ilheense, destarte sua formação escolar e profissional entre a classe abastada e a elite intelectual da Bahia, sua aprendizagem mais significativa se dera entre os trabalhadores com quem conviveu durante sua primeira infância e juventude.⁴⁸

Buscando validar sua fala sobre os trabalhadores apresentados em seus romances, para criar um vínculo inquebrável entre a literatura feita por alguém oriundo da classe burguesa e os explorados da história que ele queria representar, Amado lançava mão da origem humilde do pai, que emigrara de Sergipe como comerciante e se aventurara, com sucesso, nas lavouras de cacau do sul baiano. Esse discurso sobre si objetivava, também, quebrar as resistências dos proletários em relação aos intelectuais, para validar o alinhamento político destes últimos a um projeto de revolução social. Fica nítido que Jorge Amado não queria que os preconceitos suscitassem o distanciamento entre intelectuais e proletários, afinal, temia que as classes populares se comportassem de acordo com o pensamento de seu personagem Joaquim, o operário comunista que diante do poeta Sérgio

⁴⁶ Sobre Graciliano Ramos e a militância política ver Julia Monnerat Barbosa. *Militância Política e produção Literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de Doutorado. UFF, 2010.

⁴⁷ Michel Lowy. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999, p.27.

⁴⁸ Goldstein, op. cit., p. 108.

Moura, também revolucionário, refletira que “no fundo mais remoto do seu ser existem preconceitos vagos contra esses intelectuais.”⁴⁹

O compromisso de Jorge Amado com o marxismo e com o modernismo literário, mesmo que indireta ou inconscientemente,⁵⁰ o fez, com ou sem origem humilde, retratar, registrar e mesmo criar o povo baiano, nordestino e brasileiro. Para isso trazia até seu texto elementos sobre os quais construiu uma representação do que seria o povo e em seu nome afirmava a necessidade de uma urgente mudança:

“Lá ia Guma, que aprendera tão rapidamente a ler. Poderia ter entrado na Politécnica, seria um grande engenheiro e talvez inventasse uma máquina que melhorasse o destino dos marinheiros no mar instável. Mas, os meninos do cais não vão à faculdade. Vão para os saveiros e para as canoas. Cantarão à noite e a voz de alguns é muito bela. Porém as canções são tristes como a vida que levam. Dulce não compreende. Mas Dulce espera um milagre. Virá, assim de repente, como uma tempestade. Tudo mudará e será belo. Será belo como o mar. E se um dia for ela quem saiba a palavra que provoque o milagre e se for ela quem diga a essa gente do cais? Então merecerá, em verdade, que a chamem de boa e que tragam o que de melhor têm em casa quando ela os visitar.”⁵¹

Dulce, a professora da escolinha na beira do cais em *Mar Morto*, via seus poucos alunos se alfabetizarem, quando muito, pois o negro Rufino nunca conseguira aprender nem as primeiras letras. Jorge Amado parecia querer dizer que a inteligência, personificada em Guma, como a beleza em Lívia e Esmeralda, eram elementos presentes também em sujeitos das camadas populares, contudo eram atributos desperdiçados com a vida dura e miserável. As mais belas das mulheres se degradavam com o trabalho e a fome, e o mais astuto dos homens desperdiçava sua inteligência na labuta diária pela sobrevivência. E a professora, simbolizando a intelectualidade da qual o próprio autor se incluía, reconhecia essas propriedades como necessárias para as mudanças profundas na sociedade, mudanças que poderiam garantir uma vida melhor aos trabalhadores, que poderiam inventar a “máquina que melhorasse o destino”. Dulce aparece como a personagem consciente da urgência da transformação social, que observava a realidade ao seu redor e que optou por ficar naquele bairro pobre mesmo sendo de outra parte da cidade. Vinha da cidade alta, onde morava a

⁴⁹ Jorge Amado. *São Jorge dos Ilhéus*. op. cit., p. 146.

⁵⁰ Antônio Cândido e Aderaldo Castello, op. cit., p.18; e Wilson Martins. *A Literatura Brasileira: o modernismo*. São Paulo, Cultrix, 1965, p.278/279.

⁵¹ Jorge Amado. *Mar Morto*. Rio de Janeiro, Record, 2006, pp. 38/39.

classe média, e se colocava como possível guia da mudança, pois teria, quem sabe?, a “palavra” que provocaria o milagre da modificação.

A palavra certa para dirigir o povo na direção da transformação social coincidia com a palavra que permitia que o intelectual falasse pelo povo, levando-o rumo à construção de uma pátria democrática. Eis a tônica da arte comprometida de Jorge Amado, que na década de 1940 escrevera acerca do intelectual:

“Vinde ajudar o povo, vinde ser a sua voz [...] vinde ser o cimento que ligará as camadas da população, as classes, as raças, a gente toda do Brasil. Esse é vosso papel, vosso dever, vossa missão. Sois responsáveis perante o povo, pois foste dotado de dom de criação e ele vos foi dado para bem servires ao povo. O Partido Comunista está a frente do povo na sua festa de construção de uma pátria democrática, única e progressista. Apelo para todos vós para que participeis dessa construção.”⁵²

A dicotomia Povo versus Intelectuais, de onde parte Jorge Amado, deveria ser superada pelo compromisso pela construção do Brasil democrático, o que contaria com os homens da esfera da cultura “dotados do dom da criação”. A missão era a de “ajudar o povo”, conscientizá-lo, pois este, sim, era o agente revolucionário necessário e fundamental para a alteração da ordem política. Nos romances dos intelectuais comunistas, portanto, podemos ver, em alguns momentos, uma sobreposição de autor e seus personagens. Isso nos remete a necessidade de criação de personagens com elementos diacríticos das classes mais abastadas, nos chamados romances sociais, reforçando, pelo exercício da comparação, a marginalização das classes populares. Além dos ricos, que apareciam na pele de coronéis, fazendeiros, políticos e alguns comerciantes, surgiam também os personagens intelectualizados e escolarizados, estes sempre com as palavras que reconheciam a feiura do presente, transmitindo esperanças para um futuro de beleza. E, para tanto, seria preciso uma grande mudança social.

Além da atuação no Partido Comunista explicar a inflexão de Jorge Amado na temática da revolução e o caráter proletário de seus primeiros romances, sua insistência em forjar um povo pode ser explicada pela estreita vinculação que manteve entre as ideias de

⁵² Discurso de Jorge Amado presente no ensaio de Jorge Amado, Pablo Neruda e Pedro Pomar. *O partido comunista e a liberdade de criação*. Rio de Janeiro, Edições Horizonte, 1946, citado e transcrito por Paula Palamartchuk. *Os novos bárbaros: escritores comunismo no Brasil 1929-1948*. Tese de Doutorado, Unicamp. 2003, pp.319/320.

identificar um grupo revolucionário e as classes populares no Brasil. Como um homem de seu tempo, Amado levou para a literatura de ficção, talvez sem muita consciência de que o fazia, um problema debatido em outros círculos intelectuais, que estabelecia uma relação entre classe e raça para se pensar o Brasil enquanto uma nação moderna. A partir das últimas décadas do século XIX, para se elaborar uma nova Nação, agora sob os auspícios do republicanismo, tratou-se do povo, definido como categoria de análise histórica e servindo de mote para projeções sobre o futuro nacional. Inicialmente o povo foi visto como raça e depois afirmado pelo viés da cultura, mas a partir da década de 1920 começou a elaborar uma noção de popular que fazia parte do grande do tema da nação, fulcral para a intelectualidade da época:

“Na verdade, essa chamada “cultura popular” é cada vez mais a cultura das classes médias, insatisfeitas com sua pouca participação no mundo da política no país. O crescimento numérico deste grupo social, notadamente a partir do crescimento dos setores ligados às profissões liberais e serviços, nas grandes cidades, torna esta classe não apenas uma das principais consumidoras de artefatos e manifestações culturais do país, mas também uma das principais participantes deste movimento cultural, em que o popular e o povo parecem, cada vez mais, ser composto dos extratos médios e burgueses.”⁵³

Pela ótica da classe média, percebida a partir dos valores burgueses dos salões de arte e literatura, o povo era representado caricaturalmente pela pena dos intelectuais e pelos pincéis dos artistas.⁵⁴ Na literatura, tanto os críticos ao modernismo quanto os escritores anteriores ao movimento, se aceitarmos os marcos cronológicos de nascimento e morte do modernismo como 1916 e 1945,⁵⁵ discutiam ou representavam as classes populares no Brasil, como o fez Monteiro Lobato e a criação do clássico e significativo personagem Jeca Tatu. Jeca Tatu foi o emblemático personagem que simbolizou uma época, uma região, uma classe social. Avaliado como metáfora do estágio de desenvolvimento do país,⁵⁶ foi apresentado inicialmente em 1914, reeditado em 1918, como uma crítica de Lobato à pobreza cultural do povo brasileiro e a inferioridade racial, pois descendente dos índios e

⁵³ Durval de Albuquerque. *A Invenção do Nordeste*. Recife, São Paulo, Ed. Massangano, Ed. Cortez, p.189.

⁵⁴ Para uma noção da importância dos salões de arte plástica ver como exemplo a trajetória do pintor Cândido Portinari em Sérgio Miceli. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1926-1940)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵⁵ Wilson Martins, op.cit., p. 21.

⁵⁶ Vasda Bonafini Landers. *De Jeca a Macunaíma*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1988.

dos portugueses degredados, portanto de baixa estirpe.⁵⁷ O darwinismo social, que tantos adeptos fez no Brasil, era debatido especialmente no contexto da primeira guerra mundial e foi nesse cenário que Lobato criou um personagem que não mesclava em sua origem o elemento africano. Mas a crítica que o autor fazia a inferioridade racial do brasileiro também se explicava pela contribuição dos afrodescendentes.⁵⁸ Para Lobato, o povo brasileiro estava atavicamente comprometido em seu desenvolvimento, pois mestiço.

Com a Semana de Arte Moderna, de 1922, o tema do povo brasileiro foi recolocado nas artes sob um novo prisma e em seu nome uma extensa literatura foi produzida, propondo o compromisso do artista com o desenvolvimento nacional. Apesar da presença cada vez mais comum de representações do povo nas obras de arte, o ponto de vista continuava a ser da burguesia, notando que os elementos mais populares da sociedade não eram ouvidos, nem retratados. *Macunaíma* foi o grande romance da primeira fase do modernismo, e ainda que apresentasse um personagem de origem popular, era de tal forma caricatural que permanecia distante da realidade brasileira.⁵⁹

O distanciamento do modernismo da década de 1920 com as questões eminentemente de ordem política foi quebrado por José Américo de Almeida com seu romance, de 1928, *A Bagaceira*. A partir de então surgiram críticas ao modernismo de diversos escritores e intelectuais, como do próprio Jorge Amado no ano de 1936 e posteriormente em 1992:

“nada tínhamos a ver com o modernismo, nossa geração não sofreu qualquer influência do modernismo [...] o que foi decisivo para nós foi a Revolução de 30, que representava um interesse pela realidade brasileira que o modernismo não tinha”⁶⁰

Mas Jorge Amado reconhecia a importância do modernismo como movimento literário e ainda na década de 1930 declarou:

“O que veio trazer sangue novo para a literatura brasileira e especialmente para o romance brasileiro foi a descoberta do Brasil verdadeiro, um Brasil que só poucas pessoas viram antes. Essa descoberta cabe aos modernistas, aqueles que por volta de

⁵⁷ Monteiro Lobato. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1968, p.279.

⁵⁸ Thomaz Skidmore, op. cit., p. 259.

⁵⁹ Mário de Andrade. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Martins Fontes, 1978, 16ª. edição.

⁶⁰ Jorge Amado em entrevista a Alice Raillard, citado por Ilana Goldstein, op. cit., p.103; em 1936 o autor havia publicado num periódico argentino uma nota em que criticava o modernismo dos anos 1920 como meramente literário e pela falta de compromisso político. Ver Wilson Marins, op.cit., p.279.

1922 começaram a desacreditar os tabus literários do país. Os modernistas destruíram mais do que construíram, é verdade. Porém construíram também.”⁶¹

A relevância do modernismo se explica por um contexto generalizado em que se quebraram barreiras estilísticas, permitindo inovações também no campo temático. Os prosadores que seguiram aos primeiros poetas, os autores do que ficou conhecido como “o romance de 30”, aproveitaram a abertura formal e temática conquistada na década anterior. Raul Bopp sintetizou bem a contribuição do modernismo para essa nova mentalidade artística e literária brasileira:

“A Antropofagia apontou seus rumos: debaixo de um Brasil de fisionomia externa, havia um outro Brasil de enlaces profundos, ainda incógnito, por descobrir. O movimento, portanto, seria de descida às fontes genuínas, ainda puras, para captar os germes de renovação. Retomar esse Brasil, subjacente, de alma embrionária, carregado de assombro e procurar alcançar uma síntese cultural própria, com maior densidade de consciência nacional”⁶²

A geração que se seguiu aos primeiros modernistas brasileiros insistiu no tema da nação, ampliando-o para englobar parcelas da população que não haviam sido suficiente ou convincentemente representadas, como os pobres, os tipos mulatos, os sertanejos, os nordestinos, os matutos do interior. Denominados de regionalistas, os romancistas da década de 1930 tiveram muito sucesso de público, contudo também sofreram críticas, especialmente por persistirem em uma representação de um Brasil estratificado e diversificado, quando o lema nacional parecia se voltar para a modelação de uma Nação com um povo brasileiro o mais homogeneizado possível. Mas avaliações que notavam ou afirmavam o todo homogêneo da literatura regional também foram feitas, como a de Afrânio Coutinho, repleta de elementos lusotropicais:

“O essencial nessa literatura regional, é que não se põe em xeque a unidade do país, o comum lastro de origem lusa, e que aqui se amalgamou com as contribuições indígena e negra, e, mais tarde, com as alienígenas diversas. O regionalismo é um conjunto de retalhos que arma o todo nacional. É a variedade que se entremostra na unidade, na identidade do espírito, de sentimentos, de língua, de costumes, de religião. As regiões não dão lugar a literaturas isoladas, mas contribuem com sua diferenciação, para a homogeneidade da paisagem literária do país”⁶³

⁶¹ Jorge Amado citado por Wilson Martins, op.cit., p.279.

⁶² Raul Bopp. *Vida e Morte da Antropofagia*. Rio de Janeiro, Brasília, Civilização Brasileira, INL, 1977, p.41.

⁶³ Afrânio Coutinho. *Introdução a Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Distribuidora de Livros Escolares, 1970, 6ª. edição, p.205.

O Brasil passou a ser visto como uma grande mistura, cujo resultado deveria gerar uma síntese, pois a nossa característica essencial seria exatamente a capacidade de absorver para criar algo novo. É aí que o povo como tema torna-se mais forte, ganhando espaço no campo artístico, mediante o olhar da elite que ansiava por uma unidade nacional, não somente no campo político e econômico, mas também cultural.

A presença do povo como tema e das questões populares nas obras modernistas foi, dessa forma, muito mais uma tarefa articulada e intelectualizada, do que algo espontâneo.⁶⁴ Teria sido um projeto político dos intelectuais cujo objetivo foi o de contribuir para o desenvolvimento nacional, atacando um dos pontos enfraquecidos dessa unidade que seria a população empobrecida, analfabeta e doente. No plano político, pretendia-se com essa literatura a construção de um novo país, dentro de uma concepção nacional-desenvolvimentista, que a todos atingiu independente das correntes político-partidário de cada escritor. Contudo, ao trazerem para o centro de suas tramas o que acreditavam ser os anseios, as vozes e as imagens pictóricas do povo na sua acepção popular, certos escritores acabaram abrindo espaço para alterar uma estética tradicional, assentada em uma concepção de cultura e de civilização europeia.

3. DISCURSOS SOBRE REGIÃO E SOBRE CULTURA POPULAR NO BRASIL DE JORGE AMADO

Em sua longa trajetória de escritor, Jorge Amado produziu livros abordando um país que passavam por dificuldades no campo político, econômico e social, criando personagens pobres e explorados, discursando a partir de representações das classes baixas com objetivos de intervenção política na sociedade e utilizando, para tanto, a arte literária.⁶⁵ Valorizou o que entendia por cultura popular, apresentando-a para seus leitores que, em geral, eram oriundos das classes médias e altas da sociedade brasileira. Nesse exercício literário teceu críticas às desigualdades sociais no Brasil e resenhou alternativas políticas

⁶⁴ Ver as críticas ao regionalismo em Alfredo Bosi, op. cit.

⁶⁵ Eduardo de Assis Duarte. “Jorge Amado e o *Bildungsroman* proletário” em Vera Rollemberg (org.) *Um grapiúna no país do carnaval*. Salvador, FCJA/EDUFBA, 1999.

inspiradas no marxismo e, especialmente, no socialismo soviético. Jorge Amado traçou representações do povo brasileiro e as apresentou em obras com a pretensão de terem uma perspectiva popular, buscando retratar a sociedade com os olhos de quem vem dos estratos mais baixos. Propunha, mediante uma fantasia sobre si,⁶⁶ ser um homem próximo cultural e ideologicamente do povo oprimido, enquanto acreditava na sua missão de intelectual comprometido socialmente, criar uma inversão dos valores que regem a modernidade, pois que deveriam estar baseados no trabalho e não na posse de bens e capitais.

Amado ambientou sua obra nos cenários da Bahia, retratando o povo baiano em sua economia, tradições religiosas, características fisionômicas, hábitos alimentares, práticas políticas, história, etc. Através de sua pena construiu imagens da Bahia e do nordeste brasileiro bastante diversas das descrições do sul do país. Sua literatura colaborou, contraditoriamente, para a criação de um Brasil marcadamente binário, que aparecia dividido entre a riqueza das terras mais ao sul do país e uma região mais ao norte, quanto para veicular uma identidade nacional brasileira. Esta seria assentada na imagem, que ficou generalizada, do país com uma população também negra e mulata, contendo diversas tradições culturais e religiosas populares de origem africana.

Para tanto, para a construção dessa representação de Brasil, Amado partiu da Bahia, levando para sua narrativa inúmeras cenas de candomblé, por exemplo, descritas ou apenas referidas como tradução do universo religioso afro-brasileiro. Tratava-se de uma chave de acesso para levar o leitor a pensar na diversidade cultural brasileira. Nem sempre, contudo, as descrições eram diretas, pois às vezes eram situações que apenas compunham uma passagem de tempo ou um pano de fundo sobre o qual se desenrolava a questão central da narrativa. Assim, Amado naturalizava o universo cultural e religioso de origem africana, na mesma lógica que Edward Said havia analisado a literatura de Joseph Conrad e Albert Camus para o caso inglês e francês. Em outros termos, Amado naturalizava um aspecto da cultura afro-brasileira ao colocá-la como pano de fundo de sua trama, assim como Conrad e Camus haviam feito com a cultura imperial inglesa e francesa. Um exemplo em *Gabriela*:

“Do morro desciam as outras pastoras, vinha Gabriela da casa de Dona Arminda, já não eram somente pastoras, eram filhas de santo, iaôs de Iansã. Cada noite seu Nilo

⁶⁶ Agradeço essa lírica expressão a Rita Chaves.

soltava a alegria no meio da sala. Na pobre cozinha Gabriela fabricava riquezas: acarajés de cobre, abarás de prata, o mistério de ouro do vatapá. A festa começava. Dora de Nilo, Nilo de Dora, mas qual das pastoras não montara seu Nilo, pequeno deus de terreiro? Eram éguas na noite, montarias dos santos. Seu Nilo se transformava, eram todos os santos, era Ogum e Xangô, Oxóssi e Omolu, era Oxalá para Dora. Chamava Gabriela de Iemanjá, dela nasciam as águas, o rio Cachoeira e o mar de Ilhéus, as fontes nas pedras. Nos raios da lua, a casa velejava no ar. Subia pelo morro, partia na festa. As canções eram o vento, as danças eram os remos, Dora a figura de proa. Comandante, seu Nilo ordenava os marujos.”⁶⁷

Esse trecho compõe uma interessante passagem de tempo que se iniciaria com o terno de reis em janeiro e iria até a festa de Yemanjá em fevereiro, tempo em que Gabriela, já afastada de Nacib, desejava retomar seu lugar de cozinheira.⁶⁸ Enquanto não voltava a ocupar seu espaço na vida e na casa do árabe, Gabriela é apresentada imersa no universo religioso afro-brasileiro marcado pelas festividades do candomblé, que indicam justamente a passagem dos dias, dos meses, do tempo. O foco desse romance não está centrado na questão racial, como ocorre em *Tenda dos Milagres*, publicado 11 anos depois. Mas notamos a problemática de uma oposição entre o popular e o burguês de maneira clara, como em todos os romances do autor até essa data, naturalizando o popular no contexto de uma trama que se passa entre a classe alta de Ilhéus e Itabuna, elaborando uma noção de povo fincada em elementos do universo afro-brasileiro.

Jorge Amado foi contemporâneo de outros intelectuais que também se dedicaram ao tema da cultura afro-brasileira e às questões da composição racial do povo, como Edison Carneiro, Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Estes autores versaram sobre afrodescendente, tratando do povo brasileiro a partir das categorias raça e cultura. Foi Freyre, entretanto, quem mais elaborou significativas representações do nordeste brasileiro, região que detinha a maior população proporcional de negros e mulatos, colaborando para a invenção de uma nação dividida entre Sul e Norte. Mas inversamente de Amado, que sempre buscou retratar o povo empobrecido e explorado economicamente, Freyre falava do nordeste – para pensar o Brasil – a partir de sua elite econômica. Essa elite nordestina, de acordo com os escritos do pernambucano, se decadente economicamente no século XX, era, todavia, a legítima representante da origem mais remota do povo brasileiro, descendente dos primeiros

⁶⁷ Jorge Amado. *Gabriela*, op. cit., p.380.

⁶⁸ Agradeço essa análise de leitura da passagem do tempo a Flávio Gonçalves dos Santos.

portugueses a colonizar o Brasil, já que o fizeram a partir do litoral nordestina. Era dessa elite nordestina, ainda insistia Freyre, que advinha o caráter cordial do povo brasileiro, simbolizado no trato mais afetivo e humano com as classes populares, presente desde o tempo da escravidão, conferindo o modo de ser do brasileiro nato.⁶⁹

Se um buscava se afirmar como porta voz do povo e o outro representava a elite pernambucana, ambos, Jorge Amado e Gilberto Freyre, estiveram próximos na criação de uma identidade brasileira e por fazer aparecer no cenário nacional uma região mais empobrecida, relegada a um segundo plano de importância nos projetos de investimento econômico. Freyre, ademais, incentivou o desenvolvimento de uma literatura regional, propondo aos escritores que tratassem sobre suas realidades locais, o que poderia lográ-los a uma universalidade. A obra de Jorge Amado foi indubitavelmente, dessa geração que incluía José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e tantos outros, a que mais circulou internacionalmente.

No 1º. Congresso Regionalista de Recife, ocorrido em 1926 e organizado por Freyre, apesar de não ter tido o impacto que seu mentor desejara e que afirmara posteriormente,⁷⁰ objetivou-se a valorização do nordeste brasileiro que se firmava como uma região estigmatizada pela pobreza, pela seca, pela decadência econômica, pelo povo mais mestiçado do país e herdeiro do grandioso passado colonial. Se os estados, que gozaram da pujança da exportação de açúcar, encontravam-se decadentes desde meados do século XIX e se apresentavam uma população maciçamente “atrasada”, pois descendente de ex-escravos, era preciso, legislavam políticos e escritores, investimentos federais na região para o crescimento econômico e o levantamento moral da população.⁷¹ Freyre, ao falar de Pernambuco para tratar do nordeste, criava um povo inspirado na clássica representação feita de A. Varnhagen, para quem o Brasil se construía a partir das existência das culturas africanas e indígenas para além da portuguesa:

⁶⁹ Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1954, 8ª. edição.

⁷⁰ Wilson Martins, op. cit., p. 113. Gilberto Freyre. *Manifesto Regionalista de 1926*. Recife, Edições Região, 1952. Nesta edição o autor reconstituía o texto publicado no periódico “Diário de Pernambuco” em 1926 e concedia mais importância ao evento do que realmente ele teve naquele ano.

⁷¹ Para uma discussão do significado da nova geografia nacional ver o trabalho já citado de Durval de Albuquerque.

“Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria menos pela consciência de raça, quase nenhuma do português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional.”⁷²

A partir da argumentação sobre a plasticidade e a capacidade de adaptação do português nos trópicos, tratado como o eixo principal na composição do Brasil e apresentada desde 1933 com a 1ª. edição de *Casa Grande e Senzala*, Freyre desenvolveu posteriormente a ideia de um lusotropicalismo, que afirmava a habilidade do português de se adaptar e se misturar com outros povos e culturas, gerando sociedades fortes, por conta exatamente desta capacidade de fusão e adaptação aos trópicos.⁷³ Capitaneado na década de 1950 pelo Estado Novo português para justificar a dominação portuguesa na África, o lusotropicalismo foi usado como argumento para manter a presença portuguesa nos territórios africanos, com a justificativa de que o colonialismo seria um meio para os povos africanos chegarem à civilização ocidental. O Brasil aparecia no cenário como o país exemplo de sucesso da missão lusitana de colonização, cujo princípio motivador teria sido sempre a assimilação de povos diversos no seio da cultura portuguesa.⁷⁴ O Brasil enquanto uma Nação soberana despontava política e economicamente no século XX e, junto com seu povo mestiço, vigoroso e trabalhador, aparece nessa ótica como o exemplo mais notório da benfeitoria que a colonização portuguesa poderia ter feito para os negros e indígenas, ao terem ajudado o português na formação do Brasil.

Freyre acabou se tornando um dos arautos da política assimilacionista portuguesa da década de 1950, e o foi tendo uma longa trajetória no Brasil em que afirmava a histórica interação das três raças fundadoras da nacionalidade brasileira, sob os auspícios do elemento lusitano.⁷⁵ O ápice da ideia da interação das raças foi o mito da democracia racial

⁷² Gilberto Freyre, *Casa Grande...*, pp. 95-96.

⁷³ Gilberto Freyre. *Um brasileiro em terras portuguesas*. São Paulo, Ed. José Olympio, 1953.

⁷⁴ Cláudia Castelo. *O modo português de estar no mundo: o luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*. Porto, Afrontamento, 1999.

⁷⁵ Ver o artigo de Gilberto Freyre. “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias” em *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Dezembro de 1938, nº. 24, pp. 7-8,

brasileira contemporânea. Nos debates sobre a formação do Brasil, o povo apresentado pela intelectualidade como tendo uma origem negra e indígena surgia, na argumentação de Freyre, como antagonista do grande herói nacional – a *casa-grande* – simbolizando os senhores de engenho de matriz portuguesa, com sua cultura conquistadora. Porém ambos – elite e povo, portugueses e negros/indígenas, operários e burgueses, *casa-grande* e *senzala* – eram peças-chave complementares para a compreensão do seu projeto político nacional, que deveria valorizar todas as tradições culturais nordestinas e a brasileira, mesmo que originárias da *mata tropical* ou da *senzala*.⁷⁶ Por fim, a democracia racial freyriana se pautava na relação ecológica entre as raças tratadas como fundadoras do Brasil nação.

Destarte emparelhados na proposta de destacar o nordeste brasileiro na cena nacional e de tratar o Brasil enquanto uma nação culturalmente diversificada, ideologicamente as distâncias entre Jorge Amado e Gilberto Freyre eram muito grandes. Ainda que estivessem próximos no campo literário – ambos retratando o nordeste: um descrevendo-o através de sua elite e o outro do seu povo mais empobrecido – estiveram em oposição também na arena política. Em 1946, por exemplo, tanto Freyre como Amado foram eleitos Deputados Federais, mas enquanto o primeiro foi pelo UDN (União Democrática Nacional), formado no momento em que a ditadura estadonovista de Vargas chegava a seu termo, o segundo foi eleito pelo PCB (Partido Comunista do Brasil), que saíra da ilegalidade em 1945, retornando à mesma situação em 1948, que gerou a cassação de toda a bancada comunista do Congresso.⁷⁷

Outra diferença manifesta entre os autores é que Jorge Amado estava longe, muito longe, de defender o colonialismo português, enquanto Freyre reconhecia os benefícios da ação lusotropical de Portugal, traduzido pelo colonialismo. Apesar de Freyre ter tentado se desalinhar das fileiras salazaristas, declarou em 1962, em resposta a supostas perguntas de estudantes na Universidade Federal da Bahia, de Pernambuco e no Instituto de Arte Contemporânea do MASP, que:

Ver também o artigo de José Lins do Rego, “Precisamos dos Portugueses”, em *Boletim...*, Dezembro de 1939, nº.25, pp. 41-42.

⁷⁶ Ver o capítulo Introdução da 1ª. Edição de Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala...*

⁷⁷ Ver Edgar Carone. *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986; Leôncio Martins Rodrigues, “O PCB: os dirigentes e a organização” em *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1981.

“Quanto a [Portugal] ser ‘fascista’ não me parece exata a caracterização. Seu régimen é autoritário, decerto, mas não pode ser denominado ‘fascista’, senão sacrificando-se a exatidão sociológica do qualificativo a um empenho apenas emocional ou caricaturesco de deformação do mesmo régimen. É um régimen pelo qual, pessoalmente, não tenho entusiasmo algum (...) reconheço, porém, que pelos seus próprios caracteres apolíneos, de moderação ou continência foi até certo ponto útil, pelo que já realizou, a Portugal: tanto ao Portugal europeu como ao ultramarino. (...) Não devo, porém, negar nem dissimular minha estima pessoal e minha admiração intelectual pelo Professor Oliveira Salazar, contra quem lamento as expressões desrespeitosas e injustas, em que se vem extremado, em comentários a assuntos portugueses, jornalistas e até homens públicos mais levianos de nosso país.”⁷⁸

Apesar dessa negativa na colaboração do regime ditatorial português, tentando separar Oliveira Salazar do regime político do qual ele fora a figura de proa por mais de 40 anos, Freyre não pode apagar a história que ele mesmo escreveu. Mais ou menos na mesma época em que Gilberto Freyre propagava suas ideias sobre o lusotropicalismo – através de uma viagem no ano de 1951 pelas províncias ultramarinas portuguesas, financiado pelo governo de Salazar, e que gerou o trabalho *Um brasileiro em terras portuguesas*⁷⁹ – Amado assinou junto com Pablo Neruda um documento, em 1954, publicado pelo Editorial Avante, pela soltura do comunista português Álvaro Cunhal, preso pelas forças policiais salazaristas na colônia penal de Tarrafal. Na campanha internacional pela libertação de Cunhal e pelo fim do fascismo europeu, solicitava-se também o fim da ditadura portuguesa, centralizada no chefe de governo Francisco de Oliveira Salazar, o mesmo admirado intelectualmente pelo pernambucano.⁸⁰

Mesmo com estas públicas diferenças políticas, tanto Freyre quanto Amado estiveram muito próximos na criação de histórias e na proposição de novos personagens e sujeitos que foram recebidos pelo público leitor e pela crítica especializada como representações nacionais, e serviram para se construir ideias do Brasil enquanto nação. Ambos ajudaram a construir, em maior ou menor grau, na literatura de ficção ou na sociológica, as ainda atuais imagens do povo nordestino, tratado em geral em sua

⁷⁸ Gilberto Freyre. *Arte, Ciência e Trópico*. São Paulo, Brasília, Difel, INL, 1980, (1ª. edição 1962), p.125/126.

⁷⁹ Gilberto Freyre. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Lisboa, Livros do Brasil, 1954.

⁸⁰ Ilana Goldstein, op. cit., p. 108. Uma versão do documento pode ser visto em <http://pt.scribd.com/doc/53707318/Jorge-Amado-e-Pablo-Neruda-sobre-Alvaro-Cunhal>, consultado em 27/07/2011.

complexidade por vezes contraditória, sendo representado como sofrido, pobre, trabalhador, mestiço de antecedentes escravos e com mulheres sensuais. Amado definiu a Bahia como “um povo mestiço, cordial, civilizado, pobre e sensível”⁸¹, apresentando inicialmente a Bahia para o Brasil, posteriormente apresentando a Bahia como metáfora do Brasil enquanto Nação, representação que circulou internacionalmente.

O nordeste, por seu turno, enquanto uma região politicamente definida foi criado institucionalmente em 1919⁸², mas suas raízes retrocedem à seca de 1877 que forçou o Estado imperial a iniciar medidas de ajuda financeira às regiões flageladas. A seca destruiu plantações e criações de gado, endividando os donos do poder que passaram a solicitar ajuda financeira ao Estado, levando boa parte da população trabalhadora a imigrar para áreas que poderiam ter oferta de emprego. A região em torno de São Paulo, devido à pujança da cultura do café e da industrialização que se iniciava justamente a partir do capital cafeeiro, foi o destino de uma parcela significativa destes trabalhadores. O nordeste a que se referem os autores é, portanto, uma região que surgiu como resultado de uma reordenação da geografia nacional, com base numa política econômica centrada na região mais rica e industrializada do país no início do século XX, que se concentrava em torno de São Paulo. A ideia de que existia uma região pobre social, educacional e economicamente foi sendo construída paulatinamente, tanto pelo campo político quanto pela cultura.

Os romances nordestinos construíram imagens do povo flagelado pela seca ou por qualquer outra desventura econômica e social, imagens que retratavam uma região sofrida pela falta da ordem patriarcal que orientava as relações sociais, sugeria Freyre, ou pela permanência da cultura política do mandonismo, denunciava Amado. Com a falta de controle social e de perspectiva política advinda da decadência do antigo mundo rural, dominado no passado pelos engenhos de cana-de-açúcar, e com a permanência da lógica patriarcal de poder, que se eternizava nas mãos dos coronéis, a região que a literatura descrevia e inventava sofria de todas as formas, mesmo quando sob a potência das novas economias regionais, como foi com o sul baiano e a cultura do cacau. Simultaneamente, essa literatura que reforçava um perfil de pobreza socioeconômica também imortalizava as

⁸¹ Jorge Amado. *Bahia de Todos os Santos, guia de rua e de mistérios*. Rio de Janeiro, Record, 2002, p.13.

⁸² Durval de Albuquerque, op. cit., p. 68.

representações do nordestino como um povo alegre, confiante, sensual, trabalhador, devotado:

“Nordeste, terra de São Sol
Irmã enchente, vamos dar graças a Nosso Senhor,
Que a minha madrasta Seca torrou seus anjinhos
Para os comer.
São Tomé passou por aqui?
Passou, sim senhor!
Pajeú, Pajeú
Vamos lavar Pedra Bonita, meus irmãos,
como o sangue de mil meninos, amém!
D. Sebastião ressuscitou!
São Tomé passou por aqui?
Passou, sim senhor!
Terra de Deus! Terra de minha bisavó
que dançou uma valsa com D. Pedro II.
São Tomé passou por aqui?
Tranca porta, gente, Cabeleira aí vem!
Sertão! Pedra Bonita!
Tragam uma virgem para D. Lampião!”⁸³

O nordeste pobre, catastrófico e religioso, neste retrato elaborado pelo católico Jorge de Lima, permitia construir uma literatura em que a beleza passava a ser extraída da miséria humana e social aliada à afirmação de uma sensibilidade incomensurável de sua população. Contraditoriamente, a fome e a miséria se tornavam belas, e foi com a estética da fome que os artistas reforçaram uma identidade nordestina. O que na década de 1960 se tornou mote das películas do cinema novo de Glauber Rocha, já estava sendo anunciado desde a década de 1930, como na obra de Jorge Amado. A fome, mais do que tema, se tornou uma forma, um modo de ser, um modo de se apresentar esteticamente:

“Da fome. A estética. A preposição ‘da’, ao contrário da preposição ‘sobre’, marca a diferença: a fome não se define como tema, objeto do qual se fala. Ela se instala na própria forma do dizer, na própria textura das obras.”⁸⁴

Essa foi uma conceituação sugerida por Ismael Xavier para a produção cinematográfica de Gláuber Rocha, que propunha uma alteração não somente temática do cinema brasileiro, mas essencialmente estrutural, na forma e na linguagem. A “estética da

⁸³ Jorge de Lima. “Nordeste” poema de 1932 publicado em Gilberto Telles. *Jorge de Lima*. São Paulo, Ed. Global, 2006, p.66.

⁸⁴ Ismael Xavier. *Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p.9.

fome”, porém, pode ser pensada para a obra de Jorge Amado na medida em que sua literatura traz uma linguagem e um ritmo narrativo que inaugura uma tentativa de aproximação da intelectualidade brasileira com as formas e os falares dos tipos sociais populares. Isso não significa dizer que Jorge Amado tenha proposto uma revolução estrutural com sua literatura, mas que sua produção já anunciava uma mudança na forma de abordagem de temática que se tornou no mínimo perturbadora a partir das películas do cinema novo.

As formas de encadear as ações narradas e as formas de falar do povo, presente na obra de Jorge Amado, buscaram não somente denunciar a pobreza e a miséria humana, mas retratar as dificuldades e a labuta diária dos trabalhadores do mar, das fazendas e das cidades. Amado imprimiu em sua narrativa descrições da pobreza e da desigualdade social que serviam para tentar criar a atmosfera certa para uma arte engajada:

“Deixou pra trás a feira onde as barracas estavam sendo desmontadas, as mercadorias recolhidas. Atravessou por entre os edifícios da estrada de ferro antes de começar o morro da Conquista ficava o ‘mercado de escravos’. Alguém assim apelidara, há tempos, o lugar onde os retirantes acampavam à espera de trabalho. (...) Homens e mulheres, esgotados e famélicos, esperavam. Viam a feira distante, onde havia de um tudo, uma esperança enchia-lhes o coração. Tinham conseguido vencer os caminhos, a caatinga, a fome e as cobras, as moléstias endêmicas, o cansaço. Atingiam a terra farta. Os dias de miséria pareciam terminados. Ouviam contar histórias espantosas, de morte e violência, mas sabiam do preço do cacau em alta, sabiam de homens chegados como eles, do sertão em agonia, e agora andando de botas lustrosas, empunhando chicotes de cabo de prata. Donos de roças de cacau.”⁸⁵

Foi dessa forma que Gabriela, Fagundes e Clemente chegaram a Ilhéus, alimentados pelo sonho e pela esperança de uma vida longe da miséria e da fome do sertão. Enquanto a esperança destes retirantes fosse se tornar um fazendeiro de botas reluzentes, a injustiça e o atraso do Brasil não se alterariam, pois continuaria a existir o “mercado de escravos”, alusão direta e sem melindres à extrema exploração do trabalho imprimido aos trabalhadores rurais nas roças de cacau da Bahia. Amado já havia abordado essa questão em *Cacau*, mas retomou-a diversas outras vezes, especialmente nos romances sobre o sul baiano, aparecendo também, de soslaio, em outros trabalhos, como em *Suor e Mar Morto*,

⁸⁵ Jorge Amado. *Gabriela*, op. cit., p.130.

por exemplo, nas passagens que fazem referência aos retirantes em direção a Ilhéus, em busca da riqueza do fruto de ouro.

Os temas do sertão e da seca corroboraram para a construção de uma identidade nordestina, e estiveram claramente vinculados às necessidades econômicas locais, que forçavam medidas políticas específicas para a região das secas.⁸⁶ A convivência de populações diferentes, cultural e economicamente, ocorreu com a desvantagem para uma das partes, os trabalhadores braçais, os retirantes. Também quanto a este aspecto a literatura mais uma vez immortalizou o nordeste brasileiro, criando e reinventando imagens presente na poesia, nos romances e nas artes:

“Por léguas e léguas, através de todo o Nordeste, o deserto da caatinga. Impossível de varar, sem estradas, sem caminho, sem picadas, sem comida e sem água, sem sombra e sem regatos. A caatinga nordestina. E através da caatinga, cortando-a de todos os lados, viaja uma inumerável multidão de camponeses. São homens jogados fora da terra pelo latifúndio e pela seca, expulsos de suas casas, sem trabalho nas fazendas, que descem em busca de São Paulo, Eldorado daquelas imaginações.”⁸⁷

No ato de falar daquela região, que havia sido a antiga zona de riquezas do país gravitando em torno da cultura do açúcar, foi também representada a sua população pobre economicamente, mas rica culturalmente. Se atentarmos para o fato de que no final da década de 1930 a região centro-sul detinha cerca de 60% das editoras do país,⁸⁸ entenderemos melhor a razão da descrição etnográfica, cujo objetivo parecia ser também a de facilitar a compreensão da realidade social aos leitores de outras regiões:

“A seca os empurrara para o sul, na terceira classe do *Santarém*, onde também viajavam soldados. Após o desembarque dos passageiros de primeira, eles saltaram com as suas trouxas, as mulheres puxando as crianças. (...) Homens amarelos de cara chupada. Mulheres magras, curvas como velhas. A velhice entre elas não se media pela idade e sim pelo número de filhos. (...) O chefe tinha cara de cigano, não de cearense. Corado, mais alto que Henrique, com paletó de casimira e lenço de cores no pescoço. (...) Iam mulheres com crianças. Uma garota de doze anos puxava pela mão um irmãozinho de três anos e levava no braço um de seis meses, que chorava. A mãe ficara morta no Ceará. (...)
- Coitados! Pensam que vão enricar no Sul...”⁸⁹

⁸⁶ Durval de Albuquerque, op. cit.

⁸⁷ Jorge Amado. *Seara Vermelha*. São Paulo, Ed. Martins, s/d, 18ª. Edição, p.59.

⁸⁸ Sérgio Miceli. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.151.

⁸⁹ Jorge Amado. *Suor*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1980, p.122-124, (1ª. edição pela Ed. José Olympio, 1934).

A Bahia fora abordada por Jorge Amado que a recriou na literatura como um estado nordestino com um povo pobre e sofrido, mas também um povo alegre. Entretanto, a seca, que foi um dos critérios de definição do Nordeste brasileiro, foi explorada tangencialmente por Jorge Amado em seus primeiros romances na década de 1930. Em *Suor*, por exemplo, como notamos no trecho acima, o sertão com a seca e seus retirantes foi apresentado com as referências ao Ceará, que exportava homens e mulheres subnutridos e esperançosos com uma possibilidade de trabalho ao sul do país. Contudo, a Bahia só passou a integrar a região nordeste tardiamente, quando a política do Estado passou a reivindicar auxílio contra a seca destinado aos estados flagelados.⁹⁰ Até o Censo Demográfico do IBGE de 1940 a Bahia fazia parte da antiga região Este e não Nordeste.⁹¹ Foi nesta mesma época que Jorge Amado lançou seu único romance ambientado na zona da caatinga, *Seara Vermelha*, mostrando o sertão baiano com seus sertanejos retirantes.

Com ou sem seca, o litoral ou o interior, as fazendas ou as cidades, a representação da Bahia de qualquer forma se dava sempre através de uma população mais pobre e de uma propalada cultura popular, marcadamente tratada como algo original e positivo. Esta cultura popular foi apresentada como símbolo do Brasil:

“Existe uma cultura baiana com características próprias, originais? Creio que sim. Aqui toda a cultura nasce do povo, poderoso na Bahia é o povo, dele se alimentam artistas e escritores. Há uma tradição social na arte e na literatura baianas que vem desde Gregório de Matos e prossegue até hoje. Essa ligação com o povo e com seus problemas é marca fundamental da cultura baiana. Cultura baiana que influencia toda a cultura brasileira da qual é célula mater.”⁹²

A cultura baiana tratada como celular mater da brasileira circulou e chegou a todo o país e exportou para além de suas fronteiras as questões consideradas relevantes e que tipificavam sua população. Essas tipificações vieram a partir da utilização do folclore como meio de se falar do povo, descrevendo-o. As manifestações da cultura popular foram utilizadas como se fosse um acesso ao povo, que, nessa prática de representação proposto pela elite intelectual, estava sendo definido e construído efetivamente pela literatura. O que

⁹⁰ Durval Albuquerque, op. cit., p.219.

⁹¹ *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p. 6.

⁹² Jorge Amado. *Bahia de Todos os Santos...*, p.20.

se definia como tradição popular foi visto como cultura original do Brasil moderno e fosse abordado através da cultura patriarcal de Freyre e Lins do Rego ou da pretensa cultura popular de Jorge Amado, o Nordeste passou a ser acessado também pelas descrições de caráter etnográfico e pelas referências ao arcabouço cultural folclórico:

“A imagem da Bahia de Amado aproxima-se, pois, da própria imagem tradicional do Nordeste traçada por Freyre, só com o sinal invertido: se, para Freyre, a harmonia e a conciliação se dá pelo caráter patriarcal da sociedade, para Amado se dá pelo seu caráter popular. Tanto aquela sociedade aristocrática como esta, popular, se viam ameaçadas pela emergência da modernidade, da sociedade burguesa, e por isso a confluência entre pensamentos antagônicos, no sentido da necessidade de se preservar a memória desta sociedade ameaçada de esquecimento. O mundo popular tradicional também estava em ruína. O mundo do capital e do trabalho condenavam as figuras da Bahia popular ao fim.”⁹³

Jorge Amado para não deixar as memórias de um passado no esquecimento e para projetar um futuro diferente para o país, que participava do sistema mundo capitalista que estava sendo questionado pelo intelectual do partido comunista, criou imagens que representavam aspectos de uma Bahia mítica. Para tanto, inventou um povo a partir de feições observadas, coletadas e amarradas em um nexos explicativo que ressaltava sua capacidade de transformação social. É aí que entram as descrições do cotidiano do “povo humilde” que lembram não somente as etnografias sobre os hábitos culturais dos negros no Brasil, mas até as imagens do cotidiano do Brasil retratadas pelos cronistas oitocentistas.

“A Feira de Água dos Meninos começa na noite de sábado e se estende ao domingo até ao meio-dia. Porém, na noite de sábado é que é bom. Os canoeiros atracam suas canoas no Porto da Lenha, os mestres de saveiros deixam os seus barcos no pequeno porto, homens chegam com animais carregados, as negras vem vender mingau e arroz-doce. Bondes passam perto, cheios de gente. Todo mundo vem a Feira de Água dos Meninos. Uns vem para comprar mantimentos para a semana, outros vem pelo prazer do passeio, para comer sarapatel, para tocar violão, para arranjar mulher. A Feira de Água dos Meninos é uma festa. Festa de negro, com música, violas, risadas e brigas. As barracas se estendem em filas. Porém, a maior parte das coisas não está nas barracas. Está em grandes cestos, em caçuás, em caixotes. Camponeses de chapéu largo de palha, sentados ao lado, conversam animadamente com os fregueses. Raízes de macaxeira e de inhame, montes de abacaxis, laranjas e melancias. Tem todas as espécies de banana na Feira de Água dos Meninos. Tem de tudo na Feira. Um homem que tira a sorte com periquito. Custa duzentos reis a sorte. Rosenda Rosedá tirou a sua. (...)”⁹⁴

⁹³ Durval Albuquerque, op. cit., pp. 220/221.

⁹⁴ Jorge Amado. *Jubiabá*. Rio de Janeiro, Record, 2006, p.234.

Essa é a descrição, em 1935, da hoje conhecida Feira de São Joaquim, em Salvador. É lá que Balduino se diverte e tenta ganhar dinheiro com algum tipo de trabalho informal, após sua passagem pelo circo itinerante no recôncavo e antes de entrar para as docas e se tornar um consciente estivador em luta por direitos trabalhistas. Ou seja, é quase uma etnografia da cidade de Salvador e do recôncavo, presente na obra que criou imagens, que depois foram registradas pelas lentes fotográficas de Pierre Verger, bem como pelos pincéis de Carybe.⁹⁵

A feira, como um espaço em que se vendem mercadorias das mais variadas naturezas, ao tempo que representa um microcosmo representativo da sociedade, foi um ambiente sempre possível de se inserir narrativamente os tipos sociais escolhidos pelo autor, e talvez por isso tenha sido bastante explorado nas obras de Amado. A feira, ademais, servia como cenário para a abordagem de temas definidos e estudados como folclore, posto ser a feira de rua, também, um lugar onde as pessoas manifestavam suas tradições culturais.

O folclore foi abordado pela literatura de ficção como um meio dos intelectuais acessarem a cultura das massas, amplamente abordada durante os meados do século XX. Vivia-se um período de confluência para a elaboração de uma cultura nacional e nesse momento uma das formas encontradas pela elite para retratar a nação foi no estudo e na exposição do que se definiu como folclore: manifestações artísticas e culturais, baseadas em uma tradição e que proviam de indivíduos e grupos não eruditos.⁹⁶ As cantigas, as lendas, as advinhas, as danças e as músicas faziam parte deste repertório cultural, como as toadas dos pescadores, as cantigas dos trabalhadores e os cantos de trabalho típicos das roças de cacau, que Amado trouxe em seus romances:

⁹⁵ Ver José Barreto (org. e redação de textos). *Carybe e Verger: gente da Bahia*. Salvador, Fundação Pierre Verger, Solisluna Desing Editora, 2008.

⁹⁶ Luis da Câmara Cascudo. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo, Martins, 1965; Câmara Cascudo. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, INL, 1962.

“minha cor é do cacau/ mulato de querer bem/ mais ai, mulata, mais ai./sou amarelo
ampapuça’o, / cor da maleita também” “o cacau é boa lavra/ e eu sou bom lavrador/
Maneca morreu na estufa/ na hora do sol se pôr...”⁹⁷

Fazendo referências a acontecimentos, mazelas e dificuldades cotidianas os trabalhadores cantavam, o que os auxiliava na passagem do tempo. Esses cantos são também repletos de crítica sociais, que podiam aparecer indiretamente, ora fazendo troça de uma situação, ora lamentando um ocorrido. Nesse caso, lamentava-se a morte de Maneca, trabalhador das roças de cacau que perdeu a vida na estufa de secagem das sementes por falta de condições dignas de trabalho.

Artistas e literatos eruditos voltavam seu olhar para a população empobrecida, analfabeta e marginalizada, inspirando-se no que acreditavam ser “típico do povo”, levando estes elementos para suas obras, que apresentavam retratos das classes pobres e trabalhadoras. Santa Rosa, Di Cavalcanti, Portinari, Tarsila do Amaral, Carybé, Lula Cardoso Ayres, Mario Cravo, Catulo da Paixão Cearense, Jorge de Lima, João Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e tantos outros. E assim como no campo das artes e da literatura, também no campo das ciências sociais os intelectuais voltavam seus interesses para aspectos da formação do povo brasileiro e, para tanto, passavam a investigar o chamado folclore, que se tornou um objeto da ciência, tema da antropologia, sociologia e história.

Na medida em que o folclore ia se tornando um objeto da ciência, tema para escritores e modelos para artistas, o Estado brasileiro ia investindo na criação de instituições, faculdades e escolas em um movimento de expansão da educação,⁹⁸ o que colaborou para a promoção das pesquisas sobre o Brasil e para a investigação do tema da cultura popular. Neste contexto político de expansão da área de educação, o folclore foi tratado como objeto de ciência e foi debatido intensivamente, pois visto como propício para a discussão teórico-metodológica do estudo da história do Brasil. Escolas teóricas e correntes se formaram em torno de figuras chaves como Arthur Ramos e Édison Carneiro,

⁹⁷ Jorge Amado. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo, companhia das Letras, 2010, pp. 312/314.

⁹⁸ Ver Otaíza Romanelli. *História da Educação no Brasil 1930-1973*. Petrópolis, vozes, 1991.

Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, e calorosos debates ocorriam no seio das jovens universidades e institutos de pesquisa.⁹⁹

O nacionalismo como uma ideologia de Estado mantinha-se fulcral, avançando pelas décadas. Nos anos 1940, a intelectualidade se volta para a questão da identidade nacional do Brasil, que passou a ser tratada a partir de uma ênfase na formação de seu povo, mais do que a concepção de seu Estado e de sua forma de governo. Corroboram para esta discussão questões internas sobre a identidade nacional que datam desde o século XIX e questões externas oriundas das demandas sobre relações raciais definidas pela política internacional da UNESCO.¹⁰⁰ Neste amplo contexto de demandas, tudo aquilo relacionado ao povo brasileiro – seus aspectos mais populares ou mais elitistas – acabou por ser prioridade na pesquisa antropológica, sociológica e histórica, como já vinha sendo abordada pelo vasto campo da cultura.

O Brasil enquanto um Estado nacional detentor de uma identidade própria era o grande objeto da intelectualidade brasileira – fossem literatos, cientistas, sociólogos ou mesmo políticos – mas o pano de fundo para o tratamento deste grande objetivo foram as temáticas que se apresentavam através da investigação do folclore local – por exemplo, dança, música, culinária, vestuário, rituais de uma região ou população – bem como os temas como “o negro” ou “as religiões afro-brasileiras”. Zumbi dos Palmares começou a ser citado como herói popular e a “liberdade religiosa para os negros, cujas religiões a policia persegu[ia]” começaram a ser bandeira de alguns intelectuais, como para Jorge Amado.¹⁰¹

“O som dos instrumentos ressoa por toda a península de Itapagipe. Os músicos estão excitados também, como todos os que assistem a esta macumba do pai Anselmo em honra de Iemanjá. Faz meses que estas negras, que hoje são feitas, foram iniciadas. Primeiro deram a todas elas um banho com as folhas sagradas, raspam-lhes os cabelos da cabeça, das axilas, do púbis, para que o santo mais livremente possa

⁹⁹ Para a história dos centros de pesquisa, faculdades e universidades no país ver os trabalhos de S. Schwartzman. *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPQ, 1982; Edison Carneiro. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 1955; Fernando de Azevedo. *As Ciências no Brasil*. São Paulo, ED. Melhoramentos, 1956.

¹⁰⁰ Marcos Chor Maio. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”, vol. 40 n.º. 1 Rio de Janeiro 1997, em <file:///H:/marcos%20chor%20maio.htm> acessado em 25/07/2011.

¹⁰¹ Ver o artigo “Discursos dos Srs. Evaristo de Moraes, Carlos Lacerda, Francisco Mangabeira, Jorge Amado e Pedro Ivan Martins sobre a libertação dos negros” no periódico *a Manhã*. 14 de Maio de 1935.

penetrar, então veio o efun. Tiveram as cabeças pintadas e também as faces em cores berrantes. Receberam então Iemanjá que penetrou nelas ou pela cabeça ou pelas axilas ou pelo púbis.”¹⁰²

Em *Mar Morto* Jorge Amado descreve longamente diversas cenas de candomblé, como esta. E a rainha do mar para os cultos afro-brasileiros, Iemanjá, é mais do que uma entidade religiosa evocada pelos pescadores para protegê-los. Ela é uma personagem da trama, que domina os mares, protege os pescadores e suas famílias, definindo e recebendo a morte de cada um. Amada e temida, Janaína, como também é chamada, está em cada momento da vida diária da comunidade de pescadores. A presença constante dessa divindade na trama cria uma narrativa muito próxima de um cotidiano permeado por crenças religiosas de origem africana, cultura religiosa apresentada como típica e padrão dos personagens populares do romance.

As questões sobre os negros no Brasil foram levantadas como objeto a ser estudado inicialmente por Silvio Romero¹⁰³ e foi entronizado como tema por Nina Rodrigues,¹⁰⁴ passando a ser discutidas intensamente a partir da chave do trabalhismo brasileiro. Sobre quais braços deveria assentar a responsabilidade do trabalho na nascente república, uma vez que a escravidão havia sido abolida? À discussão sobre o mundo do trabalho brasileiro e sobre quem deveriam ser os trabalhadores deste país – com as implicações da importação de europeus e asiáticos ou da manutenção dos nacionais neste papel – se opuseram intelectuais que divergiram em opinião.¹⁰⁵

Na virada do século XIX para o XX, procurava-se construir uma sociedade civilizada no Brasil, inspirada nos modelos de sociedade europeia, pautando-se nas políticas racistas de branqueamento, que se traduziu na política de Estado de importação de imigrantes europeus e na valorização da cultura europeia em detrimento de qualquer

¹⁰² Jorge Amado. *Mar Morto...* p.74.

¹⁰³ Silvio Romero. “O Negro – objeto da ciência” em Edison Carneiro. *Antologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ediouro, s/d .

¹⁰⁴ A bibliografia de Nina Rodrigues é ampla, mas para uma visão geral de suas teses sobre “o negro” nas ciências ver *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

¹⁰⁵ Ver Alberto Torres. *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914; Oliveira Lima. *Aspectos da História e da Cultura no Brasil*. Lisboa, A.M. Teixeira, 1923 e *Formation historique de la nationalite bresilienne: serie de conferences faites en Sorbonne*. Paris, Garnier, 1911.

aspecto cultural de origem africana ou indígena. Neste momento, já sem o controle social da escravidão, o preconceito racial cresceu e passou a ser o maior impeditivo para a ascensão social de grande parte dos brasileiros natos, dado seu caráter mestiço e negro. Ao longo das primeiras décadas do século XX, portanto, o mundo do trabalho no Brasil esteve assentado numa base racista que procurava limitar aos trabalhadores nacionais diversos direitos legais ou condicioná-los a determinada lógica do mundo do trabalho, que desfavorecia os afro-brasileiros em sua maioria.¹⁰⁶

A composição racial do trabalhador brasileiro manteve o tema do “negro” nas ciências sociais, discutido inicialmente através do conceito de raça, analisado em seguida sob o conceito de cultura, introduzido no Brasil como uma categoria de análise histórica a partir da década de 1930 por autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.¹⁰⁷ O negro, o folclore, o popular passaram a ser debatidos a partir desta componente cultural por autores como Arthur Ramos, Edison Carneiro, Luis da Câmara Cascudo, etc.¹⁰⁸ Criava-se um espaço no qual os discípulos de Nina Rodrigues ampliaram o debate sobre os afro-brasileiros, discutindo antropologicamente o tema através do conceito de cultura, por isso passando a estudar as manifestações populares afro-brasileiras. Essa abordagem mantinha o debate sobre a questão racial, pois ao se introduzir uma noção de cultura para abordar a temática em torno do negro, porquanto se pretendia discutir a formação do povo brasileiro, acabou-se por renovar um velho tema.¹⁰⁹

Gilberto Freyre foi figura central também na abordagem do tema da identidade nacional sob o prisma da cultura. Foi um dos primeiros pesquisadores a propor analisar os africanos como colonizadores do Brasil, marcando os aspectos positivos dessa participação na composição da nação. A contribuição dos negros pode ser destacada tanto na mistura racial que gerou o mulato, segundo Freyre, e na presença africana nas manifestações

¹⁰⁶ Alguns pesquisadores discutiram esta questão, como Célia Marinho de Azevedo. *Onda negra medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, cap. IV “aboliconismo e controle social”; Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, UNICAMP, 2001, cap. “sobrevivendo...”.

¹⁰⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 1995.

¹⁰⁸ Ver Florestan Fernandes. *A investigação sociológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, vozes, 1975; Arthur Ramos. *O Folk-Lore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1935.

¹⁰⁹ Ver o trabalho de Lilia Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

culturais como na dança, na culinária, na música e em outras formas do que se chama de folclore. Esta proposição já havia sido feita anteriormente, tanto por Manuel Querino, quanto por Manoel Bomfim, mas não obtiveram grande impacto entre os demais intelectuais.¹¹⁰ Foi, todavia, Arthur Ramos, continuador da obra de Nina Rodrigues, que contribuiu fortemente para manter “o negro” no lugar de objeto da ciência, analisando-o não mais do ponto de vista médico/racial, mas etnograficamente através do estudo da cultura, que nesse caso foi a investigação do folclore e das religiões afro-brasileiras, alcunhadas sob o signo de “cultura popular”.¹¹¹

Junto a Arthur Ramos, corroborando suas ideias ou debatendo-as, estiveram outros pesquisadores como Edison Carneiro, Luis Viana Filho, Aydano do Couto Ferraz, René Ribeiro, Luis da Câmara Cascudo e o próprio Gilberto Freyre, que deitaram um olhar etnográfico para a história dos africanos no Brasil. Esses intelectuais, atentos às questões da formação da identidade nacional, mantiveram sua atenção sobre a população brasileira, estudando-as através de seus componentes racial e cultural. Com uma população negra e parda na ordem dos 35% em 1940,¹¹² ou seja, numericamente significativa, assim como os artistas e literatos retrataram-na em suas composições, também o fizeram o sociólogo e o antropólogo. Os eventos que revelam a importância da questão para a intelectualidade brasileira durante a década de 1930 são o Congresso Afro-Brasileiro de 1934, em Pernambuco, e o II Congresso Afro-Brasileiro, na Bahia, em 1937. O primeiro, organizado por Gilberto Freyre, fora criticado pelos baianos como algo que teria apenas explorado politicamente o tema, sem nada contribuir para a mudança da realidade racial no Brasil. O segundo congresso, organizado por Edison Carneiro, Reginaldo Guimarães e Aydano do Couto Ferraz, apresentou uma proposta mais construtiva, colaborando para iniciar uma postura diferente dos intelectuais:

Este [Congresso Afro-Brasileiro de 1937] se realiza com uma característica diferente do Congresso de Recife. Os verdadeiros tributários da cultura afro-brasileira figuram

¹¹⁰ Manoel Bomfim. *Brasil Nação*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1928; Manuel Querino, *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.

¹¹¹ Arthur Ramos. *O Negro Brasileiro. Etnografia Religiosa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951 (1ª. edição 1934); *O Folclore negro no Brasil*. 1ª. edição 1935; *As culturas negras no Novo Mundo*. 1ª. edição 1935, 2ª. edição pela Companhia Editora Nacional.

¹¹² *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º. de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.1.

lado a lado dos estudiosos nacionais e estrangeiros sobre o assunto e, o que é mais importante, com um discurso de autoridade, usando os sinais diacríticos da cultura dominante, figurando não apenas como meros objetos de estudo, mas deixando de ser, mesmo que momentaneamente, apenas objeto do discurso de outros e passando a produtor de discursos sobre si mesmos.¹¹³

Durante e após o II Congresso Afro-Brasileiro, o Brasil passou a ser um ponto de referência para as discussões sobre as questões raciais e passou a receber intelectuais estrangeiros que o tiveram como destino para estudos sobre raça e sobre as comunidades negras da diáspora. Os estrangeiros, especialmente Donald Pierson, Roger Bastide e M. Herskovits, dentre outros, acabaram por contribuir no desenvolvimento dos centros universitários no país, uma vez que o ensino superior se tornou central para o Ministério da Educação e começou a receber mais regulamentações e incentivos financeiros governamentais especialmente a partir da década de 1930.¹¹⁴ Produziram trabalhos sobre a cultura afro-brasileira ou sobre as questões raciais, contribuindo para consagrar o tema do folclore e da cultura popular, que já apareciam em periódicos e na imprensa independente.¹¹⁵

O ensino superior no Brasil teve um significativo impulso durante o governo de Getúlio Vargas, que tomou como tarefa primordial do Estado a execução de um projeto de desenvolvimento no qual os trabalhadores seriam uma das peças-chave do projeto de hegemonia nacional. Procurava-se utilizar a mão de obra nacional disponível para alavancar a industrialização, ao tempo que se cogitava seriamente aumentar a escolaridade da população e estimular os espaços de pesquisas científica. A reforma do Ministro da Cultura Francisco Campos iniciou, ainda que parcialmente, o investimento no setor de Educação, estabelecendo as diretrizes para o ensino superior na modalidade universitária e o ensino

¹¹³ Flávio Gonçalves dos Santos. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1889-1937)*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2001, pp.44/45.

¹¹⁴ Ver Luis Antônio Cunha. “Ensino superior e universidade no Brasil” em Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Faria Filho e Cyntia Veiga (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003; Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1979; Florestan Fernandes. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus, 1966.

¹¹⁵ Ver a “Campanha sobre os problemas do negro no Brasil” organizado pelo jornal *A Manhã*, em maio de 1935 e em especial a material assinada pelo cônsul Renato Mendonça, “a influência do africano na língua brasileira” publicada em 02 de maio de 1935; ou as matérias de Edison Carneiro, Diogo de Macedo, Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e outros no *Boletim da Sociedade Luso-Brasileria...*, desde Agosto/Dezembro de 1934, n°. 10 e 11 a Dezembro de 1939, n°. 25.

secundário. A Constituição de 1934 reiterou estes dispositivos reformistas e passou a tratar a Educação como um direito de todos os cidadãos, reafirmando a necessidade de se criar espaços para a pesquisa em tecnologias e conhecimentos.

O Ministério da Educação e Saúde, sob a direção de Gustavo Capanema entre 1934 e 1945, foi responsável pela proposição de algumas reformas que também tiveram como objetivo aumentar a escolaridade do brasileiro, formar trabalhadores especializados em nível médio e estimular a pesquisa científica e tecnológica. O público alvo destas reformas, contudo, não foi o povo advindo das classes baixas, que passou a ser contemplado somente a partir da Constituição de 1946 ao estabelecer a reforma do ensino primário.¹¹⁶ Para a ampliação dos centros universitários, ao longo das décadas de 1930 e 1940, contrataram-se professores estrangeiros que engrossarem o corpo docente das universidades e institutos de pesquisa, como o contrato de Roger Bastide na USP. Estes estrangeiros já estavam envolvidos, ou acabaram por se envolver, com a temática em torno das relações raciais e da cultura popular.

Em fins da década de 1940 e, sobretudo, na década de 1950, houve um novo estímulo para a produção de pesquisas sobre cultura popular, mais especificamente sobre as culturas afro-brasileiras. As questões raciais se tornaram um tema de investigação proposto pela ONU no ano de 1949, quando demandou o programa de combate ao racismo à UNESCO para o ano seguinte. No cenário internacional, as relações raciais tornaram-se tema de pesquisa da década de 1950 por conta da questão do racismo no velho mundo – saído da campanha anti-semita alemã – e presente também nos países subdesenvolvidos e sob domínio colonial. As campanhas contra o racismo estipularam o Brasil como um “‘laboratório racial’, fornecendo o respaldo empírico necessário à luta política, revestida de ciência, da UNESCO”¹¹⁷. Isso ocorreu tanto devido a longa história de convivência entre negros, indígenas e brancos em solo brasileiro, mas principalmente pela presença na direção do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas voltado para a Educação, Ciência e Cultura do antropólogo Arthur Ramos, que idealizou um programa de inserção do Brasil no mundo ocidental, afirmando sua civilização:

¹¹⁶ Simon Schwarzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, FGV, 2000.

¹¹⁷ Marcos Chor Maio, op.cit., p.02.

“Durante sua breve estada na UNESCO, Arthur Ramos expressou sua convicção de que a instituição intergovernamental poderia contribuir para a inserção plena do Brasil na civilização ocidental. Essa incorporação seria um processo negociado, contribuindo o país com uma experiência civilizacional singular em troca de seu ingresso na modernidade. Por sua vez a UNESCO, dotada de uma visão universalista, localizava em um caso periférico a idealizada convivência racial harmoniosa e, dessa forma, encontrava a oportunidade de integrar e revitalizar uma civilização em crise.”¹¹⁸

Após o falecimento de Ramos em outubro de 1949, o Departamento da UNESCO ficou sob a direção do sociólogo brasileiro Luis Costa Pinto, que colocou em prática o projeto do Brasil como “laboratório racial”, encomendando uma pesquisa de campo na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Os trabalhos dos dois primeiros estados, realizados respectivamente por Thales de Azevedo no primeiro e Florestan Fernandes e Roger Bastide no segundo tiveram grande destaque. O tema das relações raciais tornou-se um assunto presente nas universidades e institutos de pesquisa, como no ISEB (1955), discutido amplamente pelos acadêmicos.

Antes disso, porém, o tema já vinha sendo apresentado tanto pela literatura, como pelo associativismo negro, que em 1931 fundara a Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, e em 1944 o Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro. Ambos lutavam pelo fim da desigualdade social pela via da formação educacional e política, com o objetivo de acabar com a discriminação racial. Entre 1948 e 1950 o TEN publicou a revista *Quilombo: Vida, Problema e Aspirações do Negro*, sob direção de Abdias do Nascimento. Teve uma vida curta de apenas dez números, mas foi repleta de matérias que denunciavam o racismo, afirmando a existência de preconceito de cor no Brasil em oposição à ideia da democracia racial, que embasava a pesquisa da UNESCO. A democracia racial poderia ser uma realidade futura, mas que pressupunha a comunhão de setores intelectuais e de políticas públicas para por termo a este mal que afligia grande parte da população brasileira. Criaram uma coluna intitulada “Democracia Racial” no periódico *Quilombo*, na

¹¹⁸ Marcos Chor Maio. “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”. *SciELO*. vol.05, no. 02, Rio de Janeiro, 1998, p.32 ou <file:///H:/marcos%20chor%20maio%20%20Brasil%20no%20concerto%20da%20na%C3%A7%C3%B5es.htm#not8> acessado em 25/07/2011.

qual escreveram Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Édison Carneiro, Gilberto Freyre, dentre outros, cujo objetivo era discutir a igualdade racial.¹¹⁹

Na literatura, nas artes e nas ciências, por demandas internas da historiografia brasileira ou por imperativos das organizações internacionais, as questões sobre como era ou deveria ser o povo brasileiro, apresentadas através da cultura popular como motivo para debates sobre identidade nacional ou para o combate ao racismo, ganharam mais um reforço com o alinhamento de parte da intelectualidade às questões político-partidárias, como ao socialismo do PCB. Caio Prado Junior, por exemplo, partia do materialismo histórico para estudar a sociedade brasileira, buscando sua componente revolucionária e afirmando-a entre os trabalhadores pobres e explorados. E se Jorge Amado não foi um escritor que tenha exatamente levado o materialismo histórico para seus romances, certamente foi um intelectual que no campo literário representou uma expressão do realismo socialista. O povo, que já era e se mantinha como o objeto da ciência e era estudado através de seu folclore, da sua história e das questões raciais, passou a ser apresentado também através da literatura pretensamente revolucionária dos comunistas.¹²⁰

Jorge Amado embrenhou-se pelas questões populares em toda a sua obra, tentando encontrar no povo brasileiro os germes da revolução social, aqueles capazes de fomentar a revolução que alteraria a história, acabando com as injustiças sociais. É assim, me parece, que Amado cria o já citado personagem Joaquim, proletário consciente e filho do campesinato, que traz o inconformismo e a disposição para a luta contra o imperialismo. Joaquim vê, enxerga e reflete:

“pensa nos companheiros pobres e fracos, incultos muitos deles, alguns mal sabem ler, mas se propõem a mudar o mundo, ‘virar pelo avesso’ a terra toda, como dizia Canhoto na prisão.”¹²¹

E a mudança do mundo poderia ser feita sem violência, prognosticava Jorge Amado, deveria ser apenas com a demonstração da injustiça social, de muita determinação

¹¹⁹ Ver a coluna “Democracia Racial” em *Quilombo: vida, problema e aspirações do negro*. Na 1ª. edição Gilberto Freyre reconhecia o preconceito de cor no Brasil, mas reafirmava que a nação caminhava para a democracia racial. Neste número, que conferiu a tônica de todos os seguintes, há também a matéria furiosa publicada em *O Cruzeiro* em 24.05.1947 por Raquel de Queiroz, em que a escritora atacou a sociedade racista, respondendo a um jornalista que havia dito não existir o preconceito de cor no Brasil.

¹²⁰ Ver Ana Paula Palamartchuk, op. cit., especialmente capítulo 04.

¹²¹ Jorge Amado. *São Jorge dos Ilhéus...* p.144.

e de disposição para enfrentar as forças opositoras. Isso se daria quando a falta de perspectiva dos camponeses os impulsionassem a tomar alguma atitude, sob a orientação de uma liderança bem preparada, representada em *São Jorge dos Ilhéus* por Joaquim:

“lentamente, como uma procissão nunca vista, começaram a entrar em Itabuna [uma multidão desempregada]. Vinham calados, as mulheres levavam as crianças ao colo. Nem uma única arma. Na frente marchava Joaquim. Na ponte que dividia a cidade, os soldados esperavam. Os alugados não traziam nem estandarte e nem bandeira. Tinham apenas a fome estampada nos rostos amarelos do impaludismo. As famílias cerravam as janelas, mulheres desmaiavam nas ruas, gente se recolhia apressadamente. E a manifestação (‘Parada da Fome’ chamada um volante dos comunistas) penetrava na cidade.”¹²²

Jorge Amado não somente configurou um povo e indicou os caminhos para uma alteração da ordem social, ele também se preocupou em “fazer o país enxergar o seu povo com seus suores, cantigas, macumbas, prostituição, doenças, lutas, misérias e malandragens.”¹²³ Seus primeiros romances criaram uma nação em que se encontra a mistura do compromisso político com uma mudança social pretendida para o Brasil, mas nunca alcançadas – nem mesmo em seus romances, onde os personagens populares continuam sempre na mesma situação de trabalhadores explorados, apesar de uma tomada de consciência. Essa conscientização se daria mediante personagens criados a partir de um arcabouço popular/popularizado,¹²⁴ como Balduino e Joaquim, que desempenhavam o papel que Jorge Amado parecia querer ocupar na realidade. Foi por isso, talvez, que tenha representado o povo em seus romances, usando a “prerrogativa de *dar voz ao proletário*, para, no entanto, falar por eles.”¹²⁵

Apesar de ter criticado em alguns momentos da sua vida (nos anos 1930 e 1990) o modernismo, que via como uma orientação estilística com pouco compromisso político e social, Jorge Amado foi um escritor influenciado pelo modernismo literário que certamente o estimulou a criar, inventar e produzir uma literatura que permitia romper com o velho modelo de imitação europeu. O contexto intelectual de sua época permitia inovações de diversas naturezas, estilísticas e temáticas, o que faz de Amado tributário do modernismo,

¹²² Idem, *Ibidem*, p.311.

¹²³ Durval de Albuquerque, *op. cit.*, p.213.

¹²⁴ Eduardo de Assis Duarte, “Jorge Amado e o *Bildungsroman* proletário” em Vera Rollemberg (org.) *Um Grapiúna no país do carnaval*. Salvador, FCJA/EDUFBA, 1999, p.74.

¹²⁵ Ana Paula Palamartchuk, *op.cit.*, p.114.

pois foi essa conjuntura que permitiu que o autor representasse tipicamente uma região e que tivesse incitado ao debate as questões raciais e sociais, como fez. Amado pinçou do arcabouço da cultura popular – através de uma inspiração no folclore regional e nas abordagens etnográficas– os elementos necessários para propor um Brasil novo, diferente e mais acessível àqueles que não eram beneficiados pelos projetos hegemônicos, de inspiração burguesa e capitalista.

Corroborou para essa confecção de uma modernidade para o Brasil, além dos itens já citados, a abertura do mercado editorial,¹²⁶ que como um resultado de interesses econômicos e culturais nacionais criou lastro para os debates entre os intelectuais e o público que se ampliava.¹²⁷ As reformas educacionais iniciadas, juntamente com os projetos de ampliação da rede de ensino com objetivo de erradicar o analfabetismo no país, explicam o aumento da publicação de obras didáticas, o que estimulou o crescimento do setor de editoração, bem como do público leitor. O crescimento da produção de obras didáticas, literárias e de arte, assim como o aumento da imprensa brasileira, também teve uma relação com o avanço, ainda que sutil, da escolaridade. Tudo isso colaborou para permitir uma maior circulação internacional dessa mesma produção brasileira.

4. ÓSCAR RIBAS NA LITERATURA ANGOLANA.

“Nós estávamos à procura de uma linguagem que nos fosse própria, adaptada o mais possível à nossa busca de autenticidade, desejando muito sermos os intérpretes das aspirações populares. O peso do *assimilacionismo* sofrido por todos pesava sobre os ombros.”¹²⁸

No mesmo período que no Brasil, parte da produção literária dos escritores angolanos também retratou a questão popular, abordando anseios das camadas sociais mais baixas, registrando e interpretando as manifestações culturais dos povos nativos. Se pensarmos que as ciências e as artes são partes constituintes dos organismos da sociedade

¹²⁶ Sergio Miceli, op. cit.

¹²⁷ Antônio Candido. “A revolução de 1930” em *Novos Estudos*. nº.4, São Paulo, Cebrap, 1984.

¹²⁸ Mario Pinto de Andrade. “Poetas negros de expressão portuguesa” em *Europe*, nº. 381, Paris, Janeiro 1961, pp.3-10, citado por Pires Laranjeira. *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000, p.63.

civil, que, por sua vez, como definiu Gramsci, tem uma função na propagação das ideologias, e que existem várias concepções de mundo e vários graus para sua transmissão, analisaremos com mais cuidado os elementos folclóricos presentes na obra de Jorge Amado e de Óscar Ribas.¹²⁹ O que se define como folclore e, genericamente, de cultura popular foram categorias utilizadas para compor o arcabouço cultural do nacionalismo e empregado na concepção propriamente dos Estados nacionais.

A cultura popular se tornou importante para movimentos que conjecturavam o Estado nacional português e angolano, pois o povo se tornou uma estrutura política relevante, ainda que as muitas variações linguísticas, religiosas e étnicas precisassem ser amalgamadas. Essa tarefa de unificação da diversidade angolana sob um mesmo signo cultural foi uma tarefa desempenhada pelos intelectuais, que em uma fase do desenvolvimento do nacionalismo, segundo Hobsbawm ao analisar o surgimento das nações, buscavam aspectos do universo simbólico popular.¹³⁰ Os movimentos nacionalistas em Angola, que surgiam a partir, especialmente, da década de 1950 e tomaram corpo nos anos subsequentes, mobilizaram sentimentos de vínculos coletivos anteriormente existentes. Os escritores tornaram-se peças importantes tanto para a elaboração desses sentimentos de vínculos quanto para a mobilização dos mesmos, lembrando que eram poucos em uma vasta maioria de analfabetos que desconheciam, muitas vezes, a língua falada do colonizador, portanto da política, da administração e do poder. É nesse cenário que Óscar Ribas passa a ter relevância como um escritor que contribuiu indubitavelmente para a elaboração de vínculos coletivos, mais do que para sua mobilização em prol de uma luta política nacionalista.

Óscar Ribas foi um intelectual dos mais eminentes de sua época, cuja produção esteve vinculada ao registro da cultura popular angolana. Foi condecorado com prêmios nacionais e internacionais devido a sua contribuição para o registro do folclore angolano, registro esse importante durante o movimento de libertação nacional e a construção de uma cultura nacional angolana no período pós-colonial. O primeiro indicativo da importância internacional de sua obra foi sua nomeação por Luis da Câmara Cascudo como membro da

¹²⁹ Hughes Portelli. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 22-27.

¹³⁰ Ver para uma discussão do protonacionalismo Eric J. Hobsbawm. *Nações e nacionalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, especialmente o capítulo II.

Academia Brasileira de Folclore do Rio Grande do Norte, no ano de 1954. Seus livros foram considerados, na altura, uma “documentação excelente no domínio da Etnografia, Literatura Oral e Supersticiosa na região africana de sua residência”¹³¹. Até seu falecimento no ano de 2002, Ribas foi colecionando admiradores e amizades com pesquisadores internacionais como o norte-americano Gerald Moser e o francês Michel Laban, assim como prêmios e títulos nacionais e internacionais.¹³²

Entre romances, contos, poesias e etnografias, Ribas produziu um material escrito que tinha por finalidade manter viva a memória dos povos nativos, salvando-os de uma perda iminente diante da modernidade que chegava avassaladora com seus novos hábitos e costumes.¹³³ Como não poderia deixar de fazer, dada sua condição de angolano intelectualizado que vivia o ambiente da assimilação com todo seu aparato de dominação, documentou as culturas, as tradições e os costumes angolanos com ferramentas da cultura ocidental, especificamente a escrita em língua portuguesa. Pelo processo civilizador imposto pela Europa às sociedades africanas, a cultura ocidental assentada sobre o registro escrito passava por cima das culturas pautadas na oralidade, tratadas pelos olhos da primeira como primitivas e exóticas. Mas sobre a literatura oral e seu significado social Ribas dizia:

“Por falta de um sistema privativo de escrita, na memória que os autóctones conservam a sua literatura, oralmente a transmitindo de geração em geração. Compreende contos, adivinhas, provérbios, canções, e, de uma maneira geral, outras variadas formas de recreação. E a par das manifestações do engenho, enquadram-se os preceitos que regulam a vida, constituindo, pela sua natureza, códigos, tratados, os regulamentos de suas actuações”¹³⁴

Sua opção por registrar e interpretar o folclore fez-se mais importante na medida em que aliou à esta tarefa o objetivo confuso e pouco nítido de tentar valorizar o angolano naquele contexto de dominação em que a literatura colonial oferecia representações

¹³¹ Ver de Luis da Câmara Cascudo a carta de nomeação de Óscar Ribas como membro da Academia Brasileira de Folk-Lore do Rio Grande do Norte em *Angola: revista de Doutrina e Estudo*, ano XXII, Outubro de 1954, nº. 150, p.10.

¹³² Gabriel Baguet Jr. *Óscar Ribas a memória como escrita*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2008, p.381 e Óscar Ribas, *Missosso*. Luanda, Tipografia Angolana, 1964, p.09.

¹³³ Carlos Erverdosa, op. cit., p.11.

¹³⁴ Óscar Ribas. “Literatura Oral Angolana” em *Original Datilografado*, citado por Gabriel Baguet Jr, op. cit., p.120.

caricaturais dos africanos e dos negros de modo geral, servindo para a diversão e entretenimento dos europeus em seus salões literários. O sistema de exploração imperialista reproduzia-se tanto nas forças coercitivas do Estado Português, através da polícia e do sistema jurídicos, quanto a partir da produção intelectual, cujo resultado era um meio de propagar a ideologia hegemônica, por meio dos discursos de uma suposta superioridade da civilização ocidental.¹³⁵

Óscar Ribas falava a partir de uma tradição cultural europeia e escrevia para a elite portuguesa ou nativa, retratando e focalizando as culturas angolanas, das quais procurava se distanciar. Seus registros dos nativos, entretantes, não podem ser meramente igualados à literatura colonial que destacava o primitivismo e o exotismo africano como forma de ressaltar a importância da colonização como elemento civilizador. Dizia:

“Sem nos conhecermos uns aos outros, como poderemos nós, em face de outrem, formar dele um juízo normal, assentes nos princípios do decoro e da bondade? Ora o Folclore, estudando a vida dos povos em todas as suas manifestações, desvenda as suas tradições, a sua capacidade física e mental, o seu modo de sentir e agir. E tudo desvendado, tudo se explica racionalmente. E a repulsa, a incompreensão, de nós se desapossam, francamente cedem lugar à estima e tranquilidade.”¹³⁶

Claro está o lugar de onde fala Ribas, e não podemos procurar nele o escritor militante revolucionário que encontramos em Agostinho Neto, por exemplo. Mas também claro me parece que o autor tenta contribuir, imbuído do espírito investigador e científico eurocêntrico, para uma melhor compreensão dos nativos, buscando uma convivência mais harmoniosa entre os diferentes grupos, procurando acabar com a repulsa, com os preconceitos. Através do folclore essa compreensão seria possível, pois seria uma forma de investigar práticas culturais dos nativos angolanos, que o autor procurou com seu ofício traduzir para as classes superior e médias da qual ele fazia parte ou gostaria de fazer.

Ribas foi um intelectual entre dois mundos, fruto das teias do domínio do Estado Colonial que, através de um dispositivo chamado *assimilação*, procurava criar uma categoria de intermediários cujo efeito deveria ser o de estabelecer, de forma aparentemente

¹³⁵ Ver o papel dos intelectuais na produção e circulação da ideologia em Antonio Gramsci. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp.03-12.

¹³⁶ Óscar Ribas. “Manuscritos originais. O Folclore Angolano – sua investigação e literatura oral” Luanda 1958, citado e transcrito em Gabriel Baguet Jr. op. cit., p. 79.

consensual, a concepção de mundo da civilização ocidental europeia. Analisando sua obra, entretanto, percebe-se “alguma coisa a mais, algo de mais profundo, que projecta para além do indivíduo”, algo que Joaquim Pinto de Andrade, talvez com um pouco de exagero, definiu como uma mensagem da negritude.¹³⁷

O discurso político regulado a partir da questão das relações raciais, presente na obra poética dos escritores como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, José Tenreiro, António Jacinto, Noémia de Souza, Viriato da Cruz, dentre muitos outros,¹³⁸ também se vislumbra na obra de Ribas, mas de uma forma bem diversa, com especificidades que serão consideradas.

Ribas contribuiu para a elaboração de uma memória angolana, oferecendo um arcabouço das culturas nativas como elemento para a composição positiva da história nacional e o fez ao registrar as manifestações e práticas culturais populares mediante uma escrita poética, ficcional ou etnográfica. Joaquim Pinto de Andrade, ainda se referindo a importância do trabalho de Óscar Ribas na ocasião da festa de homenagem a ele prestada pela Liga Nacional Africana, em 1954, registrou que:

“Há que contrabalançar o individualismo, o nihilismo e a angustia que corroem como gusano a chamada civilização ocidental com as energias moças, frescas e revitalizadoras da África. Há que dar ao mundo esfacelado e desanimado o sentido africano da vida comunitária, da moral humana, da alegria de viver, do canto, da dança, do ritmo, do respeito natural pelo homem e pela vida, da confiança no amanhã.”¹³⁹

Pinto de Andrade, em uma linha pan-africanista e mais precisamente negritudista, vinculou o arcabouço cultural africano, acessado mediante as descrições etnográficas de autores como Ribas, com uma reordenação do mundo, posto o individualismo, o nihilismo e a angústia da chamada civilização ocidental. A contribuição de Ribas para a construção de um discurso nacionalista angolano não se deu de forma direta, não se deu por um empenho político do autor, mas a partir da apreensão de sua obra por seus contemporâneos, que puderam interpretá-la como um contributo à memória cultural africana, esta, sim, essencial para o sentimento nacional angolano.

¹³⁷ Joaquim Pinto de Andrade. “Festa de homenagem a Óscar Ribas”. Discurso proferido na Liga Nacional Africana no dia 03 de julho de 1954, cópia fac-símile em Gabriel Baguet Jr., op. cit., p. 191.

¹³⁸ Mário Pinto de Andrade. *Antologia da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Maspero, 1953 e 1958.

¹³⁹ Joaquim Pinto de Andrade, op. cit., p. 193.

Se seguíssemos as etapas para a formação de um intelectual na África, propostas por Franz Fanon, Ribas se inseriria na segunda fase, que congrega aqueles que recordam seu povo, sua infância, as memórias e as lendas, mas que ainda não transpuseram os limites para a criação de uma literatura nacional. A cultura nacional, organizada a partir também de uma literatura nacional, é o cerne do ofício do intelectual, por possibilitar acabar com a colonização.¹⁴⁰ Segundo Fanon, o intelectual ainda não comprometido com a revolução nacional costumava deitar um olhar colonizador sobre o povo:

“Destacando seus costumes, tradições e os modos aparentes, procurando notar seu exotismo, pois está produzindo a partir dos paradigmas da civilização europeia”¹⁴¹

Fanon escreveu essas palavras em 1961 quando, já bastante preocupado com o nacionalismo africano, procurava incitar a intelectualidade a se responsabilizar com o processo de formação nacional. O passado deveria ser estudado e trazido à baila – passado problematizado devido a uma visão racializada da história, imposta pela cultura ocidental dominante – mas, principalmente, os intelectuais deveriam criar esperanças e possibilidades para um futuro e, para tanto, deveriam se comprometer de corpo e alma, “muscularmente” dizia, com a luta pelas emancipações políticas dos países colonizados. Entretanto, Ribas não participou diretamente, muito menos muscularmente, com a luta pela independência de Angola. Sua obra, esta sim, pode ter colaborado para o que a *negritude*, representado aqui pela fala acima descrita de Joaquim Pinto de Andrade, denominava de “novo humanismo”. A contribuição do homem negro e africano para a história da humanidade estava sendo, em meados do século XX, levantada como bandeira política, fincada em bases culturais.

A trajetória de Óscar Ribas se inicia, contudo, ainda na década de 1920, quando publicou seu primeiro trabalho, uma obra poética chamada *Nuvens que passam*, em 1927. Sua trajetória foi marcada, todavia, não pela poesia, mas pelos trabalhos de cunho etnográfico. Escreveu sempre utilizando a língua portuguesa e procurou acrescentar em seus trabalhos expressões, provérbios, adivinhas, lendas e canções nas línguas nacionais, especialmente em quimbundo, incluindo uma tradução e um elucidário em português, onde interpretava as expressões utilizadas no correr das narrativas. Acabou por publicar livros

¹⁴⁰ Franz Fanon. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 184.

¹⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.183.

inteiros sobre o que se entendia por folclore angolano, como *Missosso* em três volumes, e culminou sua preocupação com a questão da língua e da cultura popular com a organização de um *Dicionário de regionalismos angolanos*.¹⁴²

No período em que Ribas publicava nos periódicos angolanos¹⁴³ e editava seus primeiros trabalhos surgia, em toda a África, uma poesia engajada com as atitudes de valorização do negro e alinhada aos movimentos políticos de cunho nacionalistas. Esse movimento ficou conhecido como *Nègritude* e esteve sob liderança de Aimé Césaire e Leopold Sedar Senghor.¹⁴⁴ Em Angola também foi por meio da poesia que uma crítica à realidade começou a ser feita, sendo o romance um gênero que passou a se desenvolver tardiamente, mas logo utilizado como forma de crítica social.¹⁴⁵ Concomitante a esses estilos, surgia também uma produção de registro das culturas e línguas nativas. Esse material foi importante para formação do intelectual africano, especialmente do escritor militante que dominou a cena política e literária nas décadas seguintes, décadas de guerra de libertação e formação nacional.

Durante o período das guerras de independência, os africanos, de maneira geral, debateram as estratégias do domínio colonial, as artimanhas da exploração imperialista impingida pelos europeus, os métodos de esvaziamento das forças de ação contrária a esta dominação, a *alienação* como prática do poder colonial e a *assimilação* como recurso de dominação, que fora praticado por parte das metrópoles coloniais. Portugal adotou o modelo colonial da *assimilação*, estabelecendo regras para sua efetivação e criando a ideia falsa de uma sociedade que englobaria a todos que tivessem atingido os critérios de civilidade para se tornar cidadão. Essa concepção de sociedade civilizada se mostrou uma falácia, uma vez que nem o Estado e nem a sociedade civil criaram condições reais para que a assimilação ocorresse em larga escala, mesmo tendo sido utilizada como justificativa e finalidade moral da empresa colonial. Com objetivo de controlar os africanos, e cooptar

¹⁴² Óscar Ribas. *Dicionário de regionalismos angolanos*. Matosinho, Contemporânea Editora, 1997.

¹⁴³ Óscar Ribas publicou principalmente contos populares e lendas em periódicos como da Liga Nacional Africana, da ANANGOLA e mesmo em periódicos comerciais como em A Província de Angola.

¹⁴⁴ Mário Pinto de Andrade. “Cultura negro-africana e assimilação” em *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Paris, Pierre Jean Oswald, 1958, pp. VII-XVI, *apud*, Pires Laranjeira, *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000, p.47.

¹⁴⁵ Rita Chaves. *Formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo, Coleção Via Atlântica, 1999.

algumas lideranças, Portugal dividiu-os entre "indígenas" e "assimilados". Os últimos eram nativos que haviam adquirido a cidadania, que dominavam a língua e os costumes portugueses e que haviam adotado o modo de vida da cultura ocidental:

“De qualquer modo, a assimilação traduz-se sempre na prática por uma desestruturação social dos quadros negro-africanos e pela criação em número reduzido da *elite* assimilada. No caso português, a assimilação apresenta-se como uma receita mágica (a única) que permite fazer sair o indígena, o negro-africano, ‘das trevas de sua ignorância’ para entrar no ‘santuário do saber’. Uma forma de passagem do *não-ser* ao *ser*, para empregar a linguagem de Hegel”¹⁴⁶

O intelectual angolano, durante a primeira metade do século XX, foi um indivíduo que vivia no encontro de dois universos distintos, não se reconhecendo plenamente em nenhum deles. Esse estar fora do lugar, essa vida de entremeio,¹⁴⁷ também pode ser pensado como um exílio em sua própria terra, atingindo o intelectual africano que não estava na diáspora.¹⁴⁸

A assimilação a todos atingia, criando uma categoria intermediária que foi um ardid do sistema colonizador para a ascensão social de uma parcela limitada da população nativa. Esses privilegiados do sistema reproduziam a lógica colonial, marcando a diferenciação entre os indivíduos por critérios exteriores às suas culturas, imputados pelos europeus. Por isso a assimilação, como dissera Mário Pinto de Andrade, “pesava nos ombros” de todos. E ser um escritor fazia do angolano nativo um assimilado, ainda que juridicamente prescindisse desse registro, como Óscar Ribas, filho de um português com uma nativa angolana.

“Sabemos que ‘assimilado’ é um indivíduo que se encontra entre dois mundos. Desenraizado, sem laços que o unam ao seu povo, sem sua língua, sem os meios de realizar sua vida conforme a sente, não se encontra também no mundo europeu, cujos costumes adoptou, cuja língua fala, cujos hábitos pratica, sem que todas essas características culturais sejam de facto sentidas, sem que façam parte do seu eu. Pratica-se muitas vezes como repulsa. É o homem marginal dos antropólogos,

¹⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p.45.

¹⁴⁷ Para uma discussão sobre estar fora de lugar ver Leo Spitzer. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria no Brasil e na África Ocidental de 1870 a 1945*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001

¹⁴⁸ Stuart Hall. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Brasília, UFMG, UNESCO, 2003.

tendendo a constituir um agrupamento isolado, culturalmente mestiço, flutuante entre dois povos, entre duas culturas, aos quais não se pode ligar”¹⁴⁹

O escritor angolano – negro, mestiço ou branco (como Agostinho Neto, Viriato da Cruz e António Jacinto) – produzia uma literatura que seguia de certo modo os parâmetros da literatura ocidental. Era uma literatura escrita em português e que usava da gramática e dos estilos literários oriundos de Portugal ou mesmo do Brasil, devido ao impacto na África portuguesa do modernismo brasileiro. Mas os "indígenas", como eram denominados todos aqueles que não viviam de acordo com os hábitos da civilização ocidental, produziam arte e cultura sob a denominação de literatura oral, também alcunhada genericamente pela norma culta de folclore.

O folclore, por sua vez, foi entendido por Edison Carneiro como “um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares das sociedades civilizadas”¹⁵⁰ e, a partir dessa definição, compreende-se que o folclore foi estabelecido a partir de um etnocentrismo que hierarquizava os indivíduos e as sociedades também no campo da cultura. O folclore, ainda definiu Edison Carneiro, não devia ser visto nem como algo estático e nem desvinculado de projeções para o futuro, como se fosse uma simples e repetitiva manifestação cultural de um passado remoto. Ou seja, as camadas populares da sociedade de classes por mais distantes que estivessem da norma culta de produzir arte, lembrando que essa definição do que é ou deixa de ser culto é dada pelos agentes da cultura oficialmente dominante, também produziam arte com finalidades utilitárias, para além do deleite e o entretenimento.¹⁵¹

Essa consideração sobre o folclore permite que entendamos a obra de Óscar Ribas coadunada com alguns dos ideais nacionalistas, propalados abertamente por intelectuais angolanos militantes após 1961, especialmente no que diz respeito à tentativa de valorizar certos aspectos das culturas africanas. A partir da ideia de que a cultura popular não é uma manifestação artística que se repete imutavelmente ao longo das gerações, de forma a ser

¹⁴⁹ Agostinho Neto. “Introdução a um colóquio sobre poesia angolana” em *Mensagem*, ano III, n.º. 5 e 6, CEI, 1959, pp. 45-51, citado por Pires Laranjeira. *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-19630)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000, p.52.

¹⁵⁰ Edison Carneiro. *A Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p.1.

¹⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 8.

uma mera chave de acesso ao passado, reforça nossa percepção de que os escritores ao lidarem com esse repertório artístico e cultural estão manuseando ferramentas que criam e organizam as representações das sociedades na história. A questão que se levanta é quanto às interpretações feitas por Óscar Ribas dessa cultura popular coletada em seus trabalhos etnográficos, pensando para quais causas esse chamado folclore angolano foi movido.

Indubitavelmente, o tema do folclore passou a ser relevante para as camadas intelectualizadas produtoras de arte e ciência do mundo ocidental na modernidade. E para compreender essa valorização e essa busca pelo popular vale a pena recordar mais uma vez Gramsci, que havia definido diferentes graus de difusão da ideologia nas classes sociais, considerando a filosofia o nível mais elaborado para a difusão da concepção de mundo da classe dominante, e o folclore o nível mais simples para esta mesma difusão.¹⁵²

Quando o intelectual angolano, e a depender do lugar de onde o observamos ele é oriundo de uma classe média ou da classe alta, ao investigar ou se inspirar na cultura produzida pelas classes populares, com a finalidade de criar sua obra poética, ele acaba por ser envolvido pelas questões próprias daqueles que produzem a denominada cultura popular. É na relação entre o povo – visto como o conjunto da sociedade com exceção da classe dominante¹⁵³ – e os intelectuais, quando estes últimos tomam para si os problemas do primeiro, fazendo-se porta voz de seus anseios e guiando-o no processo para a hegemonia do proletariado, que reside a importância do intelectual orgânico para Gramsci. Conceituando a partir da problemática da luta de classes, o autor ainda indicava que os intelectuais, pelo seu papel na direção ideológica, deveriam ser atraídos para corroborar as posições das classes subalternas, função desempenhada pelo Partido, com vistas na conscientização de toda a sociedade.¹⁵⁴

A noção de intelectual orgânico é aplicável a Jorge Amado para uma fase de sua longa trajetória profissional, que esteve no partido político, o PCB, com a função de colaborar para uma formação ideológica do brasileiro. Esse conceito, que não cabe para Óscar Ribas, também pode ser aplicado a alguns intelectuais angolanos que idearam a guerra de emancipação política de Angola, como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto

¹⁵² Hughes Portelli. *Gramsci e o materialismo histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp.24-26.

¹⁵³ Gramsci, op. cit., p.7.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

e Viriato da Cruz, que colaboraram na criação do Partido Comunista Angolano e mais tarde nas organizações revolucionárias como o MPLA (Movimento Popular de Libertação Nacional).¹⁵⁵ Para estes intelectuais comprometidos com uma revolução social, portanto, o folclore foi tratado como integrante da cultura nacional, recordando que era a cultura nacional que estava no centro das atenções do pensamento nacionalista em meados do século passado,¹⁵⁶ abordada pela pena dos intelectuais militantes e de escritores que não militaram em organizações políticas, mas que trataram da cultura popular e do folclore.

5. LÍNGUA E CULTURA: UMA ANÁLISE DA OBRA POÉTICA DE ÓSCAR RIBAS

As línguas ocidentais adotadas oficialmente pelas jovens nações africanas com as independências são uma herança europeia, ainda hoje carregada de simbologias da opressão colonial. Diante do quadro de multiplicidade étnica e da polifonia linguística que caracteriza as nações africanas, optou-se de modo geral, no momento da construção dos Estados Nacionais, pela adoção como língua oficial daquela que fora utilizada pelos colonizadores e que era de domínio da elite de cada país. Para Jean Paul Sartre – escrevendo antes do surto das independências africanas e com uma visão utilitarista da literatura – o uso da língua europeia pelos escritores da *nègritude* francesa, por exemplo, foi explicada como necessária, mesmo sendo a língua do opressor, pois seria a única que proporcionaria o auditório amplo para recepção da poesia engajada, carregada de sentido moral e político.¹⁵⁷

Os idiomas europeus foram adotados após as independências, segundo Kwame Appiah, por serem idiomas unificadores das novas nações políglotas e não porque eram os

¹⁵⁵ Para um estudo da formação do MPLA ver Carlos Pacheco. *Angola: um gigante com pés de barro e outras reflexões sobre a África e o mundo*. Lisboa, Veja, 2010.

¹⁵⁶ Stuart Hall. *A identidade nacional na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, pp.47-50.

¹⁵⁷ Jean Paul Sartre. “Orfeu Negro” em *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo, difusão europeia do Livro, 1965, p.102. Texto escrito em 1948 como introdução para Léopold Sedar Senghor. *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*.

idiomas dos colonizadores.¹⁵⁸ Essa também é uma visão utilitarista, mas não foi a única, pois houve os que negassem o utilitarismo ou que ressaltassem seu efeito desagregador. Concomitante a defesa do uso da língua europeia pelo seu caráter unificador das diferenças linguísticas locais ou construtora de uma nacionalidade, há que se notar a corrupção das tradições linguísticas e culturais africanas, promovida quando da adoção das línguas ocidentais. Se a literatura produzida no sul do Saara é realmente eurófona, como afirma Appiah, por ser escrita nas línguas europeias, sua importância adquire relevo no fato de ter sido produzida na sequência de uma doutrina colonial, que utilizou a educação como uma arma de dominação. Ao ensinar suas letras e sua cultura, carregadas de sentido imperialista e de ideologia civilizadora, os europeus tentavam controlar a “ameaçadora alteridade cultural do africano”.¹⁵⁹ Com essa tática de educação e cooptação, mais de uma geração foi criada imersa na literatura dos colonizadores, que transmitia os valores das culturas europeias, tentando impor uma inventada superioridade ética e moral, apostando em uma justificativa para a presença da Europa colonizadora na África.

Contudo, se as letras buscavam transmitir uma visão imperialista da história, por outro permitiu:

“a formação de um discurso de resistência e descobrimos as possibilidades de ensinar a resistência, à medida que os próprios súditos descolonizados escrevem, agora, como sujeitos de uma literatura própria. O simples gesto de escrever para e sobre si mesmo – há aqui paralelos fascinantes com a história da literatura afro-americana – tem uma profunda significação política.”¹⁶⁰

A literatura como atividade política foi uma estratégia utilizada pelos angolanos para (re)elaborarem suas histórias e tradições, dando sua contribuição para a criação das modernas nações.¹⁶¹ Para moldar as identidades culturais a literatura foi um campo importante, no qual se tentava legitimar as histórias nacionais. O governo de Portugal, por exemplo, começou a editar, em 1926, os concursos de literatura colonial,¹⁶² com a

¹⁵⁸ Kwame Antony Appiah. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, p.221.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 87.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 88.

¹⁶¹ Rita Chaves. *Formação do romance angolano...*, p.32/33.

¹⁶² Instituiu-se os concursos de literatura colonial pela portaria nº 4.565, DG 08 , série I de 09/01/1926 ; e pela portaria de nº 6.119 , DG 96, série I de 29/04/1929 se normatizou os concursos de literatura colonial.

finalidade de traduzir para os leitores metropolitanos a ideologia colonial, tratando do cotidiano da vida em África como exótica e primitiva. O objetivo dessa literatura parecia realmente ser o de aproximar a realidade do Império Colonial Português juntos aos europeus, naturalizando o colonialismo, construindo o discurso de ser uma prática necessária para o bem de todos os povos, como sugerira Edward Said.¹⁶³

Quanto às culturas africanas, elas estavam fincadas, de modo geral, em uma tradição oral que era ágrafa. As manifestações da cultura oral não somente compuseram o arcabouço cultural dos escritores africanos, mas acabaram sendo registradas e interpretadas por diversos europeus e, também, pela pena de alguns escritores nativos africanos, como Óscar Ribas, que se destacou neste campo de registro folclórico.

Recai sobre os intelectuais angolanos da primeira metade do século XX a crítica de terem sido assimilados e, muitos deles, propagadores da civilização portuguesa. Os escritores africanos desse período podem ter sido assimilados jurídica ou culturalmente, apreciação que normalmente recai sobre a trajetória pessoal de Ribas, mas é temeroso, no mínimo, afirmar que foram sujeitos aculturados e descompromissados com a realidade que os cercava. Tanto entre os poetas conscientes da implicação da colonização como uma prática de dominação, quanto entre aqueles descompromissados socialmente com a formação de uma cultura nacional angolana, a falabilidade da política de assimilação foi se fazendo clara, até o momento em que “a voz da esperança deve cobrir, por ultrapassagem, o grito de alienação.”¹⁶⁴

A presença dos portugueses na África foi redimensionada pelos intelectuais africanos, quando se percebeu mais claramente os significados da política de assimilação. Óscar Ribas fez parte do rol de intelectuais que propagou a cultura portuguesa e que afirmou a civilização como um modo de vida superior ao modo de vida das culturas africanas. Mas se analisarmos seus escritos publicados na revista *Angola*, da LNA, notamos uma significativa mudança entre a década de 1930 para a de 1950. Seria um exagero afirmar um compromisso político com a emancipação angolana em Óscar Ribas, contudo se

¹⁶³ Edward Said. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

¹⁶⁴ Mário Pinto de Andrade. “Poetas negros de expressão portuguesa” em *Europe*, nº. 381, Paris, Janeiro 1961, pp.3-10, citado por Pires Laranjeira. *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1960)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000, p.63.

nota que, com o passar do tempo, o autor foi incluindo em seus textos algumas valorizações da vida tradicional angolana. No exercício de notar o que os nativos traziam de positivo em sua cultura é que percebemos pequenas críticas ao modo de vida europeia. Mas é preciso dimensionar essas críticas, que mais nos parecem ajustes da civilização do que uma crítica à própria civilização.

Dito de outro modo, a cultura portuguesa, o modo de vida europeu e a civilização ocidental permaneceram funcionando como os paradigmas adotados pelo autor e continuavam sendo propalados como benefícios adquiridos pelos africanos desde o momento em que os portugueses aportaram no continente. Contudo, havia preconceitos dos europeus com os africanos pautados no quesito raça que não eram compactuados pelo mestiço Óscar Ribas, bem como havia uma ganância dos homens ao chegaram às colônias em busca de riquezas que adulterava a proposta original da colonização, aos olhos do autor. Daí o que designo de ajustes à civilização.

Ribas estreou na revista *Angola*, em 1937, com um pequeno texto chamado *Segredos do Mar*, em que fez uma apologia aos portugueses, tornando-se uma constante em seus escritos. Nesse conto, o mar, igualmente belo e perigoso, seria responsável por naufragar barcos e caravelas, levando à morte diversos homens saídos de povos longínquos para “civilizar raças, difundir religião, inculcar o culto do bem e da verdade. Que bravura!”¹⁶⁵ Essa louvação foi ainda mais explícita em 1938, com o artigo *Datas de Fogo*, tratando da restauração de Angola em 1648. Homenageando Salvador Correia de Sá, que lutou contra os holandeses, a exaltação da pátria portuguesa através do reconhecimento da honra e da bravura de seus heróis, chegou ao ponto de questionar se “possamos ser dignos do esforço dos obreiros lusos”?¹⁶⁶

No conto *N’Damba Maria*, que o autor remete a uma lenda africana, publicado em setembro de 1938, Ribas abordou o universo da escravidão, tratada como uma prática perversa e degradante, um “comércio indecoroso e repugnante que a mão protetora da civilização pôs termo”.¹⁶⁷ Maria era a escrava e amásia de um senhor branco. Um dia, estando em casa sozinha, foi abordada por um “preto trajado à europeia” que lhe solicitou

¹⁶⁵ Óscar Ribas. “Segredos do Mar” em *Angola...* Ano IV, maio 1937, n.º. 15, p.5.

¹⁶⁶ Óscar Ribas. “Datas de Fogo” em *Angola...* Ano V, julho/agosto de 1938, n.º. 23/24, pp. 18/19.

¹⁶⁷ Óscar Ribas. “N’Damba Maria” em *Angola...* Ano VI, set/out 1938, n.º. 25 e 26, p.14.

um pouco de água, pois estava caçando pelas redondezas e esquecera seu cantil. A escrava lhe deu a água, negando-lhe, todavia, um copo, obrigando-o a beber o líquido no chapéu suado que usava. Dissera Maria:

“pelo copo não podes tu beber, visto pertencer ao branco, e só ele pode tocar-lhe com os lábios”¹⁶⁸

Apesar de ser um preto, era um homem “de respeitabilidade pelos cabedais que de que dispunha... possuidor de propriedades e inúmeros escravos” e que, extremamente ofendido por não ter sido identificado, respeitado e temido, porquanto sua cor/raça falou mais alto do que sua condição social, armou uma vingança. Comprou a escrava, a fez carregar água enquanto caçava, e, quando lhe estendeu o mesmo chapéu suado para que ela lhe servisse, esperou pelas explicações e súplicas de Maria, mas não a perdoou atirando-lhe no coração.

A narrativa é centrada na história dos "indígenas" da região da “pitoresca vila de Catumbela” e na relação de convivência dos nativos com o europeu, em uma época ainda sob o signo da escravidão. A partir dos dissabores de Maria e da ofensa do ricoço, como o autor se referia ao nativo, diversos ensinamentos morais são levantados. Maria fora vendida ainda adolescente por seu próprio tio ao senhor branco, acabando com sua primavera, escravizando-a. Esta venda é a principal acusação moral do texto, pois ela é motivo para se abordar a ganância e a falta de ética da sociedade escravagista, bem como abre caminho para uma aproximação das questões raciais:

“Maldito tio! Maldito tio que a vendera! Maldito pai! Maldita mãe! Maldita família que não amava os filhos! Vezes sem número fora castigada. Sofreu. O amo fez dela sua amásia. E hoje, sem motivo poderoso, só pela ambição do ouro, vendia-a com a maior indiferença. Ah! Aquele homem que maculou a sua inocência, aquele a quem servira submissamente, aquele homem que era seu amante, apesar da cor branca da epiderme, também era como os pretos: também vendia carne humana, também não tinha coração! Ingrato!”¹⁶⁹

O comércio escravo era rendoso e não parecia passível de defesa e justificativa. Os comportamentos sociais decorrentes da escravidão que parecia, aos olhos de Maria, típicos dos africanos, dos pretos como aparece no conto, tais como a venda de um parente ou de

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 15.

um ente querido pela própria família, são mostrados como algo comum a todos, independente da raça ou da cor da epiderme. Os homens brancos foram vistos por Maria, a princípio, como diferentes e mais nobres do que os africanos, mas são revelados na mesma falta de decoro e repugnância. A civilização, contudo, permaneceu elogiada e indicada como um modo de vida de “hábitos menos grosseiros”¹⁷⁰ e que, afinal, fora a responsável por acabar com escravidão.

Após esse conto, em que vislumbramos relances de uma crítica mais contumaz às mazelas que a civilização pode ter levado à África, ainda que o autor não parecesse acreditar que eram intencionadas, mais parecendo desvios de caráter de alguns poucos gananciosos, Ribas volta a publicar textos ufanos à pátria portuguesa. Em *Saudação à Pátria*, também de 1938, “Portugal é pátria de gigantes, berço de glórias inigualáveis”.¹⁷¹ *Na paz do Senhor, Blandícias do vento, Camões e o Amor, Mãe, O cair das folhas, Meditações, A vida, A Sombra*, publicados entre novembro de 1938 e outubro de 1943, Ribas escreveu odes ao amor, à paixões, casamentos, sonhos, família, mas sem grandes habilidades estilísticas.

Em janeiro de 1943 Ribas publicou um artigo chamado *O canibalismo no século XX*, abordando o abate de animais, comparando-o a um ato de canibalismo dos povos por ele chamados de primitivos. Clama pelo fim da matança para que o homem fosse mais perfeito, afirmando:

“Ainda não há muitos anos, o negro selvagem, a poder da férrea e luminosa mão da civilização, deixou de ser antropófago. Colocando-o em paralelo com o civilizado, conclui-se que aquele, sem noção do que fazia, em virtude das trevas que lhes obscureciam o cérebro, era menos canibal que este.”¹⁷²

Este é o princípio que repetiria em *Uanga*: primeiro tecer críticas aos angolanos, os “negros selvagens do passado”, que sustentavam práticas condenáveis, porém justificadas pela falta de conhecimento da civilização, do que era o bem e a verdade. Em seguida, pelo exercício comparativo, tecer críticas aos civilizados, que podiam chegar a serem até mais selvagens do que os primeiros. Ribas permaneceu trabalhando dentro da lógica da

¹⁷⁰ Ibidem, p.14.

¹⁷¹ Óscar Ribas. “Saudação à Pátria” em *Angola...* Ano VI, Novembro/Dezembro de 1938, nº.27/28, p.7.

¹⁷² Óscar Ribas. “O canibalismo do século XX” em *Angola...* Ano XI, Janeiro/Maio de 1943, nº.75/79, p.5.

civilização, que era aceita e louvada, mas foi capaz de criticar os homens dessa civilização, que podiam se mostrar bastante primitivos em alguns hábitos e costumes. Afinal, “o homem não atingiu ainda o grau de aperfeiçoamento moral, capaz de banir certos costumes que a ética reprova”.¹⁷³

Há uma preocupação nos trabalhos de Ribas que esteve em consonância com a intelectualidade africana da qual fazia parte, que foi a de provar a igualdade racial, buscando uma equiparação entre negros e brancos. Manteve, todavia, o paradigma da civilização europeia, tratada como um objetivo a ser alcançado pelos povos africanos em sua maturidade cultural. Ribas apresentou as marcas da “perversa ambiguidade”¹⁷⁴ de ser um africano negro e intelectualizado no contexto colonial, encontrando-se sem um lugar de conforto para falar. Era privilegiado, um cidadão português que falava e escrevia com as normas cultas, tentando dialogar com a classe social da qual fazia parte, mas que não o reconhecia como um igual, justamente e antes de tudo por ser um negro ou um mestiço, como o ricaço de *N’ Damba Maria*. Como o definiu Ávila de Azevedo, Ribas participou do grupo social que descrevia em seus trabalhos, sendo um excelente representante do contato cultural entre africanos e europeus,¹⁷⁵ ainda que ele mesmo fizesse questão de se distanciar cultural e moralmente dos nativos autóctones.

Para tanto, voltava sua pena para descrever os maus hábitos dos nativos, para em seguida falar dos civilizados também. Esse método se encontra exemplarmente no conto *Os Humildes*, de 1944, em que o autor procurou mostrar os valores da civilização portuguesa e dos africanos de modo geral, centrando sua crítica no sistema colonial de exploração, que aviltava tanto os explorados pelo sistema de trabalho compulsório, quanto os próprios portugueses. Esse conto, que saiu publicado na primeira página da revista da LNA, se inicia com a descrição de uma viagem de imigrantes portugueses para Luanda, que em busca de trabalho e do sonho dourado do enriquecimento, deixavam suas famílias no continente e embarcavam na terceira classe de um navio que os transportava, juntamente com as suas

¹⁷³ Idem, *Ibidem*, p.6.

¹⁷⁴ Rita Chaves. *Formação do romance angolano...* p.134.

¹⁷⁵ Ávila de Azevedo. *Relances da Educação em África*. Lisboa, Junta de Investigação do ultramar, 1963, p.26.

ilusões.¹⁷⁶ João era pedreiro em Lisboa e tendo deixado sua noiva chegou a Luanda com o sonho de comprar uma quinta em sua terra natal com o dinheiro que amealharia na África. Após dificuldades, decepções e falta de trabalho conseguiu um emprego como capataz em uma fazenda de café, controlando os trabalhadores "indígenas", deparando-se com o sistema de trabalho contratado, prática que o despertou para uma conscientização sobre a exploração do trabalho. O primeiro sinal do despertar de uma consciência, ainda embrionária, surgiu ao observar que os trabalhadores "indígenas" vinham de regiões distantes, como ele viera de Lisboa, e numa reflexão igualava os brancos e os negros:

“O ideal destes últimos [indígenas] consolava-o. Reconhecia que o desejo de melhorar a vida era um sentimento natural em todos. Afinal, o preto também era como o branco. Também tinha aspirações, também, para as satisfazer se ausentava da terra. E muito dentro de sua alma, sentia a inefável satisfação dos que trabalhavam para a felicidade.”¹⁷⁷

Procurando desmontar o discurso da desigualdade racial, mantendo, todavia, a ideia de um estágio mais desenvolvido da civilização ocidental, Ribas contribuiu para reforçar estigmas das culturas tradicionais africanas. Nesse conto de 1944 visualizamos a ambiguidade que marcou sua literatura, em uma tentativa em aliar ficção e descrição etnográfica. Ao descrever a cidade de Luanda, em sua beleza nascente e nas benfeitorias proporcionadas pelos portugueses, escreveu:

“A maternidade, exclusivamente destinada à criança indígena, em virtude da aversão que a mulher indígena sente em amamentar os filhos de outrem, pois, em sua superstição, essa amamentação pode originar a morte dos seus, é uma recente criação de assistência (...)

O Bairro Indígena, louvável realização do governador Álvaro de Freitas Morna, é um excelente bairro, constituído por 114 casas com serventia de retetes e lavadouros. Esta grandiosa obra, que tam necessária se tornava, merece-nos os maiores encômios, pois que, além de proporcionar mais conforto e bem-estar, muito contribue, pelas necessidades que cria, para o desenvolvimento de seus habitantes.”¹⁷⁸

Seguindo em sua proposta de transformação social, por mais estranha que possa parecer a nossos olhos quase sempre a procura de uma literatura engajada a moda da

¹⁷⁶ Óscar Ribas. “Os Humildes” em *Angola ...* Ano XXII, Jan/Maio 1944, n°. 87/91, pp. 01-5.

¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p.05.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p.4.

esquerda francesa sartriana, Ribas insistiu na formação moral de seu personagem português e o fez mediante uma conversa iniciada por um empregado “indígena”. Notando que em Portugal o trabalho de “preto”, como lavrar a terra, era feito por brancos, o diálogo entre um trabalhador e o capataz se deu:

“ – no Lisboa quem costuma fazer serviço das lavras?
– são os brancos...
– atáo branco faz serviço de preto?
– aqui, este serviço realmente é feito pelo preto, mas lá é o branco que o faz.
– sim siô. E cando trabaia, também canta?
– canta sim.
– sim siô. – gente vai acantar...
E, alteando a voz, convidou-os a cantar. E todos, num plageante coro, fizeram ressoar a nostalgia de sua almas. E a selva pareceu chorar...”¹⁷⁹

Ainda que João estivesse em condições de se conscientizar do sistema de exploração por qual passavam os trabalhadores, como português branco na sociedade colonial o pedreiro-capataz teve sorte melhor que os contratados e em pouco tempo já estava completamente alienado e cooptado pelas forças imperiais. Isso fica claro, por exemplo, quando um colega da fazenda lhe arranhou uma rapariga privativa, que lhe “ficaria mais barato e lhe evitaria certas conseqüências.”¹⁸⁰ Dessa forma Óscar Ribas introduz a questão do alembamento, sem se deter no significado desse ritual. Nesse conto o autor sugeriu apenas o quanto os portugueses podiam ter um mau caráter ao vincularem o alembamento às mercadorias que compunham o tradicional acordo matrimonial, deturpando seu significado original e, conseqüentemente, tornando a mulher uma mercadoria também. A explicação do significado e das possíveis origens do alembamento foi dada somente em *Uanga*, obra de 1951, como atesta parte da nota explicativa do autor:

“Para a sociedade negra, o alembamento exprime um alto significado: representa o valor do homem, o grau de estima votado à mulher. Por ele, o pretendente mostra a sua capacidade de trabalho, atesta os recursos de que dispõe. Fruto organizado em mais de um ano, requer muito trabalho, muitas economias. Submetendo essa formalidade à análise do pensamento, chegamos à conclusão de que ele obedeceu a um fim altamente político. Devido as constantes lutas em que os povos viveram outrora, as dificuldades de ordem econômica foram surgindo certamente, e em resultado, a fome começou a imperar. Por um lado, ressaltava a falta de cabeças, umas dizimadas pelas flechas inimigas, outras escravizadas pelos vencedores; por outro, sobressaíam as lavras,

¹⁷⁹ Ibidem, p.5.

¹⁸⁰ Ibid.

devastada pela sanha dos atacantes, a alimentação, portanto, tornava-se difícil. Havia menos braço, mais labor com a restauração dos campos. (...) os chefes dos clãs para solucionarem o mal, acordaram naturalmente em instituir um tributo de protecção, mais tarde considerado de honra – o alembamento. Quem quisesse matrimoniar-se, deveria primeiramente reunir certos proventos para dotar a família da mulher com quem se ligaria.”¹⁸¹

Apesar dessa explicação de carácter histórico e sociológico, no conto de 1944 o alembamento não foi analisado enquanto um ritual. Apenas foi informado ao leitor que o colega português de João, já há mais tempo em Angola, foi o responsável por induzir o novato a aceitar as exigências da primeira rapariga, dando-lhe um vale para que retirasse as coisas solicitadas no estabelecimento da fazenda, passando a noite com ela. Entretanto, no dia seguinte, João dispensou a moça e enviou uma carta ao estabelecimento suspendendo a entrega dos mantimentos e objetos que se configuravam no alembamento. Uma segunda rapariga apareceu na história para dispensar o ritual tradicional de matrimônio, pois “apenas pretendia um homem que a mantivesse.” Para tanto propôs que fosse raptada para que seus familiares se conformassem com a situação, o que foi realizado por dois serviçais de confiança do português. E assim, aquele que fora apresentado como um humilde trabalhador português chegado em Luanda na terceira classe de um navio se viu em pouco tempo inteiramente adaptado à realidade local, ou melhor dizendo, à realidade dos portugueses em Angola, ou de alguns portugueses. Se teve algum relance de consciência social não parece que tenha feito algo para mudar a história:

“E o capataz, no inefável anseio dos que querem triunfar, ia mensalmente engrossando o seu pecúlio. A lembrança da vida estuante da cidade não lhe produzia tristeza. Muitos dos que lá se evidenciavam pelo dinheiro, também já foram humildes. Não os invejava, pois. Como eles, também um dia seria. Somente a selva, de vez em vez, parecia chorar pela soledade. Era o banzo, era o lamento, dos eternos humildes – os negros do sertão.”¹⁸²

A crítica de Ribas neste conto, como talvez em toda a sua obra, parece direccionada muito mais ao sistema colonial, que podia aviltar até mesmo europeus metropolitanos que tivessem alguns sentimentos humanitários, do que aos portugueses como coletividade ou a Portugal enquanto nação. A cultura portuguesa e a civilização ocidental parecem sair ilesas

¹⁸¹ Óscar Ribas. *Uanga*, pp. 44-45

¹⁸² Óscar Ribas. “Os Humildes” em *Angola ...* Ano XXII, Jan/Maio 1944, n.º. 87/91, p.10.

desta narrativa, permanecendo paradigmáticas para Ribas, como para muitos de seu status social. Por isso, quando Ribas publicou *Uanga* (feitoço em português) os temas sobre os populares e sobre o cotidiano angolano repleto de contradições, por conta da modernidade que se impunha à vida tradicional africana, já vinham sendo trabalhados pela literatura e pelo próprio autor. *Uanga* é um romance folclórico que no prefácio à primeira edição também foi chamado de “documentário da sociedade negra inculta” em oposição ao “romance de sala”.¹⁸³ Antes mesmo de começar a narrativa Ribas prestou alguns esclarecimentos sobre a obra, que:

“apresentará o ambiente dos indígenas de Luanda. A fim de podermos descrever práticas que a civilização conseguiu banir, particularmente nos centros mais desenvolvidos, fizemos decorrer a acção numa época distante. O entrecho, moldado na verossimilhança, compõem-se de alguns episódios vividos (...) com o intuito de revelar a muito o grau imaginoso da raça, desenrolamos uma série de adivinhas, algumas histórias e diversos provérbios, pois, segundo Cândido de Figueiredo, ‘os anexins, ditados, aforismos e brocardos, constituem o tesoiro da sabedoria das nações, e as suas origens escapam, na sua maioria, à investigação dos curiosos (...) se esta modesta obra não satisfizer o recreio espiritual, sirva ao menos, de repositório etnográfico aos curiosos: já nos contentamos com semelhante recompensa.’”¹⁸⁴

Ribas definiu, novamente, o lugar de onde falava e para quem ele falava, lembrando que era um lugar incômodo “onde se misturam sentimentos de vergonha e culpa” e que cria “um texto ambíguo, selado pelo dilaceramento de que o escritor, por vezes várias, não parece se dar conta”.¹⁸⁵ Se Ribas escreveu para afirmar que as práticas ignaras foram banidas pela modernidade, ovacionando esta vitória da civilização ocidental, por outro lado escreveu uma narrativa que buscava também a valorização de aspectos da cultura tradicional angolana, direcionando o olhar de seus leitores.

A obra se compõe por situações de comparação entre as sociedades nativas angolanas e a civilização portuguesa, mas se engana quem se limitar a ver nesse romance somente uma simples apologia à última. Ribas imprimiu um tom de análise crítica aos hábitos e comportamentos das sociedades africanas, mas por fazê-lo em comparação com os hábitos e comportamentos dos portugueses, estes também passaram a ser analisados a

¹⁸³ Óscar Ribas. *Uanga*. Luanda, Tip. Angolana, 1969, p.13.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 13-15.

¹⁸⁵ Rita Chaves. *Formação do romance angolano...*, p.136.

partir dos mesmos critérios de civilidade e de humanidade estabelecidos a priori. Vejamos como isso foi feito com alguns exemplos.

O primeiro deles começa ainda na introdução, momento em que o autor avisa que o feitiço (*uanga*), “palavra tão arrepiante na vida dos indígenas da África!”, é utilizado fartamente pelas gentes ignaras e até por civilizadas, e se constituem em práticas carregadas de superstições e terrores. Reconhecendo o feitiço como um conjunto de atividades que podem causar malefícios para inocentes, Ribas faz o leitor, nesse momento inicial, perceber a feitiçaria como algo atrasado das sociedades africanas. Porém, na primeira parte da narrativa intitulada “Antigamente” o autor apresenta o contexto da trama que se seguirá, informando que a história se passa no ano de 1882, quando Luanda ainda era uma pequena cidade com poucas casas, muitos animais vivendo livremente, alguns bandoleiros assaltando os transeuntes, rodeada de mata – a mata traiçoeira – e limitada pelo mar, com seu porto que “aparentemente fechado para as embarcações negreiras, continuava a ser uma boa porta que se abria a vários países, principalmente o Brasil.”¹⁸⁶

Introduzindo o problema da escravidão, que vitimou milhares de seres humanos, aponta a questão demográfica e econômica que o envio de escravos para outras paragens causou a Angola. Os braços africanos permitiram que outros povos alicerçassem suas nacionalidades e para alcançar o Progresso buscavam sempre mais escravos. Quando o Progresso chegou a Angola, em 31 de outubro de 1888 com a inauguração do primeiro trem cortando o sertão, diz-nos Ribas, os lugares começaram a se aproximar pelo tempo e “os homens alcançaram uma maior coerência pela perda da animalidade.” O Progresso foi fazendo Luanda uma cidade maior e para modernizar-se como as demais passou a derrubar a “mata perigosa”, desarborizando a cidade, em uma enorme insensatez, desprezando os benefícios da arborização. Neste método de desmatamento para a vinda do Progresso em Luanda, o autor clama:

“Ó formosa Luanda, não desprezes as belezas naturais: nasceste na selva, entre verduras e madrigais. Portanto, és irmã das terras do sertão (...) faz de cada árvore um palco e da cada pássaro um cantor teu. Reverdece-te, pois sê uma eterna canção. Cultivando a árvore, atraindo, como outrora, as grandes famílias de rolas, maracaxões, bicos-de-lacre, bicos-de-prata, viuvinhas, rabos de junco, celestes, bigodes e outras mais, teu casario, esmaltado de verde, afagado virginalmente, ganhará mais frescura,

¹⁸⁶ Óscar Ribas. *Uanga*. Luanda, Tipografia angolana, 1951, p. 18.

mais encanto. Enfeitiça teus filhos, enfeitiça o viajante. Não te envergonhes de enfeitiçar: o feitiço é o irmão da beleza. Se assim fizeres, dominarás como rainha. Mas repara: não consintas que profanem teu esplendor. Combate as figas e as caçadeiras – regras dos grandes países.”¹⁸⁷

O feitiço, como se pode notar, não é ontologicamente condenável. É algo da prática costumeira dos povos nativos, fazendo parte da concepção de mundo dos angolanos, como também nem sempre foi tratado por Ribas como algo desprezível, podendo ser a porta de acesso para a beleza. Incitando os leitores a se permitirem conhecer um mundo novo, Ribas convida todos a vivenciarem o universo da feitiçaria que passa a ser discutido nas páginas seguintes. De povos ignaros e atrasados, a feitiçaria é mais do que simples superstição, caracterizando o próprio modo de ser do angolano tradicional. Na crítica à destruição da mata para o advento do progresso Ribas acaba por chamar a atenção, mediante o uso de diversas metáforas, dos homens de modo geral que não reconhecem o que possuem de positivo.

A narrativa começa e apesar dos quimbandas, seus trabalhos e a procura pelos feitiços ser o tema da obra, o fio condutor da trama é o modelo clássico de histórias de amor: dois amantes, Joaquim e Catarina, que sofrem e resolvem os mal-entendidos, junto com a inveja da ex-namorada Joana e as intrigas do amigo Antonio Sebastião. Logo no início da história, Joaquim pede Catarina em casamento e após o consentimento desta iniciam-se os rituais para a união. Primeiro a noiva envia o tradicional presente de aceite do pedido: noz de cola e gengibre enrolados em um pano e uma garrafa de quitoto. Depois a família do noivo pede à família da noiva o consentimento para o namoro, enviando-lhe presentes para reforçar o compromisso: panos, turbantes, aguardente, tabaco. Antes das núpcias, o noivo envia ainda o alembamento para a família da noiva, que constou de mais mudas de pano e turbante, aguardente, vinho tinto, botija de genebra e três mil e seiscentos reis.

O alembamento é explicado historicamente como tendo surgido por necessidade diante do quadro de guerra, escravidão e falta de braços. Iniciou-se por questões

¹⁸⁷Idem, *Ibidem*, p.21.

econômicas e passou a ser um costume de importância moral, que dignificava a sociedade.

Entretanto:

“Como sucede a tudo, essa criação corrompeu-se, para muitos perdeu o caráter inicial. Nos últimos tempos, o próprio indígena, influenciado pelas ideias dos europeus, já não encara o alembamento sob os seus primórdios, figura-o como um acto especulativo. Por isso se há mulheres que vêm desonra na falta da doação, outras consideram-na ignóbil. – Eu não sou como tu, que te venderam como uma escrava... – incriminam estas.”¹⁸⁸

Desta explicação do significado do alembamento para as sociedades tradicionais, inserindo uma avaliação do processo histórico e econômico de seu surgimento, Ribas aproveita para tecer uma crítica indireta ao trabalho forçado, reforçando a censura que teceu no capítulo “Antigamente” sobre a escravidão:

Teria nascido assim o alembamento? Seja como for, contém algo de elevado: incentiva o homem ao trabalho. Ponderado os factores que o convidam ao ócio mais prolongado – fertilidade do solo, diminutas exigências do ambiente, inclemência solar – tornava-se mister a instituição de uma medida que o despertasse da letargia. E como poderia ele, sem relutância, sem transgressão, ser impelido a trabalho mais duro? Pela violência? Não. A violência não opera milagres. Quanto produz é nocivo. (...) Mesmo que o alembamento seja pura especulação, como se afigura à luz da contemporaneidade, a seu favor ainda se ergue poderosa razão: - um costume como outro qualquer.”¹⁸⁹

“A violência não opera milagres”. Esta parece ser uma mensagem de Ribas para a sociedade colonial, que apesar de trazer benefícios da civilização, está comprometida por conta do uso da força e das ideias equivocadas da discriminação racial.

Após a consumação do casamento cerimonioso de acordo com os costumes nativos e antecedido por rituais feitos por Catarina – solicitando fertilidade às deusas Lemba e Dembo – Joaquim vai trabalhar como pedreiro em uma empreitada aventureira em outra cidade, Cabíri. Permanecendo distante do marido, Catarina complementava a renda doméstica preparando quitutes que sua irmã vendia na rua. A certa altura, Joaquim enviava-lhe uma carta narrando a saudade que sentia por ela e noticiando a boa saúde, porém ela é mal traduzida pelo amigo do casal, António Sebastião, que teria lido a carta a pedido de Catarina que não sabia ler, deixando-a pensar que seu marido havia morrido. Após a comisseração de todos, da submissão de Catarina ao ritual de luto também realizado por

¹⁸⁸ Ibidem, p.45.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 46.

quimbandas, dois amigos da família, Tio João, o personagem cético e crítico das crenças populares, e Manuel, vão atrás da carta em posse de António Sebastião e tomam conhecimento do real conteúdo da mesma.

Apesar de no primeiro momento parecer que a antagonista da trama seria Joana, de quem o leitor espera um papel de destaque no triângulo amoroso, é em torno de António Sebastião, que não possuía qualquer interesse por Catarina, que a história se desenrola. O motivo da trama não é de ordem econômica, política ou amorosa, mas moral, motivo este que revela muito da sociedade angolana em que vivia Óscar Ribas: António Sebastião, prestigiado negociante de Ambaca e orgulhoso do conhecimento que tinha do mundo português, não sabia ler. Por vergonha, fingiu ser letrado diante da solicitação da amiga para que lhe lesse a carta enviada pelo distante marido. Ao terminar a suposta leitura mental do texto, dizendo para sua ouvinte a única palavra “chorem!” acabou por desencadear todos os acontecimentos subsequentes.

Antonio Sebastião ao se sentir desmoralizado quando seu analfabetismo fora exposto, ele que era um comerciante economicamente bem sucedido e que gostava de ostentar objetos e conhecimentos do mundo português, tramou uma vingança: plantar o ciúme em Joaquim, que consumido pelo ódio de sua esposa supostamente infiel a espancou sem dar-lhe tempo de defesa. Catarina sobreviveu para perdoar seu marido e gerar seu filho, passando por outra série de tratamentos espirituais para se recuperar, falecendo no parto. A maldade feita por Antonio Sebastião possui um motivo eticamente condenável, mas foi socialmente justificado: a vergonha de ser um “mais velho”, bem situado na sociedade tradicional, porém analfabeto, logo desprestigiado na nova ordem, a sociedade contemporânea ocidentalizada. A mãe de Catarina, mulher crente da prática da feitiçaria e devotada aos quimbandas com seus conhecimentos espirituais, simbolizando a cultura popular tradicional, perdoa o velho ambaquista no final da trama, encerrando a história.

Ribas se preocupou não somente em explicar as contradições da sociedade moderna em Angola, mas em mostrar que portugueses e africanos eram iguais. Afirmou essa igualdade humana em vários momentos: quando tratou da questão racial o fez através de

uma história popular contada nas noites de luar¹⁹⁰; quando abordou a escravidão responsabilizou igualmente os brancos e os africanos¹⁹¹; quando falou da religiosidade, expos que os brancos também tinham suas superstições e seus “quimbandas”¹⁹²; quando discutia os rituais nativos comparava-o com algum ritual similar do mundo ocidental¹⁹³; e até a falta de conhecimento da língua portuguesa, que ao ser pronunciada pelos “indígenas” era mal falada e mal compreendida, sendo motivo muitas vezes de chacota dos “civilizados” e de abusos de poder por parte dos portugueses, Ribas tratou de mostrar que era somente uma questão de conhecimento técnico e que os portugueses também não conheciam as línguas africanas, cometendo erros similares de entendimento do outro e se metendo em confusões também hilárias por essa mesma ignorância.¹⁹⁴

A ideia que permanece ao final da leitura de *Uanga* é a de algumas equiparações entre as sociedades europeias e africanas. Em alguns momentos a civilização ocidental é afirmada como estando em estágio mais adiantado por conta da velocidade que se desenvolvia, o que permitia que se libertasse de certa hediondez – como as crenças fetichistas – que outros povos levavam mais tempo para superar¹⁹⁵; mas em outros momentos, Ribas afirmou literalmente a superioridade dos angolanos:

“Com o ardente desejo da maternidade, a mulher negra, ignara, que lição edificante não ministra à civilizada! Enquanto esta, para conservar a beleza plástica, emprega todas dos artifícios para evitar a progênie, contrariando, portanto, os princípios da Natureza, aquela, com outros meios, trabalha para o inverso. Neste ponto, e em quantos mais? a ignorância sobreleva a civilização. Que contra-senso!”¹⁹⁶

Óscar Ribas lidou com a etnografia não com o mero objetivo de descrever a sociedade angolana, pois através das descrições etnográficas examinou a sociedade. Como essa análise foi feita em comparação com a sociedade portuguesa, esta acabou por ser avaliada também. Este movimento dentro da obra permite que notemos algumas críticas ao processo colonial, lembrando que a sociedade angolana estava em transformação desde a

¹⁹⁰ Ibidem, p.147.

¹⁹¹ Ibidem, p. 126.

¹⁹² Ibidem, p.55.

¹⁹³ Ibidem, p.79.

¹⁹⁴ Ibidem, p.132-134.

¹⁹⁵ Ibidem, p.79.

¹⁹⁶ Ibidem, p.69.

imposição do imperialismo em fins do XIX, tendo vivido um aumento das políticas de colonização a partir da década de 1940.¹⁹⁷ A numerosa imigração de colonos brancos teve como consequência a perda de privilégios e estatutos por parte da elite nativa “civilizada”, o que contribuiu para uma tomada de consciência da situação de opressão, desenvolvendo movimentos de caráter nacionalista a partir da década de 1950. Talvez esse quadro colabore para explicar a preocupação de Ribas em descrever as culturas tradicionais angolanas, analisando-as com o fito não só de preservar-lhes um espaço na nova ordem social, mas de observar suas contribuições na formação da sociedade angolana que se transformava, irreversivelmente, a partir da presença portuguesa no território.

Por conta dessas obras, é preciso relativizar as críticas a sujeitos como Óscar Ribas, e não se deve descartar sua colaboração no processo de construção de uma identidade angolana, como se tivessem sido completamente descompromissados com a proposição de um a sociedade mais justa para os nativos. A elite nativa, da qual Ribas é um representante, certamente se apropriou daquilo que lhe parecia importante e oportuno, como a escrita, o conhecimento científico e uma série de hábitos da civilização ocidental, porém adulterando-a ao mesclar com elementos que consideravam relevante das culturas originais africanas, proporcionados pela investigação do que se convencionou chamar de folclore.

6. CONCLUSÃO

Óscar Ribas publicou uma série de obras etnográficas, sendo a mais famosa *Missosso*, em três volumes, no qual descreveu e registrou as histórias e hábitos dos angolanos.¹⁹⁸ A importância da etnografia para a literatura foi tratada por Ribas da seguinte forma:

“Ora se é a alma que dinamiza, porque desprezá-la? Se corpo e alma se completam, porque não aproveitar ambos os elementos? Se a literatura se destina a retratar um povo em todos os seus aspectos – físicos, morais, intelectuais e sociais – por conseguinte não superficialmente, mas integralmente, porque mutilar uma das partes?”

¹⁹⁷ Ver o trabalho de Cláudia Castelo. *Passagem para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto, Edições Afrontamento, 1997.

¹⁹⁸ Óscar Ribas. *Missosso*. Luanda, Tip. Angolana, 1964.

A realidade, para ser intensa e profundamente real, deve assentar na plenitude de si mesma.¹⁹⁹

Procurando abordar todos os aspectos de um povo, da ciência à espiritualidade, Ribas não somente afirmou a importância da cultura oral angolana, como registrou o que designava por folclore e utilizou este conjunto de manifestações culturais em suas obras poéticas para tratar da sociedade em Angola.

Óscar Ribas e Jorge Amado se assemelham por alguns aspectos e um deles é pela composição de suas obras baseadas em tipos sociais descritos em seus hábitos e comportamentos, crenças religiosas e rituais, vestuário e alimentação, apresentados em primeiro plano dentro da narrativa e analisados quanto em contraponto com a cultura dominante. Amado se firmou como um escritor de romances de ficção e ofereceu um olhar etnográfico marcante em toda sua obra, com ênfase em alguns romances, como *Jubiabá*, *Mar Morto* e *Tenda dos Milagres*, sendo que nesta última prescindiu um pouco da descrição para enriquecer na análise da cultura afro-brasileira na Bahia. Além das referências ao universo cultural popular presente em todos os seus romances, no trabalho publicado em 1947 *Bahia de Todos os Santos, um guia de rua* descreveu hábitos do povo baiano, notadamente de Salvador, em sua alimentação, vestuário, religião, etc. Mas enquanto para Óscar Ribas a etnografia foi um projeto de literatura que o autor realizou conscientemente, o que o fez percorrer extensas áreas do território angolano coletando dados e informações, indo a procura de informantes que colaborassem com sua obra, Jorge Amado fez uma etnografia menos profissional, mas nem por isso irrelevante.

Jorge Amado discutia a identidade nacional brasileira e para tanto abordou diversos temas, como as relações raciais, a desigualdade social, a exploração do mundo do trabalho, as religiões e as tradições afro-brasileiras, o folclore nordestino, as culturas populares, etc. Temas que compuseram a identidade brasileira. Óscar Ribas também parece ter contribuído para a discussão do nacionalismo, tratando, entretanto, inicialmente da nacionalidade portuguesa. A cultura angolana passou a ser debatida a partir das culturas populares e das

¹⁹⁹ Óscar Ribas. *A investigação folclórica e etnográfica perante o indígena*. Manuscritos do autor datados de 13 de maio de 1960, publicado em Gabriel Baguet Jr. *Óscar Ribas a memória como escrita*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2008, p.196.

tradições africanas, bem como de temas como o racismo, a exploração feminina, a escravidão e o trabalho forçado.

Ribas e Amado foram escritores originários de uma elite que, preocupada com as questões nacionais, enfatizou a concepção do povo que formava, ou formaria, a Nação. Como intelectuais articularam concepções de vida e modelos de sociedade utilizando a arte e a literatura para isso, voltando o olhar para a educação como meio de alterar a realidade. Como sujeitos de seu tempo enfocaram o folclore e a cultura popular, imperativos de uma época em que o nacionalismo era uma questão primordial da modernidade, lembrando que uma das bases do discurso nacionalista eram a definição e formação do povo.

Os intelectuais no Brasil e em Angola que estiveram ao longo do século XX envolvidos com as questões da formação política e o desenvolvimento social, dos quais Jorge Amado e Óscar Ribas são representantes, trabalharam ou se posicionaram em prol do desenvolvimento educacional do povo. A educação parece ter sido a grande bandeira levantada por todos aqueles que estiveram comprometidos com as questões do nacionalismo, desenvolvimentismo, progresso e modernidade. Entre as décadas de 1930 e 1960, se a obra de Jorge Amado foi manifestadamente engajada politicamente, a de Óscar Ribas não foi, ainda que se encontrem uma preocupação social e uma abordagem de temas que foram caros para o nacionalismo angolano posterior.

CAPÍTULO 2

ASSOCIATIVISMO: Movimentos em Angola e um contraponto com o Brasil

“Como Africano, sinto-me neste momento desvanecido ao constatar que os filhos de minha terra acordaram, enfim, do letargo em que tem vivido, pois o momento que passa aconselha todos os homens a organizarem-se, preparando-se assim para a luta pela vida, onde hoje só triunfam aqueles cuja preparação moral possa resistir todas as contrariedades que surjam.” (Santos Júnior, *Angola...*, Janeiro/Fevereiro de 1933, p.5).

1. COLONIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO EM ANGOLA

A questão do nacionalismo angolano pressupõe a análise de fatores internos a Angola e de fatores macropolíticos, contemplando os interesses europeus e das grandes potências econômicas. Ao se elencar os múltiplos fatores que contribuíram para o surgimento do nacionalismo em Angola, devem-se considerar os sujeitos diversos que compõe essa história, tais como os colonos, os “assimilados” e os “indígenas” – para utilizar uma denominação do período da dominação portuguesa na África.

Quando falamos de associativismo em Angola nos referimos ou aos colonos ou aos “assimilados”. Os colonos, num sentido amplo, podem ser visto como os europeus que migraram para as colônias.²⁰⁰ Eram chamados de “assimilados” os nativos africanos de origem negra ou mestiça que viviam de acordo com os usos e costumes dos europeus, também apelidados de “negros civilizados”. Aos “indígenas”, que não eram considerados cidadãos do império português, era vetado o direito de associação.²⁰¹ Por “indígenas” se entendia pelo *Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, os “indivíduos da raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”²⁰². A partir do *Estatuto dos Indígenas* de 1954 passou a ser definido:

“indivíduos da raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivido habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses”²⁰³.

Os nativos “civilizados” criaram algumas associações culturais, dentre elas a Liga Nacional Africana (LNA), em 1930, herdeira da Liga Angolana que funcionara de 1912 a 1922; e o Grêmio Africano, em 1913, que se transformou na década de 1930 em Associação dos Naturais de Angola. Essas associações foram as maiores e as mais

²⁰⁰ Cláudia Castelo. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 2007, p.22.

²⁰¹ Ver o Decreto-lei n.º 22 468 no DG n.º 83 de 11 de abril de 1933, 1ª. série.

²⁰² Ver Artigo 3º do “Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique”, pelo Decreto n. 12:533 Diário de Governo (DG) n. 237 de 23 de Outubro de 1926, I série; Artigo 2º do “Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas” Decreto n. 16:473, no DG n. 30 de 06 de Fevereiro de 1929, I série.

²⁰³ Artigo 2º do “Estatuto Civil Político e Criminal dos Indígenas” Decreto Lei 39:666 no DG de 20 de Maio de 1954, I série.

envolvidas em questões políticas, dentre muitas outras, pois desde as últimas décadas do século XIX se encontravam em Angola, nas regiões onde já havia uma significativa presença portuguesa, especialmente Luanda e Benguela, associações de múltiplas naturezas e finalidades, tanto dos colonos²⁰⁴ como dos nativos.²⁰⁵

O associativismo de africanos ocorreu em Angola e também em Portugal, para onde se dirigiam com finalidade de estudo os filhos da elite nativa. Por elite nativa angolana se compreendia o grosso do conjunto dos “assimilados”, que, diante da maioria de “indígenas”, detinha uma situação de privilégio econômico e social. Era comum possuírem alguma formação profissional, ocupando cargos no funcionalismo público, desempenhando atividades no comércio ou prestando serviços como profissional liberal. Essa elite nativa esteve, inicialmente, comprometida apenas com sua própria classe social e com o desenvolvimento de Angola dentro de uma concepção de Pátria Portuguesa, passando, somente a partir dos anos 1950, a fomentar certo nacionalismo angolano.

Mas sentimentos nativistas já existiam em Angola desde o século XIX, sentimento que aparece disperso nos periódicos da época. E foram, especialmente, os escritores e intelectuais que iniciaram um discurso em direção ao sentimento nativista:

“Quem conhece minimamente as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pode reconhecer em *Mensagem*, *O Brado Africano*, *Certeza* e, mesmo, *Claridad* signos de uma postura estética que não minimizava a dimensão ética de uma ação cultural votada à mudança. Aprendemos ali que, antecipando outras formas de luta, a atividade literária inseria-se na discussão da nacionalidade. A emergência de um sentimento nativista, com ênfase na descoberta e na valorização dos chamados ‘bens de raiz’, situava-se entre as operações que visavam a dotar os futuros países de uma base em que as pessoas, separadas por fundas diferenças, pudessem encontrar uma plataforma comum.”²⁰⁶

A literatura africana estimulou o encontro e mesmo a criação de uma plataforma comum que pudesse aproximar pessoas com culturas tão diversas como as encontradas em Angola no período colonial. Além do campo literário, que chegou a antecipar formas de

²⁰⁴ A primeira associação criada pelos colonos brancos foi a Associação Comercial de Luanda em 1863, ver o trabalho de Fernando Tavares Pimenta. *Angola, os brancos e a independência*. Porto, Edições Afrontamento, 2007, p.79.

²⁰⁵ Ver o trabalho de catalogação dessas associações em Óscar Ribas. *Izomba, associativismo e recreio*. Luanda, Tipografia Angolana, 1965.

²⁰⁶ Rita Chaves. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2005, p.278.

luta, como nos indica Rita Chaves, também o associativismo se destacou como espaço para a articulação inicialmente de ações de protesto, para em seguida mobilizar forças no sentido da liberdade.

Em Portugal encontramos as primeiras associações organizadas por jovens estudantes e intelectuais africanos, que fundaram, em Lisboa, a Junta de Defesa dos Direitos de África em 1912, a Liga Africana em 1920 e o Partido Nacional Africano em 1921. Nessas organizações, observam-se influências dos ideais pan-africanistas de Willian D. B. Du Bois, Eduard Blyden, Marcus Garvey, dentre outros, que buscavam a partir de um discurso racializado a identificação de todos os negros com os movimentos anti-racistas.²⁰⁷ Os jovens africanos que começavam a se organizar em Portugal no início do século XX foram tratados por Mário Pinto de Andrade, sociólogo e escritor angolano, como uma *intelligentsia* africana, que teria, simultaneamente na metrópole e nas colônias, promovido uma mobilização em prol dos anseios políticos, econômicos e sociais que se faziam prementes.²⁰⁸

Mário P. de Andrade enxerga nas primeiras associações, na África ou na Europa, palcos onde teriam se desenvolvido os iniciais apelos de ordem política, surgindo mesmo um tipo de protonacionalismo, sem ideais separatistas naquele momento. Durante as duas décadas iniciais do século XX, o foco dessas organizações esteve voltado para a articulação de propostas de desenvolvimento econômico e social da África. Os africanos, naquela conjuntura, eram delineados em termos da *raça* e as propostas para um desenvolvimento moral e econômico dos nativos vieram no rastro de questões levantadas originalmente no jornal *O Negro* (1911).²⁰⁹ As questões de ordem política ainda corroboravam um ideal de Estado Nacional, de Império Ultramarino e de Pátria Portuguesa, o que englobava diversas províncias ultramarinas.

A primeira associação em Angola com perfil político foi fundada em 1912, chamava-se Liga Angolana e possuía sócios fundadores com trajetórias de luta social. O

²⁰⁷ Edmund Rocha. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano, período de 1950 a 1964*. Lisboa, Dinalivro, 2009, p.47/48.

²⁰⁸ Mário Pinto de Andrade. *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-191)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.117.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, p.77.

principal nome era do advogado e escritor Antonio de Assis Júnior, autor do que é considerado o primeiro romance angolano, chamado *O Segredo da Morta*.²¹⁰ Em 1922, durante o mandato de Norton de Matos como alto-comissário de Angola, a Liga Angolana foi extinta e permaneceu desorganizada até 1930. Neste ano, alguns dos antigos sócios criaram a Liga Nacional Africana (LNA), fundada em 14 de julho de 1930, aprovada por Alvará do Governo da Colônia.²¹¹ Três anos depois, a LNA criou um periódico chamado *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva* e que no editorial de apresentação de seu primeiro número, em janeiro de 1933, declarou o seguinte:

“Nestes termos a ANGOLA abre suas colunas aos bons portugueses, sinceros e patriotas, sem indagar e nem querer saber de procedências, impondo apenas, como condição indispensável, que tenham em vista um móbil nobre e alevantado, sem outra exigência de nossa parte que a assinatura dos autógrafos, quando encoberto em pseudônimos.

(...) Aos nossos colaboradores e a todos aqueles que mui eficazmente tem nos coadjuvado reiteramos as nossas saudações respeitadas, e mantemonos-lhes inteira liberdade na defesão das suas opiniões e doutrinas, neste vasto campo de acção podem debater-se todos os ideais, e discutir-se livremente quaisquer princípio que não envolvam política”²¹²

Nesse trecho há duas informações iniciais relevantes. A primeira delas é o caráter português da revista, ou dos seus autores e colaboradores. Os autores dos artigos e os organizadores do periódico (estes vinculados à Liga Nacional Africana, posto o pertencimento do periódico) se apresentavam como “bons portugueses”, comungando com a sociedade colonial, uma vez que somente os colonos portugueses ou os “assimilados” dominavam as técnicas da língua e da escrita portuguesas e utilizavam a imprensa como meio de comunicação e entretenimento. A segunda informação é sobre o pretense caráter apolítico dos artigos publicados na revista. Quaisquer opiniões e doutrinas poderiam embasar os artigos, com total liberdade garantida pela revista, com exceção dos que tratassem de política.

²¹⁰ Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa, Tinta da China, 2009; Maria Eugenia Rodrigues. *A Geração Silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 1930*. Porto, Edições Afrontamento, 2003.

²¹¹ Ver os estatutos da associação no periódico *Angola: revista de doutrina, educação e propaganda instrutiva*. Ano II, nº. 4, p. 12 (será utilizada somente *Angola...* para as referências)

²¹² Editorial de Apresentação da *Angola...* Ano 1, nº. 1 e 2, Janeiro/Fevereiro 1933, p.1 (grafia como encontrada no texto original).

Logo na estreia do periódico já há uma tensão que revela muito sobre a LNA e seus sócios, pois quando negros e mestiços angolanos na década de 1930 se definiam como portugueses, eles estavam acatando uma determinação jurídica, que excluía 98,6% da população nativa da sociedade de direito.²¹³ Além disso, somente os 1,4% da sociedade angolana que viviam de acordo com os usos e costumes considerados civilizados, percentual que incluía colonos e “assimilados”, desfrutavam do direito de associação e de imprensa.²¹⁴ Contudo, um conflito se anunciava e era instaurado pela dificuldade de se aliar harmonicamente ser africano e ser negro com o desfrute dos benefícios garantidos pela civilização ocidental, que estavam sendo prometidos pelo colonialismo. É neste conflito, por seu turno, que residem as origens do nacionalismo angolano.

O nacionalismo angolano vai ganhar corpo somente a partir dos anos 1950, mas tem suas raízes mais remotas nas últimas décadas do século XIX, difundido na imprensa da época através de artigos que combatiam o discurso racial anunciador de uma ideologia de submissão dos africanos aos europeus por um argumento racista. Em 1901 foi publicada, em Lisboa, uma coletânea de artigos dessa imprensa nativista angolana, imprensa que contestava uma argumentação de inferioridade racial dos negros, que ficou conhecida como *A voz de Angola clamando no deserto*.²¹⁵ Depois desse período, Angola viveu um aumento paulatino do poder colonial português, que sufocava a frágil imprensa nascente, que congregava a produção escrita dos angolanos.

A República Portuguesa, criada em 1910, inicialmente permitiu uma liberdade de expressão, esperada pelos que lutaram pelo fim da monarquia dos Bragança. Os ventos da liberdade fizeram surgir partidos e grupos de caráter político, tanto na metrópole como no ultramar, o que explica a fundação da Liga Angolana, considerada a primeira associação de negros e mestiços em Angola de natureza política. Ou seja, sua finalidade ia além das anunciadas nos clubes sociais e recreativos, que existiam desde a década de 1880. Suas metas foram:

²¹³ Para os dados demográficos foi utilizado o anexo estatístico de Fernando Tavares Pimenta. *Angola, os brancos e a independência*. Porto, Edições Afrontamento, 2007, p.449.

²¹⁴ Ver art. 4º. sobre a liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma e o art. 14º sobre a liberdade de reunião e associação da Constituição Política Portuguesa de 1933, Parte II, Dos Cidadãos, Decreto nº 22.241, DG 43, Serie I, Suplemento, 22/02/1933.

²¹⁵ *A voz de Angola Clamando no Deserto*. Lisboa, 1901.

- “i) lutar pelos interesses de Angola;
- ii) desenvolver o sistema educativo africano;
- iii) defender os interesses de seus membros e proteger seus direitos;
- iv) estabelecer aulas de educação física”²¹⁶

A Liga Angolana foi uma organização que se manteve leal à República Portuguesa, assim como também foi o Grémio Africano. Isso equivale a dizer que não propuseram nenhum movimento de ordem separatista. Seus membros eram moderados politicamente e defensores da pátria portuguesa, lutando, como podemos ver nos objetivos da Liga, pela melhoria das condições de vida dos africanos. Mantinham, entretanto, a hierarquia colonial, utilizando para sua luta plataformas da modernidade ocidental, como o ensino da educação formal e a educação física. Pelos objetivos anunciados é possível perceber que os membros da Liga Angolana estavam assimilando valores europeus e propondo o crescimento dos nativos africanos intelectual e fisicamente, o que lhes permitiria adentrar no modo de vida europeu. Veremos que a adoção de certos valores civilizacionais não os impediu de combater o racismo crescente, que se baseava em afirmações sobre a superioridade do tipo europeu nas duas vertentes humanas: a física e a intelectual.

O encerramento das atividades da Liga Angolana se deu em 1922, quando sua direção tomou partido dos camponeses “indígenas” da região do Catete, no que ficou conhecido como Revolta do Catete. Os camponeses reivindicaram o fim do trabalho forçado e do açambarcamento de suas terras por colonos brancos e tiveram no advogado António de Assis Júnior, membro fundador da Liga Angolana, seu representante legal. Além de apoiarem as reivindicações dos camponeses nesse episódio pontual, a Liga Angolana foi cedendo espaço em seu periódico para a denúncia de situações de opressão.²¹⁷ Somem-se a isso as nunca comprovadas acusações de participação da Liga nas “conspirações tribais” de 1914 e 1917, que lhe gerou o apelido espúrio de Associação de Matabrancos, e se terá o quadro que justificou para o alto-comissário Norton de Matos seu fechamento.²¹⁸

²¹⁶ Douglas Wheeler, op.cit., p. 177; ou Boletim Oficial de Angola de 8/03/1913.

²¹⁷ Maria Eugénia Rodrigues. *A Geração Silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 1930*. Porto, Edições Afrontamento, 2003, pp.35-42.

²¹⁸ António de Assis Júnior. *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* citado por Douglas Wheeler, op. cit.

A década de 1920 foi aquela em que começou a se modificar a legislação que regia o mundo ultramarino português, dando início a uma nova concepção do ultramar e seus habitantes naturais.²¹⁹ É sabido que o processo de subalternização por qual passava a elite nativa angolana ao longo de todo o período republicano – traduzido na perda de vantagens salariais e de direitos profissionais (como ocupar cargos no funcionalismo público) – contribuiu decisivamente para o envolvimento da Liga Angolana nos movimentos de contestação de 1922. Ademais, com o lento e constante aumento da imigração de portugueses para as colônias africanas e com o crescimento do racismo que diferenciava socialmente os europeus em detrimento dos africanos, a elite nativa angolana ia se tornando cada vez mais empobrecida e desprivilegiada.

Após o fechamento da Liga ela se reorganizou somente em 1930, como Liga Nacional Africana, e isso ocorreu no mesmo momento que o sistema colonial ganhou novos contornos e algumas poucas definições para as futuras políticas de assentamento de colonos brancos e para a exploração econômica dos territórios ultramarinos. O Estado Português passou muito tempo sem ter uma política colonial definida para a África, pois sequer havia uma unanimidade entre os teóricos do III Império Colonial: vender as colônias? Colonizar com povoamento enviando portugueses para a África? Colonizar utilizando a mão de obra indígena para uma exploração econômica da terra em benefício exclusivo da metrópole? Colonizar em moldes humanistas, civilizando as raças consideradas inferiores dos autóctones?²²⁰

O estado colonial português foi sendo implantado em Angola aos poucos, a partir das cidades, onde se concentrava a população de origem portuguesa, indo em direção ao interior e ao sul do território, na medida da expansão dos interesses agrícolas: as fazendas de café e algodão, especialmente. Isso foi ocorrendo de forma lenta, pois em 1930, após algumas políticas de incentivo de imigração durante o segundo mandato de Norton de Matos como alto-comissário, havia apenas, em Angola, cerca de 30.000 brancos em um

²¹⁹ Cláudia Castelo. *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto, Edições Afrontamento, 2007, pp. 61-80.

²²⁰ Idem, *Ibidem*, p.61.

universo populacional de cerca de 3.300.000 de almas.²²¹ A colonização nas primeiras décadas do século XX ocorreu sem muito controle de Lisboa, com poucas políticas estatais, devido ao interesse do governo de Portugal em manter o fluxo migratório para o Brasil, fluxo este que mantinha as remessas de dinheiro para seus familiares, “um dos pilares da política econômica e financeira portuguesa.”²²² Entendia-se também, durante a I República (1910-1926), que a colonização deveria estar assentada em uma descentralização política e financeira da administração, o que ficou representado na natureza do posto máximo do poder colonial, o Alto Comissariado, o que só foi modificado com o Ato Colonial, em 1930.²²³

A colonização portuguesa efetiva e sistematizada na África foi tardia e isso se explica tanto pela falta de um consenso entre os políticos acerca do modo de exploração das colônias, quanto pela falta de recursos metropolitanos que o Estado poderia disponibilizar para investimentos nos projetos ultramarinos. Até 1917, por exemplo, ocorriam as chamadas “guerras de pacificação”, conflitos entre portugueses e nativos africanos em que os primeiros se impuseram através das armas, dominando militar, econômica e socialmente os segundos, com a justificativa de estarem fazendo o melhor para o desenvolvimento dos povos da região. Um dos últimos marcos de resistência militar contra a colonização portuguesa em Angola foram as guerras travadas contra os povos ovimbundos na região de Seles e Amboim.²²⁴

Mesmo com o território angolano dominado militarmente, ainda assim as políticas econômicas para a ocupação do espaço e para a criação de uma colônia que povoasse e explorasse a terra foram tímidas ao longo das décadas subsequentes. Somente com o Ato Colonial, em 1930, é que se definem algumas questões acerca das colônias, pois antes deste documento, que se torna parte da Constituição Política Portuguesa de 1933, não se tinha

²²¹ Fernando Tavares Pimenta, op. cit., p.77, ver o quadro da evolução demográfica que o autor apresenta no anexo, pp. 449-461.

²²² Cláudia Castelo. *Migrações ultramarinas: contradições e constrangimentos*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009, p.70.

²²³ Fernando Rosas. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p.88

²²⁴ René Pélissier. *Histórias das Campanhas de Angola: resistências e revoltas, 1845-1941*. Lisboa, Editora Estampa, 1997, pp. 43-60. Os meses de conflito se deram num contexto de extrema exploração da mão de obra africana, que eram escravizados a revelia de qualquer legislação colonial que proibia essa prática trabalhista.

uma definição do que fazer com os territórios do ultramar, ainda que a ação colonial fosse entendida como uma vocação e missão histórica por quase todos os políticos, e que se alentasse a ideia de uma missão civilizadora na África.²²⁵

O Ato Colonial acabava com o pouco de autonomia das colônias, centrando o poder no Ministro das Colônias e no governo de Lisboa, o que antes estava nas mãos do alto-comissário, extinto nesse momento com a criação em seu lugar do governador-geral.²²⁶ Objetivava-se impor uma lógica imperial, de exclusivismo econômico e de controle social e político da colônia por parte da metrópole. As colônias perderam a autonomia financeira, o direito de contrair empréstimos no estrangeiro e todas as ações econômicas passaram a ser intermediadas pelo governo de Lisboa. Ainda assim, somente depois da segunda guerra mundial é que passou a existir uma política pública para o envio de imigrantes portugueses para as colônias africanas, com o subsídio de passagens das famílias para a fixação no ultramar. Nesse momento se privilegiou o envio de: a) técnicos especializados e famílias, ou seja, esposas legítimas, filhos menores e filhas solteira de indivíduos que estivessem há mais de um ano na África e que tivessem a intenção de lá permanecer e; b) os indivíduos masculinos com menos de 35 anos, com curso técnico profissional agrícola ou de enfermagem.²²⁷ Nas colônias, para o grosso do trabalho braçal, utilizava-se a mão de obra forçada dos africanos nativos submetidos ao Estatuto dos Indígenas, que garantia o trabalho obrigatório, regulamentado pelo Código do Trabalho.²²⁸ Da fixação das bases do trabalho contratado em 1914, passando pela criação do Código do Trabalho Indígena em 1928 até sua extinção em 1961, foram diversas as modificações sofrida pela legislação, sempre se mantendo o recrutamento de trabalhadores “indígenas”.

O novo entendimento sobre o tipo de colônia que Portugal queria instituir, e que acabou por ser próximo do modelo britânico de colonização por povoamento, ficou delineado no Ato Colonial e concebia o espaço ultramarino como um território para ser colonizado e explorado economicamente. Uma das justificativas para essa colonização por

²²⁵ Cláudia Castelo. *Passagem...*, p. 61.

²²⁶ O Ato Colonial foi publicado pelo Decreto nº. 18:570, ver DG nº156 I Série de 8/07/1930.

²²⁷ Portaria nº. 10.919 no DG nº.75 I Série de 9 de abril de 1945. (alíneas a) e b) do 2º. Artigo).

²²⁸ Ver a legislação referente ao trabalho recrutado e entendimento jurídico da legislação em José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. s/e, Lisboa, 1957, 2ª. edição.

ocupação do espaço e a exploração do trabalho dos autóctones baseava-se na ideologia racial que julgava os africanos como primitivos e inferiores, o que retoricamente concedia aos europeus o direito de dominá-los. Foi no momento de maior ocupação do território ultramarino, a partir dos anos 1940 e intensificado na década seguinte, que as políticas de cerceamento de qualquer liberdade nas colônias aumentaram, incluindo a liberdade de expressão que passou ser restringida pela censura estadonovista.²²⁹

Douglas Wheeler afirma que a política de controle social das colônias não começou, entretanto, durante o Estado Novo (1926-1974), mas durante a I República. O governo de Antônio Oliveira de Salazar teria continuado as políticas de coerção, que vieram na esteira do controle social iniciado com o fechamento das associações na década de 1920 e de toda a repressão desencadeada por Norton de Matos em Angola contra os africanos instruídos. Foi no seu segundo governo, por exemplo, que se criou o Quadro Auxiliar no funcionalismo público, destinado aos nativos, e se enfatizou a necessidade do porte da Caderneta e do Bilhete de Identificação para os africanos.²³⁰ Pode-se perceber com isso que o fechamento da Liga Angolana em 1922 estava no meio de um vendaval de novas políticas econômicas e sociais para as colônias.

Durante os 8 (oito) anos que se seguiram ao fechamento de Liga Angolana ocorreram significativas mudanças em Portugal que acabaram por imprimir novas diretrizes políticas para as colônias. Em 1926, criava-se a Ditadura Militar e se publicava o Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Em 1928, se publicou o Código do Trabalho Indígena.²³¹ Crescia a máquina administrativa portuguesa, ampliava-se nas colônias a malha das estradas de ferro, aumentava-se a colonização por meios civis em detrimento da mera ocupação militar, o que colaborou para a publicação, em 1926, do primeiro Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas na África e no Timor, reaproximando a Igreja do Estado, afastadas desde 1910. Com o Ato Colonial se reforçou o direito português de colonizar os territórios ultramarinos, indicando nesse documento as diretrizes para uma mais efetiva colonização, criando o cargo de Governador Geral nas colônias subordinado e dependente do Ministério das Colônias. Nesse momento, as missões

²²⁹ Ver Decreto-lei nº. 22 469 no DG nº.83 I Série, 11 de abril de 1933.

²³⁰ Douglas Wheeler, *op.cit.*, p. 174/175.

²³¹ Ver Decreto nº. 16 199, DG. nº 281, I série, 6 de dezembro de 1928.

católicas ganharam personalidade jurídica auxiliando oficialmente o Estado na tarefa de colonização, o que terá efeitos diretos na vida dos africanos.²³²

É nessa nova configuração que parte da elite nativa angolana, em torno de figuras como Antonio de Assis Júnior, se reorganizou e fundou, em 1930, a Liga Nacional Africana. O Grêmio Africano foi rebatizado como Centro Africano e, anos mais tarde, como Associação dos Naturais de Angola. A batalha por direitos sociais e melhorias econômicas para os “negros civilizados” é recomeçada, criando-se estratégias diversificadas para burlar o controle social. Utilizava-se uma série de artimanhas intelectuais e artísticas que propagavam ideais valorativos dos africanos, dentro de uma concepção de Estado Nacional Português.

A Liga Nacional Africana definiu como objetivos:

- “1. Criar escolas e bibliotecas para a instrução literária, moral e profissional de todos os seus sócios e filhos;
2. Promover a organização de uma cooperativa para uso dos sócios e uma caixa de auxílios a sócios necessitados;
3. Defender os direitos dos sócios e zelar pelos seus interesses;
4. Proporcionar aos sócios toda a espécie de divertimentos, recreio e desportos.”²³³

Se compararmos esses objetivos com as propostas da antiga Liga Angolana notamos que os alvos visando a instrução básica, a profissionalização e os direitos dos sócios eram em princípio os mesmos. Manteve-se, ao longo do tempo, a ênfase na educação, tratada como um valor a ser adquirido e um meio para a melhor inserção dos nativos no mundo do trabalho da sociedade colonial. Contudo, entre 1912 e 1930, excluíram-se as palavras “Angola” e “africano” da redação do estatuto. Angola fazia parte da Nação Portuguesa e os membros das associações, como portugueses de origem africana como se viam e como ressaltavam, centralizaram sua ação em direção ao desenvolvimento de Angola como país

²³² Pelo artigo 24º do ato colonial ficava garantido às missões católicas o caráter de instituição de ensino “As missões católicas portuguesas do ultramar, instrumento de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação pessoal para os serviços dela e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado como instituições de ensino” ver pelo Decreto 18.570, no DG nº 156, série I de 8/07/1930.

²³³ Estatuto da Liga Nacional Africana, *Angola...*, Ano II, Abril de 1934, nº 4, p.12; ver também Eugenia Rodrigues, op. cit., p.58 (no quarto objetivo transcrito pela autora consta “Montar aulas de ginástica, esgrima e jogos para educação física dos sócios toda a espécie de divertimento, recreio e desporto”).

membro do Império Colonial Portuguesa. Propagaram uma série de valores da civilização europeia e estrategicamente suprimiram palavras carregadas de significado político, que poderiam limitar as atividades da associação, posto o decreto-lei de 1933 que regulava a censura da imprensa e o direito de reunião coibindo, porque controlando, a exposição de opiniões políticas.²³⁴

A instrução escolar daria, aos africanos, acesso a melhores cargos no mundo do trabalho, pois se acreditava que a profissionalização era a única condição para o usufruto na vida prática da igualdade de direito já garantida aos cidadãos pela Constituição. O aprendizado da cultura europeia parecia garantir a condição para a assimilação jurídica, ou seja, para a aquisição da cidadania portuguesa. Este talvez tenha sido o objetivo mais difícil a ser cumprido, por conta de uma concepção de educação como de responsabilidade essencialmente da Família e não do Estado e pelo pouco número de escolas nas colônias.

A finalidade desportiva e recreativa da LNA pode ser entendida a partir da importância relacionada à Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo, algo que esteve em alta nos meados do século XX. Não se deve perder de vista que era, também, uma estratégia para atrair novos sócios, uma vez que a promoção de desportos criava situações e espaço de lazer e de confraternização. O processo civilizador passava, naquele momento, pela valorização do corpo saudável e pela disciplina moral, ambas objetivadas pela Educação Física, vista como um meio para o aprimoramento do indivíduo e consequentemente da sociedade. Nessa altura, mais ou menos, Salazar proclamara acerca da Educação Física:

“Preocupado com algumas exteriorizações, cá dentro e lá fora, preocupado sobretudo com desportos que a si mesmos se bastavam, como se fossem o seu próprio fim, eis que vejo defender, ao encontro da desorientação ou da má orientação corrente, a doutrina mais elevada, a alta, verdadeira doutrina que integra os desportos na educação física e a esta assina função subsidiária mas específica na formação da pessoa humana. Homens fortes, homens sadios, sem dúvida, por patriotismo, por valorização econômica, por defesa orçamental, até por simples humanidade, mas homens saudáveis com juízo claro, caráter forte, consciência reta”²³⁵

²³⁴ Ver o artigo 1º. § único do supracitado Decreto-lei 22 468 que regula o direito a reunião e o artigo 2º. do decreto-lei 22467 que regula a censura a imprensa quando versem sobre assuntos políticos. Ambos os decretos foram publicados no DG nº. 83, 11 de abril de 1933, I Série.

²³⁵ Discurso proferido por Oliveira Salazar no Ministério das Finanças por conta da obra para a construção do Estádio Nacional em 03 de dezembro de 1933 em Salazar. *Discursos, 1928-1934*. Coimbra, Editora Coimbra, 1935, pp.268-269.

O incentivo a formação de patriotas saudáveis com caráter forte, proferido pela maior liderança do Estado Novo português, aproxima-se do lema fascistas da mesma época e abre espaço para políticas públicas eugênicas.

A revista *Angola*, entretanto, nem sempre manteve uma secção de esportes, explicado, provavelmente, pela ênfase dada ao caráter cultural e político da associação, e não recreativo. Mas, como a LNA se mantinha atenta às orientações metropolitanas e aos comportamentos que vinham da Europa, passou a propagar a prática de esportes e a tratar a Educação Física como um meio dos indivíduos se elevarem física e psicologicamente, difundindo clubes desportivos, como o Sporting Luanda e o Sport Lisboa, mantendo em algumas edições a coluna *Mens sana in corpore sano*.²³⁶

Dos objetivos da LNA o segundo determina seu caráter assistencialista, que configura boa parte do associativismo em Angola. Mas o mais significativo me parece ser o terceiro, que afirma simplesmente a defesa e o zelo dos direitos e interesses de seus sócios. É curto em palavras, revelando uma amplitude de aplicação. Por este objetivo ficava assegurada uma noção de comunidade que pode se unir para a defesa de causas individuais ou coletivas. Esse parece ser precisamente o objetivo de uma associação de qualquer natureza, seja de classe, profissional, social, recreativa ou assistencialista.²³⁷

A Liga atuou, inicialmente, através do periódico *Boletim da Liga Nacional Africana* durante o ano de 1932, passando a editar a partir do ano seguinte *Angola: Revista de Doutrina, Educação e Propaganda Instrutiva*. Esta revista, mesmo sob controle da censura imposta pelo Estado Novo português, publicava artigos dos próprios associados e também de outros periódicos africanos, como de periódicos europeus. Reproduziam discursos de dirigentes políticos e artigos de caráter científico ou literário. Durante as décadas de 1930 a 1960 debateram-se em suas páginas temas políticos concernentes a colônia, especialmente sobre a assimilação, o indigenato, o trabalho forçado, a educação formal, as culturas autóctones, a economia "indígena" e se faziam pleitos por espaço para os nativos na política. Desde o início do seu funcionamento, percebemos quatro frentes de protesto: 1)

²³⁶ Ver, por exemplo, artigo de Ramos da Cruz, "O ressurgimento do Atletismo" em *Angola...Ano XXI*, Set/Out 1938, n.º. 25/26, p.32.

²³⁷ Óscar Ribas. *Izomba, associativismo e recreio*. Luanda, Tipografia Angolana, 1965.

pela melhoria das condições de vida dos angolanos de modo geral; 2) pela expansão da cidadania portuguesa; 3) pelo combate ao racismo e; 4) pelo desenvolvimento econômico de Angola.

Apesar de se apresentar uma imprensa de protesto, a LNA, durante as três primeiras décadas de sua existência, não professou o separatismo e nem o nacionalismo angolano. Mesmo quando ocorreu a deflagração da guerra por independência, a revista optou por manter-se fiel a Portugal, ignorando solenemente os movimentos de contestação deflagrados a partir de 1961. Buscava-se publicar artigos que defendessem a colonização, o nacionalismo e a civilização portuguesa, ao tempo em que se tentava imprimir mudança nas práticas racistas dos colonos e algumas alterações nas legislações discriminatórias, como a proibição, até 1958, dos nativos terem representação no Conselho de Governo.

Nesse período, em que uma parcela da população angolana começava a refletir sobre o colonialismo como um sistema de exploração, questionando a real inclusão dos colonizados na civilização ocidental, percebemos alguns elementos de algo que Mário Pinto de Andrade denominou de *protonacionalismo*. Andrade viu o *protonacionalismo* como um movimento de geminação de ideais nacionais, algo tímido e inicial de um grupo específico da elite, os intelectuais.²³⁸ Podemos pensar, também, nos termos de Eric Hobsbawm, que define uma variação popular do *protonacionalismo*, na medida em que se originava de uma camada social intermediária, que empenhava anseios e formas de identificação coletivas das camadas populares da sociedade.²³⁹ Justamente por ser intelectualizada, a camada intermediária angolana tentou criar uma identidade coletiva que ia na direção de um sentimento de pertencimento nacional, levando-se em conta que se inventam tradições “quando ocorrem novas transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”²⁴⁰.

Exprimindo-as através dos jornais, da literatura e dos movimentos culturais essa elite nativa angolana, utilizando de uma engenharia social ampla e definida²⁴¹, mobilizou

²³⁸ Mário Pinto de Andrade, op. cit.

²³⁹ Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, cap. 2.

²⁴⁰ Eric Hobsbawm. “A invenção das tradições” em E. Hobsbawm e Terence Ranger (org). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp. 12/ 13.

²⁴¹ Idem, p.22.

sentimentos de vínculo coletivo para pensarem em termos de Nação e Estado Moderno.²⁴² Somente em 1961, entretanto, que estes sentimentos se tornaram explícitos, quando movimentados em uma frente cultural contra hegemônica e militarmente de combate anti-colonialista. Um dos primeiros atos deliberados de criação e congregação dos sentimentos nativistas angolanos, entretanto, foi uma tentativa de criar uma “união geral”, em 1933, e que reunisse todos os nativos que compunham a elite em uma associação única que simbolizaria a vontade de luta dos africanos que viviam sob o regime do indigenato/assimilação. Eram nativos desprovidos, destarte serem de uma elite, de meios eficazes para realizar suas reivindicações:

“Desde que todos nos compreendamos os nossos deveres, não precisamos mais do que uma Associação; por isso daqui endereço um apelo, especialmente aos meus conterrâneos, filhos desta Angola tão vasta (...) para que todos contribuam com sua cota parte na formação de uma Associação que de facto nos dignifique.

Aos velhos Colonos (...) dirijo igualmente um apelo para que não nos falem com apoio moral e material, porque só com esforço conjugado dos Colonos e Nativos se poderá fazer deste facto, desta imensa Colônia a continuação de um Portugal-Maior”²⁴³

Essa matéria, de Luís dos Santos Júnior, conclamava todos para ingressarem na Liga Africana, para que fosse a única representante dos angolanos nativos. Havia ocorrido a fusão nesta associação dos grêmios “Monteiro Torres”, “Silvério Ferreira”, “Família Recreativa” e “União e Progresso”.²⁴⁴ O Grémio Africano estava sendo convidado a se juntar também, com o argumento de que um único clube iria concentrar forças. Mas isso acabou não ocorrendo. Para além do pedido de adesão de todos numa só agregação, esse artigo deixa claro que os angolanos nativos estavam cientes da necessidade de se unirem em organizações legais para fortalecerem-se enquanto coletividade. O objetivo era a luta pela vida em condições dignas e para a construção de uma Angola melhor. Mas neste momento a Nação a ser construída e aprimorada era Portugal, ainda que fosse Portugal mais justa para os africanos.

²⁴² Eric Hobsbawm. *Nações...* p. 63.

²⁴³ Luís dos Santos Júnior. “O momento que passa...” em *Angola...* Ano 1, vol.1, Janeiro/Fevereiro de 1933, p.5.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

Os anseios de libertação e a conclamação para a construção nacional angolana serão encontrados somente anos mais tarde entre os intelectuais e serão tratados de modo indireto pelo periódico. Nos anos 1930, porém, esta aspiração não está posta, pretendendo-se a melhoria da vida para todos os africanos, dentro de uma concepção de Pátria Portuguesa, também chamada de Portugal Maior. Isso fica evidente quando, em 1937, outro associado, Sebastião José da Costa, nega a organização de ideais separatistas:

“A alma dos angolanos, que portugueza se orgulha de ser e de ter nascido, sem dúvida, ama e quer bem, com exaltação e delírio, esta Angola que é seu torrão natal, e que deve toda sua filial dedicação e carinho, mas não menos ama e quer bem a Portugal, a que deve tôda a gratidão, igualmente filial, pelos preciosos benefícios da civilização que por via dele obtem.

Será o seu nativismo, amar e querer bem Angola, como o minhoto ama e quer bem o Minho; o algarvio, o Algarve; o beirão a sua Beira; e querer e aspirar o seu desenvolvimento e riqueza, e o dos seus povos, águas e serras? (...)

Justos e razoáveis são os elementos, portuguezes de Angola, que esta terra, como nós, estremeçam também, para que se convençam que o desejo de progresso crescente e perfeição, de modo algum, é aspirar o separatismo, quando uma pátria maior do que Portugal se não pode ter no embate das mais insaciáveis ambições que afligem o Mundo. E assim a nobreza do nosso carácter, pondo de parte as almas daninhas que cavam uma desunião injustificável, - e a impecável sinceridade e probidade das nossas acções, são a fiança inquebrável de que na aspiração ardente da alma nativa, de uma Angola grande dentro de um Portugal Maior, não existe, nem nativismo, nem separatismo.”²⁴⁵

O autor mostrava um exacerbado patriotismo português e reagia ao que achava que eram calúnias levantadas por quem desejava uma “desunião injustificável”. Apesar da negativa deste autor da existência de nativismo e separatismo no seio da LNA, as supostas calúnias levantadas por uma oposição nos fazem cogitar sua veracidade. Com ou sem nativismo, o ano que se seguiu foi de intensas manifestações nacionalistas ocorridas por conta da visita a Luanda do Presidente da República, o General António Óscar Carmona.

A primeira visita do mais alto dignitário do Estado Português a Angola ocorreu em 1938. Esse foi um ano que acabou por ser de muito civismo, encontrando-se diversas reportagens nos periódicos tratando do Império Português e de Angola como parte da grande Nação. Houve muitos artigos louvando o Estado Novo, Salazar e diversos governantes portugueses, especialmente os governadores-gerais das colônias, tanto no

²⁴⁵ Sebastião José da Costa. “Nem Nativismo, nem separatismo” em *Angola...* Ano IV, Abril/Maio 1937, nº. 13 e 14, pp. 2 e 4.

passado, quanto no presente. Mas algo interessante de se notar é que justamente no meio das publicações ufanas e tendenciosas à civilização europeia encontram-se os artigos mais politizados, nos quais o tema da política está posto de forma clara e direta.

Armando João Fernandes escreveu, por exemplo, um texto intitulado *A Defeza dos Nativos de Angola* solicitando que o Governador Geral de Angola, o Coronel Antonio Lopes Mateus, intercedesse junto ao governo de Lisboa para que os nativos voltassem a ter uma representação junto ao Conselho de Governo da Colônia.²⁴⁶ Essa vaga fora criada em 1921, pelo alto-comissário Norton de Matos, mas acabou extinta no momento da publicação da Carta Orgânica do Império, em 1933, tornando novamente um direito político dos naturais das colônias com a reforma da Lei Orgânica do Ultramar, em 1946. Foi somente em 1958, todavia, que um angolano nativo ocupou um assento no Conselho Legislativo, o Sr. Manuel Pereira do Nascimento, também associado a LNA.²⁴⁷

Ainda na edição citada de 1938, publicou-se um artigo que pode exemplificar o posicionamento político e ideológico de boa parte dos nativos da época. O autor, não identificado, escreveu sobre a demografia angolana, louvando este ramo da ciência e pondo foco na importância de um amplo contingente populacional para o desenvolvimento de um país. Trazendo os dados do Anuário Estatístico para Angola dos anos de 1933, 1936 e 1937, o autor mostrou o baixo número de habitantes no território e acusou a escravatura que enviara cerca de 6 milhões de angolanos para a América. Era preciso criar condições para garantir o desenvolvimento da população angolana e, para tanto, o autor iniciava sua preleção trazendo a reportagem concedida ao periódico *Diário de Lisboa* pelo médico Sr. Dr. Cassiano Neves, que havia acompanhado o presidente da República, General Carmona, na visita oficial a África realizada poucos meses antes. O médico, de acordo com o artigo, se refere rapidamente ao problema da baixa densidade populacional em Angola, que deveria:

²⁴⁶ Armando João Fernandes. “A defeza dos nativos de Angola” em *Angola...*, Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, n.º. 25 e 26, p.13.

²⁴⁷ Manuel Pereira do Nascimento. “Mais um vogal angolano no Conselho Legislativo” em *Angola...* Ano XXVI, Janeiro/Junho de 1958, n.º. 156, pp. 6 e 21.

“cessar o êxodo dos pretos para o outro mundo e para países limítrofes, cuidar das crianças pretas e brancas, cuidar do destino dos adolescente e adultos brancos de Angola”.²⁴⁸

Com todo respeito ao médico português e com toda a deferência ao Estado Nacional, o autor teceu uma crítica educada, mas firme, aos que pensavam de acordo com o enunciado pela matéria. Sugeriu que o jornalista lisboeta deixara escapar uma única palavra ao tomar nota na entrevista do médico, palavra que faria toda a diferença moral. Para quem havia defendido a necessidade de se cuidar das crianças pretas e brancas de Angola, não fazia sentido afirmar que era necessário que se cuidasse do destino dos adolescentes e adultos somente brancos. Ou seja, o jornalista que tomou nota da entrevista do médico que acompanhara o Gal. Carmona à África deve ter se esquecido de anotar a palavra *preto*, que teria composto a frase da seguinte forma: “Urge cuidar do destino dos adolescentes e adultos brancos e pretos”.²⁴⁹ Ora, sabemos que cuidar de crianças negras, para que não morressem, era uma coisa e que cuidar do destino dos adultos é outra bem diferente, principalmente no contexto do Estatuto Indígena que garantia boa arrecadação de imposto indígena por adulto, além do trabalho recrutado dos mesmos "indígenas", genericamente chamadas de “pretos”.

Pouco importa aqui, porém, e talvez também para o perspicaz autor angolano, se quem deixou de pronunciar a palavra *preto* fora o médico ou o jornalista, pois o que ele atacava era uma mentalidade a ser combatida com alternativas políticas. Era justamente isso que estava sendo feito: marcava-se uma posição e mostrava-se que os angolanos estavam atentos às políticas sociais e criticavam posturas ideológicas vindas por vezes diretamente do alto escalão do governo de Lisboa, ainda que mantivessem uma posição de respeito à ordem política superior, ou seja, que não propusessem uma revolução política nos moldes do que veio posteriormente com o Fevereiro de 1961.

Ainda nessa matéria, que reiterava a necessidade de se desenvolver a nação portuguesa, afirmando Angola como país constitutivo do grande império colonial, o autor

²⁴⁸ Autor Anônimo. “A criança na demografia angolana” em *Angola...* Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, nº. 25 e 26, p. 2.

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.3

defendia que, para se garantir o indispensável aumento populacional, era fundamental fortalecer as instituições familiares, e:

“concederem-se-lhes os meios precisos para alcançarem os fins, que o artigo 12 da nossa Constituição Política lhes preconiza, ‘como fonte de conservação e de desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa.’”²⁵⁰

A família, constituinte da Pátria, era, juntamente a Deus, base da ordem política, responsável tanto pela harmonia social, quanto pela educação. Sugeria para o fortalecimento da família, que acarretaria o progresso da Nação, medidas de ordem moral, social, econômica e sanitária.

No campo moral propunha fortalecer os valores religiosos a serem difundidos pela escola, o que contribuiria para a constituição dos núcleos familiares em bases cristãs, objetivando a coibição da prostituição. No campo sócio- econômico indicava a criação de maternidades, de creches e de lactários, incentivava o trabalho doméstico feminino prevendo, para tanto, um salário família para a mulher não precisar do trabalho fora de casa, que garantisse o sustento familiar. Inspirado no Decreto nº. 23.052 de 23 de setembro de 1933,²⁵¹ que estabelecia casas populares na metrópole, pleiteava a construção de casas econômicas, um salário mínimo e emprego para todos os angolanos, pretos, brancos e mestiços. Da ordem sanitária legislava pelo combate às moléstias como a doença do sono e tuberculose, que se daria com a adoção de medidas de saneamento básico nas cidades e nas aldeias indígenas, bem como da criação de um corpo de parteiras para atender os aldeamentos indígenas.

O foco deste artigo estava nas crianças angolanas tratadas como o futuro do país e, para tanto, o autor elogiava os investimentos do Estado e da contribuição de colonos à Instituição de Assistência às Crianças Indígenas, que atendia também outras crianças angolanas. Mas era preciso que os nativos, definido pelo autor como “a parte civilizada da

²⁵⁰ Ibid

²⁵¹ Ver o DG nº 217, serie I de 23/09/1933: “Artigo 1º. É o governo autorizado a promover a construção de casas econômicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos.”

população nativa”,²⁵² contribuíssem também, sugerindo que as associações arrecadassem fundos, criassem o dia da criança angolana, etc.

Percebe-se uma intensa participação dos “nativos civilizados” em diversas ações que diziam respeito a seu país. Ainda que não estivessem propondo um nacionalismo africano nesse momento, é preciso compreender que os angolanos, mesmo na década de 1930, quando se iniciava uma nova concepção de política colonial, estavam participando da esfera política ou pelo menos tentando a todo custo essa participação.

Em meados dos anos de 1940 há uma mudança na postura ideológica dos nativos angolanos que escrevem no *Angola*. Timidamente, é verdade, aparecem certas palavras na fala e nos escritos que soam como conceitos formalizados, mesmo que por vezes mal empregados. Reaparece no vocabulário jornalístico a palavra “africano” em oposição a “europeu”, ampliando a diferenciação marcada principalmente por português “angolano” versus português “metropolitano”. Em 1944, por exemplo, é publicado um artigo intitulado *O problema da mãe angolana* no qual o autor define que, para o futuro digno dos nativos, era preciso investir recursos no desenvolvimento da mulher angolana, porquanto se tornaria mãe. Era preciso instruí-la, conceder-lhe formação moral, proporcionar-lhe condições econômicas que favorecessem a saúde, a higiene e o bom comportamento de seus filhos, posto que fossem o futuro de Angola. Proteger a mãe era proteger a Família e a Pátria.²⁵³ Mesclando várias ideias, como de raça, de eugenia, de africanidade e de família, o autor indicava que mudanças no imaginário coletivo estavam ocorrendo:

“Para nós, africanos, tal problema é importantíssimo, é um problema vital cuja resolução se impõe como necessidade imperiosa e indiscutível, e para o conseguimento do mesmo forçoso é que trabalheemos, que lutemos, incansável e ardorosamente, porque não admite dúvidas estar dela dependente a sanidade de nosso futuro, cumprindo-nos a nós, a todos, sem distinções, os da geração presente, combater contra o marasmo e a indiferença suicidas do passado, e construir, em bases que tem de ser sólidas, o edifício da Regeneração Física e Moral da Raça”²⁵⁴

Como podemos constatar, trabalhava-se dentro da lógica da diferenciação racial, e para haver uma equiparação entre os negros africanos com os brancos europeus era preciso

²⁵² Idem, *Ibidem*, p.4

²⁵³ João Gurgel Junior. “O problema da mãe angolana” in *Angola:...* Ano XII, Janeiro/Maio de 1944, n.º. 87/91, p.6.

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*

proporcionar o que diziam ser o levantamento físico e moral da raça. Essa ascensão se daria tanto pela educação, que estimularia as capacidades intelectuais, quanto pelo sanitarismo que proporcionaria saúde física.

2. NACIONALISMO E A LIGA NACIONAL AFRICANA

As mudanças de postura de parte dos nativos angolanos, que desenvolveram um discurso nacionalista na década de 1950 e emancipacionista na de 1960, ocorreram paulatinamente ao longo dos anos e sofreram a influência de alguns acontecimentos no cenário internacional. Os congressos pan-africanistas, especialmente o de 1945, foram relevantes por terem conferido uma perspectiva política libertária aos anseios dos líderes africanos, incitando o caráter de luta dos movimentos reivindicativos dos povos negros.²⁵⁵ Mas uma contribuição de suma importância nesse período, de natureza diversa e complementar, foi o aumento significativo no número de colonos brancos enviados por Lisboa, a partir de meados dos anos 1940, que passou a ocupar as terras aráveis do interior e os postos de trabalho nas cidades.²⁵⁶

Por conta desses colonos que aportavam na África com incentivos do governo central, a elite nativa empregada no funcionalismo público ou em profissões liberais foi perdendo trabalho e *status* social, entrando num processo de subalternização cruel para quem, durante décadas, havia tentado viver de acordo com os usos e costumes civilizados europeus.²⁵⁷ A perda de *status* social ou da capacidade de sobrevivência atingiu não somente aqueles definidos como uma elite nativa, mas também a população campesina, que foi sendo desprovida de seus meios de subsistência e levadas ao trabalho forçado. O trabalho forçado, ou recrutado, por sua vez, gerava uma situação análoga a da escravidão, oficialmente extinta de Portugal desde o século XIX.²⁵⁸

²⁵⁵ Ver David Birmingham. *Kwame Nkrumah: the father of african nationalism*. Athens, Ohio State University Press, 1998.

²⁵⁶ Ver Cláudia Castelo. *Passagem ...*

²⁵⁷ Eugenia Rodrigues, op. cit.

²⁵⁸ Maria Emília Madeira Santos e Vítor Luis Gaspar Rodrigues. “Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colônias africanas (1922-36): o caso português” em *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto, Campo das Letras/ Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, pp. 344/345.

Parte da elite assimilada juridicamente, procurando a Liga Nacional Africana como uma instância de representação, apesar de propor ideias reformistas e alguma crítica à execução prática do colonialismo português, manteve-se cooperando com o governo, tentando a partir da posição de colaborador imprimir políticas que a favorecessem, e, em alguma medida, aos “indígenas”. Durante a década de 1950, por exemplo, foi acentuada a publicação de artigos enaltecendo o Estado Português, a administração central e colonial, bem como se editou artigos tratando da Igreja católica, de suas ações beneficentes na África e de seus clérigos mais ilustres. A questão política, através de pleitos por representação na Assembleia Nacional ou de um assento no Conselho Legislativo, foi tema de diversos artigos durante os 18 anos que as colônias ficaram sem esse direito.²⁵⁹ A Educação foi objeto central, tanto a educação voltada para os cidadãos quanto para os "indígenas". Aos primeiros se pedia mais escolas oficiais, pois frequentavam as mesmas dirigidas aos colonos. Aos segundos proporcionavam-se debates sobre o modelo de ensino mais adequado, publicando artigos de nativos e de metropolitanos que versavam sobre o assunto.

260

Outro ponto obstinadamente tratado em tom de denúncia, o que ajudou na percepção de que o insucesso dos nativos se dava por discriminação racial, foi sobre a diferença salarial entre nativos e metropolitanos, ainda que desempenhassem a mesma função, possuindo as mesmas habilidades técnicas. Em 1945 publicaram, em primeira página, a recente decretada Portaria Ministerial n. 15 que proibia a discriminação salarial por critérios de ordem racial.²⁶¹ Os nativos foram tentando imprimir mudanças no cotidiano colonial, protestando, reclamando e propondo mudanças, de forma que algumas das suas propostas foram encampadas pelo governo, certamente muito aquém do que desejavam e sugeriam. Muitos sujeitos da elite nativa foram cooptados pelo Estado, através de um discurso ideológico que afirmava a superioridade da civilização ocidental. Em certa medida

²⁵⁹ Autor anônimo. “Mais um vogal angolano no Conselho Legislativo” em *Angola...*, Ano XXVI, Janeiro/Junho de 1958, nº. 156, p.6 e 21.

²⁶⁰ Ver J. da H. “Um índice de progresso de Angola” em *Angola...* Ano XXII, Outubro de 1954, nº. 150, pp. 6, 7 e 9.

²⁶¹ Ver Autor anônimo. “Visita Ministerial” em *Angola...* Ano XIII, Julho/Dezembro de 1945, nº. 99/104, p.1; também nesta edição o artigo “Enfermeiros Nativos: uma injustiça prestes a acabar”, e a primeira referência a esse problema em *Angola...* Ano IV, Janeiro de 1936, nº1, p.11 “Os enfermeiros nativos e europeus perante a questão dos vencimentos”.

foram colaboradores do sistema colonial, aproveitando de uma posição privilegiada. Mas foi também nessa posição privilegiada e colaboracionista que divulgaram algumas propostas reformistas ao mesmo sistema colonial de qual eram beneficiados.

Um claro exemplo da relação ambígua entre Estado e LNA ocorreu com inauguração da sede própria da associação no ano de 1953, cujo grosso do financiamento para sua construção veio do governo. A Liga levou mais de 10 anos planejando e pelejando por uma casa própria,²⁶² efetivando várias iniciativas para arrecadar fundos e, principalmente, para dar visibilidade social e política à associação que justificasse a elevação de uma obra de grande envergadura. Duas dessas ações, de naturezas distintas, foram também emblemáticas: a) a criação de uma escola, de cursos de explicação e, especialmente, de uma bolsa de estudos para financiar estudantes nativos pobres nos liceus em Angola e nos centros universitários em Portugal²⁶³ e; b) a elevação de uma estátua em Luanda homenageando o herói português, tratado como fundador da nacionalidade portuguesa, o Infante Dom Henrique Afonso, homenagem que se tornou motivo de concurso com prêmios em dinheiro para os melhores projetos, realizado pelo Ministério das Colônias em Lisboa.²⁶⁴

A iniciativa de venerar um dos símbolos e mártires da história portuguesa talvez tenha feito o governo adotar a postura de intervir na associação, controlando-a através de um investimento de capital de forte impacto simbólico, que foi a edificação de uma sede para a LNA. O contexto de crise europeia com o fim da II Guerra Mundial favorecia Portugal a imprimir uma colonização efetiva do território ultramarino, enviando colonos brancos para a África e explica também os investimentos de caráter simbólico que o salazarismo promovia nas colônias durante a década de 1950. Visava-se manter a

²⁶² A primeira vez que aspirou por uma sede própria, no periódico, por um prédio novo foi em 1933, *Angola...* Ano I, Junho/Dezembro de 1933, n.º. 5-11, p.1; na década de 1940 esse pleito começou a tomar corpo com o artigo de Jerônimo da Purificação Xavier Belo. “A construção da sede de nossa Liga” em *Angola...* Ano VIII, Março de 1940, n.º. 41, pp.12/13.

²⁶³ A. Burity da Silva. “Uma bolsa de Estudos” em *Angola: ...* AnoVI, Setembro/Outubro de 1938, n.º. 25/26, p.10.

²⁶⁴ Autor anônimo. “Ecos da cerimônia de do lançamento da primeira pedra para o monumento ao fundador da Nacionalidade Portuguesa” em *Angola...* Ano VII, Novembro/Dezembro de 1938, n.º. 27/27, p.18; Autor anônimo. “Monumento a D. Afonso Henriques: homenagem dos naturais de Angola ao fundador da nacionalidade portuguesa” em *Angola:...* Ano VII, Novembro de 1939, n.º. 37, pp. 8/9 e 13-15. Anúncio do concurso público na metrópole para a escolha do melhor projeto arquitetônico a ser realizado em Luanda, organizado pela Agência Colonial de Lisboa.

cooptação ideológica, freando assim os germes da descolonização, movimento político que já assolava os grandes impérios coloniais.

Quanto às bolsas de estudo, é bom referir-se ao fato de que um dos princípios utilizado para a estratificação social nas colônias portuguesas foi a educação formal. Os angolanos nativos não desconheciam as prerrogativas de quem a possuía, bem como o peso e a limitação de quem não usufruía dessa formação e conhecimentos. Identificando a educação como um valor a ser adquirido e, talvez, o mais caro da civilização, os nativos reivindicavam acesso a ela. Essa era uma estratégia adotada pelos nativos para ingressarem na sociedade de direito português em igualdade de condições aos metropolitanos e aos brancos.

A falta de instituições de ensino em Angola era um problema antigo e a falta de compromisso de Portugal com a educação dos povos colonizados vinha incomodando pensadores europeus e africanos. Ainda em 1933, a LNA publicou uma carta do então Marquez de Sabugosa no ano de 1880, endereçada à Vossa Majestade o Rei de Portugal, tratando da necessidade moral de proporcionar a escolarização para as populações das províncias ultramarinas. Nesta carta, o nobre português solicitava investimentos para a instrução dos africanos e lembrava que a abolição da escravidão em 1869, reiterada e ampliada em 1878, havia criado um contingente de indivíduos necessitados. Dizia que era preciso educar essa população para fazer jus à missão colonizadora portuguesa.²⁶⁵

Um ano após a divulgação da carta do Marquez de Sabugosa, o quadro não havia se alterado e a Liga continuou sua campanha por escolas, criticando a omissão do governo metropolitano:

“Competem às Associações, embora auxiliadas pelo Estado, desenvolver esses dois benefícios [instrução e beneficência] que aproveitam os filhos dos africanos e dos colonos que nesta bendita Angola vivem.

Luanda, capital desta rica Angola, não tem uma Escola de Artes e Ofícios que permita dar aos menores do sexo masculino a possibilidade de adquirirem um ofício que lhes garanta no futuro o escasso pão cotidiano.

Pertence à LIGA mostrar ao Governo essa necessidade e procurar, em conjunto, estudar a forma de remediar essa tão grande lacuna, absolutamente injustificável.”²⁶⁶

²⁶⁵ Carta do Marquez de Sabugosa transcrita em *Angola...* Ano I, Junho/Dezembro de 1933 n°. 5-11, p.16.

²⁶⁶ Zedy. “Para que se saiba...” em *Angola ...* Ano 1, Março de 1933, n°. 3, p.9.

Apesar da denúncia de falta de estabelecimentos de ensino e de todo apelo por uma educação formal, como condição para o desenvolvimento humano, ainda assim até 1961 só existia como ensino secundário oficial o liceu Diogo Cão, em Huíla, e o liceu Salvador Correia de Sá, em Luanda. A formação primária ficava a cargo de algumas poucas escolas oficiais e das missões religiosas. Por isso, fazendo coro à proposta de civilizar os povos autóctones, os nativos que se apresentavam nas associações como LNA, conclamavam e apelavam a todos:

“que a obra da colonização portuguesa seja de cooperação de todos os portugueses sem distinção de raças em todos os campos de atividades, para que todos possam, com orgulho, clamar alto e bom som: Angola a nôssa!”²⁶⁷

Mas por colonização os angolanos entendiam que seriam incluídos na sociedade de direito e que essa inclusão seria alargada a todos que fossem educados à moda europeia, educação que lhes garantiria a igualdade de tratamento e de oportunidade perante os portugueses brancos. Acreditavam que quando tivessem uma paridade técnica e instrutiva seriam cidadãos plenos, e quando perceberam que a Educação era condição para o acesso à civilização, passaram a tocar nessa tecla reiterada e insistentemente.

A Educação foi tratada como um bem maior, mas foi preciso convencer o Estado de sua importância para a formação moral e técnica do angolano, com o argumento de que somente dessa forma o projeto colonizador impetraria êxito. A tarefa era árdua, e os redatores da revista publicavam toda sorte de artigos, inclusive de colonizadores renomados, como a série de Julio Garcez Lancastre intitulada *Uma Conferencia Notável* em que tecia a defesa da colonização que estava levando a civilização para a Angola. A reprodução desta matéria em várias edições pode sugerir uma aliança entre colonizadores e colonizados, mas também pode ser analisada como uma forma de convencimento da obrigação do Estado para com suas províncias, utilizando os argumentos dos próprios construtores do edifício colonial. O artigo, por seu turno, rechaçava a ideia da inferioridade dos negros, mas afirmava a diferença educacional e intelectual. Parabenizava, por isso, os

²⁶⁷ Zedy. *Angola...* Ano II, n. 1 a 3, 1934, p.3.

missionários por terem iniciado o processo de colonização dos povos nativos, levando a educação para os “indígenas”, uma das funções sociais da colonização.²⁶⁸

A questão do papel das missões católicas, entretanto, era controversa, pois, apesar da presença delas no território africano desde o século XVI e das várias escolas missionárias no século XX, não havia consenso quanto ao seu auxílio na missão civilizadora propalada pelo Estado. Em 1937, por exemplo, a revista publicou uma matéria de capa afirmando que os primeiros missionários não semearam a civilização, responsabilizando-os pelo atraso dos africanos no aprendizado da cultura europeia. O artigo acusava que por falta de bons colonizadores, por falta de interesses daqueles primeiros europeus, era que os africanos se encontravam na atual situação de atraso intelectual.²⁶⁹

Para tentar mudar esse alegado quadro de atraso, em agosto de 1937 foi criado o programa de Bolsa de Estudos pelo Centro de Estudos da Liga Nacional Africana com grande publicação e propaganda pela revista. A Liga neste momento estava tentando promover ações concretas na direção de um aperfeiçoamento técnico e intelectual dos nativos. A bolsa de estudos tinha por objetivo auxiliar os alunos pobres na sua manutenção nos liceus e promover os que se distinguiram no ensino secundário para seu ingresso e sua manutenção nos cursos superiores. Os angolanos, orgulhosos dessa iniciativa, afirmavam que “a execução de uma obra tam elevada como esta e num ambiente tam asfixiante, é uma afirmação do nosso dinamismo, não é senão o despertar das nossas virtudes adormecidas”.²⁷⁰

O custo de manutenção das bolsas se deu a partir da cotização pelos sócios, depois pela contribuição espontâneas também dos sócios e, por fim, de atividades que levantavam fundos, como rifas, quermesses, etc. Pela dificuldade em levantar fundos para a bolsa, a Liga apelava aos sócios e a não sócios, solicitando contribuições:

“As iniciativas como a que se poz em prática pelo Centro de Estudos da Liga Nacional Africana, criando a “Bolsa de Estudos para estudantes pobres”, deve merecer de todos os africanos ilustres a sua máxima simpatia e seu incondicional apoio, pois ela

²⁶⁸ Julio Garcez de Lancaster. “Uma Conferencia Notável” em *Angola...* Ano II, Novembro de 1934, nº. 11, p. 8 e 9.

²⁶⁹ Editorial. “Educação de Indígenas” em *Angola...*, Ano IV, Novembro de 1937, nº.19, p.1.

²⁷⁰ A. Burity da Silva. “Uma Bolsa de Estudos” em *Angola...* Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, nº. 25 e 26, p.10 e 11.

representa senão uma solução pelo menos um grande passo dado já na resolução imediata de um dos problemas que nos tem preocupado sériamente.

A ininterrupta execução dessa genial medida é que depende o formarmos uma elite intelectual angolana, que muito e muito valorizará a nossa atividade em todos os campos de acção.

Comparado com os benefícios a colher não é grande, nem coisa que lhe aproxime, o sacrifício exigido aos angolanos no cumprimento de tam nobre e sagrado dever, pois com a criação e o desenvolvimento desta Bolsa de Estudos, está absolutamente garantida a completa educação de nossos filhos.

A inscrição é de insignificante quantia, pois cada um de nós concorrerá apenas mensalmente com um mínimo de Ags. 5,00 ou com o máximo que os nossos recursos económicos e a nossa consciência cívica nos aconselharem.

Angolanos! Concorrei pois para o robustecimento duma idéia tam elevantada e tam oportuna!

A redacção”²⁷¹

Formar-se-ia a elite angolana, cuja responsabilidade estava sendo definida e que, dentro de cerca de duas décadas, passou a atuar pelo fim do imperialismo europeu. Mas até lá, os angolanos “civilizados” estavam buscando um modo de vida inspirado na Europa e, assim como muitos europeus, muitos deles também comungavam da missão civilizadora como justificativa para a colonização. E mais, esperavam por seus benefícios. Esses benefícios eram as plataformas reivindicativas (educação, saúde e emprego) que os nativos pleiteavam à administração portuguesa, tentando garantir investimentos necessários para o que a própria doutrina colonial definia como obrigação moral.

Uma vez que essas reivindicações não estavam sendo atendidas com a presteza desejada, a elite nativa passou a se organizar politicamente em outras frentes e não mais somente nas associações literárias ou culturais. Um exemplo disso, que considero sintomático da evolução do pensamento político dos angolanos, foi a criação, em Lisboa, do Clube Marítimo Africano, em 1954. É preciso considerar que o pensamento nacionalista africano estava sendo gestado em instâncias menos visíveis. Interessante é notar que existiu uma relação direta de algumas destas instâncias menos visíveis com a Liga Nacional Africana, destarte o papel colaborador dessa associação ao governo de Portugal.²⁷²

²⁷¹ Autor anônimo. “Apelo aos Angolanos” *Angola...* Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, n.º. 25 e 26, p.37 (gráfica no original).

²⁷² Ver Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa, Tinta da China, 2009, pp.217-221.

Um exemplo dessa relação se percebe quando Humberto Machado, um dos fundadores do supracitado Clube Marítimo Africano, foi conduzido como suspeito de subversão à delegacia de polícia em Lisboa, em 1956, com a finalidade de esclarecer algumas questões acerca das atividades do Clube. Diante dos documentos apreendidos em sua casa pela PIDE, a polícia política portuguesa, Humberto Machado explicou que a relação de nomes dos corpos gerentes da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola que se encontrava em seu poder era somente pelo fato dele ter sido auxiliado pela primeira para fins de estudo na capital metropolitana.²⁷³

Ora, tudo indica que encontramos aqui um ex-bolsista do Centro de Estudos da LNA liderando uma associação em meados da década de 1950, associação de comprovado objetivo político e nacionalista, apesar da aparente finalidade desportiva e recreativa.²⁷⁴ E mesmo que se considere a resposta de Humberto Machado à PIDE apenas como uma explicação para despistar a investigação policial, ou seja, que o angolano não tenha sido auxiliado pela LNA, fica a pergunta dos portugueses: o que os nomes dos corpos gerentes das duas principais associações angolanas faziam em sua casa?

O Clube Marítimo Africano foi organizado em torno não somente de Humberto Machado, que residia na metrópole para cursar agronomia na universidade, mas também junto a Raul Francisco Caterça e outros.²⁷⁵ Estes jovens fundaram a associação para envolver especialmente os trabalhadores marítimos africanos no nascente movimento de conscientização política. Humberto Machado, ademais, era irmão mais novo de Ilídio Machado, um dos dirigentes da Liga Nacional Africana na década de 1930, e que participou da fundação do efêmero Partido Comunista Angolano, em 1955, ao lado de Viriato da Cruz.²⁷⁶

Ilídio publicou cinco poemas no periódico *Angola* entre 1934 e 1937, todos apresentando um tom de angústia e insatisfação, como em *Fugir*, seu primeiro:

²⁷³ Torre do Tombo, Processo PIDE cx 2668/54, docs. 634 a 636.

²⁷⁴ Torre do Tombo, Processo PIDE, cx 2668/54 Docs. 646 e 647; ver também Edmund Rocha, *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano, período de 1950 a 1964*. Lisboa, Dinalivro, 2009, pp. 96-100.

²⁷⁵ Edmundo Rocha, op. cit., p. 96.

²⁷⁶ Adriano Pareira. “Viriato da Cruz: um nacionalista sublime” em Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (org.) *Viriato da Cruz: o homem e o mito*. Luanda, Caxinde Editora e Livraria, 2008,p.231; Edmundo Rocha, op. cit., p.215.

“La vai... surdo ao gorgueio que consola
Coleante e alacre, sem guarida
Na paisagem policroma, florida
O ribeirinho rola...rola...rola...

A rolar, a rolar, como uma bola,
Viageiro fatal sempre em fugida
Quem sabe se da Sorte ou se da Vida
Onde tudo que é bom morre ou estiola,

Canta ele, conformado, mui baixinho,
Na via formosa do caminho,
O seu viver tristonho e solitário...

Assim hei eu de fugir um dia ao Mundo,
A que há muito votei ódio profundo,
Tão rude se tornou meu calvário!...”²⁷⁷

O membro do futuro Centro de Estudos da LNA já em 1934 denunciava a existência de sentimentos de dor e ódio pela vida que poderia ser de calvário, da qual seria talvez melhor fugir. Esse poema foi publicado ao lado de um do escritor Geraldo Bessa Vitor, que bem diferente referia-se a beleza e a caridade dos homens brancos, simbolizados pelo menino loiro do poema *Criança*:

“Uma criança loira e graciosa
Depara, um dia, um pobre no caminho,
Que cansado, alquebrado, mui velhinho,
A custo segue a estrada já fragosa.

Toda dorida aquela alma mimosa,
Mostrando o seu amor e o seu carinho,
Vai devagar até o pobrezinho
E diz-lhe numa voz tão maviosa:

«onde ides, meu velhinho, meu senhor?
- para a morte, criança, meu amor!...»
Responde-lhe o mendigo, co'amargura.

Então, a criancinha, sorridente,
Chega-se mais ao pobre e, humildemente,
Dá-lhe um beijo na face com doçura.”²⁷⁸

²⁷⁷ Ilídio Machado. “Fugir” em *Angola...* Ano II, Maio de 1934, n.º. 5, p.8.

²⁷⁸ Geraldo Bessa Victor. “Criança” em *Angola...* Ano II, Maio de 1934, n.º. 5, p.8.

Como podemos notar, Bessa Victor, que também fora do Centro de Estudos da LNA, apresentou, no mesmo ano de 1934, um poema com tom e conteúdo diversos da preocupação de Ilídio.²⁷⁹ O menino loiro se condói do mendigo e num afã de humildade o beija com doçura. Mas não há qualquer indicação de indignação com a vida miserável do mendigo prestes a morrer. Esses dois intelectuais contemporâneos na LNA indicam, no mínimo, que a associação fora aberta a indivíduos com orientações ideológicas diversas, como havia anunciado ser sua intenção no editorial de apresentação da *Angola*. Ilídio, entretanto, publicou ainda alguns poemas somente nesta década, sempre com um mesmo tom de lamento, como em *Interrogação*:

“Eu canto a Dor, que só a dor existe
No rápido vai-vem desta existência...
A lágrima, o suspiro, irmãos do triste
Perpassam nos meus versos com frequência...

Constato sempre o Mal que lança em riste,
Investindo em cega virulência
E lavar de roldão – nada resiste! –
Todos meus lindos sonhos de inocência...

Eu canto a Dor. Eu canto, e quero crer –
O próprio mal chorando o meu penar
Foge, mansinho... Esqueço o meu sofrer...

... e enquanto eu canto a mágua deslizar
Surpreso eu tudo sinto escurecer:
-É nuvem dos meus olhos ou do ar?”²⁸⁰

Não sabemos quais foram os sonhos da inocência, mas percebemos que o autor apresenta um olhar maniqueísta do mundo, onde o Mal tem um lugar de destaque. Contudo, o derrotismo ambíguo deste último poema não parece se concretizar quando cruzamos com a história de vida do próprio autor. Quando Humberto Machado, por exemplo, fora preso pela PIDE, encontraram, dentre os documentos apreendido, uma correspondência enviada

²⁷⁹ Sobre o olhar de exotismo e primitivismo de Geraldo Bessa Vitor sobre os africanos ver Russel Hamilton. *Literatura Africana, Literatura Necessária I – Angola*. Lisboa, Edições 70, 1975.

²⁸⁰ Ilídio Machado. “Interrogação” em *Angola...* Ano IV, Fevereiro de 1937, nº. 11, p.5.

por Ilídio, demonstrando a expectativa do mais velho em relação às atividades políticas do irmão mais novo.²⁸¹

Ilídio Machado é personagem interessante do processo de construção do nacionalismo africano e a partir de sua trajetória traçamos mais uma relação entre Angola e Brasil. Ilídio teria mais afinidade com as ideias marxistas brasileiras que ajudaram a elaborar o PC angolano, do que o marxismo português.²⁸² Além do mais, manteve amizade com Lawrence Holden, um cubano naturalizado americano e tripulante do navio *American Glen*, que pode ser a ponta de um novelo que nos levará a entender a circulação pelo Atlântico de produtos de ordem simbólica, como livros e ideias.²⁸³

O Clube Marítimo Africano foi um espaço importante para o desenvolvimento do nacionalismo africano e se assentava em uma dupla missão: 1) conscientização popular sobre o sistema colonial que Portugal imprimia aos territórios e povos africanos; 2) arregimentação dos trabalhadores marítimos para a luta política, dado o papel central que poderiam desempenhar como circuladores de bens materiais e simbólicos.²⁸⁴ Essa dupla incumbência do Clube Marítimo ajuda a explicar sua composição eclética: foi fundado por estudantes universitários, contava com operários e os trabalhadores marítimos e congregava uma elite intelectual da envergadura de Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Noêmia de Souza e Amílcar Cabral, indivíduos que em cerca de 10 anos tornaram-se os pivôs da guerra de independência nacional.²⁸⁵

A atuação dos irmãos Machado em torno do Clube Marítimo, bem como o papel dos intelectuais militantes que também estiveram envolvidos no mesmo Clube, revela que deu certa a proposição da LNA em criar uma elite nativa que defendesse os interesses dos angolanos. Podemos e devemos considerar que houve uma mudança dos interesses dos nativos ao longo dos anos, ou seja, que as intenções políticas daqueles fundadores e primeiros participantes da LNA – propagadores de um patriotismo português – não eram

²⁸¹ Torre do Tombo, Processo PIDE, cx 2668/54 docs. 689.

²⁸² Edmundo Rocha, op. cit., pp. 106/107.

²⁸³ Edmundo Rocha, op. cit., pp. 86.

²⁸⁴ Peter Linebaugh. “Todas as montanha atlânticas estremeceram” em *Revista Brasileira de História*. O autor discute a importância do navio como um microcosmo poderoso e um eficiente canal de comunicação entre povos; ver também Paul Gilroy. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Ed. 34; Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, pp. 51-55.

²⁸⁵ Torre do Tombo, Processo PIDE, cx 2668/54 docs. 691-693; ver também Edmundo Rocha, op. cit., p.97

mais as mesmas intenções daqueles que fundaram o Clube Marítimo, o Partido Comunista, O MPLA, a FNLA, etc. Contudo foi permanente a intenção de se criar uma elite intelectual que representasse os interesses dos africanos, que desde o início da colonização foram percebidos como interesses nem sempre coincidiam com os dos europeus.

Os interesses dos nativos africanos giraram em torno da economia, da educação, do racismo e do nacionalismo, questões centrais para a elite composta dos pouquíssimos alfabetizados em Angola da primeira metade do século XX. A elite, por sua vez, foi definida na página do editorial da revista *Angola* da seguinte forma:

“As ‘élites’ são, portanto, os ‘melhores’ e os ‘melhores’ de um agregado social e biológico são, nos modernos conceitos, os que se distinguem do comum de uma espécie, de um povo ou de uma raça, de uma coletividade ou de uma classe, os que se elevam por qualquer predicado em todos os mesteres, em tôdas as profissões, e em todos os escalões da actividade humana. As elites são o cérebro que pensa, o pensamento que orienta, a mente que dirige, estimula e desperta estes gigantes sempre adormecidos e incapazes de andar por sis sós – os povos. Por direito natural encarnam os quadros a que respeitam e que sobrepujam. Como as árvores gigantescas que comandam as florestas, eles são os que comandam os povos e as sociedades; êles são os que cultivam e importam para êstes, tôda a autoridade e todo o prestígio, fazendo sair da obscuridade toda a fôrça que no agregado se acha latente. São eles que criam a robustez moral e física, espiritual e material dos povos e das classes, de que fazem parte, dentro dos quais por irresistível tendência, são a acção, energia e movimento.”²⁸⁶

Percebemos através dessa definição do papel da elite como o grupo formado pelos considerados melhores de uma dada sociedade e que tem o objetivo de estabelecer a força física, moral, espiritual e material de todas as classes sociais. Também encontramos, através da história dos irmãos Machado, um pouco da trajetória de parte do associativismo africano, que propôs a conexão entre segmentos diversos da sociedade, todos sob a liderança de uma intelectualidade que teria sido criada para esta finalidade. Nota-se um projeto delineado nos anos 1930 e executado nos anos 1950, ainda que de modo confuso e contraditório. Projeto este que se pautava na formação de uma elite intelectual como um dos seus pontos centrais, bem como na ampliação do sistema instrutivo e da educação de forma geral.

²⁸⁶ Editorial. “A responsabilidade das elites” em *Angola...* Ano IV, Fevereiro de 1937, nº. 11, p.1.

3. RAÇA, RACISMO E ASSOCIATIVISMO EM ANGOLA

Os debates internacionais em torno da ideia de raça foram importantes para o desenvolvimento do nacionalismo angolano, pois a manutenção do racismo em uma série de instâncias cotidianas – como no campo do trabalho com a diferença de cargos e de salários entre os europeus e os africanos, no campo jurídico com a permanência do Estatuto do Indígena (extinto somente em 1961), no campo afetivo com a exploração sexual da mulher negra, por exemplo – foi o impedimento concreto para a efetiva ascensão econômica e social dos africanos. Por isso, o racismo foi combatido insistentemente. Para tanto, ao mesmo tempo em que aumentava nos periódicos a quantidade de artigos que homenageavam a administração colonial portuguesa na África durante a década de 1950, também aumentava o número daqueles que combatiam ferozmente o racismo. Se não havia um nacionalismo angolano que propunha um separatismo direto,²⁸⁷ havia propostas claras de acabar com a discriminação racial, que parecia ser para essa geração de angolanos da primeira metade do século XX o impedimento mais imediato da promoção dos africanos à civilização europeia.

A questão em torno da ideia de raça, que opunha brancos e negros em uma hierarquia de valores, foi problematizada por aqueles que ocupavam a camada intermediária da sociedade colonial angolana:

“Pois, meus caros patrícios, podemos-nos rir da vida miserável dos quase 90% da população nativa desta terra, mas nem por isso os não naturais da Colônia terão por nós mais consideração.”²⁸⁸

Foi assim que a revista da Liga Nacional Africana apresentou o tema do racismo em 1933, de forma direta e se dirigindo aos superestimados 10% da população nativa que viviam de acordo com as diretrizes da vida civilizada europeia, em oposição aos subestimados 90% dos definidos pelo código civil português como "indígenas". O censo de 1930, contudo, registra uma percentagem de 98,6% de pretos.²⁸⁹ Essa elite mestiça e negra

²⁸⁷ Há uma discussão sobre o protesto político autonomista dos colonos brancos em Angola desde a primeira República em Fernando Tavares Pimenta, op. cit., capítulo 2.

²⁸⁸ Autor anônimo. “Aos angolanos” em *Angola...* Ano I, Janeiro de 1933, nº. 1, p.06.

²⁸⁹ Ver dados disponibilizados em Fernando Pimenta Tavares, op. cit., p. 449.

europizada, que se definia como “filha do país”, porque tivera uma vida menos miserável, dizia o autor do artigo acima, afirmava-se marcando sua diferença com relação a maioria da população “indígena”, reproduzindo o olhar depreciador dos europeus. O que o autor desta matéria sem assinatura pontua é a subordinação dos nativos angolanos, “civilizados” ou não, a uma posição social subalternizada, por mais que tentassem viver de acordo com as normas da civilização imposta pelos colonos portugueses. Negros e mestiços angolanos não eram respeitados sob qualquer *status*, fossem cidadãos, quando “assimilados”, fossem “indígenas”. A elite nativa angolana ao se afastar socialmente da população definida como “indígena”, ao rir de seu comportamento, ao usar em tom de chacota expressões que menosprezavam seu jeito de ser, esses “filhos do país” reafirmavam uma diferença apontada pelos europeus, diferença que inferiorizava e estigmatizava. O autor alertava:

“A desigualdade consiste apenas em saber deste ou daquele no meio em que vive. Erra-se por distração perdoável e não é, decerto, por hábito ancestral...
Onde está, pois, esta desigualdade atávica, absoluta?
E para que, pois, essa separação idiota?
Para que esse desprezo mau, esse egoísmo que se traduz num servilismo piegas e acriançado, que nos fazem lembrar a época do troglodita?
Não vemos que sendo a Pátria única, nem por isso deixa de nela haver europeus, africanos e asiáticos?”²⁹⁰

A questão racial foi apontada ao lado de outra particularidade, a origem geográfica dos indivíduos, e estes dois elementos juntos foram relevantes para a discussão das nacionalidades na modernidade. Durante o Estado Novo português foi debatido entre os intelectuais e administradores portugueses, que tentavam definir o III Império Colonial, justamente o que configurava a Nação. Para tanto, uma gama de atividades foram realizadas, como as Exposições Coloniais. A primeira delas ocorreu em 1934, na cidade do Porto.²⁹¹ Nessa e nas que se seguiram – Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa de 1937, Exposição do Mundo Português de 1940 e nos encontros dos intelectuais portugueses para se debater sobre o Império, como o Congresso Colonial de 1934 e as Conferências de

²⁹⁰ Autor anônimo. “Aos angolanos” em *Angola: ...* Ano I, Janeiro/ /fevereiro de 1933, nº. 1 e 2, p.06.

²⁹¹ Seguiu-se após a realização da 1ª. Exposição Colonial Internacional de Paris, de 1931, para a qual o governo mandou organizar uma secção portuguesa disponibilizando um recurso de 7.000,00\$, ver: DG nº. 138, I Série, 17/06/1930.

Alta Cultura Colonial, de 1936 –²⁹² a questão fulcral foi, de acordo com o entendimento da época, o problema das várias raças em grau evolutivo diferenciado que faziam parte de Portugal e o melhor modo de compô-las para o desenvolvimento nacional.

Proposições contra a mistura racial giraram em torno da figura proeminente de M. Correia, médico e antropólogo português renomado, que reiterava uma suposta e infundada inferioridade do negro e os malefícios da sociedade mestiça. Figuras como Teófilo Braga e Leite Vasconcelos, por outro lado, mostravam desde os fins do século XIX que a origem do povo português era mestiça, sendo essa uma de suas características. Mas a ideia da miscigenação como algo positivo e da possibilidade do convívio harmonioso entre as raças só foi aceita depois de apresentada por Gilberto Freyre, que além de propagar o mito da democracia racial brasileira, ainda concedeu os louros dessa propalada convivência harmoniosa no Brasil aos portugueses, que com sua personalidade pacífica, generosa e desprovida de preconceitos, segundo Freyre, teriam imprimido as bases de uma nação tropical mulata.²⁹³ O corolário dessa teoria freyriana foi o desenvolvimento do luso-tropicalismo na década de 1950, que serviu de justificativa moral para a manutenção do colonialismo português, pois surgiu e foi empregado no momento em que o imperialismo europeu entrava em declínio.²⁹⁴

Seguindo os mesmos passos dos intelectuais da metrópole, os angolanos abarrotavam a revista da Liga Nacional Africana com artigos sobre a questão racial. Em junho de 1934 o escritor José Morgado, que escrevia periodicamente artigos, crônicas e novelas, publicou uma matéria furiosa, em que atacava as conclusões de um antropólogo que havia participado no I Congresso de Antropologia Colonial, realizada na cidade do Porto naquele ano, defendendo que os mulatos eram seres inferiores e que, por conseguinte, não poderiam produzir boa literatura. Morgado defendeu tese contrária, mostrando as incongruências dessa afirmação, oferecendo o Brasil como exemplo de país com muitos

²⁹² Omar Ribeiro Thomaz. “Do saber colonial ao Luso-tropicalismo: raça e nação nas primeiras décadas do salazarismo” em Chor Maio, M. e Ventura, R. (orgs.). *Raça, Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996, p.87.

²⁹³ Para tanto ver Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1954.

²⁹⁴ Gilberto Freyre. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, e *Um brasileiro em terras portuguesas*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1953. Para uma discussão sobre o luso-tropicalismo, ver Claudia Castelo. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1999.

mulatos, sendo diversos deles figuras das letras, artes e política. Citou nomes de ilustres mulatos da história europeia, como Antônio Carlos Tavares, médico do Paço Real; Garcia de Miranda, natural de Moçambique e Juiz do Supremo Tribunal; Alexandre D. de La Pelleteire Dumas, general de Napoleão I e pai do escritor Alexandre Dumas, que consequentemente também era mulato, pois neto de “uma negra”; por fim, incluiu nessa lista uma suposição de origem mestiça de Marquez de Pombal, um dos heróis nacionais de Portugal.²⁹⁵

O mais interessante, porém, não está nessa defesa da igualdade das raças, ou da inexistência de uma inferioridade atávica de negros e mestiços, mas na crítica desferida à falta de escolas em Angola. Morgado, após informar o leitor das poucas escolas que existiam na colônia, finaliza seu artigo perguntando:

“E já agora não concorda o douto congressista que a mentalidade dos mulatos é tanto mais valiosa quanto é certo que nas terras da sua naturalidade não se ministram instrução suficiente?
Não é com dois liceus em Angola fundados a 15 anos apenas e com algumas dezenas de escolas, que se podem formar caracteres superiormente cultas”²⁹⁶

Atentos aos acontecimentos metropolitanos, os angolanos debatiam as questões que lhes interessavam ou que lhes atingiam diretamente. As produções científicas em torno da classificação da natureza física dos indivíduos, nos seus aspectos somáticos – mote ainda da antropologia praticada em Portugal durante a década de 1930 – era discutida pelos nativos africanos. Portugal versava uma antropologia física e tradicional até a década de 1950, não tendo havido impacto significativo até esta época dos trabalhos que se desenvolviam nos EUA com Franz Boas e ou com parte da antropologia social britânica através dos trabalhos, por exemplo, de Malinowski, que se interessavam pelos aspectos culturais e sociais dos homens e das sociedades.²⁹⁷ Os portugueses estavam preocupados diretamente em:

“colaborar melhor com a ‘empresa’ colonial para que esta pudesse ser racionalizada – como nem todos os nativos tinham as mesmas características físicas e as mesmas aptidões, eles deviam ser destinados a trabalhos diferentes”²⁹⁸.

²⁹⁵ José Morgado. “Verdades científicas ou pataratas de um pseudo-científico” em *Angola...* Ano II, Novembro de 1934, n.º. 11, p.5.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁷ João Leal. *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, tradições*. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

²⁹⁸ Patrícia Ferraz de Matos. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa, ICS, 2006, p.140.

É nítido nesse momento o vínculo entre a produção antropológica e a política perpetrada pelo estado colonial: aquela produzindo justificativas para a exploração colonial que se praticava no ultramar. Esse quadro só começou a se alterar em Portugal de forma significativa com as pesquisas de campo para estudar as culturas e as sociedades africanas a partir da década de 1950, em torno de Jorge Dias.²⁹⁹

Acompanhando essas questões, por serem intelectualizados e por serem muitas vezes os objetos de análise da antropologia, e também colaborando com projetos coloniais – como o envio de alguns nativos autóctones para as exposições coloniais de 1934 e 1940, por exemplo – os nativos negavam insistentemente a inferioridade dos negros. Assim, o mesmo Sebastião José da Costa que publicou aquele artigo que negava a existência de um nativismo e um separatismo angolano, ao tempo que louvava a pátria portuguesa, também escreveu que Oliveira Martins (1845-1894), um dos mais renomados e respeitados intelectuais portugueses, arauto da moderna colonização lusa, havia errado em afirmar a incapacidade do negro, e que se ainda fosse vivo teria corrigido sua obra:

“Os homens são os mesmos, a cor deles é indiferente aos movimentos do coração que estão sujeitos (...). Em face disso, se Oliveira Martins existisse, hoje, mais esclarecido, acerca da aptidão dos negros e dos seus formidáveis e inexgotáveis recursos e vitalidade, teria que corrigir sua obra, porque a incapacidade do negro não passou de uma ingênua imaginação.”³⁰⁰

Discutiam-se as ideias raciais, teorias que estigmatizavam e subalternizavam os negros, deslocando a questão da biologia e procurando centrá-la na cultura. Para tanto, era de importância decisória para o desenvolvimento de Angola o investimento na instrução formal e na economia "indígena", pois estas duas frentes – educação e economia – proporcionariam as condições técnicas para o melhoramento dos africanos, no sentido da civilização.

Durante as décadas de 1930 e 40 os nativos de Angola procuraram provar a igualdade entre os homens, evidenciando a capacidade intelectual dos negros e, como demonstrou Franz Fanon, vivia-se um momento em que os negros queriam provar seu

²⁹⁹ Idem, pp. 139-141.

³⁰⁰ S.J.C. “A incapacidade da raça negra” em *Angola...* Ano IV, Abril/Maio 1937, n.º. 13 e 14, p. 11.

mérito e valor.³⁰¹ O conhecimento técnico, profissional e propedêutico seria conseguido mediante a escolarização dos africanos, e por conta da importância conferida à Escola, encontram-se inúmeros artigos enfocando a necessidade da educação para os "indígenas" e da educação para os negros "civilizados", procurando-se formar também quadros de uma elite intelectual – a *intelligentsia* a que havia se referido Mário Pinto de Andrade.

O projeto da elite nativa angolana passava pela instrumentalização da população nativa laboriosa, com o aprendizado de conhecimentos técnicos, paralelamente à criação de um grupo ciente de sua tarefa de liderança intelectual. Essa liderança iria conscientizar o povo, indicando alternativas para as mudanças sociais – considerando como povo o conjunto da população com exceção da classe dominante. A criação de escolas e os incentivos financeiros e políticos para o desenvolvimento econômico deveriam garantir o ingresso de todos na tão alardeada e almejada civilização ocidental.

O racismo atingia a todos os negros ou mestiços, e o preconceito racial era desferido irrestritamente pelos europeus a todos os não-brancos. Na década de 1950, Fanon abordou esta questão em suas obras, argumentando que não havia aceitação da sociedade branca pelos negros, mas apenas tolerância. Essa tolerância ocorria normalmente numa situação em que os negros eram subjugados e lhes era feito perceber que estavam sendo incluídos na civilização por uma evocada magnanimidade dos europeus, simultaneamente em que eram rotulados e infantilizados, com o objetivo de fixá-los numa posição de subalternidade.³⁰² Pode-se observar essa estratégia de subordinação na política colonial para o "assimilado" quando se estabelecia para ele espaços específicos, como no Quadro Auxiliar no funcionalismo público ou nas poucas vagas ocupadas nas escolas oficiais.

A abordagem do racismo durante a década de 1930 ocorreu, em geral, a partir da demonstração da semelhança entre negros e brancos cuja finalidade era provar a inexistência da desigualdade racial. Para tanto, apresentava-se a questão através de alguns meios: artigos científicos que tratavam a raça no campo da biologia e antropologia; exemplos de negros bem sucedido e publicamente reconhecidos; críticas ao racismo

³⁰¹ Franz Fanon. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro, Ed. Fator, 1983, (1ª. Edição Du Seuil, 1952).

³⁰² Idem, *Ibidem*, p.26-32.

sexual³⁰³; produção por parte dos nativos angolanos de uma literatura escrita dentro dos parâmetros ocidentais.³⁰⁴ O combate ao racismo nos anos 1930, portanto, baseou-se em um discurso que afirmava a igualdade racial e para tanto publicavam-se artigos de natureza filosófica e científica problematizando a tese da hierarquia das raças.

Outra forma utilizada pela LNA para se debater questões em torno da ideia de raça e do racismo foi abordando, de forma direta e objetiva, os aspectos da vida econômica e social dos designados "indígena". Estes compunham a maioria da população nativa, considerada pelos europeus como a parte inculta da população, e por isso sobre eles recaía a maior parte das análises e apreciações intelectuais, inclusive feitas pelos angolanos "civilizados". A importância do "indígena" para o desenvolvimento de Angola se dava em duas frentes: 1) tanto no aspecto ético, moral e filosófico, porque a elite nativa, que era negra e mestiça, buscou provar sua igualdade racial diante dos europeus brancos distanciando-se dos seus conterrâneos autóctones, e; 2) quanto nos aspectos econômicos, posto ter sido sobre a capacidade laboriosa dos "indígenas" que residia o colonialismo.

Por meio destes dois aspectos, o tema da economia indígena foi abordado pela revista *Angola* até o início da década de 1960. Um dos momentos sintomáticos do tema "economia indígena" foi com a publicação, em 1937, do artigo de Ralph Delgado escrito para a Exposição Colonial de 1934. Neste artigo, Delgado pontuava justamente a importância do elemento "indígena" para a colonização portuguesa e a responsabilidade do Estado na tarefa de educá-los, desenvolvendo todas as suas potencialidades.³⁰⁵ Reiterando as pesquisas, conclusões e palavras de um iminente pesquisador europeu, a LNA aproveitava para exigir do Estado medidas para o desenvolvimento econômico do ultramar, especialmente no que se referia aos "indígenas". Mas como podemos notar, não havia a indicação de mudanças na hierarquização social, ou seja, o indigenato não era ainda frontalmente questionado pela LNA e nem poderia, pois a dicotomia cidadão/"indígena"

³⁰³ Ver instigante denúncia de racismo sexual com artigo de Simplício Castanha. "As mulheres e um repórter" em *Angola...* Ano VII, Novembro de 1939, nº. 37, p.10.

³⁰⁴ Iniciou-se nos anos 1940 a publicação de pequenas biografias dos literatos que tinham poemas transcritos, como foi com os brasileiros Cruz e Souza em *Angola...* Ano XII, dez/1944 a maio/1945, nº. 93 a 98, p.6; e Machado de Assis em *Angola...* Ano XXII, out/1954, nº. 150, p.5 e 11.

³⁰⁵ Ralph Delgado. "A riqueza indígena de Angola" em *Angola: ...* Ano IV, Abril/Maio de 1937, nº.13 e 14, p. 6 e 7.

estava sendo construído ao longo do processo de exploração e ocupação territorial pelos portugueses e com a participação dos africanos, especialmente da elite nativa detentora de privilégios sociais. Somente com o passar das décadas é ficou claro para os nativos africanos que eles estavam e continuariam a ser explorados pelos portugueses, daí a conscientização de que era preciso acabar com a dicotomia colonizador/colonizado, ou seja, com o próprio regimento do indigenato.

O enfoque sobre o racismo começou a ser alterado com as mudanças conjunturais em meados da década de 1940, especialmente com o fim da II Guerra Mundial e a questão judaica, que contribuiu para mudar a abordagem do conceito de raça, que passava a ser tratado cada vez mais por sua componente cultural, ao invés do biológico. Com o anti-semitismo extremado da Alemanha nazista o tema do racismo ganhou uma dimensão mundial, pois o holocausto mostrou que o racismo eurocêntrico poderia atingir povos brancos e não somente os povos negros africanos ou na diáspora. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, ocorreu neste contexto de guerra e a discussão sobre as particularidades raciais, culturais, políticas e sociais dos povos foi central para se pensar na regulamentação supranacional da convivência diplomática entre as Nações.³⁰⁶

Com esta mesma tônica foi realizado, no mesmo ano de 1945, o V Congresso Pan-Africanista, em Manchester, que colocava as questões dos particularismos dos povos e do direito a autodeterminação dos mesmos para conseguir e manter a paz e a convivência entre culturas diferentes. O problema do racismo que discriminava os africanos e afrodescendentes em todo o mundo passou a ser discutido, no V Congresso, a partir das realidades políticas distintas entre os afrodescendentes dos países soberanos na Europa, mas especialmente na América, e dos países sob colonização. Essa distinção acabou por delinear também as diferenças entre os anseios políticos dos negros africanos e dos negros da diáspora, posta a situação colonial de parte significativa dos primeiros.

É interessante historiar que as primeiras tentativas da LNA para acabar com o racismo em Angola se deram com a publicação de artigos que discutiam retoricamente os direitos dos cidadãos e dos homens. Um exemplo dessa fase foi a publicação em 1940, em

³⁰⁶ Ver tal questão sintetizada no preâmbulo da Carta das Nações Unidas disponível em <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/> acessado em 04/03/2012.

matéria longa e comentada, do censo daquele ano, ficando claro para os leitores que o objetivo da publicação do censo era estabelecer os critérios que definiam os "indígenas" angolanos, ou seja, aqueles sujeitados a uma legislação diferenciada e restritiva.³⁰⁷ Essa inquietação em definir objetivamente quem estava sujeito ao trabalho forçado e ao imposto indígena pode ser compreendida pelo problema concreto de que todos os negros estavam susceptíveis, por um critério étnico, a serem regidos pelo Estatuto do Indígena, o que explicava a urgência de uma definição dos critérios de identificação civil, especialmente para o processo de “assimilação”.

Essa urgência da elite nativa em definir os critérios do indigenato se explica pelo fato da publicação do Estatuto do Indígena de 1926 não esclarecer quais eram as condições para ser um “não-indígena”, nesse caso, um “assimilado”. Para a realidade angolana, o que mais se aproximava de uma definição do “assimilado” era o § 2º. do art. 1º. do *Regulamento do Recenseamento e Cobrança do Imposto Indígena*, do ano de 1931, que estabelecia quem estava isento do pagamento deste imposto. A concessão da cidadania, entretanto, era uma tarefa dos funcionários administrativos e que ocorria sem uma uniformização criteriosa das condições para o recebimento deste status. Foi somente no ano de 1942, ou seja, após a publicação do censo de 1940, que o curador dos "indígenas" de Angola, o Sr. Ribeiro da Cruz, publicou o que chamou de *Instruções*, que serviu para orientar a concessão deste benefício, apesar de que não possuía um caráter oficial. A regularização da questão do assimilado só ocorreu em 1954, com a publicação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias de Guiné, Angola e Moçambique*, com o Cap. III “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania”, artigos 56 a 64.³⁰⁸

A campanha contra o racismo que a LNA vinha realizando desde 1930 não surtiu muitos efeitos até o final da década, mas houve uma mudança de perspectiva dos movimentos políticos dos povos subjugados pelo racismo e pelo colonialismo. Isso fica notório quando da publicação na *Angola* da Portaria Ministerial nº. 15, em julho de 1944. A

³⁰⁷ Ver “Censo da população de Angola” em *Angola...* Ano VIII, Junho de 1940, nº. 44, p. 9 a 15.

³⁰⁸ José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. s/e*, Lisboa, 1957, ver especialmente a nota 1 referente ao artigo 56 na p.113. O Estatuto de 1954 foi publicado pelo Decreto-Lei nº. 39.666 de 19 de junho de 1954, publicado no Diário de Governo nº. 132.

paulatina mudança de atitude política entre os africanos se percebe a partir do momento que passaram a lutar também no campo jurídico. Partiam para uma ofensiva e publicavam suas vitórias, mesmo que mínimas. A Portaria no. 15 dizia:

“Artigo único. O governador Geral de Angola reverá a legislação da Colônia de modo a eliminar quaisquer restrições existentes à admissão e acesso nos quadros do funcionalismo da Colônia de cidadãos não indígenas que não sejam as resultantes da exigência de habilitações literárias ou técnicas ou da seleção pelo mérito.
§ único. Só poderão ser denominados *indígenas* nas categorias dos quadros dos serviços públicos, os serventuários que estiverem ainda na condição do indigenato não sendo permitido aplicar essa designação pelo simples facto da cor”³⁰⁹

A discriminação racial impedia o pleno desenvolvimento dos negros e mestiços africanos, ainda que houvesse a promessa da igualdade de todos aqueles que fossem considerados cidadãos, uma vez que em tese somente “a qualidade de cidadão português ou de indígena poderia orientar diferenças perante a lei.”³¹⁰ Tendo conhecimento tanto dos debates sobre raça e racismo quanto da legislação portuguesa, os angolanos passaram a utilizar não somente as mesmas ferramentas retóricas dos intelectuais europeus, mas também as mesmas ferramentas jurídicas. Denunciava-se a contravenção praticada nas colônias por uma mentalidade colonial que não respeitava a letra da lei. A luta começava a esquentar...

Publicou-se, a título de exemplo, um artigo longo que demonstrava através do caso dos enfermeiros a situação de discriminação racial por qual passavam os nativos angolanos, e lembrava-se que o racismo estava proibido de acordo com a Portaria nº. 15. Mesmo sendo cidadãos portugueses com diplomas de nível médio, os enfermeiros nativos ganhavam menos que seus colegas de trabalho metropolitanos, que possuíam os mesmos diplomas. A criação do Quadro Auxiliar no funcionalismo público em 1921, que restringia e limitava os cargos do funcionalismo público aos nativos, foi trazido a baila e discutido. Também se debatia a legislação civil e trabalhista, que já proibía a discriminação pautada na cor ou na origem do funcionário, legislação que já havia extinguido o dito Quadro Auxiliar.³¹¹

³⁰⁹ Ver o Editorial “Visita Ministerial” em *Angola...*, Ano XIII, Junho/ Novembro de 1944, nº. 99/104 , p.1

³¹⁰ Idem, *Ibidem*.

³¹¹ *Ibidem*, pp. 2 a 5.

A década de 1950 foi marcada por uma nova abordagem racial. O periódico *Angola* não mais enfatizava a qualidade e competência dos negros, como fora nos anos 1930, e nem saturava o jornal com denúncias de racismo, como nos anos 1940. A Liga Nacional Africana passou a trabalhar a questão da raça do ponto de vista da cultura, e para tanto passou a tratar das culturas negras, das artes negras, trazendo-as para as páginas do jornal. Aos poucos a produção intelectual, artística e literária dos angolanos foi aparecendo cotidianamente e sem alarde quanto a origem racial dos seus autores, que poderiam ser negros, mestiços ou brancos. O periódico passou a publicar, por exemplo, a coluna Poetas Angolanos, em que apresentava poemas de Mário Antônio, Agostinho Neto, Mauricio Ferreira Gomes, Geraldo Bessa Vitor, Antônio Jacinto e outros.³¹² Os indivíduos eram mostrados em seu compromisso político e social com o desenvolvimento cultural do povo angolano. Assim, a origem mestiça ou negra de algumas personalidades ilustres até era anunciada, mas apenas como uma forma de mostrar certo compromisso do autor ou do significado de sua obra no campo cultural. Esse foi o caso quando da publicação de um poema do brasileiro Machado de Assis, *Carolina*,³¹³ e com a publicação da carta elogiosa que Óscar Ribas recebeu de Luis da Câmara Cascudo quando foi nomeado membro da Academia Brasileira de Folclore de Natal/RN, em 1954³¹⁴, na qual se destacava a contribuição do autor no terreno cultural.

Aspectos da língua africana, especialmente do quimbundo, por se tratar da língua dos povos da região de Luanda, também passaram a ser tema de artigos. Mas o que mais se percebe nessa década são matérias que propunham uma via de desenvolvimento para Angola, anunciada desde a década de 1930, que cada vez mais defendia a instrução para os nativos – fosse da elite, fossem os "indígenas". A educação, acreditava-se, seria uma forma de entrar na civilização ocidental, prometendo elevação moral, desenvolvimento humano e qualidade de vida para todos aqueles que fossem civilizados.

³¹² Ver no periódico *Angola*, respectivamente, nas edições: Janeiro/Junho de 1958 e Janeiro/Junho de 1960; Julho/Dezembro de 1957, Julho/Dezembro de 1958, Janeiro/Junho de 1959, Janeiro/Junho de 1957.

³¹³ Machado de Assis, "Carolina" em *Angola...* Ano XXII, Outubro de 1954, n.º. 150, p.5 e 11.

³¹⁴ Ver "A consagração da obra literária de Óscar Ribas" em *Angola...* Ano XXII, Outubro de 1954, n.º. 150, p.10.

Podem-se observar, no periódico, duas ideias aparentemente conflitantes, porém complementares, defendidas pela elite angolana: a valorização da civilização europeia, simbolizada na reverência à Pátria Portuguesa, e a defesa da igualdade das raças. Ainda que a civilização europeia tenha no início do século XX desenvolvido ações imperialistas assentadas em uma ideologia racial, que tentava justificar o colonialismo moderno revestindo-o com um humanitarismo e uma missão altruísta, ainda assim essa civilização como modo de vida foi adotada pela elite nativa angolana, que tentou, todavia, esvaziar seu conteúdo racial. Apesar das denúncias de racismo, os angolanos da elite ainda defendiam a Nação Portuguesa, ainda almejavam a civilização, ainda desejavam certas vantagens advindas da Europa.

O contato entre africanos e europeus sob a égide do colonialismo, e o questionamento dos negros da diáspora sobre o racismo (uma das bases do colonialismo moderno), pôs em uma mesma órbita as culturas ocidentais e as não-ocidentais, como as africanas tradicionais. Nesse contato entre povos com culturas diferentes, os europeus tentaram a imposição de seu modo de vida, auto-definido como civilização,³¹⁵ como um modelo de sociedade e de comportamento a ser apreendido pelos povos subjugados pelo colonialismo e fizeram isso sob diversas formas, incluindo a cooptação de lideranças locais e a criação de uma nova elite nativa, para as quais uma série de benefícios foram assegurados e oferecidos como uma estratégia de dominação da hegemonia.

Mas esta parcela da população privilegiada, ainda que intermediária, passou a pleitear os benefícios que o modo de vida civilizada prometia, fazendo-se presente, marcando sua existência, não aceitando a posição de *civilizados subalternos*, que era de fato a categoria de cidadão por assimilação. De uma forma ou de outra, com cidadãos de plenos direitos ou não, a civilização ocidental passou a contar com indivíduos originariamente não ocidentais e que nem sempre abandonaram todos os comportamentos e práticas denominadas de “incivilizadas”. A aculturação plena destes indivíduos, que parece ter sido esperada pela *assimilação* dos nativos africanos como prática de imposição ideológica, certamente não ocorreu como planejada. Daí a luta da elite nativa angolana para

³¹⁵ Norbert Elias. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p.21.

ser plenamente incluída na sociedade portuguesa, como prometia a assimilação, apesar de suas especificidades.

Com o passar do tempo, o que começou com uma luta de inclusão passou a modificar a representação que se fazia da *civilização*, pois a inclusão de todos os *outros*, os não-europeus e não-ocidentais, não ocorreu simplesmente pela assimilação total dos valores europeus. As tradições religiosas, as danças, as artes, as memórias, as manifestações culturais de modo geral fazem parte da história dos indivíduos e continuaram a fazer parte daqueles africanos que se beneficiavam das vantagens econômicas e sociais da sociedade colonial. Talvez isso explique não somente a busca de Óscar Ribas por retratar as culturas nativas, traduzidas para a língua portuguesa e interpretadas para a cultura europeia, mas também sua preocupação em considerar essas culturas, que ele mesmo definiu como primitivas, como tão legítimas quanto a cultura ocidental do homem branco.

O racismo que discriminava os negros e mestiços atingia todos os segmentos sociais, apontando os comportamentos e práticas sociais considerados como incivilizados e primitivos, dentre eles todo o repertório cultural africano ou afrodescendente. Valorizar esse repertório cultural – como fizeram os escritores Óscar Ribas e Jorge Amado, os homens das ciências como Edison Carneiro, e os intelectuais militantes como Mário Pinto de Andrade – pode ser visto como uma tática utilizada a partir da década de 1930, quando a cultura passou a se sobrepôr ao biológico como categoria de análise social e se passou a valorizar justamente as práticas e a memória cultural sobre as quais o racismo procurava se assentar.

A civilização ocidental que tinha uma das suas premissas na ideia de uma raça em termos biológicos, cunhada no século XIX, e que definia os homens brancos como superiores, foi ferida tanto pelos debates a propósito das teorias raciais, como pela entrada e a permanência dos negros da diáspora e os africanos, ainda que sob a doutrina da *assimilação*, na mesma sociedade civilizada.³¹⁶

Quando Stuart Hall tratou da diáspora caribenha como um exemplo do espaço na modernidade que engloba e mistura as culturas diferentes, o que se contrapõe à noção da

³¹⁶ Paul Gilroy. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, Ed. 34, UCAM, 2001, cap.1.

pureza étnica e cultural, ele nos ofereceu um conceito para entender o contato recente entre povos de origem distinta que estavam promovendo a inclusão, como contraponto à segregação e exclusão.³¹⁷ A diáspora negra faz parte da vida dos africanos do passado e do presente, pois criou um vínculo entre os africanos e os afrodescendentes, bem como entre os não descendentes de africanos que vivem na realidade da diáspora. Os encontros entre os negros africanos e os negros da diáspora, juntamente com a moderna imigração branca para o continente africano, redimensionou a conceito da diáspora. A diáspora que não precisa mais ser limitada somente àqueles que emigraram, o que se percebe claramente com a diáspora africana ao ter colocado povos com culturas diversas em contato entre si em uma dimensão mundial. Esse contato e a relação que se estabeleceu a partir da convivência estabelecida com a diáspora permite estudar amiúde a ideia de diversidade, particularismos e identidades, incluindo a identidade nacional.

A elite nativa angolana desde o século XIX apresentava uma característica muito própria de grupos que vivem na interseção de dois mundos: estavam imbuídos de certo espírito de superioridade da civilização europeia, mas eram herdeiros das culturas tradicionais africanas e tentavam argumentar em prol do desenvolvimento da população negra e mestiça. Em alguns momentos foram assimilados, quando lhes garantia alguns direitos civis, mas para isso tiveram não só que adotar como também provar que viviam sob os usos e costumes europeus, submetendo-se à legislação civil e ao controle policial. Permaneceu sempre a questão se era possível e desejável se libertar da herança ancestral africana, ambiguidade que existia desde o final do século XIX.

Um dos perigos da adoção da política de assimilação pelos nativos residia na possibilidade de se reforçar o discurso racial que discriminava os negros e mestiços, uma vez que era a base ideológica da civilização ocidental e utilizado politicamente como critério para instituir a assimilação. Corroborar o discurso racial não parece ter sido o objetivo da elite nativa, o problema é que por serem culturalmente mestiços, podem ter em alguns momentos reiterado as ideias da superioridade europeia. A adoção da civilização como um princípio norteador do modo de vida pode ter agradado essa camada

³¹⁷ Stuart Hall. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, UFMG, Brasília, UNESCO, 2003, cap. 1.

intermediária da sociedade. A civilização seduzia com suas tecnologias, inovações e possibilidade de contato com outras formas de viver, mas também corrompia ao oferecer privilégios e pequenos postos de poder.³¹⁸ Esse estar entre dois mundo foi a problemática dos mestiços e assimilados, como bem nos demonstrou Leo Spitzer.³¹⁹

Com a *civilização* vinham as questões de *raça*, mas os africanos não pareciam dispostos a aceitar a discriminação racial como condição para usufruir dos benefícios da cultura europeia. Com o tempo ficou mais do que claro para os angolanos, apesar de todo o discurso demagógico sobre *integração*, que os portugueses não estavam dispostos a acabar com o racismo que impedia a igualdade entre os homens e o acesso à civilização com todas as suas vantagens.

3. ALGUNS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS AFRO-BRASILEIROS

Desde a independência do Brasil, em 1822, que se pensava o modelo de sociedade a ser criado na nova nação soberana. E esse debate tornou-se mais intenso com a proclamação da República em fins do século XIX. A própria instituição republicana, derrubando a Monarquia de origem portuguesa, já indicava mudanças que se pretendia realizar no Brasil: recriar uma nação, agora moderna, e desenvolvê-la economicamente dentro de uma noção de progresso. O aspecto nacional na modernidade, assim como na Europa, também foi uma questão no Brasil, discutida durante as primeiras décadas do século XX. Intelectuais e políticos de origem e filiação diversificadas em termos ideológicos, políticos, geográficos, culturais e econômicos propuseram uma série de alternativas para desenvolver o país de acordo com uma noção vigente de civilização.³²⁰

³¹⁸ Para uma discussão sobre esse pertencer a mundos distintos, ver Leo Spitzer, *Vidas de Entremio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.

³¹⁹ Leo Spitzer, op. cit.

³²⁰ Lucia Lippi Oliveira. “a questão nacional na Primeira República” em Helena Carvalho e Wilma da Costa (org). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Ed. UNESP, 1997. Ver os trabalhos de Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Alberto Torres, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior como exemplos diversificados desta busca por uma representação do Brasil nacional.

A história da colonização brasileira por três séculos criou uma elite econômica, política e intelectual tradicionalmente voltada para a Europa, que sempre se apresentou como modelo de sociedade a ser importado. Da mesma Europa vinham as teorias raciais difundidas e assimiladas durante o século XIX, e debatidas pelos intelectuais brasileiros no século XX que partiam do modelo de Ocidente para elaborar projetos de civilidade para o Brasil. Ainda que tivesse havido vozes dissonantes, que teciam críticas à sociedade europeia e a suas verdades políticas e estéticas, como as de Luis Gama no XIX, passando por literatos como Cruz e Souza e Lima Barreto, a Europa continuava a ser o grande paradigma, até mesmo para ser refutado como tal. Um dos pontos altos dessa prática de imitação da Europa ocorreu no campo da saúde, quando da pretensão do Estado Brasileiro em eliminar traços do fenótipo negro do povo brasileiro, estabelecendo políticas para a importação de trabalhadores europeus brancos com o fito de, no processo de mestiçagem, gerar uma descendência cada vez mais branca. Tentativa fracassada, na década de 1930 os intelectuais começaram a valorizar um Brasil mestiço, representado nas obras literárias e nos trabalhos acadêmicos que circularam pelo mundo através da temática do folclore e da cultura popular de modo geral, contribuindo para a definição de uma identidade nacional, baseada na ideia de que o Brasil era uma excepcionalidade no que dizia respeito às relações raciais.³²¹

Neste contexto de nacionalismo, ponderava-se como o Brasil deveria ser enquanto nação, que forma política o Estado deveria assumir, quais as bases de sua economia, as características culturais e físicas ideais que seu povo deveria apresentar. Para esta tarefa de inventar uma tradição nacional, em que os intelectuais foram figuras importantes e mesmo centrais,³²² pois tomaram para si a elaboração de um arcabouço simbólico que mostrasse a tradição brasileira e sua histórica abertura para o novo, foi preciso toda uma engenharia social que fundasse e naturalizasse a Nação.³²³

³²¹ Para uma análise crítica do discurso da exceção das relações raciais brasileiras ver Michael G. Hanchard. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1994.

³²² Para uma discussão sobre o significado das nações como modelo organizacional das sociedades e o modo como são criadas, ver o trabalho de Benedict Anderson. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

³²³ Eric Hobsbawm. "A invenção das tradições" em E. Hobsbawm e T. Ranger, (org.) *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 22.

A atividade de intelectuais do início do século XX, como Alberto Torres e Oliveira Lima, por exemplo, foi importante para a elaboração de modelos de um Estado-nacional. E foi sobretudo após 1930, que a tarefa de pensar o Brasil nação contou com uma maior participação de profissionais da arte e cultura. Esses profissionais fizeram proposições de políticas públicas e as fizeram mediante o debate e a crítica a assuntos que lhes eram concernente, relacionados diretamente à cultura, à educação, à política e às ciências. Um exemplo dessa participação pode ser encontrada na Revista *Cultura Política*, laudatória do Governo Vargas. Graciliano Ramos, opositor do governo, assinou diversas matérias da coluna *Folclore Nordestino* e, nesses artigos, além de oferecer elementos sobre a cultura nordestina, tecia críticas sociais contemporâneas.³²⁴

Diversos intelectuais participaram ativamente na cena política, compondo ministérios do governo de Getúlio Vargas, como o Ministério da Educação e Saúde e o Departamento de Imprensa e Propaganda. É interessante notar que quase todos os intelectuais renomados e atuantes fossem comprometidos politicamente, aliados do governo ou da oposição.

O nacionalismo brasileiro também esteve vinculado aos debates sobre as questões raciais, que se tornaram assunto das ciências sociais e da política institucionalizada desde as obras do médico Nina Rodrigues. Seguindo uma advertência levantada por Silvio Romero, em 1888, a respeito da falta de estudos sobre os negros no Brasil,³²⁵ estes se tornaram objeto de pesquisa da ciência, temas de conferência e justificativas de diversas políticas públicas. Pensava-se na Nação em sua configuração política, econômica e social, e por conta do modelo europeu de sociedade civilizada ser tão distante da realidade brasileira, que apresentava um número significativo de negros, indígenas e mestiços, passou-se a pesquisar estes grupos em suas histórias e tradições culturais como um meio de discutir a identidade nacional.

A intelectualidade brasileira era majoritariamente branca, branca na pigmentação da pele em sua grande maioria e branca, certamente, no modo de pensar o Brasil, se é possível assim nos referirmos à tentativa de excluir do processo de reflexão, ou cooptando para um

³²⁴ Ver o periódico de propaganda do governo *Cultura Política*.

³²⁵ ver Silvio Romero. “O Negro – objeto da ciência” em Edison Carneiro. *Antologia do Negro Brasileiro*, São Paulo, Ediouro, s/d.

projeto de hegemonia, aquela mesma parcela da população discriminada e alijada da política, sobre a qual recaía a maioria das investigações científicas e filosóficas. Entretanto, os afro-brasileiros, tanto da elite quanto das classes subalternas, não ficaram à margem do processo de pensar e propor um Brasil moderno, civilizado, desenvolvido e progressista. Em movimentos ora alinhados à ideologia dominante e ora contra-hegemônicos de resistência a uma ideologia branca e europeia, pensaram, propuseram e realizaram ações nesse sentido. A Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) foram dois espaços em dois momentos distintos em que os afro-brasileiros desenvolveram algumas iniciativas na tentativa de elaborar um Brasil para aqueles que sofriam o racismo. Foram dois espaços nos quais se fez uma inflexão nas questões relativas à Educação e à Política, tratadas como meio para se alcançar avanços socioeconômicos para a população afrodescendente.³²⁶

Os propositores e organizadores desses dois movimentos negros estavam imbuídos do espírito nacionalista e desenvolvimentista, participando ou tentando a participação nos projetos políticos do Estado, propostos através de órgãos e instituições públicas, sugerindo medidas que combatessem o racismo e que ajudassem no desenvolvimento intelectual das populações subalternizadas. Atentos às questões da identidade nacional, dialogando com intelectuais e mesmo cooptando-os para sua causa, problematizavam o nacionalismo em instâncias culturais. As organizações negras foram importantes veículos de articulação política e realizaram uma série de ações de protesto ao racismo e de valorização das culturas afro-descendentes. Os ganhos alcançados pelos movimentos organizados da FNB e do TEN foram pontuais e, quiçá, simbólicos, possuindo o mérito de levantar uma discussão sobre as relações raciais no Brasil, que estavam longe de serem heranças harmoniosas do patriarcalismo português, como sugeria Freyre. As ações e as propostas de natureza política da FNB e do TEN, como as candidaturas de Arlindo Veiga dos Santos e de Abdias do Nascimento para as assembleias constituintes respectivamente de 1933 e 1946, podem ser interpretadas como um tipo de movimento de resistência à ideologia dominante. Mesmo que estes sujeitos tenham sido conservadores, do ponto de vista político-partidário, e que

³²⁶ Para uma análise da ênfase do papel da *raça* na composição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970 ver Carlos Hasenbalg. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

tenham pensado a nação brasileira a partir de uma série de pressupostos da civilização europeia, ainda assim não se pode negligenciar sua contribuição para a paulatina mudança social que determinou, desde a década de 1930, a luta pela participação dos afro-brasileiros em todos os espaços da sociedade que ainda lhes dificultava a entrada.

“Assim, nos posicionávamos como nacionalistas, radicais às vezes, porque só dessa maneira poderíamos conseguir um pedaço de chão ou a nossa identidade como brasileiros.”³²⁷

Com objetivos de proporcionar condições dos negros serem inseridos na sociedade em igualdade de condições aos brancos, proporcionando-lhes educação formal e profissional, a Frente Negra Brasileira foi criada na cidade de São Paulo em 1931 com intenção de ser a maior associação de afro-brasileiros do país, pois com pretensões nacionais de oferecer à população negra e marginalizada “possibilidades de organização, educação e ajuda no combate à discriminação racial.”³²⁸

A criação da Frente Negra está inserida em um movimento de valorização da população negra de São Paulo e de conscientização da sua história e participação na construção do Brasil, tendo surgido na esteira de uma movimentação política e social que havia se iniciado anteriormente e que já contava com uma imprensa negra em desenvolvimento no país.³²⁹ Surgiram, na primeira metade do século XX em São Paulo, algumas associações como o Clube 15 de Novembro, Clube 13 de Maio, Grêmio Irmão da Mocidade, Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, Centro Cívico Palmares, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, dentre outras;³³⁰ e foram criados também alguns periódicos, dos quais se destacaram o *Clarim da Alvorada* que funcionou de 1924 a 1932, dirigido por José Correia Leite, e *A voz da raça*, órgão da FNB.³³¹

³²⁷ Francisco Lucrecio entrevista a Márcio Barbosa (org.) *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998, p.46.

³²⁸ Márcio Barbosa (org.) *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998, p.12

³²⁹ Roger Bastide. “A imprensa negra do estado de São Paulo” em *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1973; Mirian Ferrara. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH, 1986; Clovis Moura, *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.

³³⁰ Arthur Ramos. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, CEB, 1956;

³³¹ André Cortes de Oliveira. *Quem é a “Gente Negra Nacional”?: frente Negra Brasileira e Voz da Raça, 1933-1937*. Campinas, São Paulo, 2005, dissertação de mestrado.

A FNB foi encerrada em 1937, após ter se transformado no ano anterior em partido político para lançar o candidato Raul Joviano do Amaral à presidência da República. Após seu fechamento, os fretenegrinos, como eram chamados seus associados, articularam a União Negra Brasileira que se transformou em Clube Recreativo Palmares, mas sem a conotação política que havia originalmente. Em São Paulo, algumas das antigas lideranças desenvolveram atividades nos anos subsequentes que tiveram raízes nos ideais propagados pela Frente Negra e que motivaram, por exemplo, Aristides Barbosa a criar, juntamente com outros militantes, o jornal *O Novo Horizonte* em 1946. O Teatro Experimental do Negro fundado em 1944, no Rio de Janeiro, e em sua filial paulista dirigido por Dalmo Ferreira, em 1955, também teve uma vinculação com os antigos propósitos disseminados na década de trinta.³³²

O aumento do sentimento de pertencimento nacional dos afro-brasileiros e as exigências que passaram a fazer tiveram uma contribuição das ações e intenções da FNB na luta contra o racismo. Essas ações contra a discriminação racial foram, é verdade, tímidas e localizadas. Em São Paulo se pleiteou, por exemplo: a garantia de negros poderem entrar nos riques de patinação que ocorriam no inverno; o impedimento de lojistas de proibirem os negros de andarem na calçada e pararem defronte suas vitrines; a derrocada de um movimento segregacionista nas vias públicas em cidades nas quais os negros estavam sendo cerceados no direito de passear nos jardins públicos aos domingos e feriados; a garantia da entrada de negros na Guarda Civil paulista em 1932, impedidos inicialmente na seleção através de argumentos racistas, etc.³³³ Na Bahia, por exemplo, realizaram comícios em praças públicas para divulgaram sua intenção no campo educacional e conseguiram a mobilização de um contingente de fretenegrinos para reverenciar abolicionistas ilustres como Castro Alves, Luis Gama e José do Patrocínio, assim como a contemporâneos como Maxwell Porphirio, Ascendino dos Anjos e Manoel Querino. Essas manifestações tiveram o intuito de “desenvolver a solidariedade e o orgulho racial.”³³⁴

A candidatura de Arlindo Veiga dos Santos pela FNB de São Paulo e de Dionysio Silva pela FNB da Bahia às eleições da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, e a

³³² Ver a entrevista de Aristides Barbosa em Marcio Barbosa, op. cit., p.27 e p.32.

³³³ Ver entrevista de Francisco Lucrécio em Márcio Barbosa, op. cit., pp. 54/55.

³³⁴ Jeferson Bacelar. “A Frente Negra Brasileira na Bahia” em *Afro-Ásia*, nº. 17, 1996, pp.77/78.

própria intenção de um candidato próprio, Raul Joviano do Amaral, às eleições presidenciais suspensas de 1938, revelam um intento político claro: colocar representantes afro-brasileiros nas esferas de poder. Essas intenções e as pequenas ações de protesto não podem ser desconsideradas, a despeito de uma crítica sociológica que identifica um viés conservador dos movimentos sociais negros, o que se explicaria pela ausência de proposições contra a ordem social, política e econômica estabelecida e pelo alinhamento das principais lideranças da FNB ao integralismo e ao patrianovismo.³³⁵

O objetivo da FNB parecia ser sucintamente “que o negro progredisse, conquistasse um lugar na sociedade”,³³⁶ o que Florestan Fernandes definiu como *integração* do negro na sociedade.³³⁷ O racismo era combatido com a oferta de capacitação técnica, com protestos públicos diante de situações de racismo explícito e com uma formação ideológica no sentido de valorização do negro, mas não exatamente uma formação política partidária. E como a LNA em Angola, os fretenegrinos procuraram agir, nos seis anos de sua existência, no campo educacional, através da formação escolar e profissionalização em cursos de arte e ofício. Para ampliar a formação profissional, que garantiria técnicas e habilidades no desempenho de certas funções e para evitar que a exclusão dos negros dos postos de trabalho fosse alegada pela falta de preparo dos mesmos, a FNB realizou diversos cursos em sua sede.

Em Salvador, onde a FNB teve uma vida de cerca de um ano, iniciou-se em 1933 cursos noturnos de alfabetização,³³⁸ em São Paulo foi criada uma escola com quatro classes, que oferecia alfabetização e outros cursos ministrados gratuitamente por diversos professores leigos e professoras nomeadas pelo governo.³³⁹ Assim, muitos que frequentaram a FNB e, depois, o TEN fizeram alguns cursos, especialmente os de alfabetização, para melhoraram suas habilidades literárias.

As iniciativas da FNB se deram em duas campanhas de ação: o protesto baseado na mobilidade das massas populares, quando se dirigiam aos locais para a realização de

³³⁵ Petrônio José Domingues. *A Insurgência de Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. São Paul, USP, Tese de Doutorado, 2005.

³³⁶ Ver a entrevista de Marcelo Orlando Ribeiro em Marcio Barbosa, op. cit., p.91.

³³⁷ Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978.

³³⁸ Jeferson Bacelar, op. cit., p.76.

³³⁹ Francisco Lucrécio, entrevista a Márcio Barbosa, op. cit., p.42.

manifestações com cartazes e dizeres; e um movimento por dentro do sistema jurídico, ao se articularem com representantes políticos, como o próprio Getúlio Vargas, ou com assessores, candidatos e chefes de polícia, por exemplo. Mas apesar dessas atitudes politizadas para ampliar ganhos sociais, a FNB foi uma associação mantenedora da ordem política e econômica, o que faz alguns estudiosos apontarem seu caráter conservador e de direita, como já foi comentado.³⁴⁰ A Frente Negra objetivava integrar os negros na sociedade, conquistar oportunidades e garantir direitos sociais consagrados constitucionalmente pelo regime republicano. Isso fica evidente nos quatro primeiros artigos da associação, que a definem enquanto uma organização político-social:

“Art. 1º. – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado e para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos atuais na Comunhão Brasileira;

Art. 2º. – Podem pertencer à Frente Negra Brasileira todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional;

Art. 3º. – A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra;

§ único – para a execução do Art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas, e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira;

Art., 4º. – Como força política organizada, a Frente Negra Brasileira, para mais perfeitamente alcançar seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro.”³⁴¹

Assentada sobre a inegável participação dos negros na história do Brasil, baseada em sua contribuição material e moral no passado, a FNB se apresentava de forma combatente, colocando-se como legítima representante das reivindicações dos direitos civis dos afro-brasileiros. Sem melindres, mas em um movimento de disputa com a ideologia dominante representada pela elite brasileira, a Frente Negra afirmava, no primeiro artigo de seu Estatuto, a dívida da sociedade brasileira para com os menos favorecidos, assim como

³⁴⁰ ver Antônio S. A. Guimarães. *Classe, Raça e Democracia*. São Paulo, Ed. 34, 2002, p. 87; Florestan Fernandes, op. cit.; Thales de Azevedo. *As Elites de Cor*. São Paulo, companhia Editorial Nacional, 1955; Petrônio José Domingues, op.cit.

³⁴¹ Ver o *Estatuto da Frente Negra Brasileira* transcrito em Márcio Barbosa, op. cit., pp. 110-111.

seu papel na luta pelos direitos constituídos historicamente, assegurados pela Comunhão Brasileira, mas obliterados na vida cotidiana.

Em seguida, passavam a definir a quem representavam, e sem entrar numa discussão conceitual sobre raça, ainda que esta lhes fosse um conceito chave, estabeleceram de forma abrangente que todas as pessoas da “Gente Negra Brasileira”, tinham o direito de pertencer à associação. Nota-se que negros e mestiços cabiam igualmente dentro da “Gente Negra”. Neste segundo artigo ficava reafirmada sua subordinação à lei maior, a lei básica nacional, uma vez que a única limitação, para além da definição racial, é que os membros deveriam ser “capazes” de acordo com esta legislação civil nacional. Nestes dois primeiros artigos já se delineava o terreno em que a associação iria trabalhar: o campo político e jurídico brasileiro, barganhando e tencionando o cotidiano social estabelecido.³⁴²

Para além da defesa dos direitos da “gente negra” no Brasil, posto que estes fossem afirmados e garantidos pela própria história, buscavam criar condições para que os afro-brasileiros se desenvolvessem em todos os campos, nos seus aspectos moral, intelectual, físico, técnico, social e profissional. Para tanto, a FNB criou oportunidades para a execução desta tarefa de elevação social do indivíduo, dentro dos parâmetros nacionais de civilidade. Conseguir as condições para que os afro-brasileiros pudessem ocupar os espaços na sociedade a que tinham direito era a finalidade da associação, por isso a ênfase na alfabetização, como atesta a proposta da regional baiana em seu ponto primeiro que se pautava na:

“alfabetização, como um dos formidáveis factores da sua instituição, o que deve constituir a pedra angular de todas as organizações que se venham fundar no nosso Brasil.”³⁴³

Pelo quarto artigo do estatuto, a FNB afirmava novamente seu caráter político, anunciando as intenções representativas junto às instâncias próprias, trazendo a ordem legal instituída brasileira para referendar seus objetivos. E aqui, como nos outros artigos, a Frente Negra deixou claro seu nacionalismo ao defender sempre o que chamava de “sentido rigorosamente brasileiro”. Pertencer orgulhosamente ao Brasil, garantir os direitos dos

³⁴² Para uma visão da composição dos jogos hegemônicos no Brasil referente às relações raciais ver Michael Hanchard, *op.cit.*, pp. 39/40.

³⁴³ Jeferson Bacelar, *op. cit.*, p.76.

brasileiros, desenvolvendo a Nação na sequência do desenvolvimento individual da “gente negra”, eram os fins da luta frentenegrina.

Essas finalidades também foram consideradas pelo Teatro Experimental do Negro criado por Abdias do Nascimento na cidade do Rio de Janeiro em 1944 e que teve existência ativa até 1968. Assim como o antecessor paulista, esse outro este movimento apresentava como objetivo “trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.”³⁴⁴ Figura emblemática da luta pelo fim da discriminação racial, Abdias foi fundador e também diretor, ator, político, escritor e dirigiu os dez números da revista do TEN (entre 1948 e 1950), chamada *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, cuja finalidade era “trabalhar pela valorização e valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico.”³⁴⁵

O TEN começou com uma proposta política e artística de colocar os negros no centro de suas produções, uma vez que até aquele momento quando desempenhavam algum papel nas artes cênicas eram sempre secundários, quando não grosseiras caricaturas de tipos bonachões, preguiçosos, engraçados, humildes, tolos, etc. Abdias juntamente com lideranças intelectuais, como o sociólogo Guerreiro Ramos, fizeram do TEN uma oportunidade para os afro-brasileiros não somente estrelarem as produções teatrais, mas levarem ao público temas novos para o cenário cultural, através de montagens que problematizavam o racismo, a diáspora africana forçada e a discriminação social.³⁴⁶

Sua estreia ocorreu com a adaptação ao palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro da peça “O Imperador Jones”, do norte-americano Eugene O’Neill.³⁴⁷ O episódio ficou marcado na cena política e cultural do Rio de Janeiro por alguns motivos e o primeiro deles é por terem encenado um drama com atores negros e não mais brancos pintados de preto. O segundo motivo foi o tema da peça que versava sobre o sofrimento dos negros

³⁴⁴Abdias do Nascimento, p. 1 “Teatro Experimental do negro: trajetórias e reflexões” http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019, consultado em 22/03/2011.

³⁴⁵ *Quilombo: vida, problema e aspirações do negro*. Rio de Janeiro, nº. 1, Dezembro de 1948, p.01

³⁴⁶ Encenaram *O Imperador Jones, Todos são filhos de Deus, O moleque sonhador, Onde está marcada a cruz, Calígula* dentre outras peças...

³⁴⁷ Abdias relata que na altura não havia nenhuma literatura brasileira com força cênica que trouxesse o negro em um papel que não fosse de subalterno. A. Nascimento, op.cit.

chegados com a diáspora africana ao Novo Mundo. O terceiro motivo é que estrearam o drama no palco mais importante da cidade, o Teatro Municipal, sob força de uma autorização emitida pelo presidente da República, Getúlio Vargas.

A questão do combate ao racismo foi travada no campo da cultura com projetos cênicos que abordavam temas de relevância para os afro-brasileiros, mas também na postura de seus dirigentes em ocupar espaços públicos como um meio de se fazerem visíveis, e também no campo das idéias com o engajamento ou participação da elite intelectual brasileira na discussão dos problemas levantados pelo TEN, através de figuras como Gilberto Freyre, Thales de Azevedo, Edison Carneiro, Guerreiro Ramos e outros. Este último, por exemplo, sociólogo brasileiro comprometido na luta contra o racismo, foi um divulgador da *négritude* no Brasil, corroborando a idéia da subjetividade e da emoção como traços definidores do negro, afirmando que estes traços sempre estiveram presentes na cultura brasileira.³⁴⁸ As lideranças do TEN foram influenciadas pela *négritude*, que debatiam as proposições de Aimé Césaire e Leopold Sedar Senghor acerca da relevância dos homens negros para a história e o combate à discriminação racial.³⁴⁹

Como uma organização que primava pela formação de uma elite intelectual negra, pela ascensão social de afro-brasileiros e pela conscientização das massas populares, o TEN foi um movimento considerado normatizador ou conservador do ponto de vista político. Centrava sua proposição na formação da elite econômica negra e nas questões culturais particulares do “ser negro”, que acabavam por reforçar ideias essencializadas, e que tinham, sem dúvida, uma inspiração no discurso negritudista antilhano.

A *négritude* recorria ao orgulho e a consciência de ser negro, em um movimento “propulsor de uma autêntica revolução política.”³⁵⁰ Negros de todo o mundo, da África e da diáspora, foram conclamados a se conscientizarem de sua ação como sujeitos históricos, mas pautaram seu discurso em uma identificação racial que surgira e se reforçara pelo etnocentrismo europeu. Estimulado pelas atividades pan-africanas, organizadas por militantes como de Du Bois e George Padmore, cujo cerne estava na ideia de *raça*, os teóricos da *négritude* foram modificando seu teor, buscando centrar seu discurso na questão

³⁴⁸ Ver *Quilombo...*, Junho/Julho de 1950, nº. 10, p.09.

³⁴⁹ Ver *Quilombo...*, Janeiro de 1950, nº. 05, p.06 .

³⁵⁰ Pires Laranjeira. *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1995, pp. 48.

da identidade cultural dos negros, sem prescindir, todavia, da categoria de *raça*. O problema do racismo e do colonialismo, alardeados pelo pan-africanismo e especialmente pela *négritude*,³⁵¹ foi um problema de ordem mundial, que afligia particularmente as sociedades com uma grande diversidade cultural e racial, como os EUA, Brasil e Angola, por exemplo.

A discriminação racial, juntamente com o discurso do atraso civilizacional das populações africanas e afrodescendentes, formava um ambiente propício para o surgimento de organizações que conclamavam os marginalizados para um despertar da consciência política, que deveria mudar o cenário que lhes era desfavorável. Os congressos pan-africanos e especialmente o de 1945, em Manchester, que definiu algumas novas diretrizes para a luta pelo fim da desigualdade racial, encontrou eco nos movimentos dos afro-brasileiros.³⁵² A consciência política que incitava a proposição de ações que mudassem o cenário discriminatório levou o TEN, em 1945 e 1946, a realizar a Convenção Nacional do Negro, quando se elaborou um documento apresentado à Assembleia Constituinte de 1946 cujo teor era tornar crime a discriminação racial no Brasil.³⁵³ Esse projeto não foi aceito por “falta de provas de racismo no Brasil” e somente em 1950 é que a lei Afonso Arinos passou a estabelecer a discriminação racial como contravenção penal.³⁵⁴ Não se pode deixar de conjecturar a influência dos movimentos sociais para esta proposição de lei, bem como a agenda das relações internacionais brasileiras.³⁵⁵ A ONU, por exemplo, no rastro da segunda guerra mundial e do holocausto nazista que dizimou milhares de judeus, em 1949 determinou um programa de atividades de combate ao racismo para o ano seguinte. Foi neste momento que o antropólogo brasileiro Arthur Ramos ocupou a direção do recém-criado Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, contribuindo para delinear um

³⁵¹ Ver sobre as posições de Senghor, por exemplo, o trabalho de Gustavo de Andrade Durão. *A construção da negritude : a formação da identidade do intelectual através da experiência de Léopold Sédar Senghor (1920-1945)*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

³⁵² Ver o trabalho de Abdias do Nascimento. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador, EDUFBA-CEAO, 2002.

³⁵³ Antônio Sergio A. Guimarães, op. cit.

³⁵⁴ Lei Nº. 1.390 de 03 de Julho de 1951, ver em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis visitado em 04/04/2011

³⁵⁵ Para análise do papel dos movimentos sociais e das relações internacionais para a implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil, ver Flávio Gonçalves dos Santos. “História e cultura afro-brasileira na educação básica: origens e implicações da Lei 10.639/2003” em *Caderno do CEAS*. Salvador, Janeiro/Março 2007, nº.225.

projeto sobre relações raciais, e o Brasil serviu de campo para pesquisas acerca das convivências étnicas.³⁵⁶ A lei Afonso Arinos deve ser tratada também dentro deste contexto das relações internacionais.

Quando o TEN promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, estava, portanto, em consonância tanto com uma demanda interna de pleitos por direitos aos afro-brasileiros vindos de organizações como a FNB, como com uma agenda da política internacional, mediada pela diplomacia brasileira, que levou o país a ser um centro de observação referente às relações raciais. O Congresso do Negro Brasileiro, por exemplo, contou com a participação do sociólogo baiano Luis Costa Pinto, que foi um dos colaboradores do projeto de pesquisa da UNESCO que definiu o Brasil como um “laboratório racial”, encomendando pesquisas que demonstrassem o sucesso da convivência entre negros e brancos que ficou mundialmente famoso como a “democracia racial brasileira”.

O TEN, como já foi referido, contou com a participação do sociólogo Guerreiro Ramos que esteve inicialmente na coordenação da seção Instituto Nacional do Negro, cuja finalidade era promover estudos sociológicos e pedagógicos. Ramos foi uma figura importante para a compreensão das tentativas de articulação intelectual para a causa negra, por ter imprimido uma estratégia de aproximação do conjunto do povo brasileiro para a causa negra. Defendendo a tese de que o povo brasileiro era em sua maioria mestiço, utilizava-a como argumento para tentar dar peso político às reivindicações sociais.³⁵⁷ Essa proposição de um Brasil mestiço distanciava-se, porém, do mito da democracia racial que sugeria a convivência harmoniosa entre brancos e negros, a custa de uma minimização dos problemas de preconceito e discriminação. O que Ramos propunha era uma fórmula para que os afro-brasileiros ascendessem socioeconomicamente, dentro da linha da *integração e cooperação* na sociedade, o que ocorreria mediante dois estratégias: 1) uma educação de base que alterasse a estrutura de dominação social; 2) a criação de uma elite negra cuja

³⁵⁶ Marcos Chor Maio. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”. Dados vol. 40 no. 1 Rio de Janeiro 1997 disponível em <file:///H:/marcos%20chor%20maio.htm>, acessado em 04/03/2012.

³⁵⁷ Antonio Guerreiro Ramos. *Introdução crítica à sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957.

missão seria “superar o descompasso entre a simbólica condição de cidadão livre (...) e sua adversa situação econômica e sociocultural.”³⁵⁸

Existiram diversos movimentos sociais de afro-brasileiros durante o século XX e muitos deles propuseram questões de ordem política, ora mantendo a ordem instituída, ora tentando alterá-la com contribuições para uma redefinição da identidade nacional. O orgulho de ser negro, aliado ao desenvolvimento de sua capacitação técnica e profissional, objetivados por órgãos como o TEN e a FNB, teriam contribuído para estimular a auto-estima dos afro-brasileiros, para incitar a população marginalizada a se aproximar do campo da política e para a formação de uma elite negra, uma *intelligentsia* comprometida com a luta anti-racista.

Notam-se similaridades entre a Liga Nacional Africana com a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, tomando por base que buscavam proporcionar as condições para que negros e mestiços se integrassem na sociedade burguesa da qual faziam parte, sem proporem revoluções, cooperando muitas vezes com o Estado em seus projetos que mantinham a hegemonia. Em âmbito internacional, vivia-se um período em que a ideologia do branqueamento ainda era acentuada e tentava-se justificar hierarquias sociais e políticas públicas de favorecimento aos indivíduos brancos, inspiradas nas teorias raciais amplamente difundidas na segunda metade do século XIX, e que entravam em decadência especialmente a partir dos anos 1930.³⁵⁹ No contexto do imperialismo das potências europeias, com toda uma ideologia burguesa, tentava-se no plano das ideias, através especialmente da literatura e dos intelectuais,³⁶⁰ justificar o colonialismo, praticado por algumas nações europeias, baseado no discurso do atraso civilizacional das populações africanas, discurso este que acabava atingindo os brasileiros, dada sua população afrodescendente submetida às mesmas forças ideológicas eurocêntricas.

³⁵⁸ Marcos Chor Maio. “A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos” em Chor Maio e Ventura Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996, p.183.

³⁵⁹ Giralda Seyferth. “Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização” em Chor Maio e Ventura Santos (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996.

³⁶⁰ Para discussão do modo como a intelectualidade, especialmente através da literatura européia, tornou normal, aceitável e mesmo esperado a experiência do imperialismo e seu derivado, o colonialismo, ver Edward Said. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Em Angola hierarquizava-se não somente brancos e negros, o que também ocorria no Brasil, mas também distinguia-se colonizadores de colonizados, estes últimos em franca desvantagem. Misturavam-se critérios raciais com uma legislação civil – o Estatuto do Indígena – que oprimia o angolano duplamente, tentando impossibilitá-lo de se livrar da dominação, pois quando não dominado pela sua condição racial era por sua situação civil, que no máximo lhe garantia um espaço de cidadão de segunda categoria, quando fosse um “assimilado”. No Brasil já havia uma legislação que garantia, em tese, os mesmos direitos para todos os cidadãos, e apesar da perseguição policial aos cultos afro-brasileiros, aos capoeiras, aos sambas e à existência de um forte preconceito racial, já não havia na década de 1930 nenhuma legislação civil que se comparasse ao Estatuto do Indígena português.³⁶¹ Entretanto, apesar da letra da lei, o racismo era tão arraigado na cultura brasileira que quando a democracia racial foi apresentada como uma teoria sociológica no início dos anos 1930 só conseguiu temporariamente escamotear a discriminação racial.

A ideia de uma nação democrática racialmente, com negros, brancos e mestiços convivendo em certa harmonia, foi trabalhada e difundida tanto pela academia, nas figuras de Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Thales de Azevedo, por exemplo, como pela literatura brasileira que tratou da mestiçagem com algumas particularidades, certamente, como José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Jorge Amado. Foi também nas organizações de afro-brasileiros que se manteve a problematização da permanência do racismo no Brasil e se elaboravam alternativas para combatê-lo.

Os movimentos associativos de negros no Brasil e em Angola aqui considerados tiveram como objetivo ampliar a sociedade burguesa para incluir parcelas marginalizadas, mas não propuseram modificar seus governos, nem o sistema político. Tentavam utilizar a legislação vigente para mudar as práticas discriminatórias que se reproduziam e se renovavam na sociedade, de forma que negros e mestiços fossem incluídos em igualdade de condições aos demais cidadãos, sem distinção de cor. Apesar da crítica de alguns pesquisadores, como Florestan Fernandes, que não viam nos casos concretos de combate ao

³⁶¹Ver a Constituição do Brasil de 1891, em vigor até 1934, Título IV Dos Cidadãos Brasileiros, tanto a seção I “Da qualidade dos cidadãos brasileiros” Art. 69 sobre quem tinha direito a cidadania brasileira (sem qualquer menção racial) e Art. 70 sobre os eleitores no Brasil (que limitava o voto aos alfabetizados); ver também a Seção II “Declaração dos Direitos” Art. 72 parágrafo 2 “Todos são iguais perante a lei”.

racismo nada mais do que vitórias pontuais e não uma alteração da ordem racista brasileira,³⁶² ainda é possível ousar e fazer um esforço para ver estas conquistas, por mais pontuais que tenham sido, dimensionadas em uma escala nacional – que parecia ser o objetivo tanto da FNB, do TEN quanto da LNA. O resultado no final das contas poderia gerar novas configurações para a identidade nacional brasileira e angolana/portuguesa.

5. CONCLUSÃO

Tomando como exemplo o Brasil, é oportuno lembrar o que dissera Stuart Hall a respeito das identidades múltiplas na pós-modernidade, para pensá-las no universo da modernidade da primeira metade do século XX. Também é oportuno rever a questão da ênfase na identidade de classe, sem prescindir dela, reavaliando a atitude de rejeição da elite de cor baiana pela Frente Negra Brasileira, como demonstrou Thales de Azevedo.³⁶³

Stuart Hall afirmara que:

“Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – pode alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas.”³⁶⁴

Sem submeter tudo à luta de classes, mas considerando-a com um elemento que compõe a identidade individual, é possível pensar que, ao galgarem o posto de elite econômica, os afro-brasileiros da Bahia da primeira metade do século XX não estavam ingenuamente afirmando o mito da democracia racial, nem vivendo em estado de apatia política, por ocuparem o “lugar que lhes era concedido pelo ‘mundo dos brancos’”. Ao invés disso, é possível sugerir que a opção pelo alinhamento à classe, e não à raça, naquele momento, ocorreu não somente por cooptação ou alienação, mas também como uma

³⁶² Florestan Fernandes, op. cit.

³⁶³ Thales de Azevedo. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador, EDUFBA-EGBA, 1996.

³⁶⁴ Stuart Hall. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, pp.20-21.

estratégia desta população afro-brasileira para estar nas classes mais altas, cuja consequência simbólica foi uma paulatina mudança de representação da elite brasileira, já não mais puramente branca e europeia.

Para um indivíduo de origem pobre, vindo das classes mais baixas, usufruir de uma situação de privilégio econômico, político e cultural – fazer parte da elite, portanto – requeria uma negociação de valores, que permitia que este indivíduo em ascensão social permanecesse na nova classe. Dentro desta lógica de negociação, em que se ganha e se impõe valores culturais, expor-se deliberadamente ao racismo não parece ser necessariamente uma ingenuidade e nem uma pura assimilação. Vejamos um exemplo dessa estratégia em um trecho da obra clássica de Thales de Azevedo, sobre os clubes recreativos e a entrada de mulheres negras nos mesmos:

“Uma moça bastante pigmentada, que tem ido a festas dançantes em vários dos mencionados clubes, declara que os seus amigos lhe dizem ‘os clubes aceitam-na porque é formada e porque não tem coragem de excluí-la’. Imagine o espanto que não teria causado no Rio de Janeiro, diz um informante, o fato de certa profissional preta, talvez por acinte, mas certamente por estar acostumada aos padrões da Bahia, ter ido a um baile num dos hotéis de classe alta naquela cidade”³⁶⁵

Depreende-se do informante de Azevedo que, na Bahia do século XX, não se tinha o hábito de recusar a entrada de uma mulher negra ou mestiça em um clube social, quando ela fosse de uma classe social intermediária, pois seria uma pessoa em movimento de ascensão social. Por isso a falta de “coragem” para expulsar uma mulher formada de um clube social, que a princípio não era voltado para ela. A mulher citada por Azevedo, por sua vez, sabia dos clubes que não eram dirigidos a ela, pois fora avisada por seus amigos, mas ainda assim frequentava as festas em que não era bem aceita, impondo-se, destarte a discriminação. No Rio de Janeiro outra mulher negra de origem baiana impôs por acinte, talvez, sua presença num hotel da classe alta carioca. Em ambos os casos, apesar do preconceito racial, as mulheres estavam impondo sua presença nos locais tradicionalmente de brancos, marcando território. Claro que sempre houve, por outro lado, aqueles indivíduos que preferiam não participar de espaços em que sua presença era constrangedora ou, quando mulatos claros, tentavam ao máximo camuflar sua origem

³⁶⁵ Thales de Azevedo, op. cit., p.141.

negra,³⁶⁶ o que revela que o comportamento das pessoas em uma sociedade racista variava, donde se depreende que a luta anti-racista também variava.

De forma geral, nota-se que a campanha para aplicar no cotidiano os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira passou pela ampliação da formação política, escolar e profissional dos menos favorecidos. De forma similar encontramos esse movimento em Angola, entre as lideranças nativas que clamavam pela legislação portuguesa nos artigos que os beneficiassem. Alguns movimentos associativos, como a FNB, o TEN e a LNA, foram vitais para essa articulação entre política, educação e desenvolvimento econômico e, independente da formação política partidária dos seus associados ou mesmo da direção central, foram organizações que reivindicaram espaços e direitos no campo jurídico e propuseram pequenas ações concretas para a formação intelectual, técnica e profissional dos seus associados. Surgiram em um cenário europeu e norte-americano de políticas de exclusão racial, encampadas pelos movimentos políticos da direita fascista especialmente na Itália e Alemanha e dos estados do sul dos EUA, o que contribuiu para que os nacionalismos tivessem marcas particulares. No caso do Brasil, a partir da década de 1930, propunha-se a construção de uma identidade nacional realmente diversa daquela que se elaborava nos países europeus, que se pautavam em uma população eminentemente branca e que se cria pura racialmente, ou nos EUA a partir da noção de uma sociedade multirracial bipolarizada, próxima da sociedade multirracial portuguesa afirmada a partir dos anos 1950.

As organizações avaliadas neste estudo trabalharam em prol da melhoria das condições de vida dos africanos e afro-brasileiros e, especialmente no caso do Brasil, contribuíram para alterar uma representação da elite, mantendo, todavia, a estrutura social baseada na divisão de classes.

Observamos estratégias similares nas duas margens do Atlântico Sul, primeiro para conseguir provar a existência de racismo nas sociedades dominadas pela ideologia eurocêntrica e depois para combater o racismo, que até meados do século XX centrava-se em uma tentativa de justificar científica e filosoficamente a dominação imposta pelos brancos e europeus aos negros e mestiços. Tanto o Brasil quanto Angola foram países

³⁶⁶ Idem, pp.61-66.

colônias de Portugal, mas a história de cada um foi diferente, o que gerou nuances nas reivindicações daqueles movimentos. Em Angola, por exemplo, a luta dos africanos esteve diretamente voltada para as implicações do conceito de civilização, utilizado como um discurso ideológico, dado o fato de que se vivia um colonialismo que impunha aos africanos o modo de vida europeu e uma lógica social ocidental. O discurso colonizador explorou mais a pretensa superioridade da civilização europeia (em oposição a um suposto atraso das sociedades africanas) do que a noção de raça, ainda que esta ideia fosse um forte componente daquela.

O Brasil enquanto uma nação soberana já se constituía numa civilização própria, a brasileira, composta por indivíduos de origem diversificada, que juntos compunham uma sociedade estratificada, discriminatória e excludente econômica e racialmente. O mesmo etnocentrismo europeu que chegou a Angola também aportou no Brasil, mas aqui o discurso da intelectualidade se voltou primeiro para tentar branquear a população, depois, a partir dos anos 1930, para revisar o grau de miscigenação do brasileiro e analisar os possíveis significados de um povo mestiço, e, por fim, passou a afirmar a mestiçagem como um fator positivo e que particularizava a nação.³⁶⁷

Em Angola, onde se vivia o colonialismo que estratificava e hierarquizava os indivíduos baseado no suposto estágio primitivo de desenvolvimento das sociedades africanas, os nativos angolanos problematizavam o julgamento de sua culturas como atrasadas e dos africanos como incapazes apenas por serem diferentes dos brancos, lembrando que a brancura foi tratada inicialmente como um sinônimo de civilizado. No Brasil também se aliou em alguns momentos a brancura com a civilização, utilizada para afirmar uma suposta e incomprovada inferioridade de todos aqueles não-brancos. Combater estas ideias preconceituosas foi proposta por alguns movimentos associativos e intelectuais envolvidos com as questões do nacionalismo no Brasil e em Angola.

Os grupos abordados até aqui voltaram seu olhar, entre 1930 e 1961, para a Educação, tratada como o veículo de aprimoramento individual que permitiria a todos o ingresso nas sociedades nacionais modernas, criando ainda subsídios para o combate à

³⁶⁷ Lilia Schwarcz. “Raça como negociação” em Maria Nazareth S. Fonseca (org) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Atlântica, 2001. Ver também a apresentação desta questão por Antônio Sergio Alfredo Guimarães, op. cit.

discriminação social e racial. A instrução formal, por fim, ainda contribuiria para a Nação – fosse angolana ou brasileira – ingressar na chamada Civilização Ocidental, ou seja, no rol das sociedades ocidentais definidas como civilizadas.

CAPITULO 3

EDUCAÇÃO: Sistema de ensino e propostas educacionais em Angola e no Brasil

“O ensino não é mais do que um aspecto do nosso esforço de expansão, de irradiação de nossa cultura e do nosso sentido, sempre presente, de assimilação. Aspecto por ventura menos conhecido e menos estudado da nossa obra nas áreas tropicais.” (Ávila de Azevedo, 1963, p.109).

1. POLÍTICA DE ESTADO E INSTRUÇÃO ESCOLAR EM ANGOLA

Pelo artigo 3º do Estatuto de fundação, em 1930, a Liga Nacional Africana (LNA) objetivava defender as causas dos seus associados, intenção ampliada três anos depois para englobar “todos os angolanos honestos”, como definido no edital de apresentação da revista *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva*.³⁶⁸ Foi a partir desta finalidade de defender todos angolanos que a Liga agiu no ano de 1936 junto ao Concelho de Dande, intervindo em certa ocorrência local, esclarecendo algumas questões para o administrador do Concelho de forma que este pudesse resolver o problema que surgira a contento de todos os envolvidos. Ainda que não tenha ficado claro qual tenha sido o problema ocorrido entre os nativos e a administração portuguesa, a carta resposta que o oficial administrativo encaminhou ao presidente da Liga nos fornece indicações:³⁶⁹

Caxito, 25 de Julho de 1936

Excelentíssimo Senhor:
Presidente da direção da Liga
Nacional Africana

Luanda

Nada tem V. Ex.^a a agradecer-me, pois me limitei a seguir o que era expressão clara da própria lei.

Retribuo os protestos de estima e consideração e fico sempre contando com os bons ofícios dessa prestimosa Liga, no sentido de esclarecerem os seus associados que aqui residem, quanto ao cumprimento de seus deveres morais e materiais, para que eu possa ser sempre defensor dos seus direitos e mais do que isso, possa esta Administração exercer uma ação útil para os nativos do Dande.

Muito penhorado ficarei, se V. Ex.^a achar oportuno e útil aconselhar os nativos associados ou não dessa Liga, a melhorarem as suas habitações, arrumando-as e cuidando delas de molde a que sejam prova de que os seus proprietários estimam e seguem métodos civilizados.

Ainda observo a V. Ex.^a que tenho notado que alguns nativos decuram o pagamento de contribuições na Fazenda ou Junta Local, com prejuízo para estas e para os interessados, que assim correm risco de se confundirem com os semi-civilizados, sujeitos a impostos e à classificação de indígenas.

Ao Bem da Nação
Serv. de Administrador
Manoel A.C. da Silveira Ramos

³⁶⁸ *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva*, Ano I, janeiro de 1933, nº 1, p. 1 (seguirei utilizando a abreviação *Angola...* para fazer referência ao título da revista).

³⁶⁹ Ver *Angola...*, Ano IV, Julho/Agosto de 1936, nº. 6, p. 12.

Essa carta nos insere na questão dos direitos que os angolanos nativos designados por “civilizados” podiam usufruir na sociedade portuguesa colonial, assim como no problema da concessão desses direitos e dos privilégios sociais. O direito civil português até 1961 continha uma fragilidade institucional que beneficiava os brancos e europeus em prejuízo dos negros e africanos. Mesmo quando os nativos eram reconhecidos oficialmente como “civilizados”, ou seja, assimilados juridicamente aos europeus, teriam a qualquer momento que provar esse estado de assimilação através de comportamentos visíveis nas vestimentas, na educação, na adoção da monogamia, da religião cristã, da língua portuguesa, nas residências, no mobiliário etc., ou seja, por meio de “métodos” designados como civilizados. Também não deveriam faltar com o pagamento das taxas e impostos específicos. Caso descumprissem com alguma destas condições necessárias para o gozo da categoria de assimilado, que lhes garantia a cidadania portuguesa, poderiam ser tratados como “indígenas”, sobre os quais recaía, desde 1926, os dispositivos do Estatuto do Indígena.

Percebemos nesta carta um dos aspectos do poder colonial e sua manifestação no cotidiano de uma sociedade que vivia sob o sistema do indigenato. A estratificação imposta pelos portugueses às suas colônias, que categorizava os indivíduos enquanto europeus, africanos “assimilados” e africanos “indígenas”, garantindo direitos políticos somente aos dois primeiros grupos, era confirmada pelo Estado em situações cotidianas e corriqueiras que serviam para naturalizar a distinção social, reafirmando-a. A ameaça de perda da condição de assimilado pelos nativos africanos, com o risco de serem confundidos com os “indígenas”, era constante e configurava o estado de tensão da sociedade colonial.

Esse quadro é característico das ditaduras, dos autoritarismos e dos fascismos, quadro que se encontra em potência máxima no totalitarismo, onde impera o terror através da força policial ostensiva e de um constante e imperioso discurso ideológico. Tanto o discurso quanto a prática policial são aplicados, em uma sociedade de governo totalitário, sobre os cidadãos comuns, sobre supostos inimigos ideológicos e também sobre aos

membros do próprio partido do governo.³⁷⁰ Em se tratando de Portugal, vivia-se um governo autoritário de cariz religioso, que, assim como os demais governos de linhagem fascista da época, suprimiu as liberdades civis de sua população, como uma tentativa de controle social. O governo português apresentava, para tanto, justificativas de ordem moral – os valores católicos traduzidos no lema Deus, Pátria e Família – e de ordem econômica, pois o objetivo principal seria o de desenvolver as forças produtivas da nação, que se encontravam estagnadas.³⁷¹

Ao fim da primeira grande guerra diversos países da Europa desenvolveram governos autoritários e de vertente fascista. Portugal instituiu uma ditadura militar a partir de 1926, substituída, em 1933, pelo Estado Novo ultraconservador, o “catolicismo integrista”, centralizado na figura autoritária de Antonio de Oliveira Salazar.³⁷² Este iniciou sua vida política como ministro das finanças, chegando a ocupar interinamente o cargo de ministro das colônias, em 1931, e se tornando, a partir de 1932, presidente do Conselho de Ministros, cargo que ocupou até 1968, quando foi substituído por Marcelo Caetano.³⁷³ Como os demais governantes personalistas e autoritários da época, imprimiu uma política de forte controle social, realizado através da polícia política (PVDE, depois de 1945 PIDE)³⁷⁴ e de uma intensa propaganda ideológica. Ao criar o “partido” único, União Nacional, tentou desmobilizar a oposição internamente, enquanto internacionalmente driblava as orientações para a descolonização, mantendo seus domínios ultramarinos até 1975. Para tanto, baseou-se na negação de estar administrando territórios sem governo próprio, como designado pela resolução de nº 73 da Carta das Nações Unidas, que orientava essa administração. Portugal pautava-se na assertiva de que a nação era historicamente composta por territórios e povos diversos geográfica e culturalmente. Reconhecida como uma nação soberana e afirmada como multicultural na altura de seu

³⁷⁰ Para uma análise do terror como forma de dominação nas sociedades totalitárias ver Hannah Arendt. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp.512-531 e o cap. 2.

³⁷¹ Fernando Rosas. *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938: elementos para o estudo da natureza econômica e social do salazarismo (1928-1938)*. Lisboa, Estampa, 1996.

³⁷² Sobre o governo autoritário português em perspectiva comparativa com outros governos de inspiração fascistas, ver Valentim Alexandre. *O roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos*. Lisboa, dom Quixote, 2010.

³⁷³ Sobre Salazar ver de Filipe Ribeiro de Meneses. *Definitiva biografia de Salazar*, Ed. Leya, 2011.

³⁷⁴ PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/ PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

ingresso na ONU, em dezembro de 1955, sustentava o argumento de que não poderia ser dividida, ou seja, não poderia estimular e conceder autonomia política aos territórios, como regulamentava o item primeiro da resolução supracitada.³⁷⁵

A definição das identidades nacionais remodelou a geopolítica mundial no século XX e fez parte de uma conjuntura ampla na qual o pensamento nacionalista imprimiu práticas sociais muitas vezes conservadoras, pautadas em uma ideologia racial herdada do século XIX.³⁷⁶ Portugal havia criado na sequência da abolição da escravidão, em 1869, a categoria de “indígena” que se opunha à categoria de cidadão, esta baseada em uma conjecturada superioridade das “raças brancas”. À primeira categoria foram negados os direitos políticos dos cidadãos e estabelecidos alguns direitos baseados nos seus usos e costumes. A falta de liberdade de ir e vir, a obrigação do pagamento do imposto cubata, o cumprimento do trabalho obrigatório como forma de angariar dinheiro para o pagamento das taxas e imposto, foram alguns dos deveres dos "indígenas" que não tinham direito a ter uma propriedade privada, nem ocupavam cargos no funcionalismo público, nem frequentavam, habitualmente, a mesma escola que os “civilizados”, ou seja, os cidadãos. Essa estratificação social, que foi uma forma clara de controle dos indivíduos e que ainda tentava garantir mão de obra para os empreendimentos econômicos coloniais, se manteve com o centralismo político dos governos republicanos de maneira que o quadro de tensão social que hierarquizava a sociedade no nível do indivíduo não se alterou significativamente até 1961, quando a categoria "indígena" deixou de existir.

Contudo, até o início da década de 1960, entre o "indígena" e o português metropolitano havia o “assimilado”, definido vagamente em 1917 para Angola através da publicação do Atestado de Assimilação, um dispositivo que permitia que uma parcela da população nativa tivesse o mesmo estatuto que os portugueses metropolitanos. A concessão de direitos a este grupo não impedia o preconceito racial, que acabava por colocar todos os africanos, fossem juridicamente “assimilados” ou "indígenas", em um único lugar social,

³⁷⁵ Para uma avaliação da entrada de Portugal nas Nações Unidas em 1955 e da diplomacia portuguesa para sua permanência nesta organização mesmo com as características de Estado colonizador que possuía, ver Ministério de Assuntos Estrangeiros, *Le Portugal répond aux nations Unies*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970.

³⁷⁶ Hannah Arendt, op. cit., p.189.

julgando e discriminando a todos pela cor da pele ou ancestralidade. Por isso, o pleito da elite nativa – composta maciçamente pelos “assimilados” – pelo fim do indigenato foi uma constante e pode ser encontrado em matérias da revista *Angola* desde a década de 1930. Apesar da postura colaboracionista ao governo de Portugal, que marcou a trajetória da LNA,³⁷⁷ em fins dos anos 1950 encontramos uma aspiração pela extinção do Atestado de Assimilação, exposta por Armando João Fernandes, representante nativo na Assembleia Nacional, ainda que esta aspiração tenha sido apresentada de forma tímida, reticente e imersa em um discurso laudatório do projeto de civilização do império português:

“É velha a aspiração do povo de Angola de ver revogada a existência da apresentação do *Atestado de Assimilação*, ou, pelo menos, a sua exigência ser restrita aqueles indivíduos cuja preparação moral e posição social possa oferecer quaisquer dúvidas, quando necessitam de se munir do seu Bilhete de Identidade, documento absolutamente indispensável a todos os cidadãos portugueses.

Acreditamos que se veja a necessidade de uma seleção de elementos a enquadrar na população civilizada com os direitos da cidadania, mas, também achamos exagerada aquela exigência em casos claros.

Mas porque é sobejamente conhecida a esclarecida inteligência dos que superiormente nos governam, mais uma vez nos fazemos eco desta grande aspiração dos naturais de Angola: a revisão ou regulamentação da exigência do Atestado de Assimilação, se a sua completa extinção não for para já aconselhável. *PRECISAMOS DE CONTINUAR PORTUGAL*”³⁷⁸

Da mesma maneira que vimos, através da carta endereçada à LNA pelo administrador do Concelho de Dande em 1936, como a administração portuguesa utilizava a ameaça da perda da cidadania como uma forma de dominação, agora, em 1954, notamos que a tática portuguesa permanecia igual. Mesmo em casos claros de assimilação, o nativo era obrigado a provar sua cidadania. A compressão social e o uso da ameaça de rebaixamento social possuíam uma base racista, sendo percebida em situações como essas, nas quais somente aos angolanos eram exigidos o porte e a apresentação do Bilhete de Identidade, ainda que este fosse um documento “absolutamente indispensável a todos os cidadãos”.

Relevante se faz notar que, apesar das contestações por igualdade no tratamento entre africanos e europeus, a elite nativa também propagou a diferenciação social,

³⁷⁷ Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa, Tinta da China, 2009, p.218-219.

³⁷⁸ Armando João Fernandes, “Medida que se impõe” em *Angola...*, Ano XIX, Novembro de 1953, nº. 148, p.27 (destaque em itálico e em caixa alto no original).

reiterando diversas vezes o discurso colonizador de que havia povos atrasados em seu desenvolvimento, povos que por conta desse reiterado atraso deveriam ser respeitados em seus usos e costumes, e formados intelectual e tecnicamente através da educação e instrução escolar. Entretanto, essa mesma elite nativa não justificava o suposto atraso cultural dos africanos pelo viés racial e, por isso, encontramos o que pode parecer um paradoxo: algumas solicitações e manifestações contrárias ao sistema do indigenato elaboradas pelo mesmo grupo que afirmava sua distinção social no cenário local.

Mesmo tentando convencer os administradores portugueses de que o indigenato era um sistema injusto, utilizando para tanto uma postura laudatória da colonização e com sutilezas na crítica ao racismo, foi somente no ano marcado pelo surgimento de conflitos políticos no norte de Angola (1961), que desencadearam a guerra de libertação dos países africanos subjugados pelo colonialismo português, que a legislação civil foi revista. Não é descabido afirmar, portanto, que a deflagração do conflito militar emancipacionista, representado pelo assalto ao presídio de Luanda para a libertação de presos em fevereiro, tenha sido um forte elemento para a revisão do direito civil, concluída com o Decreto-Lei nº 43.893 de setembro do mesmo ano, que abolia o Estatuto do Indígena.³⁷⁹

O Estatuto do Indígena simbolizava a desigualdade na sociedade colonial por ter juridicamente distinguido os portugueses entre cidadãos, que possuíam direitos políticos, e “indígenas”. Estes últimos tinham uma legislação específica que dizia respeitar a essência de seu modo de vida, o que era fundamental para justificar a colonização tanto em seu aspecto moral – com a propalada missão civilizadora portuguesa – quanto no aspecto econômico – pois foi a partir das terras e sobre a força de trabalho dos “indígenas” que ocorreu a exploração dos territórios africanos para beneficiar Portugal e os demais países europeus.

Na década de 1950, Portugal passou a difundir o modelo de colonização baseado no discurso da integração. Editou a Lei Orgânica do Ultramar, em 1953,³⁸⁰ e o Estatuto do Indígena em novos dispositivos, em 1954, continuando a impedir em Angola, Guiné e Moçambique a maior parte da população usufruir dos direitos garantidos aos cidadãos

³⁷⁹ Ver Decreto-Lei nº 43.893 D.G nº 207 I série de 06/09/1961 (ver em www.dre.pt acessado em 16/12/2011).

³⁸⁰ Ver Decreto-lei 2.066, DG nº 135, Série I, de 27 de junho de 1953.

portugueses. Isso pode ser visto, por exemplo, no duplo sistema de ensino que perdurou de 1923 a 1964.³⁸¹ Destarte a doutrina da assimilação, não havia um sistema único de instrução, mesmo que se utilizassem nas escolas tanto metropolitanas quanto ultramarinas – dirigidas aos civilizados, europeus ou africanos – os mesmos programas de ensino e livros didáticos, pois para a esmagadora maioria dos portugueses – os não-cidadãos – a educação ofertada era outra.

A doutrina colonial a partir da década de 1950 assentava-se no pressuposto que Portugal, em reconhecimento e respeito à diversidade de desenvolvimento cultural dos povos que compunham a nação, mantinha um duplo sistema jurídico com o fito de *integrar* a todos, quando todos estivessem em condições de serem assimilados pela civilização. Encampando e divulgando nesse momento o lusotropicalismo do brasileiro Gilberto Freyre, o Estado certificava promover as condições para essa integração. E, para além das ideias de um modo português de estar no mundo, a presença da ideologia do “fardo do homem branco” era uma realidade do discurso do Estado, da Igreja e de boa parte dos colonos brancos que viveram no ultramar.³⁸² Esteve presente enfaticamente até mesmo no ato da revogação do Código do Trabalho Indígena, substituído pelo Código do Trabalho Rural. No texto introdutório dessa nova legislação trabalhista se lê a pretensão de Portugal em ser magnânimo no seu compromisso histórico com o processo civilizador, aguardando um retorno em forma de gratidão.

“Pelo que toca a honrosa experiência portuguesa, recordar-se-á que a tarefa da ocupação e desenvolvimento dos territórios ultramarinos implicou no reconhecimento de que as populações africanas, pela sua debilidade econômica e correspondente pouco desenvolvida divisão do trabalho, não estavam em condições de, eficazmente, defenderem os seus direitos e interesses dentro de um sistema caracterizado pelo salário. Por isso o Estado, cumprindo o assumido dever de proteção, criou em seu benefício o regime que foi chamado de indigenato, de características que o especializaram em face de outras formas de intervenção estadual também usadas em favor das classes economicamente débeis. Os regimes jurídicos estabelecidos caracterizaram-se por uma regulamentação protectora, particularmente apertada e paternalista.
(...)

³⁸¹ Maria da Conceição Neto. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX” em *Lusotopie*, 1997, pp.345.

³⁸²³⁸² Cláudia Castelo. *O modo Português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto, Afrontamento, 1998; Omar Ribeiro Thomaz. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro, São Paulo, UFRJ, FAPESP, 2002.

A tarefa que se chama hoje promoção social, ou bem-estar rural, ou desenvolvimento comunitário, depende de uma atitude colaborante das populações, e esta só pode ser obtida se for possível descobrir uma gama de interesses que reconheçam como tal. Basear o êxito desta tarefa no postulado da gratidão é moralmente apropriado, mas não se tem mostrado socialmente operante. Primeiro é necessário que o interesse seja reconhecido, porque a colaboração decorrerá naturalmente desse reconhecimento e a gratidão vem apenas no fim de todas as coisas.³⁸³

Vê-se que no momento da anulação do último texto legal da hierarquização social, o Código do Trabalho "Indígena", em 1962, o indigenato foi ainda uma vez tratado como a tradução do amparo dado às populações africanas e sua sustentação por tanto tempo justificado pelo respeito aos povos em seu estágio de desenvolvimento. Portugal se definia na década de 1960 como uma “harmoniosa sociedade multirracial” que seria o resultado de séculos de prática de respeito aos usos e costumes dos povos diversos. Mas sabemos também que foi o resultado do jogo de forças entre aqueles teóricos da colonização que defendiam um modelo de “assimilação” e os que defendiam uma colonização de *indirect rule* de inspiração britânica, em forma de “associação” com os povos subjugados.³⁸⁴

A partir da década de 1950 foi preponderante a doutrina da assimilação, veiculada por Gilberto Freyre como “integração”.³⁸⁵ No campo da cultura fica evidente a supremacia da visão integracionista, que oferecia o Brasil como o grande paradigma da assimilação, como havia sido sugerido pelo pernambucano. Eis o que nos legou Rafael Ávila de Azevedo, antigo chefe da repartição da Instrução Pública de Angola:

“Uma das mais antigas e mais curiosas influências do folclore banto propagou-se na música popular portuguesa. Queremo-nos referir ao fado, a denominada ‘canção nacional’ (...) não podem restar hoje quaisquer dúvidas sobre a origem africana desta melodia, que representa assim uma contribuição inesperada da cultura negra, muito anterior aos ritmos que se vulgarizaram no actual século. Sabe-se que o mais remoto antepassado do fado foi o ‘lundum’, tocado e dançado em Lisboa, nos fins do século XVIII, difundido nos salões da capital pelas ‘modinhas’ de um poeta brasileiro mulato, Caldas Barbosa (1738-1800)”³⁸⁶

³⁸³ Ver Decreto n.º. 44 309 DG n.º.95, 27 de Abril de 1962, I série, p. 580.

³⁸⁴ Maria Conceição Neto, op. cit., p. 342.

³⁸⁵ Idem, Ibidem, pp. 342-343.

³⁸⁶ Ávila de Azevedo, op.cit., p.26.

Entendendo por contribuição cultural as sugestões de língua, a literatura oral, as artes plásticas, músicas, danças e outras manifestações do chamado folclore das “etnias negras”, Ávila de Azevedo observa uma miscigenação cultural entre Portugal, África e Brasil, com sujeitos brancos, negros e mulatos, apresentando um trabalho coadunado com a política de afirmação do “modo português de estar no mundo”. Quanto à assimilação, o maior exemplo no século XX seria nada menos que o escritor Óscar Ribas, cuja literatura foi definida como de “ressonância indígena”, por ter sido escrita por um natural de Angola. Ribas escreveu, segundo Ávila:

“romances que reconstituem o grupo social de que ele participou ou representam a feição mais notável do contacto de culturas na época em que nos referimos.”³⁸⁷

Mesmo sendo um angolano “civilizado”, filho de pai português, Óscar Ribas em alguns momentos fora tratado como representante da cultura “indígena”. Isso nos aproxima novamente do clima de compressão social que as hierarquias raciais impunham a todos os negros e mestiços, destarte sua condição social.

Como temos discorrido, apesar da assimilação ter sido tratada como o princípio fundamental e norteador do trabalho missionário português e de ter o Estado se vangloriado dessa suposta “missão civilizadora” desde o século XV, foi especialmente a partir da década de 1950 que os ideólogos da *integração* produziram discursos da colonização, como os textos que primavam pela política assimiladora de Adriano Moreira³⁸⁸, bem como por Ávila de Azevedo, que insistia:

“(…) Ante o esforço secular da assimilação lusitana no sentido de impregnar todos os elementos de sua cultura nas regiões africanas onde se operou o contato entre os Portugueses e os povos negros, são mais escassas as influências recíprocas destes sobre aqueles. Certamente uma pesquisa cuidadosa e um balanço bem documentado levariam a conclusões muito interessantes e porventura inesperadas. (...) A interpenetração das duas culturas observa-se não somente no Continente e nas ilhas africanas, mas sobretudo no Brasil, durante o período colonial, em que brancos de origem portuguesa e pretos de todas as partes da África criaram tipos de sociedade bem característicos que tem sido longamente estudados pelos sociólogos brasileiros.”³⁸⁹

³⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p.29.

³⁸⁸ Adriano Moreira. *Ensaio*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963; Marcelo Caetano. *Ensaio poucos políticos*. Lisboa, Verbo, 1971.

³⁸⁹ Ávila de Azevedo, *op. cit.*, p.25.

O discurso da assimilação, como se percebe, esteve aliado à política colonial do mesmo período. Assim, pelo 58º artigo do Estatuto do Indígena, de 1954, ficava estabelecido ser mediante um processo administrativo que se daria a aquisição da cidadania, processo este que continha procedimentos e prazos que o requerente e os funcionários públicos deveriam cumprir. Até esta data não havia uma uniformidade no processo de sua aquisição, o que acabava ficando a critério dos funcionários e administradores dos concelhos e das províncias, que exigiam e reconheciam a documentação necessária sem uma legislação transparente e que regularizasse o procedimento corretamente. Os textos legislativos revelam uma tentativa do Estado não somente em organizar, mas também em melhor controlar o acesso à cidadania. A assimilação não era estendida a todos, pelo contrário, tornava-se mais restritiva, servindo para garantir os espaços e as oportunidades no ultramar para os portugueses metropolitanos, que imigravam em grandes levadas nessa mesma época.

Alguns dados confirmam essa enorme imigração metropolitana na década de 1950 para Angola. Dos portugueses da metrópole recenseados em Angola, encontramos em 1940 23.370 indivíduos, em 1950 aumentou para 41.357 e pulou em 1960 para 118.348 habitantes.³⁹⁰ Deprendemos que alguma coisa aconteceu na década de 1950 para que o número da população branca aumentasse na proporção que se deu. Somente os incentivos à imigração explicam o número de metropolitanos que quase triplicou em uma década.

Durante o período colonial, sempre houve um maior número de brancos imigrantes do que de brancos nascidos em Angola. Mas entre 1940 e 1960 a proporção entre o número da população branca não natural de Angola (os imigrantes) e o da população branca natural da província (nascidos em Angola) mais que dobrou, como nos revelam estes outros dados:

Tabela 1) POPULAÇÃO BRANCA DE ANGOLA POR GRUPOS ENTRE 1940 E 1960³⁹¹

³⁹⁰ Parte dos dados publicados por Cláudia Castelo. *Passagem para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole. (1920-1974)*. Porto, Edições Afrontamento, 2007, p.221. A autora cita como fonte o 3º. *Recenseamento Geral da População: 1960, Luanda, Imprensa Nacional, s.d., vol. I, p.8.*

³⁹¹ Fernando Tavares Pimenta. *Angola, os brancos e a independência*. Porto, Edições Afrontamento 2008, p.451. O autor informa ter retirado esses dados do *Recenseamento da População de Angola de 1940, 1950 e 1960*, e sugere ver com atenção a nota nº. 1 do Quadro 1 com comentários sobre as informações e fontes consultadas (pp.449 e 450 de seu livro).

Naturalidade	1940	%	1950	%	1960	%
Naturais de Angola	20.129	45,7	33.561	43,3	50.921	29,5
Não naturais de Angola	23.954	54,3	43.883	56,7	121.608	70,5
Total	44.083	100	77.444	100	172.529	100

Percebemos que a população branca em termos absolutos quadruplicou entre 1940 e 1960, e somente na década de 1950 a população branca que imigrou para Angola foi uma vez e meia maior do que o número dos brancos naturais da província. Ou seja, o maior contingente da população branca era natural de fora da província, o que confirma o incremento da imigração de colonos brancos da metrópole e nos indicam a razão porque passou a diminuir os espaços ocupados pelos naturais africanos na sociedade colonial.

O que se pode concluir confrontando a tabela acima com a reedição do Estatuto do Indígena em novos dispositivos, em 1954, é que exatamente nos anos em que o Estado mais investiu na ocupação territorial de Angola, enviando um colonato branco, tornava-se mais burocrático o acesso à cidadania para os nativos. As portas que se abriam para os portugueses metropolitanos no ultramar se fechavam para a população autóctone, o que colabora para explicar tanto os movimentos reivindicativos dos nativos, que se organizavam em associações como a LNA ou como o ANANGOLA (Associação dos Naturais de Angola), quanto os movimentos nacionalistas de cunho revolucionário, que “nasciam” durante essa mesma época, clamando por autonomia política:

“Foi nessas associações, nas organizações clandestinas que delas emergiram e na emigração intelectual dos seus filhos em Portugal, nos anos 1950, que nasceu o movimento afirmativo e reivindicativo contestando, primeiro pelo Verbo e depois pelas armas, o poder colonial. É dessa fonte que nasce o Movimento Popular pela Libertação de Angola.”³⁹²

Enquanto o grito por liberdade política não ocorreu, enquanto os portugueses se mantiveram no território africano, o controle da promoção à cidadania aos naturais angolanos se manteve, mas não foi explícito, foi dissimulado e camuflado em diversos artigos que davam a impressão de um amplo acesso ao bilhete de identidade. Uma olhada mais atenta nos critérios estabelecidos pelo estatuto de 1954 nos permite enxergar esse

³⁹² Edmundo Rocha. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964)*. Lisboa, Dinalivro, 2009, 2ª. edição, p.51.

controle, apresentado em forma de dificuldades no processo. Para um "indígena" requerer a assimilação, exigiam-se várias circunstâncias enumeradas pelo artigo 56º; ou ser filho ou esposa de um assimilado (artigo 57º); ou apresentar algumas das condições do artigo 60º, dentre elas a conclusão do 1º. ano do ciclo dos liceus ou habilitações literárias equivalentes; ou receber a cidadania “agraciada” pelos governadores de província por reconhecido notório por serviços distintos ou relevantes à pátria Portuguesa (artigo 61º.)

A obtenção da cidadania por um "indígena" mediante um processo administrativo (art. 56º.) ou concedida por reconhecimento (art.60º.), não lhe garantia os mesmos direitos de um português branco, pois o direito civil português distinguia não somente os “indígenas” dos “não-indígenas” (cidadãos), mas hierarquizava também os que possuíam a cidadania. Havia duas categorias: os cidadãos “originais” e os “derivados”. Os cidadãos originais eram aqueles que nasciam cidadãos, ou seja, filhos de pai e mãe portugueses ou filhos reconhecidos de ao menos um dos progenitores português. Essa cidadania era irrevogável, como também aquela concedida pelos governadores das província como uma cidadania agraciada por reconhecimento de um serviço prestado à Nação Portuguesa, definida pelo artigo 61º.

Grosso modo, a cidadania concedida ou reconhecida era aquela adquirida pelos “indígenas” que os tornavam “assimilados”. Uma das suas principais características era ser uma cidadania revogável o que a diferia essencialmente daquela por nascimento ou originária:

“art. 64º - a cidadania concedida ou reconhecida nos termos dos artigos 58º e 60º poderá ser revogada por decisão do juiz de direito da comarca, mediante justificação promovida pela competente autoridade administrativa, com intervenção do Ministério Público”.³⁹³

Ou seja, a cidadania adquirida por um "indígena" mediante um processo administrativo era frágil, justamente por ser revogável. E por isso a condição do “assimilado” como um cidadão sempre ameaçado de rebaixamento social colaborava para aquele quadro de tensão e de constante ameaça aos africanos a que nos referimos quando da análise da carta do presidente do Concelho de Dande endereçada à Liga Nacional Africana,

³⁹³ *Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique*. 2ª. edição, 1957, p.125.

em 1936. Também colabora para explicar a solicitação para extinção do Atestado de Assimilação de 1954 e nos faz compreender a insistência por um melhor e mais amplo sistema de ensino em Angola, especialmente a partir de 1930, após a legalização da colonização.

Contudo, uma vez existindo o sistema de distinção social, para tentar adquirir a cidadania e conscientizar a população nativa do processo de subalternização e insegurança jurídica do sistema colonial, parte da elite angolana primou pela instrução dos africanos. A instrução exigida para a aquisição da cidadania era já um fator de reafirmação da estratificação social, e obter uma formação escolar era complicado para um angolano, não lhe garantindo nem a cidadania e nem o mesmo *status* social dos portugueses brancos. Porém, quanto mais instrução, ainda que difícil de impetrar, aumentava a possibilidade de ascensão social notando que, a partir de 1954, para o processo de solicitação do Bilhete de Identidade, segundo o artigo 60º do Estatuto, o candidato poderia apresentar o certificado de conclusão do primeiro ano do ciclo dos liceus ou instrução literária equivalente, como prova de sua “civilização”.

Para além da cidadania e do Bilhete de Identidade, tendo ciência da importância da educação e da instrução como forma de combater a discriminação racial, ao passo que capacitava tecnicamente os nativos para ocupar cargos e posições na sociedade colonial, as escolas foram solicitadas como um investimento do Estado no desenvolvimento das populações atrasadas, que também faziam parte da nação portuguesa. Reforçava-se a premissa de que:

“Para à nações se imporem às outras, é preciso, pois, que as suas populações, a par de seu número, se tenham valorizado pela cultura, nível econômico e estado sanitário... O número de escolas [na África Negra] que em cada território existem mal chegam para atender a décima parte das necessidades nacionais.”³⁹⁴

O campo da educação foi, portanto, uma brecha utilizada por parte dos nativos para a formação de quadros profissionais que os capacitariam para ocupar posições centrais e de liderança na sociedade. Os dirigentes da LNA, por exemplo, em uma atitude de cooperação com o projeto colonial português, afirmavam em 1941:

³⁹⁴ Manuel Candido de Souza. “A educação e a Instrução em África” em *Angola...* Ano XXV, Julho/Dezembro de 1957, n.º. 155, p.29.

“Nós, obreiros de hoje e segundo o papel que nos está distribuído por virtude da divisão do trabalho coletivo, a nossa missão é cuidar da educação e do bem estar das classes humildes, para que seja um facto, o engrandecimento de Angola e a unidade espiritual do Império Colonial Português – o que significa servir à pátria com lealdade.”³⁹⁵

O desenvolvimento da pátria portuguesa, de acordo com esse artigo do editorial da revista *Angola*, que se dizia, vale recordar, representante de todo o angolano honesto, ocorreria mediante a educação do seu povo mais humilde. Mas apesar dessas palavras que invocavam as classes populares, até o fim da década de 1950 a LNA não estimulava oficialmente nenhum grande medida que alterasse a estrutura social da colônia, dividida entre “civilizados” e “indígenas”, muito menos algum sentimento nacionalista africano. Mas, de qualquer sorte, ao menos parte dos nativos angolanos entenderam que Portugal criava estratégias para a manutenção dos africanos em uma posição de subalternidade, e a primeira forma de tentar burlar essa prática foi justamente na profissionalização técnica dos nativos. Somente em um segundo momento, já nos anos 1960, foi que a educação passou a servir também para questionar e afrontar a política colonial. Neste momento já encontramos artigos na revista *Angola* que claramente mostravam que os resultados obtidos com uma ampla e irrestrita instrução poderiam alterar a política colonial:

“Todos nós, angolanos, alimentamos uma aspiração legítima, que nenhum português metropolitano nos pode estranhar ou censurar. Desejamos directa e largamente interferir na Administração Pública da nossa Terra, em lugar de continuarmos a assistir ao seu desenvolvimento como simples comparsas. Não havendo nas leis portuguesas nada que nos impeça essa intervenção, esbarramos, no entanto, com um obstáculo de momento insuperável: a nossa falta de preparação intelectual, técnica e científica para ocuparmos elevados cargos na Administração e nas actividades particulares.

É para provermos essa preparação que colocamos acima de todos os problemas angolanos a questão do ensino dos indígenas.

Poder-se-á argumentar que, para preparar valores intelectuais, bastaria pugnar pelo aumento das bolsas de estudo para cursos superiores. Semelhante solução não nos seduz, porque seria como que construir um edifício sem alicerces. O sistema da França, preparando grande número de elites africanas em prejuízo do ensino das massas, não está a dar bons resultados. Não nos serve. Preferimos o regime belga: primeiro difundir o ensino entre as massas da população. Instruídas e educadas as massas indígenas, a formação das elites angolanas, será uma consequência naturalíssima.”³⁹⁶

³⁹⁵ Editorial. *Angola...*, Ano VIII, Maio/Julho 1941, n.º 55/57, p.1.

³⁹⁶ Lourenço Mendes da Conceição. “O Ensino das Massas Populares como base da formação das Elites” em *Angola...* Ano XXVIII, Janeiro/Junho 1960, n.º. 16, p. 23.

A discussão se os investimentos deveriam ser para a instrução de uma elite intelectual ou para as massas se prolongou além da década 1960, quando uma reforma no ensino foi realizada e o Estatuto do Indígena foi abolido. Até esse momento, os nativos civilizados pleitearam pela ampliação do sistema instrutivo, divergindo quanto ao sistema de ensino ofertado aos "indígenas", mas uníssonos quanto à relevância da instrução ampla e obrigatória a todos para o desenvolvimento nacional.

A reivindicação por um sistema instrutivo mais eficiente foi feita por Amílcar Carreira, diretor do periódico *Angola* entre março de 1933 e dezembro de 1936, apelando para um discurso nacionalista:

“O problema da instrução de um povo é um dos mais importantes problemas, para o futuro de uma nação e maior ainda para Portugal, que precisa de manter o prestígio de primeiro povo colonizador.”³⁹⁷

A referência ao direito de Portugal colonizar outros povos para levar cultura e civilização foi uma opinião compartilhada por parte dos “assimilados”, pois aparece em outros termos ao longo das décadas e em inúmeras matérias disponibilizadas na revista da LNA. Seguindo a premissa anunciada, para manter-se como uma nação prestigiosa, Portugal precisaria instruir seu povo, como afirmava a doutrina colonial a partir da década de 1930. É possível vislumbrar entre os elogios a Portugal e a alusão de uma identidade nacional portuguesa para Angola, o discurso de relevância da educação e o vínculo desta com a própria colonização.

Durante o período de desenvolvimento do colonialismo, quando Portugal passou a explorar os territórios africanos enviando um colonato branco para a expansão da “raça portuguesa”³⁹⁸, estabelecendo concessões a particulares para a exploração mineral, de transportes e de agro-pecuária, foram sendo incrementados dispositivos legais que regulamentavam a vida colonial para os habitantes que nela residiam. Para tanto, leis eram promulgadas, substituídas ou alteradas. Como a maior parte da população era composta por

³⁹⁷ Amílcar Carreira em *Angola...*, Ano II, Outubro de 1934, n.º. 10, p.7.

³⁹⁸ Ver o *Ato Colonial*, Capítulo IV - Garantias Econômicas e Financeiras: “a Nação compreenderá, no seu claro patriotismo, que era forçoso publicar este diploma basilar antes mesmo da reforma geral da sua Constituição Política. Era indispensável fazê-lo (...) e quando se tencionava fazer nelas [na África Portuguesa] a colonização propriamente dita, com expansão da nossa raça”.

"indígenas" é natural encontrarmos uma legislação voltada para esse extenso grupo, considerando os direitos específicos que usufruíam.

Analisando essa legislação, podemos discorrer um pouco sobre a política indígena estatal da República para o período que compreende a publicação do Ato Colonial até o fim do Indigenato, em 1961. Podemos notá-la no Estatuto do Indígena nos artigos 3º e 5º, em 1929, colocada nestes termos:

“Art. 3º. A República Portuguesa garante a todos os indígenas os direitos concorrentes à liberdade, segurança individual e propriedade, à defesa de suas pessoas e propriedades, singulares ou coletivas, à assistência pública e liberdade de seu trabalho; e promove, o cumprimento de seus deveres conducente ao melhoramento das condições materiais e morais da sua vida, ao desenvolvimento de suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, à sua instrução e progresso, para a transformação gradual dos seus usos e costumes privativos, valorização de sua actividade e sua integração na vida da colônia, de modo a constituírem um elemento essencial da sua administração.”³⁹⁹

“Art. 5º. Os indígenas tem direito à proteção, assistência, educação e instrução por parte do Estado.

§único. Uma parte das receitas provenientes do imposto indígena será obrigatoriamente destinada à efetivação destes direitos e aos melhoramentos de ordem material respectivos.”⁴⁰⁰

A lei garantia e promovia direitos a todos os “indígenas” concernentes à instrução e ao progresso material e moral. Ainda que o papel do Estado nesse processo já tivesse sido indicado e com ele uma sugestão de política econômica para sua realização, mediante a utilização de parte da receita do imposto indígena, seu desempenho para a real efetivação do proposto nos artigos acima transcritos foi no mínimo tímido, para não sermos mais enfáticos. A educação e a instrução, mesmo sem ficarem definidas claramente, estavam sendo consideradas, pois garantiria a “transformação gradual dos usos e costumes privativos [dos indígenas], valorização da sua actividade e sua integração na vida da colônia”.

³⁹⁹ José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Lisboa, 2ª. edição, 195, p.27. Ver o Decreto n.º. 16.473, D.G. n.º. 30, série I de 06/02/1929 (www.dre.pt, consultado em 13/12/2011).

⁴⁰⁰ Ver Decreto n.º. 16.473 em D.G. n.º. 30, Série I de 06/02/1929, consultado na Hemeroteca Municipal de Lisboa (ou no site www.dre.pt).

No quarto artigo do Estatuto de 1954, quando já não se falava mais de colônias, mas somente de províncias ultramarinas, se reafirmou a política indígena a partir de uma compilação dos artigos anteriores:

“art. 4º O Estado promoverá por todos os meios o melhoramento das condições materiais e morais da vida dos indígenas, o desenvolvimento de suas aptidões e faculdades naturais e, de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para a transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua actividade e integração activa na comunidade, mediante acesso à cidadania”⁴⁰¹

A partir desse momento o Estado firmava sua obrigação em fornecer educação para os “indígenas”, pautado no pressuposto de que esta condição era transitória, posto o objetivo de transformar seus usos e costumes originais para acessá-los à condição de cidadãos portugueses. A tarefa de elevar culturalmente os indivíduos considerados atrasados, levando-os à civilização portuguesa, foi assentada em duas frentes: a) pelo trabalho; b) através do ensino. O primeiro método tinha como pressuposto o trabalho como prática civilizadora e, para tanto, já havia sido instituído o trabalho obrigatório em 1899.⁴⁰² Estabeleceram-se regras e definiram-se o regime de trabalho indígena como algo que representava “a continuação do programa civilizador que primacialmente dominou o governo de Portugal desde o século XV.”⁴⁰³

A segunda frente civilizadora se deu através da instrução formal, baseada no objetivo de ofertar aos africanos os conhecimentos próprios da cultura portuguesa, ainda que em nível rudimentar. O conhecimento do modo de vida português proporcionado pela educação tornou-se base do discurso colonizador e foi fundamental para o processo de assimilação dos nativos. Muitos “indígenas” pleitearam a cidadania com o fito de integrar plenamente a Nação, lembrando que a doutrina colonial das primeiras décadas do século XX nem sempre primou pela inclusão dos povos africanos na civilização portuguesa, por vezes nem mesmo no plano do discurso. Fazendo coro à ideologia racial do final dos oitocentos, que associava a pertença nacional à cidadania, base do artigo 3º da Constituição

⁴⁰¹ Ver edição anotada e comentada de José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga, op. cit., p. 27.

⁴⁰² Cristina Nogueira da Silva, op. cit., p.107.

⁴⁰³ Ver Decreto nº. 16.199, D.G nº. 201, série I, de 06 de Dezembro de 1928, p.2443, e o art. 293.

Política de 1933 que afirmava constituir a “Nação todos os cidadãos portugueses”⁴⁰⁴, pontuara Marcelo Caetano, Ministro das Colônias em 1933, que os “indígenas” não eram cidadãos e nem sempre participavam da Nação:

“Temos assim que os indígenas são *súditos portugueses, submetidos à proteção do Estado português*, mas sem fazerem parte da Nação, quer seja considerada como comunidade cultural (visto faltarem-lhe os requisitos de assimilação de cultura), quer como associação política dos cidadãos (por não terem ainda conquistado a cidadania)”⁴⁰⁵

Como *súditos*, o Estado Português deveria protegê-los. E uma vez que a condição de não cidadão era, ao menos no discurso, transitória, era preciso criar ferramentas para que o indivíduo rumasse em direção à civilização, o que nem sempre foi desejado pelos colonialistas. O caminho para a assimilação não era nem curto e nem fácil, e aquele que desejava adquirir a cidadania portuguesa precisava passar por um longo trajeto nem sempre claro. Apesar de extensa, a fala do escritor Raul David, em entrevista concedida a Michel Laban, talvez nos aproxime mais uma vez do ambiente tenso, e asfixiante, da política indígena colonial:

“–Quando a população portuguesa era diminuta, aqui, qualquer preto que falasse português e soubesse ler e escrever – mesmo que rudimentarmente – era considerado civilizado. Quando a família portuguesa cresceu, cá dentro, cerca dos anos 40, houve a assimilação. Isso tem uma ordem cronológica:

Primeiro foi atestado. Anteriormente aos anos 40, o escalão era assim, falar português...

– e quem determinava se falava bem ou não? [pergunta de Michel Laban]

–Não era preciso! O português entendível. Correção? Não é correção de língua.

No segundo escalão, veio então o atestado de assimilação. Era necessário, somente, ter a instrução primária – 4ª classe – e saber ler, escrever e falar correctamente a língua portuguesa.

Mais tarde veio, o terceiro escalão, nos anos 50. Aí então... Era preciso bilhete de identidade – mas, para obter o bilhete de identidade, era preciso obter a cidadania... E isso foi escabroso... Aí foi a humilhação total do negro: o indivíduo tinha que preparar uma série de documentos, uma coisa doida... Certidão de idade, habilitações literárias, isto é, a 4ª classe, diploma, atestado de residência, atestado de comportamento moral e civil – dado pelo administrador do concelho –, veja bem... E, depois, documento militar – e para obter esse documento militar, se era indígena, era preciso pagar X

⁴⁰⁴ Ver Constituição Política Portuguesa de 1933, Decreto nº. 22.241, DG 43, série I, Suplemento, de 22/02/1933.

⁴⁰⁵ Marcelo Caetano. *A Constituição Portuguesa de 1933 – Estudo de direito Político*. 1956, p. 23 (grifo no original) citado em José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga, op. cit., p.13.

impostos, segundo a idade que ele tinha, era o imposto indígena, e só depois é que lhe passavam o documento militar. Depois, registro policial, registro criminal. O registro policial é o controle de sanzala, para ver se ele na sanzala era desordeiro ou não...

– mas isso não era já o certificado do administrador?

–Não, não. Comportamento moral e civil é o administrador, para ver se ele, na administração, tem queixas de desordeiro. A polícia pronuncia-se também: é o registro policial. Depois o registro criminal. Está a ver? Sete documentos! E havia então revista à residência, para ver em que condições ele vivia – se tem mobília, se não tem mobília... Evidentemente que as autoridades eram ludibriadas, porque sempre havia um parente que emprestava...

Isto é horrível! É uma situação terrível...⁴⁰⁶

Essa descrição nos indica como podia ocorrer o processo de solicitação para a aquisição da cidadania por um “indígena” e os possíveis subterfúgios para ludibriar a fiscalização. De acordo com as normas estabelecidas pelo artigo 56º. do Estatuto de 1954, era preciso satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos⁴⁰⁷:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar corretamente a língua portuguesa
- c) exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu encargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e o hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.

Olhando com atenção os cinco itens acima, entenderemos a importância da instrução. Ela se tornava uma questão de enorme relevância, porquanto poderia contribuir concretamente para o indivíduo satisfazer os requisitos descritos nos itens (b) e (d), contribuindo decisivamente para alcance do (c).

Além desta forma de adquirir a cidadania, mediante um processo administrativo, o artigo 60º ainda criava a possibilidade de se passar o Bilhete de Identidade de uma forma mais direta e menos burocrática, àquele que apresentasse comprovação de um dos seguintes requisitos:

- a) Exercer ou ter exercido cargo público, por nomeação ou contrato;
- b) Fazer ou ter feito parte de corpos administrativos;
- c) Possuir o 1º. ciclo dos liceus ou habilitação literária equivalente;

⁴⁰⁶ Raul David em Michel Laban. *Entrevistas com escritores angolanos*. Angola, Fundação, vol. 1, pp.56/57.

⁴⁰⁷ Artigo 56º. do Estatuto do "Indígena" de 1954, ver José Carlos Ney Ferreira e Vasco Soares da Veiga, op. cit., p.112; em 1938 foi publicado para Angola o “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena” que orientava na mudança para a condição de “assimilado”.

d) Ser comerciante matriculado, sócio de sociedade comercial, exceptuanda as anônimas e em comanditas por acções ou proprietário de estabelecimento industrial que funcione legalmente.

Como se pode ver, a instrução poderia garantir o acesso direto à cidadania, se o candidato chegasse ao liceu. Porém, até 1957 só existiam dois liceus em toda Angola, para uma população total de mais de quatro milhões de almas!⁴⁰⁸

É bom salientar que mesmo civilizado juridicamente, por qualquer dos artigos do Capítulo III denominado “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania” do Estatuto do “Indígena” de 1954, e tendo uma instrução escolar em nível secundário e técnico especializado, ainda assim o “assimilado” era um subalternizado na sociedade portuguesa, um cidadão que não usufruía na prática dos mesmos direitos que os brancos, cidadãos por nascimento. Além de terem adquirido uma cidadania revogável, ainda lhe era negligenciado, por exemplo, ocupar determinados espaços no mundo do trabalho, da administração, da escola, da sociedade colonial.

Um exemplo desta discriminação ficou institucionalizado com o Quadro Auxiliar, promulgado por Norton de Matos, em 1921, que cingiu a carreira do funcionalismo público angolano em dois níveis, garantindo aos portugueses brancos e metropolitanos os melhores cargos, com os mais altos vencimentos.⁴⁰⁹ Os nativos ficaram restritos, até 1939, pelo decreto do alto comissário, ao posto máximo de 1º. amanuense. Em 1923 o mesmo alto comissário promulgou mais um decreto, o de nº. 237, de 16 de fevereiro, em que definiu que os nativos angolanos receberiam vencimentos sempre mais baixos que os europeus ou naturais de outras colônias, mesmo quando ocupando cargos iguais.

Argumentava-se que as maiores remunerações aos europeus e aos naturais de outras colônias ocorriam por terem mais necessidades econômicas que os naturais de Angola. Essa legislação perdurou para os angolanos de origem europeia (os filhos dos colonos, que eram angolanos por naturalidade, mas europeus por origem) até 1934, mas para os angolanos de origem africana perdurou até 1939, com a mesma justificativa de pouca necessidade econômica. Contudo, mesmo após ter sido instituída uma tabela de vencimentos que abolia

⁴⁰⁸ Amadeu Castilho. “Levar a Escola a Sanzala: plano de ensino primário rural em Angola, 1961-62” em *Episteme*, 2002, nº. 10/11/12, Universidade Técnica de Lisboa.

⁴⁰⁹ Sobre o Quadro Auxiliar Ver o Decreto nº 15 no B.O de Angola de 19/05/1921 e Eugenia Rodrigues. *A Geração silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 1930*. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

a diferenciação salarial por critérios que não fossem cargo ou titulação,⁴¹⁰ a prática de se pagar menos aos nativos africanos manteve-se nos costumes.

O “caso dos enfermeiros” é exemplar para termos conhecimento de como ocorria a diferenciação salarial e de carreira, e por ter sido uma situação denunciada inicialmente em 1936, depois em 1945, e com indicação de permanência até 1957.⁴¹¹ Portanto, vale a pena analisá-lo. A primeira denúncia transcrita na revista *Angola* foi em janeiro de 1936, já após a lei garantir aos angolanos de origem europeia a igualdade de vencimentos aos europeus. Talvez no afã de aproveitar o que poderia ser uma brecha na lei, publicou-se um artigo na revista *Angola*, que se supõe ser do associado da LNA e enfermeiro Raimundo Traça. Nesse artigo se relatava os passos na carreira de um enfermeiro em Angola, mostrando a injustiça impetrada aos nativos negros e mestiços, quando comparado com os enfermeiros também angolanos, mas brancos, de origem europeia:

“Dois indivíduos, ambos portugueses, matriculam-se no nosso já conhecido Curso b). [curso de enfermagem para estudantes europeus que enfermeiros "indígenas" podiam cursar] Um é europeu, ou, com mais propriedade, é branco. Não possui as mais ligeiras noções de enfermagem, nem é obrigado a possuí-las, diga-se de passagem. É admitido como aluno subsidiado do Iº. ano, como subsídio mensal de 457,00.

O outro é preto ou mestiço. É enfermeiro auxiliar indígena de Iª. classe, e conta, pelo menos, três ou quatro anos de serviço (...)

Dura dois anos o curso.

Admitamos que saem ambos com o mesmo grau de conhecimentos.

Posto isso, que deveria suceder na vida prática?

O bom senso responde-nos que sendo ambos portugueses, ambos igualmente habilitados, tenham os mesmos direitos. A equidade, por seu lado, exige que usufruam das mesmas regalias, já que se lhes pedem as mesmas responsabilidades, e correm iguais riscos e perigos.

Pois tal não acontece, prezado leitor.

(...)

O diplomado branco é nomeado enfermeiro de 2ª. classe, passando a ganhar desde logo a importância de 1.385,00 por mês; mas o mestiço ou preto, é promovido a enfermeiro indígena ou nativo de 2ª. classe, com o vencimento mensal de 758,33, isto é, pouco mais da metade do ordenado de seu antigo condiscípulo.”⁴¹²

⁴¹⁰ Ver Decreto 29.680 D.G nº. 135 de 12 de junho de 1939, que estendia na letra da lei aos nativos africanos, negros ou mestiços, a igualdade de vencimentos que já havia sido estendida aos filhos de portugueses nascidos na colônia pelo Decreto nº 23.940 no D.G nº. , série I, de 31 de Maio de 1934.

⁴¹¹ Autor anônimo. “A trabalho igual, igual remuneração” em *Angola...* Ano XXV Janeiro/Junho de 1957, nº. 154, p.3.

⁴¹² Autor anônimo. “Os enfermeiros nativos e europeus perante a questão dos vencimentos” em *Angola...* Ano IV, Janeiro 1936, nº. 1, p.11.

O que se vê é uma discrepância de quase 50% do ordenado entre dois enfermeiros com a mesma titulação e habilidade, o que só se explica pela existência do sistema do indigenato, que cingia a sociedade em duas classes, a dos cidadãos e a dos "indígenas". É possível neste caso visualizar a herança de outra ordenação social, mantida por Portugal por séculos em sua colônia americana e em seus territórios até 1869: a de senhores livres e de escravos! Mas, para todos os efeitos jurídicos e de acordo com a legislação portuguesa, na Angola do século XX havia somente homens livres.

Antes do Decreto de 1939, que igualou os vencimentos dos europeus e africanos, os angolanos reivindicavam mudanças na legislação que os beneficiassem, o que provavelmente surtiu efeitos visíveis ao menos na legislação estatal. A Liga manteve ao longo de sua existência esse caráter de associação fundamentalmente de cunho reivindicativo, que clamava pela melhoria das condições de vida dos nativos, não se configurando em uma associação revolucionária, como foram os grupos políticos PLUA, UPA, PCA, MPLA, FNLA, UNITA dentre outros, organizados a partir dos anos 1950 e com objetivos na direção da independência nacional. Contudo, mesmo mantendo boas relações com o governo e aproveitando essa brecha para sustentar denúncias de cunho social, com fito de apresentar reivindicações de natureza econômica, política ou social, como a denúncia do “caso dos enfermeiros”, a LNA não conseguiu acabar com a prática de se pagar menos aos nativos, o que se manteve ainda por um longo tempo.

Quanto aos enfermeiros, uma segunda denúncia fora feita pelo mesmo enfermeiro Traça, no ano de 1942, na ocasião da visita à Angola pelo Ministro das Colônias Dr. Francisco Vieira Machado. A reclamação por igualdade de tratamento e vencimentos entre trabalhadores com o mesmo cargo foi entregue ao Ministro pelo advogado do enfermeiro. Mas essa denúncia só foi publicada pela revista *Angola* três anos depois, e justamente na mesma edição em que se estampava em primeira página a Portaria Ministerial nº. 15. Esta portaria objetivava:

“Eliminar por quaisquer restrições existentes à admissão e acesso nos quadros do funcionalismo da colônia de cidadãos não indígenas que não sejam as resultantes da exigência de habilitações literárias ou técnicas ou da seleção por mérito”.⁴¹³

⁴¹³ Editorial de *Angola...* ano XII, Junho/Novembro de 1945, nº. 99/104, p.01.

A publicação deste documento ministerial nos mostra como a legislação portuguesa podia estar distanciada da prática colonial, pois apesar dos critérios para o pagamento dos vencimentos do funcionalismo público terem sido o mérito e as habilitações literárias ou técnicas, o costume de se pagar menos a nativos africanos por juízo de cor da pele ou origem se mantinha a tal ponto de justificar uma portaria ministerial para tentar restringir tal prática.

Quando a revista *Angola* publicou a legislação portuguesa ao lado de uma denúncia de irregularidade exercida por funcionários públicos, simultaneamente mostrava a permanência do preconceito racial e atentava para o fato de haver uma legislação que colocava termo a essa prática. A publicação da legislação servia para que fosse de conhecimento geral, com o fito de seu cumprimento ser exigido. A carta sobre a questão dos enfermeiros nativos do advogado de Raimundo Traça de três anos antes ainda era atual e apontava a variação de salários entre profissionais que ocupavam a mesma função, solicitando o mesmo vencimento para os enfermeiros, fossem brancos, negros, mestiços, europeus ou africanos. A transcrição de boa parte do documento do advogado é bastante longa, mas julgo-a de grande valia pela riqueza de dados:

“Enquanto, porém, os diplomados brancos, que mais não tinham a seu favor, que os dois anos de curso, eram nomeados enfermeiros de 2ª classe do quadro geral de enfermagem, passando desde logo a ter direito de auferir um ordenado mensal de Ags. 1.350,00 (atualmente tem 1.550,00), o requerente [o enfermeiro Raimundo Traça] e seus camaradas nativos, que, além dos dois anos de Curso tinham mais cinco a dez anos de prática, como enfermeiros auxiliares de 3ª, 2ª. e 1ª. classes, permaneciam no quadro de enfermeiros indígenas, na categoria de enfermeiro indígena de 2ª. classe, a que fora promovido por Portaria de 31 de agosto de 1934, depois de concluir o Curso Geral de Enfermagem, tendo apenas o vencimento mensal de Ags. 758,33, isto é, pouco mais da metade da remuneração que passavam a ter os seus antigos condiscípulos que, como o expoente, possuíam um diploma profissional idêntico em tudo!

Mas esta injustiça Senhor Ministro das Colónias que a tantos anos fere os filhos de Angola, ainda se torna mais flagrante quando os enfermeiros nas condições do expoente prestam serviços nas zonas infestadas pela doença do sono.

Aí, todo o pessoal, médico ou farmacêutico, enfermeiro ou serventuário, corre os mesmos perigos de contagio, porque a mosca tzé tzé, indiferentes ao preconceito de raças, que ainda, infelizmente, em pleno século XX, caracterizam certos meios coloniais, e sem o menor respeito pelas classes, em que a sociedade se reparte, ao inocular o seu vírus não escolhe as vítimas. Pica nos brancos com a mesma

inconsciente fereza, com que se atira aos mestiços e aos pretos, que tenham a pouca sorte de cair sob a sua nefasta alçada.

Pois apesar desta circunstancia, Senhor Ministro, as gratificações especiais atribuídas aos enfermeiros, pelo serviço de combate à moléstia do sono, não são iguais para todos. Pelo contrário, os europeus recebem a gratificação mensal de Ags. 500,00, e a seus colegas nativos, embora, como o requerente, possuam diplomas profissionais de igual valor, apenas é paga a irrisória quantia de Ags 100,00 por mês, isto é, a quinta parte do que recebem os primeiros.”⁴¹⁴

Como se pode ler, a discrepância de vencimentos entre nativos e europeus podia chegar à proporção de 1/5, como no caso da gratificação pelo serviço de combate à moléstia do sono. E tanto os enfermeiros quanto os nativos da LNA conheciam a lei e reconheciam situações de preconceito racial e discriminação social. Fica claro que a existência de uma legislação que afirmava os mesmos direitos à todos os cidadãos não era garantia de sua aplicação, o que explica as constantes denúncias de discriminação feitas pelas associações. Chegamos a supor que talvez tenha sido o não cumprimento daquilo que o Estado português afirmava ser sua doutrina colonial – o desenvolvimento social de todos os povos e a igualdade no tratamento de todos os portugueses – que tenha sido o responsável pelo desenvolvimento do nacionalismo angolano nos anos 1950 no seio dos próprios “civilizados”, sujeitos ainda bastante privilegiados quando comparados à esmagadora maioria daqueles designados por “indígenas”.

A ideia de um Estado protetor e promotor dos povos considerados atrasados em seu desenvolvimento moral e material se por um lado se mostrou ser pouco mais do que um discurso retórico para justificar a presença portuguesa em territórios ultramarinos, por outro lado foi um argumento sempre considerado pelas associações e organizações dos naturais das colônias para pleitos que visavam seu beneficiamento. Percebemos isso no “caso dos enfermeiros” e encontramos essa tática em outras situações como, em 1933, na Sociedade de Estudos de Moçambique que solicitou ao Governo da Colônia que os cargos administrativos dos serviços público desta colônia fossem preenchidos, preferencialmente, por naturais africanos. Para tanto, sugeria-se a manutenção dos concursos públicos para o provimento desses cargos, mas que se anunciasse previamente por 30 dias somente internamente à província de Moçambique e só depois se publicasse no Diário do Governo.

⁴¹⁴ *Angola...* Ano XII, Junho/Novembro de 1945, nº. 99/104, pp. 4/5.

O Diário se promulgava na metrópole e se apregoava por todo o território português, e os atos governamentais que se referiam às colônias eram mandados publicar nos Boletins Oficiais de cada província. Por isso, a proposta da Sociedade de Estudos de Moçambique visava aumentar as chances dos nativos se inscreverem e se prepararem para os exames dos concursos.⁴¹⁵

Esse foi um pleito que ocorreu mediante elaboração de uma documentação enviada ao Governador Geral, Sr. José Ricardo Pereira Cabral, e por uma manifestação na então capital Lourenço Marques onde se realizaram comícios fervorosos. O interior da província também se manifestou naquele momento, apoiando a iniciativa e solicitando que se considerasse a possibilidade de garantir vagas nos serviços públicos para quem tivesse somente o primário, posto que só houvesse ensino secundário – os liceus – na capital da província.

De acordo com as regras dos concursos públicos da época, os moçambicanos naturais do interior, que não tinham a chance de obter o ensino secundário, estavam impossibilitados de participar do processo seletivo para ocupar cargos no funcionalismo público simplesmente por falta de escolaridade. A escolaridade, por seu turno, era garantida pelo Estado em dispositivos legais nos quais reiterava, sempre que possível, seu papel de promotor do desenvolvimento dos diversos povos que compunham a Nação. Apesar de na lei se afirmar que o Estado tinha uma responsabilidade na oferta de instrução aos nativos do ultramar – cidadãos ou não – ainda assim poucos investimentos concretos foram feitos nesse campo, o que garantia as vagas do serviço público, por exemplo, aos europeus que se dirigiam às colônias ou para os que já viviam no ultramar e que tinham mais condições e todas as prerrogativas de frequentarem a escola.⁴¹⁶

O tom da manifestação em Moçambique, que não alcançou maiores êxitos, foi de crítica aos estados modernos, como Portugal, que não investiam no desenvolvimento cultural e educacional dos povos, apesar da doutrina da assimilação adotada por parte das metrópoles colonialistas, especialmente a França e Portugal, a partir da década de 1950.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino Doc. n.º. 582, Ministério do Ultramar, Direção Geral da Administração Política e Civil, Caixa Moçambique, ano 1930-39

⁴¹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

A falta de investimentos em iniciativas que beneficiassem o progresso material e educacional dos africanos perdurou por todo o período do domínio colonial, destarte afirmações contrárias vindas do alto escalão do Governo e do propalado objetivo moral da colonização, que resultaria na assimilação. A publicação dispersa de uma legislação mínima voltada para o desenvolvimento do ensino no ultramar não foi suficiente para a criação de uma política de assimilação de fato, pois:

“eram invocados objetivos civilizadores (e em particular a religião) e fim de mascarar interesses econômicos e políticos; nunca se permitiu que a educação fosse além de um mínimo muito baixo, isto para não por em perigo os privilégios conquistados; uma elite africana muito reduzida era educada com um único fim: apoiar a hegemonia portuguesa e servir de intermediária entre a administração colonial e a população africana.”⁴¹⁸

Ou seja, o fato de ter existido uma população africana “civilizada” não é prova da política assimiladora, mas uma prova da intenção de dominação ideológica. Ao permitir que um número mínimo de africanos recebesse a cidadania portuguesa e usufruísse dos privilégios dessa condição civil, os colonialistas estavam tentando mostrar ao mundo que Portugal era um império integrador, humanista e moderno, por um lado, e por outro tentavam tornar estes “civilizados” defensores do projeto colonial e seus intermediários diante da população “indígena”. Dito de outro modo: não houve espaço para a assimilação dos africanos, como se afirmava aos quatro ventos.

O que mais próximo pode beirar uma política de assimilação, ainda assim com extrema cautela e notando que os objetivos eram basicamente limitados ao ensino da língua portuguesa em nível rudimentar, ocorreu com as missões religiosas responsáveis pela evangelização e presentes na África espaçada e descontinuamente desde o século XVI. Durante parte do século XIX, com a revolução liberal de 1834 em diante, houve a suspensão do envio de missões para o ultramar e algumas tentativas de uma política de ensino liberal, com ênfase no projeto do ministro José Falcão e a criação das primeiras escolas públicas nas colônias, em 1845. Um pequeno estímulo foi dado às missões católicas, no final do século XIX, para ocuparem os territórios ultramarinos na tentativa de

⁴¹⁸ Eduardo de Souza Ferreira. *O Fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, p.59.

confrontar as missões protestantes – por conta da resolução da Conferência de Bruxelas (1887) que autorizava a organização de missões de qualquer religião e nacionalidade em qualquer território na África. Todavia, com o advento da República, em 1910, houve o efetivo rompimento do Estado com a Igreja e a subsequente criação, em 1913, das missões laicas, também chamadas de missões civilizadoras, em substituição às religiosas. Foi apenas com a Ditadura Nacional, em 1926, que a Igreja foi se reaproximando do Estado, primeiramente através de uma autorização para as missões católicas se dirigirem às colônias e em seguida com a extinção das missões civilizadoras.⁴¹⁹ Um essencial impulso se iniciou com o Ato Colonial, documento que concedeu às missões católicas personalidade jurídica.⁴²⁰ Mas foi com o Estatuto do Missionário de 1941 que as missões católicas se tornaram oficialmente uma extensão do Estado português no ultramar.⁴²¹

As missões religiosas, a partir de então, tornaram-se institutos de utilidade imperial, crescendo em importância na mesma medida que aumentava o número dos colonos portugueses saídos da metrópole em direção as colônias ultramarinas. O maior controle da população autóctone tornou-se, sem dúvida, uma questão de Estado, que através da Igreja e de suas missões passou mais de perto a estabelecer os limites para a ascensão social dos africanos, simultaneamente talhando-os para o mundo do trabalho capitalista, estabelecido pelos portugueses que começavam a investir efetivamente em uma produção agrícola para exportação.⁴²²

Os africanos, entretanto, não aceitaram resignados os limites impostos de cima para baixo e passaram todo o período em que houve a presença de portugueses em seus países contestando-os, ora frontalmente – através de revoltas, sublevações, guerras e boicotes – ora reivindicando a igualdade de oportunidades prometidas. Com isso não se está afirmando que os nativos sempre foram oposição ao colonialismo, como foi se delineando nos anos 1950 e como havia sido em fins do século XIX. Pelo contrário, uma parcela significativa, especialmente da elite nativa composta pelos designados “civilizados”, foi

⁴¹⁹ *Estatuto das Missões Católicas Portuguesas*. Decreto nº 12.485, DG nº 228, 13 de outubro de 1926, série I.

⁴²⁰ Ver art. 24º. do *Ato Colonial*.

⁴²¹ Ver Decreto-lei nº. 31 207, D.G. nº.79, 5 de abril de 1941, I série; ver a discussão sobre o Estatuto em Omar Ribeiro Thomaz, op. cit.

⁴²² Mário Pinto de Andrade e Marc Ollivier. *A Guerra de Angola*. Paris, Maspero, 1971, cap.3.

colaboracionista do nacionalismo português, afirmando-se portugueses do ultramar, elogiando a civilização e a colonização, mas reclamando para si a extensão dos mesmos direitos garantidos aos europeus e aos brancos. Uma das principais plataformas reivindicativas desta elite nativa foi exatamente no campo da Educação: pleiteava-se a instrução oficial para o maior número possível de africanos.

A reivindicação por escolas se explicava pela confiança que o ensino – ministrado tanto pelo Estado, quanto por particulares ou por missionários – fosse um caminho para a assimilação ou, ao menos, para uma melhoria das condições materiais dos nativos. De acordo com os postulados coloniais portugueses, justificava-se a exclusão social da maioria dos africanos dos direitos civis e a distinção entre europeus e africanos por razões culturais e não raciais:

“Tentou-se mascarar o racismo dando-lhe um aspecto cultural: o africano era aceite como civilizado e integrado na sociedade portuguesa se atingisse um certo nível cultural que incluía a capacidade de ler e escrever português. Considerando a elevada percentagem de analfabetos entre os colonos portugueses em África, é difícil perceber por que é que estes não eram também incluídos entre os “não civilizados”, a menos que se admita que a distinção era de facto feita em termos de raça e não de cultura”.⁴²³

Mesmo reconhecendo o racismo por detrás do postulado cultural português que limitava a ascensão social dos nativos africanos, ainda assim a instrução formal era um dos principais meios para um nativo aprender a língua e a cultura portuguesas. Contudo, a quantidade de escolas e de vagas era reduzida, o que comprova mais uma vez o descompromisso dos colonialistas em beneficiar os angolanos, apesar de discurso contrário. Vejamos alguns dados relativos à Instrução em Angola, para termos uma ideia do quão limitada era a frequência escolar durante o período colonial, transcritos do clássico trabalho de Eduardo Souza Ferreira:⁴²⁴

⁴²³ Souza Ferreira, op. cit., p. 141.

⁴²⁴ Fonte consultada para a composição dos dados da tabela é do *Ministério do Ultramar* citado por Souza Ferreira, idem, p.84/85.

Tabela 2) ANGOLA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959

Modalidade de ensino	Alunos	Estabelecimentos
ADAPTAÇÃO	65.652	1.184
Escolas missionárias		
PRIMÁRIO	17.167	229
Oficial		
PRIMÁRIO	10.324	325
das missões Católicas		
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	4.192	160
(Missões Católicas)		
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	3.590	178
(Outros centros)*		
FORMAÇÃO de Docentes	325	2
SECUNDÁRIO	3.523	5
PARTICULAR**	33.653	510
Total	138.426	2.433

* dado subtraído do total de alunos para o ensino profissional apresentados por Souza Ferreira

**Não governamental e não subsidiado pelo Estado

Se admitirmos a estimativa populacional de Angola segundo o censo de 1960 de 4.830.449,⁴²⁵ constataremos que os 138.426 que frequentaram a escola no ano de 1959 equivale a aproximadamente 2,86% da população angolana. Vale lembrar que estão incluídos nestes cálculos toda a população recenseada, e não somente aquela em idade escolar, e também todos os níveis e modalidades escolares. Mesmo com esta ponderação, não há dúvidas de que era um número muito baixo.

A frequência escolar começou a se alterar somente após a reforma educacional de 1964, que gerou algum impacto a partir do final da década, como podemos observar nos dados que seguem:⁴²⁶

Tabela 3) NÚMERO DE ALUNOS NO SISTEMA DE ENSINO DE ANGOLA (1960-1970)

⁴²⁵ Ver o anexo estatístico de Fernando Tavares Pimenta. *Angola, os brancos e a independência*. Porto, Edições Afrontamento, 2008, p.449.

⁴²⁶ Eduardo Souza Ferreira, op. cit., p.92/93. Foi considerado o movimento geral em todos os níveis de ensino: primário, secundário, universitário (a partir de 1964); e em todas as modalidades: infantil, técnico profissional, agrícola, eclesiástico, magistério, academia de artes.

ano	1960/61	1961/62	1963/63	1963/64	1964/65	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69	1969/70
alunos	119.234	129.066	143.469	177.853	231.510	255.671	305.759	347.236	395.094	425.815

Apesar de algumas mudanças na década de 1960, ao longo do século notamos que as alterações foram tímidas, apesar do antigo e recorrente pleito pela ampliação do ensino nas colônias, pleito que objetivava atingir a maioria da população natural, ainda que em modalidades educacionais diversas. Para percebermos as permanências e as mudanças entre as décadas de 30 e de 60, vejamos no segundo número do periódico da LNA, por exemplo, uma matéria, sem autoria indicada, que reconhecia a importância da ação missionária no setor da educação e insistia no compromisso do Estado com os mais necessitados, compromisso que deveria se traduzir em verbas governamentais para as missões:

“A gente africana é essencialmente religiosa e ninguém melhor do que ela, no futuro, poderá desempenhar essa missão em defesa de Portugal. Por outro lado, o Seminário albergaria algumas dezenas de rapazes africanos e europeus necessitados a quem seriam ministrados o ensino e a educação. Uma tal providência seria, neste momento, bem recebida pelo povo e cremos ter acertado neste ponto.”⁴²⁷

Em nome de um futuro português em Angola, pedia-se ajuda para um estabelecimento de ensino de formação religiosa, revelando que mesmo cooptados essa parcela “civilizada” dos angolanos apresentava um nacionalismo português revestido de demandas sociais que beneficiariam os menos favorecidos, eles mesmos, dentro de uma lógica colonizadora. Vale lembrar que se tratava do ano de 1933 e que somente em 1941 o Estado passou a subsidiar, novamente, as missões católicas no ultramar. Mas no início da década de 1930, o Seminário de Luanda, que havia também sido responsável pelo ensino ministrado na capital da província, estava em profunda crise financeira, a ponto de alguns nativos solicitarem investimento do Estado neste estabelecimento. Justificava-se o pleito tanto por objetivos religiosos como educacionais e sociais.

⁴²⁷ “Ação Missionária” em *Angola...*, Ano I, Março de 1933, nº. 2, p.2.

Em 1934 aparece no periódico uma crítica direta ao regulamento das escolas oficiais que deixaram sem matrícula, para aquele ano, diversos alunos com mais de 14 anos, por excesso de idade. Era uma crítica forte, pois a exclusão de africanos do sistema de ensino se dava normalmente por subterfúgios como o excesso de idade ou a falta de condições de pagamento das taxas escolares, e não por um impedimento legal por serem africanos. A matéria de 1934 apelava mais uma vez para os princípios da colonização, lembrando ao Estado do compromisso civilizador por ele incessantemente repetido:

“Sem pretendermos discutir as vantagens ou desvantagens que resultam deste proceder, em terras onde o analfabetismo precisa de ser combatido com denodo, apenas lamentamos que se mantenha, sem remodelação, um regulamento que vem contrariando a acção instrutiva e educativa nas Colónias, que constitui um dos primores da colonização portuguesa.”⁴²⁸

O que se questionava, nessa década de 1930, não era a colonização, mas algumas de suas leis e regulamentos que estavam em desacordo com a doutrina colonial, a saber, o desenvolvimento dos povos nativos. Os nativos que escreviam na revista *Angola* não pareciam contrários nem à escolarização, nem à existência do Estado regulador, nem ao uso da língua portuguesa e nem à religião cristã, mas quando notaram que nada disso lhes chegava ou que não lhes beneficiava moral e materialmente, passaram a pleitear mudanças em nome de um coletivo, o povo de Angola, afirmando-se como portugueses do ultramar.

Para o desejado progresso moral e material dos nativos, dentro de uma sociedade ocidentalizada moderna, o campo da instrução foi privilegiado e constantemente visitado, pois se cria que a educação formal proporcionaria a formação técnica e moral necessária aos africanos ingressarem na civilização europeia e lograrem sucesso em um mundo novo cheio de promessas. Ressaltamos que a instrução foi pleiteada para um público amplo, incluindo os "indígenas". Eis a íntegra do último artigo transcrito acima, do ano de 1934, distante décadas da reforma de 1964 que iniciou, sem concluir, mudanças rumo a uma ampliação do sistema instrutivo nacional:

“Entre os diversos assuntos que a Direcção da Liga tem em vista resolver, figura a fundação de uma escola de instrução primária para os filhos dos sócios e não sócios. É esta uma iniciativa que deve honrar sobremaneira a Direcção que a ela se vem dedicando com verdadeira devoção.

⁴²⁸ Sem assinatura, Coluna “Figuras e Fatos” em *Angola...*, Ano II, Abril de 1934, n.º. 4, p.4.

Sabemos que as escolas oficiais regeitaram, este ano, alguns alunos que segundo o regulamento da instrução pública de Angola, não podem frequentar as escolas por a sua idade ter atingido o limite fixado pelo referido regulamento. Sem pretendermos discutir as vantagens ou desvantagens que resultam deste proceder, em terras onde o analfabetismo precisa de ser (sic) combatido com denodo, apenas lamentamos que se mantenha, sem remodelação, um regulamento que vem contrariando a acção instrutiva e educativa nas Colónias, que constitui um dos primores da colonização portuguesa. E lamentamos o facto mais pelo que deve estar a suceder fora da Capital, nos pequenos centros onde, em geral, o indígena inculto recusa-se a mandar para as escolas os filhos, e onde, por isso mesmo, a instrução deveria ser obrigatória. A escola da Liga, hoje mais do que nunca, representa uma necessidade, e bem haja a Direcção que vem trabalhando para que ela se funde, dando assim instrução à mocidade de hoje, homens de amanhã.”⁴²⁹

O futuro de Angola passava pela escola, é o que podemos deduzir, mas notemos que todos os angolanos estavam sendo contemplados na reivindicação por educação e instrução, incluindo os "indígenas", a ampla maioria da população angolana.

2. O SISTEMA DE ENSINO PARA Angola

Apesar de Portugal ter mantido um duplo sistema de ensino no ultramar até a reforma da educação de 1964, de maneira que a instrução dos "indígenas" não era equiparada a dos europeus, não havia nenhum impedimento legal específico para os africanos frequentarem determinada escola. A separação dos “civilizados” e "indígenas" em escolas com modalidades educacionais distintas ocorria pela dificuldade imposta aos últimos no deslocamento aos centros educacionais, no alto valor das taxas pagas pela educação e no limite de idade de 14 anos para aqueles que fossem estudar nas escolas oficiais voltadas para os colonos, limite estendido para 25 anos para quem fosse estudar nas escolas voltadas para os "indígenas". Eram regras gerais aplicadas a todos, mas na prática tornava-se um impedimento concreto ao grosso dos cerca de 95% de africanos⁴³⁰ que estavam distantes dos centros urbanos, residindo na zona rural, sem renda para pagar sequer o imposto "indígena" (o que levava muitos ao trabalho recrutado) e normalmente quando chegavam à escola já tinham mais de 14 anos ou em pouco tempo completavam essa idade.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Estatística segundo o 3º Recenseamento da População de Angola de 1960 por Fernando Pimenta, op. cit., p.461.

Essa maioria da população podia frequentar, na melhor das hipóteses, os estabelecimentos de ensino que lhes eram direcionados: primeiro as escolas-oficinas propostas por Norton de Matos, depois as escolas rurais criadas por Vicente Ferreira e por fim a escolas missionárias estipuladas por Oliveira Salazar.

A educação nas colônias foi da alçada, até 1964, da Direção Geral dos Serviços de Instrução Pública, submetido diretamente ao Ministério da Educação Nacional, este criado em 1936 em substituição do Ministério da Instrução Pública (1913-1936). O ensino disponibilizado em Angola era de dois níveis, o primário e o secundário. O ensino universitário só foi autorizado, após intensos debates e discordâncias,⁴³¹ em 1964 a ainda assim através de turmas mistas, iniciadas nas colônias e concluídas em centros universitários em Portugal, autorizados a emitir diplomas.⁴³² Dentro dos dois níveis de ensino ofertados, havia duas modalidades de educação, a acadêmica (ou literária) e a profissional (ou técnica), com metas distintas e voltadas para públicos diversos.

O público escolar, como já é sabido, se dividia entre a comunidade tida por civilizada – europeus e “assimilados” – e os “indígenas”. Ao primeiro grupo, que correspondia a cerca de 2,6% da população angolana em 1950,⁴³³ era oferecida uma educação oficial (estatal) ou particular, que se iniciava com o primário de quatro anos, seguida pelo secundário de mais três anos. O primário era de formação literária ou “acadêmica”, o que podia se estender no secundário através dos liceus, que capacitavam os alunos a ingressar no nível superior.⁴³⁴ Mas também havia a possibilidade de uma formação profissional em nível secundário, mediante os cursos de enfermagem, datilografia, magistério, etc.

⁴³¹ Ver o artigo assinado pela Redação. “Ensino superior em Angola: da escola médica de 1791 aos centros de estudos universitários de 1962” em *Angola...* Ano XXX, Janeiro/Junho de 1962, nº. 164, p. 1-4; na mesma edição ver, também, o discurso em favor do ensino superior por Manuel Pereira do Nascimento, “A criação dos cursos universitários é uma aspiração dos habitantes de Angola” e o discurso contrário ao ensino superior por Lourenço Mendes da Conceição. “Antes da universidade os habitantes negros de Angola desejam e pedem que se difunda o Ensino Primário”.

⁴³² Eduardo Souza Ferreira, op. cit., p. 89.

⁴³³ De acordo com dados da Repartição de Estatística Geral, *Censo da População e 1950*. Imprensa Nacional, 1950 citado por Fernando T. Pimenta, op. cit., p.460.

⁴³⁴ Alfredo Noré e Áurea Adão. “O ensino colonial destinado aos ‘indígenas’ de Angola, antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo” em *Revista Lusófona de Educação, numero 001*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2003.

Ao grupo dos africanos designados por "indígenas" elaborou-se diversas propostas pedagógicas ao longo das décadas, que ofereciam um sistema de ensino somente em nível primário de três ciclos, cada um com duração de um a dois anos. O primário poderia ser antecedido pelo ensino de Adaptação, oficializado em 1950, também de duração de um a três anos, cuja finalidade era iniciar os nativos na língua e cultura portuguesas, para torná-los aptos ao primário. A chamada "instrução indígena" esteve limitada ao nível elementar e teve uma ênfase no ensino técnico agrícola.

O número de estabelecimentos de ensino em Angola, somando todas as modalidades e todos os públicos escolares, foi baixo. Para os europeus e "assimilados" havia, até 1957, algumas escolas técnicas de segundo grau e somente dois liceus, um em Luanda de nome Salvador Correia e o outro em Sá da Bandeira (Huíla), chamado Diogo Cão. Foi somente neste ano que se criaram mais quatro liceus e mais duas escolas secundárias técnicas em Luanda.⁴³⁵

Na década de 1930 o quadro era ainda mais desolador e apesar de Luanda ter sido a principal cidade de Angola, com o maior número de "civilizados" aí residentes, ainda assim havia poucas vagas nas escolas, o que foi motivo para pleitos vindos da elite nativa. Um exemplo do número de alunos nativos no liceu de Luanda para o ano de 1935 foi publicado na revista *Angola*, por Frederico da Silva, com o objetivo de mostrar a necessidade de se criar novos estabelecimentos de ensino para os naturais da colônia. No artigo intitulado *A instrução e o angolano* Silva aproveitou para tecer críticas ao desinteresse dos nativos pela cultura letrada, cultura esta que deveria ser estimulada por esforços conjuntos, de responsabilidade coletiva. Uma das sugestões do autor foi a criação de uma "caixa de auxílios a estudantes pobres" pela LNA:

"Esta questão [da instrução] tem que ser encarada por todos os angolanos – sem distinção de sexo ou de mesteres – com o maior zelo possível, achando mesmo que o fanatismo susceptível ao angolano deve ser orientado no sentido de prover a instrução de seu filho, sobrinho ou irmão mais novo, e ainda os filhos dum amigo quando não tenha descendente ou parente, desde que para tanto tenha dinheiro e lhe falte em que empregar utilmente.

Aconselhamos ainda que na Liga Nacional Africana se crie uma 'caixa de auxílios para estudantes pobres', cuja receita provenha de kermesses, subscrições, saraus e récitas, etc., etc."

⁴³⁵ Amadeu Castilho Soares, op. cit., p. 152 (ver nota de nº. 21).

O objetivo era aumentar o número de angolanos que frequentavam a escola, ao tempo que se difundia a importância da cultura letrada, pois o número de nativos matriculados nos liceus, publicado por Silva, eram muito singelos: concluíram aquele ano letivo de 1935 apenas 230 alunos brancos, 63 alunos mestiços e 7 alunos pretos. Dos designados por “pretos” apenas um era da 5ª classe, os demais da 1ª e da 2ª classes.⁴³⁶

Silva ainda trouxe, no mesmo artigo, dados de um estabelecimento primário de Luanda, buscando exemplificar a realidade geral da instrução, chamando a atenção para os poucos alunos naturais da colônia no sistema escolar:

“Foi apresentada ao público na escola primária de Souza Coutinho, quando dos exames do ano lectivo findo, uma demonstração de frequência escolar, e constatou-se que de todos os alunos ali comparecidos a exame eram: europeus 74%, mestiços 21% e pretos 5%. Nas outras escolas, se a percentagem de alunos de cor não foi igual, também não nos parece que tenha melhorado de um modo sensível.”⁴³⁷

Esses dados referem-se à um estabelecimento de ensino de Luanda, não representando a realidade total de Angola para o ano de 1935. Mas ainda que sejam específicos e apresentados de modo rápido oferecem-nos uma ideia panorâmica da situação da instrução na colônia e nos ajudam a entender a franqueza do artigo de Zedy Júnior, em 1936, intitulado “Que precisamos?”:

“Nós que somos indígenas ou nativos, conforme a ocasião (...) precisamos de muita instrução capaz de nos mostrar ao mundo civilizado e ambicioso como o melhor agente de propaganda e defesa do solo pátrio, mostrando a Nação Portuguesa, como uma das que tem jus a figurar na vanguarda dos países colonizadores.”⁴³⁸

Outra vez notamos o tom laudatório da colonização portuguesa, vindo de outro nativo letrado, que insistia na lusitanidade de Angola. Mas, de acordo com o direito português, a educação e a instrução eram garantidas aos cidadãos e consideradas obrigatórias pelo artigo 42º da Constituição Política Portuguesa, que afirmava ainda ser a responsabilidade da instrução da família, que contaria com a colaboração dos

⁴³⁶ Frederico da Silva. “A instrução e o angolano” em *Angola...*, Ano IV, Maio/Junho de 1936, nº.5, p.3

⁴³⁷ Idem, *Ibidem*. O autor afirma ter retirado os dados de “Labor” revista de ensino secundário, nº. 68, Aveiro, Portugal.

⁴³⁸ Zedy Júnior. “Que precisamos?” em *Angola...*, Ano IV, Janeiro de 1936, nº. 1, pp.3 e 12.

estabelecimentos oficiais e particulares. O 43º artigo da mesma carta constitucional afiançava:

“O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e institutos de alta cultura.

§ 1º. O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais.”

Contudo, praticamente nenhum investimento substancial fora feito na década de 1930, nem para os cidadãos e menos ainda para os designados "indígenas". Durante o período republicano até praticamente o Acordo Missionário em 1941, a instrução nas colônias se apresentou sob visões diversas quanto ao papel do Estado na promoção da educação e quanto à colaboração dos nativos africanos para o desenvolvimento nacional. Apesar da doutrina colonial que orientou a prática educativa nas últimas décadas do império colonial ter se baseado em uma visão assimiladora dos diferentes povos que compunham a nação portuguesa, o tipo de intervenção educativa variou em “métodos, meio e objetivos a desenvolver.”⁴³⁹.

A assertiva de que havia um sistema único de educação, repetida por alguns colonialistas especialmente nos anos 1950, referia-se no máximo ao disponibilizado aos cidadãos, pois fossem continentais ou ultramarinos, os cidadãos portugueses tinham acesso ao mesmo sistema de instrução, ou seja, escolas que seguiam as mesmas diretrizes curriculares usavam os mesmos materiais didáticos e, em tese, contavam com docentes com a mesma formação profissional. Mas, como até 1961 o indigenato ordenou a sociedade colonial, para a esmagadora maioria dos nativos africanos o sistema escolar existente era diverso, específico e discriminatório, ministrado em escolas separadas, motivado também por questões raciais, como afirmara Ávila de Azevedo.⁴⁴⁰

O princípio da separação no campo da educação dos indivíduos considerados evolutiva e racialmente diversos esteve presente na primeira importante proposta de escola voltada para os nativos africanos, defendida e estimulada durante a primeira república pelo alto-comissário Norton de Matos. Já quando de seu primeiro mandato (1912-1914), Matos definiu uma *Educação pelo Trabalho*, lema utilizado na criação das famosas escolas-

⁴³⁹ Alfredo Noré e Áurea Adão, op.cit., p.107.

⁴⁴⁰ Ávila de Azevedo. *Política do Ensino em África*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1958, p.43.

oficinas. A instrução para os nativos orientava-se para o trabalho, preparando-os como mão-de-obra especializada, não lhes facultando muito da instrução chamada de literária, esta voltada para os europeus, brancos e alguns poucos “assimilados”.

A base de sustentação da proposta das escolas-oficinas era ser uma benesse promovida pela civilização europeia, ao passo que esta mesma civilização estaria se expandindo ao englobar os "indígenas", que em contrapartida deveriam cooperar para o desenvolvimento da nação portuguesa, mediante sua capacidade de trabalho e de obediência. Havia nisso uma concepção de assimilação que não implicava a igualdade dos nativos africanos diante os europeus, mas uma assimilação no sentido de “participação” ou “colaboração”. A educação, segundo essa corrente, deveria ser direcionada para a formação profissional trabalhadora, sendo indesejável e não previsto o desenvolvimento intelectual dos nativos angolanos.

As escolas-oficinas direcionadas aos angolanos "indígenas" abarcavam homens e mulheres, oferecendo um ensino técnico e prático. A instrução literária era em nível elementar e havia a educação moral e física. No nível primário técnico podia ser ofertada a modalidade de artes e ofícios para homens e de costura e trabalhos domésticos para mulheres. Por artes e ofícios compreendiam-se as profissões manuais como pedreiro, marceneiro, oleiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, serrador, ferreiro, serralheiro. Por instrução literária elementar entendia-se a leitura, escrita, as quatro operações básicas da aritmética e o sistema de pesos e medidas.⁴⁴¹

A escola-oficina estava dividida em três ciclos, que não correspondiam ao primário regular das escolas voltadas para os cidadãos, como também não lhes garantia o acesso às mesmas. Cada ciclo, ou classe, durava cerca de dois anos. A 1ª. classe apresentava os ensinamentos morais e físicos básicos; a 2ª. classe era de instrução literária rudimentar; e a 3ª. de ensino técnico especializado. Ao fim de seis anos (podendo se estender até oito) o aluno terminava a escola especializado em alguma profissão manual e, teoricamente, imbuído da moral civilizadora portuguesa.

É pertinente recordar do princípio do trabalho como agente civilizador ainda bastante em voga nas primeiras décadas do século XX, bem como da ideia amplamente

⁴⁴¹ Alfredo Noré e Áurea Adão, op. cit., p. 112/113.

difundida na segunda metade do XIX, e ainda presente na mentalidade colonialista portuguesa, de que os nativos africanos viviam na ociosidade e precisavam do impulso do trabalho para se dignificar enquanto cidadãos.⁴⁴² As escolas-oficinas respondiam a estas duas assertivas preconceituosas.

O sistema de ensino assimétrico foi depois legalmente instituído para Angola por Vicente Ferreira pelo em Diploma Legislativo nº 518 de 16 de abril de 1927, quando desempenhou a função de Alto Comissário nesta colônia:

“Pretendendo satisfazer às necessidades mentais de dois grupos étnicos, naturalmente tão distanciados, como o europeu e o africano, esta organização procura estabelecer, desde o início, dois ramos assimétricos ou linhas divergentes de acção. Há o ensino para os europeus e assimilados e o ensino para indígenas.

Cada ramo compreende dois graus, mas de características diferentes num e noutro ramo. Haverá assim:

- a) Para europeus e assimilados:
 - 1º. Grau: Ensino primário infantil;
 - 2º. Grau: Ensino primário geral;
- b) Para indígenas:
 - 1º. Grau: Ensino elementar profissional;
 - 2º. Grau: Ensino profissional”⁴⁴³

Essa proposta educacional tinha como lema a Educação Coletiva e Indireta, que pressupunha o ensino rural, baseado no desenvolvimento comunitário e na subserviência do nativo ao trabalho, que permaneceria no campo. Após a legislação que oficializava para Angola o sistema diferenciado de ensino, Vicente Ferreira ainda assistiu a Educação Rural Indígena ser depois institucionalizada para todas as colônias pelo governo central, através do Decreto 27.294 de 30 de novembro de 1936, reforçada no ano seguinte com a extinção das escolas-oficinas.⁴⁴⁴

Por este modelo de escola a instrução “indígena” também era dividida em três classes que não equivaliam ao ensino primário dos europeus e “assimilados”. Cada um desses ciclos durava em média dois anos. Ensinavam-se noções básicas da cultura portuguesa, como a língua, hábitos de higiene, de alimentação, comportamentos, etc., e a

⁴⁴² Cristina Nogueira, op. cit.

⁴⁴³ Diploma Legislativo nº. 518 de 16 de abril de 1927, transcrito por Alfredo Noré e Áurea Adão, op.cit., p.116.

⁴⁴⁴ A instituição das “escolas rurais” ocorreu mediante Decreto nº. 27.294, DG nº. 281, Série I, de 30 de Novembro de 1936, pelos artigos 120º, 121º, 122º, 123º e 124º.

ênfase recaía sobre técnicas profissionais de agricultura ou noções de marcenaria, carpintaria, sapataria, etc. Para as mulheres a educação era voltada para as prendas domésticas. Mas uma das significativas diferenças para com as escolas-oficinas era que as escolas-rurais estavam localizadas sempre que possível em “estações ou postos de serviço indígenas”,⁴⁴⁵ ou seja, nos meios rurais e nos espaços dos próprios alunos, que eram disciplinados sem deslocamento para escolas distantes, barrados em um possível acesso a outros níveis de educação e de interesses.

O ensino era profissional agrícola-pecuário – ou profissional de artes e ofícios, limitados a regiões onde eram indispensáveis⁴⁴⁶ – baseado em uma grade curricular voltada para rudimentos de botânica e zoologia, instalação e manuseio de gado, horticultura, arboricultura, pastos, noção de castração de animais e vacinação, silvicultura e noções de construção e higiene rurais, além de rudimentos da escrita e leitura da língua portuguesa. A duração de cada ciclo variava de um a dois anos e, por ser um sistema não equivalente ao ensino primário dos cidadãos, “com a conclusão do ensino elementar profissional agrícola-pecuário ou de artes e ofício, terminava para o “indígena” qualquer pretensão de continuação dos estudos.”⁴⁴⁷

Um terceiro modelo de escola voltada para os "indígenas" se deu com as escolas missionárias, instituídas em 1941 através de uma legislação precisa aprovada por Oliveira Salazar. A ideia de se instruir os “indígenas” mediante a imposição do respeito, da ordem e da dedicação ao coletivo, ensinando-lhes noções de trabalho para mantê-los no campo em um sistema escolar por vezes de internato, foi um modelo de escola utilizado pelas missões religiosas, que também ministravam o ensino religioso.

Historicamente as missões católicas apresentaram um sistema elementar de instrução através da evangelização, mas com a separação da Igreja do Estado de Portugal, em 1913, as missões religiosas coloniais foram transformadas em missões laicas. Em 1926 houve uma primeira reaproximação oficial do Estado com a Igreja, mediante a aprovação do Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas da África e do Timor.⁴⁴⁸ As

⁴⁴⁵ Ver artigo 121º. do Decreto nº. 27.294 de 30 de Novembro de 1936.

⁴⁴⁶ Idem, artigo 122º.

⁴⁴⁷ Alfredo Noré e Áurea Adão, op.cit., p.120.

⁴⁴⁸ Decreto nº. 12.485, DG nº. 228, 13 de outubro de 1926, série I.

missões religiosas, a partir de então, voltaram a funcionar em Angola, contudo se tornaram oficialmente responsáveis pela educação “indígena” somente em 1941, através de uma legislação e uma infraestrutura garantidas pelo Estado.

As escolas missionárias, bem como as escolas-rurais, propunha um processo civilizador dos nativos africanos como algo secundário, menos relevante e mais módico do que pelas escolas-oficinas. De acordo com Vicente Ferreira, a civilização do nativo deveria ser evitada, e sua formação profissional deveria ser específica e limitada, pois não se deveria correr o risco de formar um operariado indígena que concorresse com os trabalhadores europeus. As escolas rurais indígenas e, posteriormente, as escolas missionárias, portanto, investiam mais claramente na segregação dos nativos, mantidos e disciplinados como trabalhadores manuais e rurais, distantes dos centros urbanos e sem possibilidade de continuarem seus estudos. Vale notar que esta corrente educacional estava em concordância com os pressupostos coloniais das primeiras décadas do século XX, que não considerava a assimilação dos nativos na nação portuguesa, discurso que se desenvolveu especialmente na década de 1950.

Se a instrução dos nativos dentro dos parâmetros da educação europeia e a concorrência dos mesmos aos imigrantes brancos, uma vez profissionalizados a partir de uma formação escolar técnica ofertada pelas escolas, configuravam-se em um temor dos colonialistas, parte dos nativos angolanos apostava exatamente na escolarização para essa finalidade. Em 1937, após ter sido sugerida por Frederico da Silva, foi criada a Bolsa de Estudos para Estudantes Pobres, do Centro de Estudos da Liga Nacional Africana, que objetiva a instrução como uma ferramenta para a constituição de uma elite nativa:

“A ininterrupta execução desta genial medida é que depende o formarmos uma elite intelectual angolana, que muito e muito valorizará a nossa actividade em todos os campos de acção.”⁴⁴⁹

Essa bolsa de estudos (que mudou de nome em 1939 para Caixa de Auxílio a Estudantes Necessitados),⁴⁵⁰ assim como outras iniciativas da LNA para aumentar o nível

⁴⁴⁹ Ver no capítulo II deste trabalho o já citado artigo de propaganda da bolsa de estudos da LNA em *Angola...* Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, n.º. 25/26, p.37.

⁴⁵⁰ Ver Antonio Rebelo de Macedo, “Caixa de Auxílio a estudantes necessitados” em *Angola...* Ano VII, Março de 1939, n.º. 31, p.18.

de instrução dos nativos – como a criação de uma escola que passou a funcionar nas salas da sede da associação em 1936,⁴⁵¹ a Escola Oficial criada no ano de 1941,⁴⁵² a Escola Comercial da LNA em 1942⁴⁵³, cursos de piano e de costura para mulheres⁴⁵⁴ – surgiram como alternativas dentro de um restrito sistema escolar. Esse sistema escolar era limitado para os cidadãos e mais ainda para os designados "indígenas", que estiveram, como estamos vendo, restringidos primeiro às escolas-oficinas, depois às escolas-rurais e, por fim, às escolas missionárias.

Estas últimas foram estabelecidas através do Estatuto do Missionário, de 1941, que foi fundamental para o projeto nacional português, pois explica não somente a transferência da responsabilidade da instrução no ultramar às missões religiosas, mas demonstra e reafirma o catolicismo como a base moral e política da Nação. A incumbência da Igreja na educação especialmente dos “indígenas”, tanto em sua cristianização como na oferta de uma escolaridade técnica profissional e em nível elementar, levanta algumas questões para reflexão, como da importância da Igreja no projeto colonial, a abrangência das missões religiosas para a instrução nas colônias, o investimento do Estado na criação de espaços de ensino formal e o papel da Igreja na construção da nação portuguesa no século XX.

Como já foi citado anteriormente, em 1926 foi publicado o Estatuto das Missões Católicas Portuguesas, reaproximando Estado e Igreja, que também pode ser visto como uma preparação para a criação da Ação Católica Portuguesa, o “ramo português de um movimento em expansão pelo mundo católico.”⁴⁵⁵ Como um veículo de intervenção apostólica e social para uma reconquista cristã, orientada pelo Vaticano na pessoa do Papa Pio XI e estimulada, em Portugal, pelo próprio Oliveira Salazar, em Angola a Acção Católica foi apresentada pelo Padre Manuel Bento Ribeiro, colaborador da LNA, com as seguinte palavras:

“A Acção Católica é a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja.

⁴⁵¹ Sem assinatura. Coluna “Notas e Factos” em *Angola...* Ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p. 5.

⁴⁵² Antônio Eugênio Corte Real. “A Missão da Liga Africana na Formação Espiritual e Moral da Criança” em *Angola...* Ano X, Setembro de 1942, nº. 71, pp.08-11.

⁴⁵³ Coluna “Notas e Factos” em *Angola...* Ano X, Abril/Agosto de 1942, nº. 66/70, p. 10.

⁴⁵⁴ Autor anônimo. “Liga Nacional Africana: actividade da comissão administrativa” em *Angola...* Ano XXII, Maio de 1954, nº. 149, p.18.

⁴⁵⁵ Filipe Ribeiro de Meneses. *Definitiva biografia de Salazar*, Ed. Leya, 2011, p.197.

A noção do sobrenatural, ou seja, a ideia de Deus, deixou de influir nas leis e nos costumes. Campeia o laicismo desnordeando a vida pública e social.

Sem Deus e nem religião é o grito blasfemo que soltam, arrogantes, as hordas satânicas inspirando as maiores torpezas e vilanias.

Como na idade Média para dar batalha ao islamismo sensual e aviltante que ameaçava subverter, num mar de sangue, a civilização cristã, na era hodierna, impõe-se outra Cruzada tendente a enfrentar a conjura tramada contra as verdades da Fé.

É esta a razão de ser da Acção Católica.

Apostolado essencialmente religioso, não pretende a conquista do poder. Em que pese seus detractores, paira acima das competições políticas, aspirando a objectivo mais alto: a reforma das consciências para uma sociedade melhor, na qual imperem a justiça e a caridade, as virtudes em que assenta a ordem espiritual, que, quaisquer que sejam as aberrações desencadeadas pelo orgulho rácico, é e será sempre o princípio fundamental da verdadeira civilização.”⁴⁵⁶

Como se pode denotar, a Igreja buscava aumentar seu campo de influência o que se deu especialmente “nos domínios social e educativo, nos quais o Estado se propunha, em princípio, a promover os valores cristãos”.⁴⁵⁷ Foi no campo da educação, em 1935, que o Estado Português constitucionalizou que o ensino seguiria a doutrina e moral cristã, que caracterizava historicamente Portugal. Foi dessa forma que se chegou a 1940 com Concordata e em 1941 com o Acordo Missionário, que:

“selaram a política de colaboração entre o Estado português e a Igreja, pondo fim a um contencioso que se arrastava há décadas. Mantinha-se o princípio da separação herdado da primeira república; mas, como Salazar assinalará mais tarde, dava-se à Igreja ‘a possibilidade de se reconstruir e mesmo de vir a recuperar por tempos o seu ascendente na formação da alma portuguesa’ do mesmo passo que se pretendia ‘aproveitar o fenómeno religioso como estabilizador da sociedade e reintegrar a Nação na linha histórica da sua comunidade moral’.”⁴⁵⁸

Pelo segundo artigo do Estatuto Missionário, as missões católicas portuguesas se tornaram “instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador”, com a obrigação estabelecida de criar escolas, colégios ou institutos de ensino para “indígenas” e europeus, para ambos os sexos, em nível elementar, secundário ou profissional. O artigo 3º. Dizia que:

⁴⁵⁶ Manuel Bento Ribeiro. “A Acção Católica” em *Angola...* Ano VII, Fevereiro de 1939, nº. 30 , p.18

⁴⁵⁷ Valentin Alexandre. *O roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos*. Lisboa, dom Quixote, 2010, p.45.

⁴⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p.45/46.

“As missões católicas portuguesas podem expandir-se livremente, para exercer as formas de atividade que lhes são próprias, e nomeadamente a de fundar e dirigir escolas para os indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais, nos termos do presente diploma.”⁴⁵⁹

O Estado reconhecia as missões religiosas como organizações eclesiásticas, subvencionando-as com repasse de verbas para finalidades de instrução. Outras garantias eram o pagamento de proventos para os prelados, missionários e auxiliares, benefícios de subvenção de algumas viagens para a metrópole, concessão de terrenos para edificação das missões, isenção das taxas para demarcação dos terrenos, gratuidade no transporte de objetos litúrgicos e de materiais de construção das missões, dentre outras tantas regalias. Ainda que o pessoal missionário, auxiliares e professores usufríssem umas tantas vantagens, isso se dava enquanto estivessem no exercício de seu ministério, trabalhando para a edificação da educação dos “indígenas” e dos europeus, acordado com o Estado, mas não os tornavam funcionários públicos.⁴⁶⁰

As atividades educativas nacionalizadas pelo Estado, tradicionalmente a evangelização, foram ampliadas para a oferta de instrução ao menos em nível rudimentar para os “indígenas”. A instrução dos “indígenas” passou a ser inteiramente confiada ao pessoal missionário e o Estado repassou para as missões os estabelecimentos que até esta data mantinha.⁴⁶¹ Entretanto, o Estado não perdia o controle do que era ministrado, determinando que:

“Art. 68º. O ensino indígena obedecerá a orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política, será para todos os efeitos considerado oficial e regulamentar-se-á pelos planos e programas adotados pelo governo das colônias.

Aqueles planos e programas terão em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais.

O ensino indígena será, assim, essencialmente nacionalista, prático e conducente ao indígena poder auferir meios para seu sustento e de sua família e terá em conta o estado social e a psicologia das populações a que se destina.

⁴⁵⁹ Ver Decreto-Lei nº. 31.207 de 05 de Abril de 194 , série I, p. 319.

⁴⁶⁰ Idem, Ibidem, ver artigos 79º, 80º e 81º.

⁴⁶¹ Ibidem, ver o art. 66º.

Cabe ao governo, por intermédio dos serviços da instrução da respectiva colônia, indicar quais os conhecimentos técnicos que em cada região mais convém ministrar aos indígenas.”⁴⁶²

Como podemos notar, a instrução elementar dos habitantes que a legislação civil definia como “indígena” objetivava tanto sua cristianização como sua moldura para o mundo do trabalho. Cabe lembrar que se manteve até 1962 o trabalho obrigatório, baseando-se na mesma ideia presente neste artigo 68º, acima sublinhado, de que o trabalho moralizaria os “indígenas”, retirando-os da ociosidade, civilizando-os para permitir sua assimilação.

Considerando que:

“a *escola colonial* é concebida como um meio auxiliar de ‘colonização dos corpos e dos espíritos’, operando não só como modo de reprodução do *status quo* e de seleção das *elites*, mas também como mecanismo capaz de produzir a sujeição e a imagem de inferioridade do colonizado face ao colonizador”⁴⁶³

compreende-se porque os centros rurais congregavam as escolas missionárias que ofereciam basicamente o ensino em nível rudimentar, chamado a partir de 1950 de Adaptação, e as escolas de artes e ofício e as agrícola-pecuários, que ofereciam formação profissional como de pedreiro, alfaiate, marceneiro e técnicas agrícolas.⁴⁶⁴

Mas apesar do ensino no ultramar ter sido majoritariamente oferecido à maioria numérica da população pelos missionários, os nativos angolanos da elite usufruíam do sistema de ensino dos portugueses metropolitanos. Entretanto, em muitos casos haviam passado pelas escolas missionárias, onde tiveram uma primeira formação literária ou profissional que os habilitavam a solicitar a cidadania. Por isso que o sistema educacional como um todo foi importante para a elite nativa, pois além da escola lhes proporcionar uma formação que os capacitaria a ocupar determinadas funções técnicas ou representativas, a escola para os "indígenas" também deveria ser ampliada em número e qualidade, de forma que estes também se profissionalizassem.

⁴⁶² Ibidem, art. 68º. , p.324.

⁴⁶³ João Carlos Paulo. “Vantagens da Instrução e do Trabalho: ‘escolas de massas’ e imagens de uma ‘educação colonial portuguesa’” em *Educação, sociedade e cultura*. Nº. 05, 1996, p. 102.

⁴⁶⁴ Amadeu Castilho Soares, “Levar a Escola a Sanzala: plano de ensino primário rural em Angola, 1961-62” em *Episteme*, 2002, nº. 10/11/12, Universidade Técnica de Lisboa, p.34.

Talvez por isso a LNA tenha dedicado tamanho espaço em seu periódico às questões específicas dos nativos, como bairros e casas, hospitais e maternidades, escolas e creches, agricultura e economia "indígenas". Mesmo sendo da elite social e reiterando, por não se contrapor abertamente, a estratificação que o sistema do indigenato impunha, os cidadãos negros e mestiços angolanos, por seu histórico de discriminação racial, destarte a cidadania, insistiam na relevância da instrução para todos, mesmo que em um sistema de ensino assimétrico e desigual. E aliado à instrução, o estímulo da economia dos nativos era considerado elementar para o desenvolvimento da nação:

“Nosso último editorial *Confiemos* causou no público e entre os leitores da nossa Revista, viva e agradável impressão.

Analizada em suas linhas gerais, a ideia por nós exposta, da cooperação em todos os campos de atividade, de todos os portugueses sem distinção de raças, não é uma aspiração que deve entrar em realização, mas sim um dever que incumbe aos governos pôr em equação.

É esta uma medida de alto alcance econômico se considerarmos que o aborígene, sendo o maior consumidor e produtor nas colônias, o seu levantamento material daria margem, dado o seu viver de impenitente megalômano, sem preocupações pelo futuro, ao enriquecimento do comércio e industria que, presentemente , definham na impossibilidade de darem vazão a seus produtos.”⁴⁶⁵

Fazendo coro à ideia propalada pelos colonos de que os africanos de modo geral não se preocupavam com o futuro, em uma crítica direta a seu modo de vida, esses nativos da elite, em 1934, marcavam a necessidade de uma melhora do nível econômico da população também chamada de “aborígene”, para que a nação portuguesa crescesse a partir do aumento da capacidade de consumo da população nativa, aumentando a circulação de produtos e permitindo a economia nacional progredir. Em outro editorial, de abril de 1935, a revista da Liga deu início a uma série de artigos sob o título de *Fomento da Riqueza Indígena*, em que chamava a atenção para a importância da formação moral e material do nativo:

“No vasto campo das realizações coloniais em que anda empenhada a elite colonialista do país, não vemos tratar-se, com interesse, em tudo que se tem escrito e executado, do fomento da riqueza indígena. Queremo-nos referir, ao falar do fomento da riqueza indígena, na melhoria das condições sociais e financeiras que é mister que o aborígene atinja para maior dignificação da obra colonizadora portuguesa e grandeza dos domínios ultramarinos de Portugal.

⁴⁶⁵ Editorial. *Angola...*, Ano II, Abril de 1934, nº. 4, p.1.

Não podemos compreender o progresso das Colônias sem a prosperidade dos povos que a habitam. E parece-nos, salvo melhor opinião, que a melhor e sã política indígena seria a que tendesse ao aperfeiçoamento moral e material dos indígenas a par e passo que as Colônias forem avançando no caminho do progresso. O contrário disto, por maior que seja o desenvolvimento dos territórios africanos portugueses, não passará tudo de falso europeu dado o contraste que resultará entre a riqueza e opulência das Colônias e o viver pobríssimo e miserável dos indígenas.”⁴⁶⁶

Com o desenvolvimento da “aptidão” dos "indígenas" para o trabalho na agricultura e na indústria o retorno seria para toda a nação, que ganharia mediante a revitalização da economia colonial. O que se vê é o empenho de uma grande energia da elite nativa angolana para criar estratégias de desenvolvimento tanto para si, enquanto classe, quanto para todos os "indígenas", pensando em todos enquanto povo angolano. Fosse pela ampliação do sistema instrutivo ou pelo desenvolvimento das forças econômicas dos "indígenas", a elite nativa de Angola procurava formas de participação na sociedade colonial. E neste cenário, sem dúvida que a educação teve um papel central para as metas destes angolanos congregados na LNA:

“O apelo lançado pela atual Com. Administrativa para que todo o bom africano ingresse na LIGA tem sido bem compreendido, pois os seus Estatutos, conquanto estejam hoje antiquados, tem objetivos que precisam de ser postos em prática:

‘A Instrução e a Beneficência’

Compete às associações, embora auxiliadas pelo Estado, desenvolver esses dois benefícios que aproveitam os filhos dos africanos e dos colonos que nesta bendita Angola vivem. Luanda, capital desta rica Angola, não tem uma Escola de Artes e Ofício que permita dar aos menores do sexo masculino a possibilidade de adquirirem um ofício que lhes garanta no futuro o escasso pão quotidiano.

Pertence a Liga mostrar ao Governo essa necessidade e procurar, em conjunto, estudar a forma de remediar essa tão grande lacuna, absolutamente indispensável.”⁴⁶⁷

Zedy, em 1933, atento a proposta constitucional que previa o auxílio do Estado nas iniciativas para a instrução das pessoas, instrução que era de responsabilidade última da família, propunha como alternativa que a LNA fundasse uma escola com o auxílio do Estado. Designando espaço em sua sede, entrando com as salas de aulas, o Estado colocou em funcionamento uma escola oficial, mediante a contrapartida de garantir algumas matrículas para os filhos dos associados. No ano letivo de 1936/37 passou a funcionar na

⁴⁶⁶ Editorial. *Angola...* Ano III, Abril de 1935, n.º. 4, p.1.

⁴⁶⁷ Zedy. “Para que se saiba...” em *Angola...* Ano I, Março de 1933, n.º. 3, p.9.

sede da Liga a Escola Primária “Emilio Monteverde”, que se não era como os sócios desejavam, com professores próprios e direcionada apenas para seus filhos e parentes, era, de qualquer sorte, mais um estabelecimento de ensino que ampliava as chances de matrícula para os angolanos.⁴⁶⁸

Outra forma de garantir a instrução formal dos angolanos foi ocupar as vagas nas escolas e universidades fazendo uso das bolsas de estudo. Estas se ampliavam ao passar dos anos, tendo sido concedidas por iniciativa privada e pública. Essas bolsas permitiam que alguns nativos se preparassem intelectual e profissionalmente, o que gerou como consequência, sem sombra de dúvida, todo um movimento na direção de fazer surgir, ou ressurgir, um sentimento nacionalista angolano, a partir dos anos 1950.

3. AS BOLSAS DE ESTUDO E A FORMAÇÃO DA ELITE NATIVA.

A manutenção de um estudante na escola, em qualquer nível, era relativamente dispendioso, dado os custos das taxas escolares, especialmente ao se tratar de estabelecimentos particulares, mas igualmente a própria vida escolar pressupunha um investimento mínimo em materiais, alimentação e por vezes moradia, quando o indivíduo se deslocava para algum centro na busca da continuação dos estudos. Considerando que a geração de renda na província de Angola passou a ser cada vez mais restrita, especialmente para os naturais da província em decorrência da crescente imigração de colonos metropolitanos, os nativos passaram a recorrer às bolsas de estudo como uma forma de auxiliar alguns jovens a se manter e continuar sua formação. Mesmo tendo sido um número pequeno de bolsas, considerando toda a população de Angola, elas foram simbolicamente de um valor ímpar para o processo de formação intelectual dos africanos, mas, principalmente, para a sobrevivência de um grupo de nativos que era intermediário entre os "indígenas" e os portugueses brancos metropolitanos e que, com o passar das décadas, lutava cada vez mais aguerridamente por um lugar mais digno na sociedade portuguesa e angolana.

⁴⁶⁸ Coluna “Notas e Factos” em *Angola...* Ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p. 5.

As bolsas de estudos, portanto, foram conferidas tanto por iniciativa privada como a Caixa de Auxílio a Estudantes Necessitados do Centro de Estudos da LNA, quanto pelo Governo Geral de Angola, a Câmara Municipal de Luanda, a Caixa Econômica e outros órgãos e agremiações. Vejamos como se deu essa história.

Em 26 de setembro de 1936, pretendendo contar com a colaboração de associados ou não da LNA interessados em conhecimentos que ampliassem e complementassem “a cultura livresca das escolas”⁴⁶⁹, foi criado o Centro de Estudos da LNA com a finalidade de:

“(a) versar sobre problemas científicos, literários e coloniais que deem aso a polêmicas e sabatinas; (b) criar, propagar, intensificar e melhorar o gosto e as ambições de cultura dentro da população nativa; (c) evitar e desfazer todas as ideias, desejos e práticas que tendam direta ou indiretamente a espicaçar ou acordar o *eu inferior* ou os hábitos primitivos do povo”⁴⁷⁰

Ainda no mesmo ano, um dos colaboradores mais assíduos do Centro de Estudos e autor de diversos artigos na imprensa angolana, Frederico da Silva, sugeriu a criação de uma caixa de auxílio a estudantes pobres como uma forma de cuidar do futuro dos angolanos, diante da “concorrência dos homens em sociedade na luta pela vida”. Subsidiando os estudantes que já estivessem estudando na metrópole ou enviando quem tivesse concluído o curso liceal e sem recursos para continuar os estudos, a proposta dessa bolsa era dar esperanças a um futuro mais ambicioso para Angola.⁴⁷¹

Depois de amadurecer a ideia, e com uma prática de fomento a caixas de auxílios, lembrando que este era um dos objetivos mais comuns das associações e constava nos estatutos de fundação da LNA, em setembro de 1938 foi criada a Bolsa de Estudos a Estudantes Pobres, do Centro de Estudos. Essa ajuda financeira dirigia-se a estudantes necessitados se manterem nos liceus e àqueles que, mesmo sem condições, ao se distinguirem no ensino liceal terem uma chance de continuar os estudos em um curso superior.

⁴⁶⁹ João de Almeida e Souza, discurso de inauguração do Centro de Estudos e transcrito parcialmente na coluna “Notas e Factos” em *Angola ...* Ano IV, Setembro/Outubro de 1936, nº. 7, p.5.

⁴⁷⁰ Transcrito na coluna “Notas e Factos” em *Angola ...* Ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p.5.

⁴⁷¹ Frederico da Silva. “A instrução e o angolano II” em *Angola...* Ano IV, Julho/Agosto de 1936, nº. 6, p.8

O início concreto desta ação ocorreu por conta da ajuda financeira que um grupo de sócios da LNA repassou a Manuel Sebastião Pedreira, também integrante do Centro de Estudos, que fora estudar medicina na metrópole em 1937 e que após o falecimento do pai ameaçara retornar a Angola por falta de condições de se manter em Lisboa.⁴⁷² Cotizada espontaneamente entre os membros do Centro de Estudos, após essa a primeira remessa de dinheiro a um estudante universitário, os sócios da Liga criaram e regularizaram a Bolsa de Estudos a estudantes pobres, propagandeada também como uma forma de civismo e de melhoria do nível material, intelectual e moral de todos os angolanos.⁴⁷³

Em março de 1939 o nome da bolsa de estudos mudou para Caixa de Auxílio a Estudantes Nativos Necessitados e já mantinha um estudante universitário de medicina em Lisboa e um secundarista no Liceu Salvador Correia em Luanda.⁴⁷⁴ Em 1942, a Liga sustentava, além do mesmo estudante de medicina, Sebastião Pedreira, dois no liceu de Luanda, Victor Narciso e José Pinheiro da Silva.⁴⁷⁵ E para conseguir aumentar a receita da Caixa de Auxílios, e cumprir com os acordos acertados, a revista *Angola* passou a publicar artigos, notas e matérias de diversos autores que elogiavam a iniciativa do Centro de Estudos e solicitavam, insistentemente, a colaboração financeira de todos os angolanos, por vezes conclamando todos os africanos, sempre marcando o dever cívico e patriótico da iniciativa, que daria resultados para a conquista “do lugar que hêmos que ocupar”.⁴⁷⁶

Apesar das insistentes matérias sobre a relevância da formação de uma elite intelectual nativa, que se daria através também da concessão de auxílios a estudantes necessitados, uma vez que a inteligência, como pontou Lumenção, não era um privilégio das classes abastadas,⁴⁷⁷ a receita da Bolsa de Auxílio da LNA era baixa, a ponto de seu presidente solicitar, em 1944, ajuda ao governo geral. Seu pleito foi atendido e o governo

⁴⁷² Ver a história da bolsa em *Angola...* Ano XI, Janeiro/Maio de 1943, nº. 75/79, p.12.

⁴⁷³ A. Burity da Silva. “Uma bolsa de Estudos” em *Angola...* Ano VI, Setembro/Outubro de 1938, nº. 25/26, p. 10/11.

⁴⁷⁴ Antônio Rabelo de Macedo. “Caixa de auxílio a estudantes nativos necessitados” em *Angola...* Ano VII, Março de 1938, nº. 31, p.19.

⁴⁷⁵ Sem assinatura. “Resumo do movimento da Caixa de auxílio a estudantes necessitados” em *Angola...* Ano XI, Outubro de 1943, nº. 84, p. 10.

⁴⁷⁶ Manuel Aleixo de Palma. “Uma bolsa de estudos” em *Angola...* Ano VII, Maio de 1939, nº. 33, p.6

⁴⁷⁷ Lourenço Mendes da Conceição (Lumenção). “O alcance social das bolsas de estudo” em *Angola...* Ano XIII, Dezembro de 1944/Maio de 1945, nº. 93/98, p.2.

repassou para esta coletividade luandense 24.000,00 angolares, destinados à Bolsa de Auxílio a Estudantes Nativos Necessitados.⁴⁷⁸

É interessante notar que na mesma edição da revista *Angola* em que saiu a notícia deste subsídio do Governo da colônia, também se publicou a matéria de Lourenço Mendes da Conceição (conhecido como Lumenção) que esclarecia aos leitores a existência no orçamento geral de Angola de fundos especiais para garantir a diversas organizações meios financeiros para exercerem suas missões.⁴⁷⁹ Ou seja, ainda que não tenha sido uma deferência exclusiva à LNA, esse parece ter sido o início de uma constante prática do governo, que repassou verbas públicas à associação, como foi com os subsídios para a elevação da sede própria da Liga, inaugurada no ano de 1953.⁴⁸⁰

Foi com verbas dos fundos específicos no orçamento geral das colônias, que o governador geral Francisco José Vieira Machado criou as bolsas de estudos destinadas a estudantes necessitados dos liceus, Salvador Correia e Diogo Cão, a ingressarem no ensino superior. Desse modo, as primeiras bolsas do governo de Angola foram criadas no ano de 1939 em número de 2 (duas), sendo ampliadas no ano seguinte para 3 (três).⁴⁸¹ Seguindo esta iniciativa, outras bolsas de estudo foram instituídas, como um indicativo de criação de bolsa pela Caixa Econômica, e as 5 (cinco) pela Câmara Municipal de Luanda e 3 (três) pela Mocidade Portuguesa.⁴⁸²

Não sabemos quem foram os alunos que receberam essas bolsas, se eram pobres filhos de nativos angolanos ou se eram filhos de colonos. Lembremos que as escolas eram abertas para qualquer um que tivesse as prerrogativas para nelas ingressarem e que muitos dos colonos portugueses eram pobres, sem recursos financeiros, que emigrarem em busca de oportunidades melhores. Ou seja, apesar da existência de algumas bolsas de estudos a estudantes carentes concedidas pelo governo e por iniciativas privadas, podemos ter certeza, por ora, que somente aquelas criadas pela LNA eram voltadas diretamente para o

⁴⁷⁸ Autor anônimo. “O governo de Angola concedeu um subsídio” em *Angola...* Ano XIII, Dezembro de 1944/maio de 1945, nº. 93/98, p.5.

⁴⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p.7.

⁴⁸⁰ A.F. “A nossa sede” em *Angola...* Ano XIX, Maio de 1953, nº. 147 p.19.

⁴⁸¹ M. R. A. “Quem não aparece não é lembrado” em *Angola...* Ano XI, Setembro de 1943, nº. 83, p. 4.

⁴⁸² Idem, *Ibidem*.

melhoramento moral, material e intelectual dos filhos dos nativos angolanos, que em sua maioria eram negros e mestiços.

De qualquer forma, aproveitadas por filhos de colonos ou por filhos de nativos africanos, essas bolsas de estudo eram voltadas para a população carente e tinham como finalidade proporcionar a formação de alguns poucos dentro de um sistema de ensino restrito e excludente, com uma carga simbólica muito maior do que as vantagens reais que esse seleto grupo de estudantes beneficiados amealharia para a coletividade da qual faziam parte. Dito de outro modo: a imagem de um Estado que investia no desenvolvimento do seu povo, haja vista a concessão de bolsas para estudantes pobres, e a cooptação desses afortunados na defesa da permanência dos portugueses em territórios africanos pretendia ser maior do que os reais benefícios econômicos para os poucos angolanos que obtivessem uma formação profissional mediante essas bolsas.

O tom de reconhecimento pelas ações do Ministério Ultramarino, em 1954, no setor de instrução, ao tempo que se registrava (ou ameaçava?) a existência de problemas de nacionalismo e se marcava a relação direta entre “formação técnica, científica, literária e, sobretudo, moral dos homens de amanhã”⁴⁸³ com os problemas de condução administrava, caso esse compromisso com o ensino falhasse, passou a marcar as matérias da revista. Mas, ainda contabilizando os investimentos dos órgãos públicos, notamos que a partir deste ano foram aumentadas o número de bolsas a estudantes pobres concedidas pelo governo geral de Angola de 3 (três) para 10 (dez), como se concedeu abono de passagens de ida, retorno e férias aos estudante do Ultramar em cursos superiores na metrópole, a permissão dos finalistas dos liceu prestarem a prova de ingresso em cursos superiores nas próprias províncias e alguns outros benefícios aos estudantes missionários da metrópole e alguns subsídios às escolas missionárias ultramarinas.⁴⁸⁴

A próxima ação significativa no setor das bolsas, pelo menos simbolicamente, ocorreu no ano de 1957, e pareceu mais uma tática de conservação do império colonial português, criticado interna e externamente como uma nação que pouco investia no desenvolvimento de seu povo, lembrando aqui os altos índices de analfabetismo,

⁴⁸³ Sem assinatura. “O Ministro do Ultramar e os problemas de ensino” em *Angola...* Ano XXII, Maio de 1954, nº. 149, p.14.

⁴⁸⁴ Idem, p.2.

especialmente no ultramar. Possuindo uma população de analfabetos na ordem de 96%,⁴⁸⁵ neste ano foram criadas as Bolsas de Estudo para Indígenas do Governo Geral de Angola, destinadas àqueles que melhor se classificassem no exame de admissão aos liceus ou da 4ª. classe do ensino primário que desejassem ingressar nos liceus ou nas escolas técnicas.⁴⁸⁶ Significativo também é o conteúdo político da matéria que torna pública essa portaria:

“Entre as variadíssimas obrigações que impendem sobre os Governos, nenhuma se nos apresenta revestida de tamanha importância como a da educação e instrução das populações. Toda lentidão nessa matéria terá funestas consequências no futuro; todos os adiamentos nada mais conseguirão que gravar o problema.

(...)

Aplaudimos de alma e coração essa inteligentíssima e oportuna medida governamental [a portaria que institui as bolsas de estudo para "indígenas"]. E deste cantinho da nossa revista endereçamos a Sua Ex^a. o Governador Geral, Coronel Horácio José de Sá Viana Rebelo, as nossas respeitadas saudações, e lhes manifestamos os agradecimentos dos beneficiados, que somos, afinal, todos nós, naturais de Angola, pois embora as bolsas tenham sido instituídas, especialmente, para indígenas, as suas vantagens serão para todos os angolanos, porque, numa família bem constituída, o bem estar de uns dificilmente deixará de se refletir nos outros membros.”⁴⁸⁷

Como notamos, as bolsas eram voltadas para "indígenas" e ovacionadas pelos “civilizados” como uma medida que poderia gerar frutos positivos no engrandecimento material e moral de toda a população. Mas eram bolsas concedidas a estudantes já em fase relativamente avançada de instrução, e não uma medida para realmente diminuir o índice de analfabetismo, alargando o sistema de ensino. Novamente somos levados a interpretar essa medida não como algo que pretendia acabar com o baixo índice de escolarização da população nativa, mas para fingir uma ação benemérita do Estado, que estaria ajudando aqueles povos considerados atrasados – lembrando que por isso se justificava estarem submetidos a uma legislação própria – a se desenvolverem, como afirmava a doutrina colonial portuguesa desde 1930.

De qualquer modo, essa matéria acima traz o tom e o objetivo das inúmeras solicitações e artigos sobre a necessidade de aumento da escolarização de todos os angolanos, “civilizados” ou não, pois o crescimento de uma parcela da população se

⁴⁸⁵ *Anuário Estatístico do Ultramar*, 1958, Instituto de Estatística, Lisboa, citado por Eduardo Souza Ferreira, op. cit., p. 79.

⁴⁸⁶ Portaria Provincial do governador de Angola n.º 10.023 de 18 de Dezembro de 1957 transcrita em *Angola...* Ano XXV, Julho/Dezembro de 1957, n.º 155, p. 27.

⁴⁸⁷ Coluna “Notas e Factos” em *Angola...* Ano XXV, Julho/Dezembro de 1957, n.º 155, pp. 27/28.

refletiria no todo. Ademais, essa bolsa para "indígenas" parece uma resposta à ampla campanha por aumento de número de escolas para toda a população, mesmo que o pleito por instrução considerasse a oferta de escolas com modalidades diversas de ensino. Essa campanha se intensificou na década de 1950, quando a população tratada como “civilizada” não mais enfocava a instrução somente para sua classe, mas para todos os angolanos.

No segundo ano das bolsas de estudo para "indígena", Lourenço Mendes da Conceição publicou uma matéria em que analisava seu significado e alcance, quando comparado com a história do ensino em Angola. Além de elogiar a iniciativa do Governador Geral Cel. Sá Viana Rebelo, que criou as bolsas, o autor reiterou a relevância da instrução para o desenvolvimento nacional, considerando Angola como parte da nação Portuguesa, e marcou a Instrução e a Educação como uma função que compete ao Estado, “sobretudo em África”,⁴⁸⁸ mesmo reconhecendo a preponderância da Igreja e da Família nesse setor. Ademais, registrou alguns números retirados da *Revista de Ensino* e da *Estatística de Educação*, que apesar de não serem os mesmos critérios disponibilizados no *Anuário Estatístico do Ultramar*, são suficientes para termos uma ideia do quadro de estudantes bolsistas "indígenas", denominados por ele de “pretos”, nos liceus e escolas técnicas da província.

No ano letivo 1958/59 foram orçadas 38 bolsas para "indígenas", das quais 32 foram efetivadas e seis não foram preenchida por falta de candidatos. Um dado muito importante é que somente 21 bolsistas tiveram aproveitamento, os demais não lograram notas suficientes, de acordo com o autor, pelo fato da “maior parte dos alunos ter vindo de um meio de mentalidade primitiva”⁴⁸⁹ e por terem começado a estudar com o ano letivo já avançado em alguns meses. A dificuldade inicial de assimilação do ensino liceal se resolveria, acreditava o autor, com o passar dos anos e com o hábito dos "indígenas" com o ambiente acadêmico.

Para o segundo ano do auxílio aos "indígenas", o governo disponibilizou 77 bolsas, das quais ficaram sobressalentes 15 pelo mesmo motivo do ano anterior e na altura da reportagem não havia resultado final de aproveitamento. O que notamos é que no segundo

⁴⁸⁸ Lumenção. “As bolsas de estudo do senhor Sá Viana Rebelo” em *Angola...* Ano XXVIII, Janeiro/Junho de 1960, n.º. 160, p.12.

⁴⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 11.

ano foram preenchidas 62 vagas nos liceus e escolas profissionais com "indígenas" carentes, mediante as bolsas de estudo do governo. O autor registra, ainda, que para os anos letivos 1954/55 foram matriculados no ensino liceal 78 "indígenas" (em um universo de 2.627 matrículas) e 45 nas escolas técnicas profissionais (em um universo de 1.162 estudantes); no ano letivo 1957/58 esse número subiu para 178 "indígenas" nos liceus (num total de 4.705 alunos) e 144 nas escolas técnicas profissionais (entre o total de 2.679 estudantes).⁴⁹⁰

Ou seja, sempre houve "indígenas", bem poucos, há de se notar, no sistema de instrução voltado para "civilizados", o que mostra que havia uma população nativa com recurso financeiro para investirem em escolarização, mas sem o *status* social de cidadão. Também se realça a disparidade entre os seletos "indígenas" com recurso e a esmagadora maioria de cerca de quatro milhões sem qualquer acesso a escola...

Fazendo um histórico do nível de instrução em Angola, tentando encontrar uma explicação para o baixo índice de escolarização nesta província, Lourenço Mendes da Conceição concluiu que a passagem do Sr. Norton de Matos pela administração da colônia foi de grande atraso para o desenvolvimento dos nativos. Citando mais uma vez o fatídico Quadro Auxiliar do funcionalismo público, o autor traçou um paralelo nítido entre a perda da capacidade econômica dos nativos e seu atraso escolar. Por falta de condições de pagamento dos custos da educação, os nativos ficavam aquém em formação técnica, ocupando espaços no mundo do trabalho que requeria menos formação literária e por isso recebendo vencimentos tão baixos que não os permitia pagar os custos de uma formação escolar. Por sua vez, a falta de escolarização os mantinha na mesma posição de subalternidade por falta de uma formação profissional que os capacitassem a disputar as melhores vagas de trabalho.

Como uma serpente que encontra o próprio rabo, o círculo vicioso só poderia ser desfeito mediante uma organização conjunta dos interessados em mudar o tal círculo. Movimento esse iniciado por parte da elite nativa angolana, especialmente nas pequenas ações realizadas ao longo das décadas, como a criação de bolsas de estudo, co-participando

⁴⁹⁰ Ibidem. O autor cita como fonte a *Revista de Ensino de 1955* e a *Estatística da Educação*, anos letivos 1956/57 e 1957/58, sem fazer referências completas às edições.

de escolas oficiais, promovendo cursos de comércio, de costura, de piano, etc., mas sobretudo com os insistentes pleitos à administração solicitando instrução e educação e as inúmeras falas em prol do desenvolvimento intelectual e material do nativo.

A já referida criação do Centro de Estudos, em 1936, foi o canal mais importante de articulação para as empreitadas no campo da instrução promovidas pela LNA. No mesmo ano a Liga entrou com o espaço físico para a abertura de uma Secção da Escola de ensino oficial “Emílio Monteverde” e criou estímulos para, em 1937, o próprio Centro de Estudos abrir suas portas para um Curso de Explicação, gratuito e com conteúdos referentes aos três primeiros anos do ensino secundário, destinado aos sócios ou seus filhos.⁴⁹¹

Na década de 1940 se iniciou, lentamente, é verdade, o que veio a ser no futuro próximo uma verdadeira campanha para a criação de escolas técnicas voltadas especialmente para os nativos. Um dos primeiros a tratar deste tema foi Ludovico Mara, que propôs uma Escola Profissional para os “incultos”, afirmando que:

“devemos trabalhar por que os nossos operários tenham as escolas que lhes permita aperfeiçoar e elevar as suas tendências até o mais alto grau de perfectabilidade, porquanto, é preciso que se diga bem claramente, é neles que está o nosso *valor de facto* como agregado social dentro da comunidade portuguesa.”⁴⁹²

Valorizando o “indígena”, capacitando-o e aperfeiçoando-o no trabalho, dando-lhe formação moral para que o conjunto da sociedade se elevasse também, era assim que Angola encontraria seu rumo, pois se profissionalizaria, além de se instruir.

Contudo, havia um receio emitido especialmente pelos colonos e pelos administradores: que o “indígena” letrado se tornasse ocioso e não mais quisesse trabalhar em serviços manuais. Este receio também colaborou para não se aumentar as escolas para os nativos, como já vimos através dos debates sobre as escolas-oficinas e escolas-rurais. Tentando desconstruir a premissa de que a instrução era sinônimo de insubordinação, Jorge Neto publicou um artigo para reforçar a campanha por mais escolas, combatendo o medo dos portugueses brancos de que escolaridade obrigatória criaria uma população de doutores. Citou o exemplo dos países europeus, em que mesmo o ensino sendo obrigatório sempre

⁴⁹¹ A. Alves Machado. “O Centro de Estudos e o curso de explicação da LNA” em *Angola...* Ano IV, Agosto de 1937, nº. 17, p. 37.

⁴⁹² Ludovico Mara. “A educação profissional em Angola para naturais” em *Angola...* Ano XI, Janeiro/Maio de 1943, nº. 75/79, pp.7/8.

existiu camponeses, operários e artistas, e até os que de operário se tornaram doutores e administradores. A educação, segundo o autor, se fazia necessária para uma melhor formação e aperfeiçoamento espiritual e profissional, que faria estes homens mais comprometidos com a circulação e o consumo econômico. Por isso:

“contamos mesmo que a frequência [escolar] não deva ser limitada, porque cada qual se encarregará de seguir o seu caminho, sem atropelar ninguém. Não serão todos doutores ou engenheiros. Haverá de tudo, como nos países mais civilizados da Europa e da América.”⁴⁹³

O que aparecia, na década de 1940, como proposta sugerida e timidamente defendida, a saber, escola obrigatória para toda a população angolana, passa dez anos depois a se tornar o lema da revista que a anuncia no editorial da edição de novembro de 1953 com as seguintes palavras:

“Volta-se assim hoje, quase a maioria dos homens sensatos para os meios pacíficos da instrução, da cultura e da educação, na convicção de que elevado o nível cultural do povo, resolvidos estarão, automaticamente, muitíssimos problemas de ordem social que debalde se tem procurado solucionar por outros meios. Ora, é precisamente o que convém fazer-se em prol do povo nativo de Angola. Actualmente já não é com a espada flamejante da guerra que procuraremos solucionar o grandioso problema da sua formação. Cada coisa no seu tempo. Se aquele meio foi utilíssimo e importante nas épocas recuadas da Conquista e Ocupação, nos nossos dias o único meio eficaz e humanitário para formar povos atrasados (sic) é espalhar entre eles escolas, difundir a instrução, moldar em bons e são princípios a sua educação.”⁴⁹⁴

O editorial conclui dizendo que a LNA vai procurar “alargar o espaço vital de suas actividades”, anunciando a esperança em tempos de mudança. Pois até o fim da década, a revista publicou em toda a edição, que se tornou semestral, ao menos uma matéria sobre a necessidade de ampliação do nível de instrução do povo angolano, considerando povo aqui todos os nativos de Angola, dos designados "indígenas" aos colonos que na terra aportavam. Naturalmente que a ênfase recaía na necessidade de prover aos naturais da terra uma sólida formação escolar, fosse no ensino profissionalizante ou literário.

Domingos de Gusmão Africano publicou uma longa matéria, em 1959, tratando do ensino para "indígenas", que, se por um lado, deveria se manter sob responsabilidade das missões, por outro deveria urgentemente receber um incremento financeiro do Estado.

⁴⁹³ Jorge Neto. “Criem-se mais escolas” em *Angola...* Ano XI, Outubro de 1943, n.º. 84, p. 10.

⁴⁹⁴ Sem assinatura. “Manter o ideal” em *Angola...* Ano XIX, Novembro de 1953, n.º. 148, p. 1.

Informando ao leitor que de 1931 a 1959 o governo aumentou a verba para o ensino direcionado a população civilizada na ordem de 37 vezes, Africano segue criticando o mesmo governo que no mesmo período só aumentara 7 vezes o valor transferido à educação voltada aos "indígenas". Enfatizou a necessidade impreterível de se investir na instrução dos "indígenas", para “formar homens conscientes de sua missão sobre a terra”, objetivando a valorização do trabalho do nativo, para que ele “não se sinta dispensado de certos gêneros de serviços”. Recebendo uma instrução orientada, que acabasse de vez com o analfabetismo e a incultura, os "indígenas", com o ensino que valorizasse o trabalho, não se tornariam “vadios intelectualizados, como parece tanto se temer alguns setores europeus.”⁴⁹⁵

Como notamos, o temor de ficar sem a mão de obra nativa, disponível e barata, foi uma constante do colono e do Estado português, que por isso não estimulavam a ampliação do acesso à escola a população natural das colônias. A ênfase dada na educação coletiva e ampla por alguns grupos da elite nativa tinha, por outro lado, como objetivo proporcionar o desenvolvimento de Angola, valorizando o elemento nativo, mas não necessariamente facultando-lhe as mesmas oportunidades oferecidas aos “civilizados”.

O Estatuto do Indígena ainda cingia a sociedade portuguesa e por mais que aumentassem as críticas ao pouco investimento que Portugal fazia para o desenvolvimento intelectual e material de seu povo, o indigenato era questionado apenas tangencialmente. Abertamente, os nativos questionavam e criticavam o pouco interesse e investimento no setor da educação e instrução, que se constituíam na porta de entrada para as sugestões sutis e dispersas nas matérias, ações e reivindicações promovidas pela elite nativa, nas quais a Educação foi a principal bandeira para a transformação social. É assim que se chega em 1960, não mais reivindicando, mas exigindo a prometida instrução, nas palavras de quem foi um dos mais aguerridos sócios da LNA, Lourenço Mendes da Conceição, apelidado de Lumenção:

“Mais que aos indivíduos isoladamente, é essa uma tarefa que neste Continente cabe, sobretudo, aos Governos. Todos, no cumprimento do mandato que receberam das respectivas nações, devem ter como uma das suas mais importantes obrigações a

⁴⁹⁵ Domingos Gusmão Africano. “Ensino de Indígenas” em *Angola...* Ano XXVII, Julho/Dezembro de 1959, nº. 159, pp. 15-18.

educação e instrução das populações, a política da sua valorização em todos os campos.

A África quer aprender; a África quer saber. Mas, para tanto ela precisa de estudar. Deem-nos escolas, é o brado que se ouve de todos os lados da África. Mendiga-se um favor? Não! Lembra-se a observância de um indeclinável dever.”⁴⁹⁶

Da obrigação em ofertar escolas para toda a população, o autor segue tratando da importância primordial do ensino das massas para depois se pensar no ensino das elites. Sem uma base firme, que seria a educação de amplos setores do povo, com o fito na erradicação do analfabetismo, uma Nação não se sustentaria. Foi por essa razão que, apesar de tanto ter escrito clamando por instrução em Angola, o autor foi contrário a criação de um curso universitário na província, quando autorizado em 1962 (para ser suspenso um mês depois), por defender o ensino primário obrigatório, que se fazia urgente à ampla maioria da população nativa.⁴⁹⁷

O entusiasmo pela educação, que também encontramos no Brasil desde os anos 1920, encontrou o seu contorno mais nítido no final do artigo de Lumenção, no qual o autor clama por instrução especialmente aos "indígenas", relegados sempre a um segundo plano de interesse por parte do Estado:

“As metralhadoras e canhões, sendo, indiscutivelmente, instrumentos necessários e indispensáveis para garantir a paz e a tranquilidade das Nações, jamais poderão transformar Povos dominados em amigos dos seus dominadores. A concórdia e harmonia entre ambos, é missão dos intelectuais e pensadores, únicos que sabem falar aos corações dos homens e fazer-lhes compreender, pela persuasão, onde estarão os seus interesses. Como dizia Daudet, não se dão tiros nas ideias.”⁴⁹⁸

Considerando certo compromisso social dos intelectuais e pensadores, e da sua capacidade de falar aos homens, persuadindo-os, convencendo-os, guiando-os, o autor traduz o que vai se tornar a “pedra de toque” do movimento emancipacionista a partir desta década de 1960. Vale lembrar que a Liga iniciou o movimento de construção de uma

⁴⁹⁶ Lourenço Mendes da Conceição. “O ensino das massas populares como base da formação das elites” em *Angola...* Ano XXVIII, Janeiro/Junho de 1960, n.º. 160, p.20.

⁴⁹⁷ Lourenço Mendes da Conceição. “A fundação de uma universidade em Angola” em *Angola...* Ano XXVIII, Julho/Dezembro de 1960, n.º. 161, p. 3 e “Antes da universidade, os habitantes negros de Angola desejam e pedem que se difunda o ensino primário” em *Angola...* Ano XXX, Janeiro/Junho de 1962, n.º. 164, pp. 6/7.

⁴⁹⁸ Lourenço Mendes da Conceição. “O ensino das massas populares como base da formação das elites” em *Angola...* Ano XXVIII, Janeiro/Junho de 1960, n.º. 160, p.23.

intelectualidade apta e persuasiva desde a década de 1930, no movimento por criação de escolas, espaços de formação educacional, institucionalização de bolsas de estudo, etc. O papel das elites havia sido definido em 1937 e publicado em uma matéria aqui transcrita.⁴⁹⁹ Mas, para tanto, fora preciso insistir e investir na instrução, ainda que mínima, de todos os nativos.

Partindo da premissa de que a educação deve ser sempre libertadora⁵⁰⁰ entendemos mais um pouco o porquê do grupo que promoveu a guerra de independência em Angola ter sido composto por intelectuais, escritores e profissionais que passaram por uma formação escolar bem acima da média nacional. A tomada de consciência da dominação e opressão por qual passava o continente africano e a capacitação intelectual e logística de uma elite para a formação de movimentos de libertação, provavelmente foi uma das consequências não esperadas e indesejadas da política educacional portuguesa.

Vale notar que a arregimentação de parte da população nativa para o movimento de libertação nacional e sua formação militante para sustentarem uma guerra por 14 anos, ocorreu intensamente também através da literatura e da imprensa. Contudo, extrapolou esses espaços de atuação, dada a altíssima percentagem de analfabetos, na ordem dos 97% em 1958.⁵⁰¹

Mesmo contando com uma população angolana majoritariamente analfabeta, a produção de poesias de denúncia e contestação, reunidas e publicadas no início dos anos 1950, por Mário Pinto de Andrade,⁵⁰² os poemas e poesias publicadas na revista *Mensagem* da Casa de Estudantes do Império, o movimento *Vamos descobrir Angola*, as sessões de cultura nos periódicos angolanos, como a coluna “Poetas Angolanos” da revista da Liga que publicou poemas de Agostinho Neto, Antonio Jacinto, Ilídio Machado, dentre outros,⁵⁰³

⁴⁹⁹ Editorial. *Angola ...* Ano IV, Fevereiro de 1937, nº. 11, p.1.

⁵⁰⁰ Paulo Freire. *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

⁵⁰¹ Ver dados em Eduardo de Souza Ferreira. *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, p.79.

⁵⁰² Mario Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro. *Poesia negra de expressão portuguesa*. Lisboa, Gráfica Portuguesa, 1953.

⁵⁰³ Antonio Jacinto. “Monangamba” em *Angola...* Ano XXV, Janeiro/Junho de 1957, número 154, p. 7. Agostinho Neto. “Kalunga: mar africano” em *Angola...* Ano XXII, Maio de 1954, nº. 149, p. 18 julho; e “Adeus à hora da Partida” na edição de ano XXV, Dezembro de 1957, nº. 155, p. 30. Ilídio Machado foi correspondente do Centro de Estudos, e teve publicado “Fugir” em *Angola...* Ano II, Maio de 1934, nº. 5, p. 8; seguido de “Renúncia” *Angola...* Ano II, Novembro de 1934, nº. 11, p. 14; “Cadeias de Ilusão” em

e um conto de Mário P. de Andrade⁵⁰⁴ – são uma mostra desse papel que o campo das artes e da literatura desempenhou.

Também tiveram relevância crescente os contos e as crônicas que tratavam tanto da cultura chamada de tradicional africana (os contos populares) como das questões do cotidiano em avassaladora mudança a partir dos anos 1920. Sob essa chancela de contos populares foram publicados livros, como *Uanga* de Óscar Ribas em 1951, e nos mesmos periódicos angolanos de circulação pública ou privada, nas sessões de arte, uma quantidade incontável de crônicas e contos foram divulgadas. Somente de Ribas, entre 1933 e 1945, se publicou 15 contos no periódico *Angola*. Depois deste ano, a revista da LNA não mais divulgou trabalhos do autor, exceto quando de sua indicação como membro da Academia Brasileira de Folclore, em 1954.

Em uma entrevista concedida ao *Jornal de Angola*, órgão da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), Óscar Ribas revela que para a publicação de seus livros precisava tomar dinheiro emprestado, o que fizera com um amigo para editar *Flores e Espinhos*, depois com a Caixa Econômica Postal para o livro *Uanga* e da própria ANANGOLA para *Ecos da minha terra*.⁵⁰⁵ Também é interessante que o escritor afirmara não ter recebido, até aquela altura, nenhum auxílio do Estado, a não ser a compra de 300 exemplares de *Uanga*, pelo que o autor se sentia em gratidão. Talvez isso ajude a explicar que tenha dedicado *Ecos da minha terra* ao governador de Angola, Comandante Sarmiento Rodrigues... Foi também a associação ANANGOLA, de cunho menos reivindicativo e mais voltada para a cena cultural angolana, que, quando Óscar Ribas já era um escritor reconhecido e premiado internacionalmente, como através da medalha Margaret Wrong em 1953,⁵⁰⁶ resolveu fazer uma campanha para arrecadação de fundos para a compra de um aparelho de gravador para o escritor.⁵⁰⁷

*Angola...*Ano III, Janeiro/Março de 1935, nº. 1/3, p. 14; “Interrogação” *Angola...*Ano IV, Fevereiro de 1937, nº. 11, p. 5.

⁵⁰⁴ Mário Pinto de Andrade. “Bicho do Mato” em *Angola...* Ano XIX, Novembro de 1953, nº. 148, p. 40.

⁵⁰⁵ Ver a entrevista sem autoria “O escritor cego Óscar Ribas” em *Jornal de Angola*, Ano I, 28 de fevereiro de 1954, nº. 3, pp.1 e 2 .

⁵⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p.2.

⁵⁰⁷ Ver o artigo sem autoria “Vamos oferecer ao escritor cego Óscar Ribas um aparelho de som?” em *Jornal de Angola*, Ano I, 30 de abril de 1954, nº. 5, p.1 e 11.

De uma forma ou de outra, publicando em periódicos variados, esses escritos de certa intelectualidade foram circulados através da imprensa associativa comercial, escolar, particular e mesmo a oficial e tiveram como mira alcançar e tocar o habitante nativo letrado. Objetivavam também dialogar com o governo português, fazer-se ouvir, tentando convencer o Estado a cumprir com o prometido, com aquilo que beneficiasse os nativos africanos, que mudasse aquilo que consideravam inoportuno, retrógrado e abusivo. E em todos os meios impressos nativos circulou a reivindicação, ora mais enfática como pela LNA e ora mais suave como pela ANANGOLA, por mais investimentos no setor educacional para que se criasse uma elite nativa mais atuante.⁵⁰⁸

4. BRASIL: ESTADO, EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

Houve durante o século XX no Brasil um longo e intenso debate sobre a Educação nacional. As implicações do campo da educação no desenvolvimento econômico e social da nação foi a bandeira dos reformista da educação e se tornou um assunto do Estado, pois seus desdobramentos incluíam a gratuidade e obrigatoriedade das diversas modalidades de ensino que se elaboravam.

O sistema de ensino adotado nos Estados Unidos e em alguns países da Europa serviram de modelo ao Brasil, com destaque para ensino nacional e obrigatório da França e o ensino gratuito e universal dos Estados Unidos.⁵⁰⁹ A França havia desenvolvido um sistema instrutivo único, padrão para toda a população, cuja finalidade era criar uma unidade nacional e um sentimento de pertencimento à Nação francesa. Já nos Estados Unidos havia se definido um sistema de ensino descentralizado, que garantisse autonomia aos Estados da federação, mas estabelecendo a gratuidade para os primeiros níveis da educação e em todo o território nacional. O objetivo era reforçar uma concepção de Estado democrático que garantisse a todos os cidadãos os mesmos direitos e oportunidades, independente da origem socioeconômica de cada um. Para este projeto de Nação, assim como o da França, também a educação foi aspecto central.

⁵⁰⁸ Autor anônimo. “Um imperativo: mais escolas para Angola” em *Jornal de Angola*, Ano I, 30 de Junho de 1954, nº.7, p. 1 e 2.

⁵⁰⁹ Helena Bomeny. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

O Brasil, não sem muita disputa e calorosos debates, criou um modelo de educação em que o Estado passou a se responsabilizar pela educação básica, tornando-a obrigatória para toda a população em nível primário, sem, contudo, manter o monopólio da educação, ou seja, criando espaço para a iniciativa privada e o ensino particular. Ainda nos anos 1930 criou um Plano de Educação Nacional para regulamentar o ensino em todo o território nacional. Por ter sido uma época de forte centralismo político, buscou-se uniformizar o sistema de ensino e a instrução da população. Entretanto, o setor privado disputou com o Estado a oferta da educação escolar. Inicialmente perdeu espaço com as legislações que regulamentavam a educação primária na década de 1930, em seguida garantiu seu nicho com o ensino de religião nas escolas e com a primazia da oferta do nível secundário a partir dos anos 1940, e, por fim, ampliou seu terreno com a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases* de 1961, que garantiu e expandiu o ensino privado no Brasil com subsídios estatais.⁵¹⁰

Entre os políticos e educadores reformadores brasileiros da década de 1930, que defendiam um investimento vigoroso do Estado na Educação, e o ano de 1961, que aprovou a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN), passaram-se três décadas de disputas e conflitos entre correntes diversas de programas pedagógicos, modalidades de ensino e acessibilidade.⁵¹¹ Todas as propostas, contudo, partiam da premissa que era preciso educar a população para que o Brasil, enquanto uma nação moderna, progredisse. A instrução era tratada como uma questão central para o desenvolvimento nacional, dado o histórico de analfabetismo no país:

Tabela 4) ALFABETIZAÇÃO NO UNIVERSO TOTAL DE HABITANTES NO BRASIL

Instrução	1890	%	1920	%	1940	%
Total da população	14.333.915	100	30.653.605	100	41.236.315	100
Sabem ler/escrever	2.120.559	14,8	7.493.357	24,5	13.292.605	32,2
Não sabem ler/escrever	12.213.356	85,2	23.142.248	75,5	27.735.140	67,3
Instrução não declarada	---		---		208.570	0,50

Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.1

⁵¹⁰ Para questões de ensino ver Otaíza Romanelli. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

⁵¹¹ Para uma interpretação da LDBEN de 1961 ver Otaíza Romanelli, op.cit., pp.179-183; Machado, Maria C. G. e Cristiane Silva Melo. “O debate acerca do ensino público nas discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961)” em *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.2, n.4, p.62-79, jan/abr. 2012.

Considerando que o nível de instrução do brasileiro era historicamente muito baixo, com uma taxa de analfabetismo, em 1920, na ordem dos 75% da população total (o que incluiu crianças com menos de cinco anos), os projetos de reforma educacional no Brasil dos anos 1920 e 1930, décadas que Jorge Nagle definiu como de “entusiasmo pela educação” e esvaziadas de sentido político,⁵¹² também podem ser tratadas como uma época de “programas consistentes de intervenção política no que era entendido como processo de constituição da nacionalidade.”⁵¹³ Os debates entre os principais interessados na educação nacional – os intelectuais reformadores, o Estado e a Igreja – e as subsequentes resoluções tomadas, traziam os anseios de intervenção política de uma camada da população, o pensamento conservador de setores tradicionalmente ligados à educação e as propostas conciliadoras do Estado.⁵¹⁴ Ou seja, havia todo um movimento por disputas de espaços políticos e de direção de projetos para o Brasil, que o redefiniriam enquanto nação.

O sistema de ensino no Brasil começou a mudar de uma forma mais efetiva em 1930 com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, separadas em duas pastas somente em 1953. A história desse Ministério nos remete aos cientistas como Euclides da Cunha, Belizário Penna e Miguel Couto que no início do século denunciavam a pobreza física e intelectual do povo brasileiro e afirmavam que o maior problema nacional era a educação, pois somente com um povo educado o Brasil progrediria. Primeiro foram estipuladas, ou reforçadas, as políticas sanitárias – registradas através das campanhas de vacinação e das reformas urbanas que visavam colocar as cidades dentro de um parâmetro de civilidade que abarcava a saúde.⁵¹⁵ Mais tarde, quando se aceitou a premissa que

⁵¹² Jorge Nagle. “A educação na primeira república” em FAUSTO. B. (org.) *O Brasil Republicano*. Difel, 1977.

⁵¹³ Marta Maria Chagas de Carvalho. “Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação” em DE LORENZO, H. e DA COSTA, W. (org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997, p.118.

⁵¹⁴ Para a questão do papel conciliador do Estado ver Otaíza Romanelli, op. cit., cap. 4; sobre as reformas ver Simon Schwartzman, Helena Bomeny e W. Costa (org.) *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

⁵¹⁵ Sidney Chalhoub. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996; Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986; José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

somente com um povo escolarizado e instruído seria possível colocar o Brasil no rol dos países civilizados, foi vez das reformas educacionais, iniciadas nos anos 1920.

Nesta década foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e ocorreram as primeiras reformas de ensino, porém em âmbito estadual. Em São Paulo pelas mãos de Sampaio Dória, na Bahia por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, Carneiro Leão em Pernambuco, dentre outras.⁵¹⁶ Mas foi somente na segunda República, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ocupada inicialmente por Francisco Campos e, a partir de 1934, por Gustavo Capanema, que as mudanças projetadas para todo o território se iniciaram. A partir de então, as teorias pedagógicas ficaram imbricadas nos projetos de desenvolvimento nacional.

Ao lado de uma política econômica desenvolvimentista – reformas trabalhistas, incentivos à industrialização e ampliação do terceiro setor – também houve uma política educacional que pudesse transformar a população analfabeta, na década de 1920, em gente instruída e capacitada tecnicamente, para acompanhar os programas econômicos.⁵¹⁷ O Ministério da Educação e da Saúde, criado para sanar intelectual e fisicamente um país doente, também pode ser considerado como resultado dos primeiros debates sobre a situação educacional no Brasil de então.

O modelo de ensino que a nação deveria adotar esteve vinculado aos debates sobre a responsabilidade de cada setor no desenvolvimento da educação no Brasil. Deveria ser ministrada uma instrução que apenas erradicasse o analfabetismo ou se deveria ofertar uma instrução capaz de profissionalizar a população? O ensino deveria ser custeado pelo Estado e ofertado gratuitamente ou deveria se manter o modelo de educação privada e particular? O sistema de ensino deveria ser centralizado e nacional ou descentralizado e cada estado ter autonomia para criar seus próprios programas? Essas foram questões centrais que contrapuseram reformadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, por um lado, a

⁵¹⁶ Mara Maria Chagas de Carvalho. “Reformas da instrução pública” em Eliana Teixeira Lopes, Faria Filho, e C. Veiga (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

⁵¹⁷ Para uma análise das taxas de analfabetismo ver Rezendo Pinto [et al.] *Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil*. Revista Brasileira de Estatística Pedagógica, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000.

católicos fervorosos como Alceu Amoroso Lima e católicos um pouco mais moderados, como os Ministros da Educação Gustavo Capanema e Francisco Campo, por outro.

A primeira reforma educacional ocorreu sob a direção do Ministro da Educação, Francisco Campos. Uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Conselho Nacional de Educação, que tentou organizar um sistema único de ensino em todo país. Pela primeira vez na história do país, ao se impor a todo território nacional o sistema educacional que se estabelecia, o Estado passava a ter uma relação direta de manutenção, oferta e controle da Educação.⁵¹⁸ Mas a posição conservadora de Francisco Campos, que legislava por um ensino privado, religioso e voltado para a elite, o fez instituir primeiro o ensino superior, adotando o regime universitário, e depois organizar o ensino secundário, seguido do técnico comercial. Todavia não investiu em uma regulamentação sobre o ensino primário.⁵¹⁹

No âmbito de um cenário político de mudanças, como o que ocorria no início dos anos 1930 que pôs fim a Primeira República, foi realizada a IV Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1931 (a primeira Conferência, que ocorria na ABE, foi em 1927). Contando com a participação de diversos setores envolvidos com o ensino, objetivava-se elaborar diretrizes para os projetos educacionais no país, a pedido do Governo Provisório. Contudo, as divergências foram tamanhas, especialmente quanto à escola pública e ao ensino leigo, que a Conferência foi dissolvida. A elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, apareceu na esteira da dissolução da Conferência como sugestão dos educadores reformadores liderados por Fernando de Azevedo, e surge como uma proposta bastante arrojada de sistema nacional de educação. Este documento, sem dúvida, inspirou algumas das resoluções incluídas na *Carta Constitucional de 1934*.⁵²⁰

Estipulou-se na Constituição de 1934, por exemplo, a criação de um Plano Nacional de Educação, uma das bandeiras dos reformadores, e, mais importante, se reconheceu a

⁵¹⁸ Otaíza Romanelli, op. cit. p.131.

⁵¹⁹ Idem, Ibidem.

⁵²⁰ Fernando. Azevedo... [et al.] *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Este documento foi reproduzido em diversos livros e está publicado em diversos sítios na web, como por exemplo <http://www.dominiopublico.gov.br>.

responsabilidade dos Poderes Públicos, ao lado da Família, como propositor da educação. A educação, por seu turno e de acordo com o artigo 149º, foi considerada um direito de todos. E com o artigo 150º, no parágrafo referente ao Plano de Educação, encontramos o teor democrático da constituição, no que concernia à educação, ao definir como normas:

- “a) o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos.
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível”.⁵²¹

Incluir expressamente o Estado como responsável pela oferta da educação primária, marcando seu caráter gratuito e obrigatório, estendendo-a aos adultos, foi uma vitória dos reformadores, revelando a presença de elementos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* neste texto legal.⁵²² Contudo, não durou muito tempo, pois com o golpe de Getúlio Vargas e a outorga de nova constituição, em 1937, voltou para as mãos da Família a responsabilidade da instrução, cabendo ao Estado apenas suprir algumas lacunas da educação particular. Apesar do artigo 130º. ter definido que a educação primária era obrigatória e gratuita, a desobrigação do Estado com a educação ficou evidente e constituído pelo artigo 125:

“A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando de maneira principal ou subsidiária, para facilitar sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.”⁵²³

O Estado se colocou como coadjuvante no processo de instrução dos brasileiros, concedendo legalmente mais espaço para a educação particular, que era realizada no seio da família ou pelas instituições da Igreja, que tradicionalmente se voltava para a elite detentora de poder econômico para pagar as taxas escolares. Criado o Estado Novo no Brasil, assim como ocorrera com Portugal, a Igreja ganhou novamente espaço no campo educacional. Com o encargo da instrução nas mãos da Família e não mais do Estado, que passou a se definir como auxiliar nesse campo, a Igreja ganhou legitimidade para continuar e ampliar o

⁵²¹ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934) consultada na Biblioteca Virtual da Câmara em <http://bd.camara.gov.br> acessada em 27/07/2012.

⁵²² Fernando de Azevedo. *Manifesto dos pioneiros...*

⁵²³ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de Novembro de 1937) consultada na Biblioteca Virtual da Câmara em <http://bd.camara.gov.br> acessada em 27/07/2012.

privilégio de explorar o campo do ensino, sobretudo com suas escolas privada voltadas para a elite. O ensino religioso, que já havia sido incluído na Constituição de 1934 como matéria de frequência facultativa, permaneceu na Carta Magna do Estado Novo. Mesmo o Estado sendo laico, essa medida reforçou e atrelou a moral católica à identidade nacional brasileira, configurando-se em uma vitória dos conservadores da Igreja Católica e uma derrota dos *renovadores* que defendiam denodamente a laicização do ensino. A Igreja ganhava espaço no setor com uma ênfase no ensino de humanidades, o que também foi um reforço em sua proposta de expansão religiosa.⁵²⁴

Quanto à legislação educacional, foi somente em 1946, após a saída de Vargas do poder e o processo de democratização do país que surgiu novamente o compromisso formal do Estado em garantir a educação ao povo brasileiro, promovendo um maior acesso à escola. Retornava, na carta constitucional, a obrigatoriedade do ensino primário e a gratuidade do primário oficial. O perfil desta Constituição de 1946, no que diz respeito à educação, foi até bastante inovador. E por isso o Estado sofreu uma forte pressão dos setores ligados a Igreja, que pleiteavam, sempre, a ampliação do ensino particular no Brasil.

O problema da educação no Brasil não se restringiu a querela entre ser pública ou privada, obrigatória ou facultativa, universal ou restrita, mas também entre ser acadêmica ou técnica. Essa questão começou a receber definições durante o ministério de Gustavo Capanema, que viu na Constituição de 1937 os pressupostos do ensino técnico serem definidos. Entretanto, somente no ano de 1942 foram baixados quatro importantes decretos que criavam a *Lei Orgânica do Ensino Industrial*, o *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* (SENAI), a *Lei Orgânica do Ensino Secundário* e a *Lei Orgânica do Ensino comercial*.⁵²⁵ A leitura dessas medidas indica, no final das contas, que se regulamentou o duplo sistema escolar: um voltado para os filhos da classe abastada, jovens que frequentavam os estabelecimentos de ensino secundário de caris intelectual (humanista ou

⁵²⁴ Simon Schwartzman. “Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação” em *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 66 (153), 165-72, Maio/Agosto de 1985.

⁵²⁵ Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (organizou o ensino industrial); Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, (instituiu o SENAI); Decreto-lei n.4.244, de 9 de abril de 1942, (organizou o ensino secundário com o ginásio de quatro anos e o colegial de três); Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, (reformou o ensino comercial).

científico) e o outro para os das classes populares, que frequentavam as escolas técnicas de feitiço profissionalizante.

A reforma do Ensino Secundário andou junta com a criação do Ensino Técnico, pois ambas se seguiam ao primário, mas em modalidades voltadas para públicos distintos e com objetivos específicos. O secundário ficou dividido em dois níveis: ginásio e colégio – este nas versões científico e clássico – voltadas para o ingresso na universidade. Ou seja, o público do secundário vinha da elite econômica, que teria chance de se graduar nos centros universitários, garantindo para si o lugar de liderança, de condutor da nação.⁵²⁶ O ensino técnico, por seu turno, era destinado às camadas populares e seguia a mesma organização do secundário: o ginásio técnico e depois o colégio técnico. Objetivava-se formar trabalhadores manuais especializados com vistas na industrialização crescente. Entretanto, também nessa modalidade de educação se dificultava o acesso das massas à escola, instituindo-se o exame de admissão para aqueles que desejassem continuar os estudos, o que limitava o número dos estudantes também na modalidade técnica, não se democratizando a educação brasileira.⁵²⁷ A grande massa dos brasileiros teve que se contentar com, no máximo, o ensino primário, o que, certamente, os talhava para trabalhos com uma remuneração mais baixa.

O ensino primário, portanto, passou incólume por toda década de 1930 e só foi reformado e regulamentado em 1946, juntamente com o ensino normal, o magistério.⁵²⁸ Instituiu-se, como já foi referido, o primário oficial obrigatório e gratuito, o que abriu espaço para a ampliação da rede de ensino no Brasil. Porém, era preciso não somente legislar pelo ensino primário, mas também criar as escolas e formar os professores, o que se fazia mais do que necessário para um país com explosões de crescimento populacional e com uma intenção de acabar com o analfabetismo. O magistério, em 1946, era uma opção dentro da modalidade do ensino técnico, que profissionalizaria em nível médio os professores que atuavam nas escolas primárias. Somente em 1954 o magistério deixou de

⁵²⁶ Simon Schwartzman, op.cit.

⁵²⁷ Florestan Fernandes. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus, 1966.

⁵²⁸ Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946(organizou o ensino primário); Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (organizou o ensino normal).

estar atrelado ao ensino técnico e ganhou foro de ensino secundário, permitindo que os egressos prestassem os exames vestibulares para o nível superior.

Apesar das propostas de reforma e ampliação do ensino público, gratuito e obrigatório no Brasil, para as quais o *Manifesto dos Pioneiros da Educação* serviu de inspiração para a elaboração da Constituição de 1934, que sua vez serviu de base para a de 1946, o que ocorreu em seguida foi um amplo crescimento dos conservadores no campo da educação, que dominaram o ramo das escolas particulares, especialmente no nível secundário. O ensino privado foi se expandindo até a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, em 1961, que garantiu o repasse das verbas do governo para a educação em escolas privadas. A educação privada, ainda atrelada principalmente Igreja, ganhou nesse ano poder econômico e força política, ao tempo que o Estado reiterava sua tradicional política de exclusão social, destarte as bravas campanhas por escola pública, lideradas pelos mesmos reformadores da educação.⁵²⁹

Até as reformas educacionais da década de 1960 houve, sem dúvida, uma diminuição dos índices de analfabetismo e um aumento da escolarização no Brasil, fruto, segundo Otaíza Romanelli, tanto de esforços de educadores e do Estado, mas também de uma crescente demanda social por educação.⁵³⁰ Entretanto, a taxa de analfabetismo ainda se apresentava em índices elevados, na ordem dos 40% em 1960, como nos revelam os dados:⁵³¹

Tabela 5) POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS

ANO	TOTAL em milhões	ANALFABETOS Em milhões	ANALFABETISMO em %
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6

⁵²⁹ Ver Fernando Azevedo [et. al] *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores mais uma vez convocados (1959)*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.

⁵³⁰ Otaíza Romanelli, op. cit., p.65.

⁵³¹ Dados apresentados por Rezende Pinto [at. al.] “Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil” em *Revista Brasileira de Estatística Pedagógica*. Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000, p. 511.

1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1990	94.891	18.682	19,7
2000	19.533	16.295	13,6

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 2000

Este é quadro sobre o qual as discussões sobre a educação brasileira ocorriam. Registra-se uma queda significativa do analfabetismo de 65% para 39,7%, entre 1920 e 1960, computado para jovens de 15 anos ou mais. Todavia é preciso notar o aumento em números absolutos de analfabetos, que só passou a decrescer a partir dos anos 1990. Ademais, a existência de uma taxa de analfabetismo de mais de 50% em toda a primeira metade do século XX foi considerada alarmante para os que conjecturavam o Brasil Nação. Por outro lado, podemos inferir a importância da ampliação do sistema escolar estatal para a diminuição do analfabetismo: à medida que a escola pública e gratuita ia se firmando no cenário nacional, o analfabetismo em termos percentuais ia diminuindo e a escolaridade de modo geral aumentava.

Vejamos uma tabela com o número total de matrículas no sistema escolar, incluindo o setor público e privado:

Tabela 6) NÚMERO DE MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO LETIVO

ANO	PRIMÁRIO (comum)	MÉDIO (Secundário e técnico)	SUPERIOR (graduação)
1933	2.107.617	108.305	22.851 (a)
1940	3.068.269	245.115	20.017 (a)
1950	4.352.043	538.346	44.458 (a)
1960	7.458.002	1.177.427	93.202
1968	11.493.506	3.205.689	278.205

Fontes: Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 1956; O Brasil em números 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário estatístico do Brasil 1960; Brasil: séries estatísticas retrospectivas 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Citado por Carlos Hasenbalg. "Estatísticas do século XX: Educação" em IBGE. *Estatísticas do século XX. Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais*. Rio de Janeiro, 2006, p.106
(a) soma das principais modalidades de ensino não inclui todo o ensino superior

Os dados acima mostram que quintuplicou o acesso do brasileiro à escola básica entre o início dos anos 1930 e o fim da década de 1960, o que sem dúvida contribuiu para a diminuição da taxa de analfabetismo que tanto preocupava os políticos e administradores. Em relação ao ensino médio esse crescimento foi muito maior, saltando, no mesmo período, de pouco mais de cem mil matrículas para mais de três milhões. Mas em termos absolutos esteve muito distante, em 1968, dos 11.493.506 que frequentavam o nível primário, deixando de fora mais de seis milhões de estudantes que não continuavam sua instrução. O afunilamento do sistema de ensino no Brasil ao longo do século XX fica completamente evidente com os dados do nível superior, parcos 278 205 mil às vésperas da década de 1970.

O aumento de mais de 30 vezes de vagas no ensino de nível médio no Brasil, entre 1930 e 1960, deve ser analisado levando-se em consideração não somente o baixíssimo número de matrículas em 1933 (108 mil), mas também a organização e estímulo do ensino secundário privado, explorado especialmente pelas escolas confessionais, e um pouco do incremento dado ao ensino técnico no mesmo período. O aumento populacional, o desenvolvimento industrial e o crescimento dos centros urbanos no mesmo período lançavam nas cidades um contingente que poderia ser qualificado para ingressar no mercado de trabalho em expansão. Mas nossa tradição pedagógica, como já notara Fernando de Azevedo, ao fazer um balanço da educação brasileira nos anos 1940, e nossa prática educativa criaram e manteve um sistema dual de ensino, um voltado para a elite e o outro para as classes populares.⁵³²

Por isso, as questões em torno da escola no Brasil ultrapassam os problemas da alfabetização, para desembocar na questão da cidadania. Quem eram os nossos estudantes e qual a formação que deveriam receber? Quais as modalidades pedagógicas mais indicadas? E especificamente para a classe popular brasileira?

⁵³² Fernando de Azevedo. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro:IBGE, 1943. p. 535. Citado por Carlos Hasenbalg. “Estatísticas do século XX:Educação” em IBGE. *Estatísticas do século XX. Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais*. Rio de Janeiro, 2006, p.106 ; ver também Otaíza Romanelli, op. cit., p.67.

Seguindo uma tendência mundial, Brasil e Portugal estabeleceram um vínculo entre Educação e Trabalho. Essa foi em essência, por exemplo, a linha pedagógica das escolas missionárias em Angola, que voltavam suas atividades para a formação técnica de trabalhadores rurais. No Brasil, não foi a Igreja que encampou o ensino técnico, esta se manteve ofertando uma educação acadêmica, para poucos. O ensino técnico e profissional foi uma bandeira do trabalhismo de Getúlio Vargas e do Ministério da Educação, especialmente na figura de Gustavo Capanema. De qualquer forma, fosse promovido pelo Estado ou pela Igreja, tanto lá como aqui, o ensino foi pensado de forma diferenciada para a elite e para as massas. A Educação pelo Trabalho, ou a Educação para o Trabalho, foi a tônica da educação popular no século XX, tanto no Brasil como em Angola.

A Igreja, dado seu histórico vínculo com Portugal, tanto no Brasil como em Angola, tentava permanecer no campo da educação e avançar sobre setores da instrução nacional. É pertinente incluir, para análise do papel da Igreja no processo de educação e instrução, que as alianças com os Estados se deram sob a diretriz da Santa Sé, que remetia ao papa Pio X (1903-1914) e à Ação Católica:

“Na encíclica *Il fermo proposito* (1905), Pio X enunciou firmemente os princípios que deveriam presidir a Ação Católica (AC) como a forma específica de apostolado organizado dos leigos, que caracterizou a primeira metade do século XX durante os pontificados pianos.”⁵³³

Com objetivos de “recristianização” de um mundo cada vez mais laico, a Ação Católica foi uma “espécie de prolongamento da ação do clero, da sua missão apostólica”. Para tanto, foi preciso preparar e contar com os leigos para a ação política, social, econômica e cultural da Igreja. Ou seja, os leigos católicos tiveram um papel de destaque nessa empreitada cristianizadora e a Ação Católica de cada país foi orientada a ser uma célula de intervenção social.

Em Portugal a Igreja exerceu seu predomínio no campo social e educacional, uma vez que o próprio Estado tinha interesse em promover os valores cristãos, lembrando que a chefia do governo estava a cargo de um católico fervoroso com passagem pela Ação

⁵³³ Francisco J. S. Gomes. “Ação Católica” em Francisco Teixeira da Silva, Sabrina Medeiros, Alexandre Vianna (org). *Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro, FAPERJ, Mauad, 2000, p.28.

Católica portuguesa.⁵³⁴ No Brasil a Ação Católica foi fundada em 1935, pelo Cardeal Sebastião Leme, e presidida por ninguém menos que Alceu Amoroso Lima.⁵³⁵ Também encontramos a Igreja se (re) aproximando dos espaços políticos pela via da educação, haja vista que o próprio Amoroso Lima foi um dos principais opositores dos reformadores da Escola Nova, propondo, quando muito, uma escolarização do povo mediante a inclusão de valores católicos no sistema educacional. Além de pressionar o Estado para que o ensino privado fosse mantido e mesmo ampliado, os defensores católicos da escola particular propunham que um ensinamento de valores cristãos deveria ser obrigatório para a formação de uma base moral e ética da Nação. Através desses valores a Igreja tentava se aliar novamente aos Estados dos quais no passado fora parte intrínseca. O ensino da religião foi acordado com o governo de Vargas, a partir do de 1934.

Podemos dizer, portanto, que a presença da Igreja no campo da educação foi a forma encontrada pelos católicos, ordenados ou leigos e tanto no Brasil quanto em Portugal, de tentar promover uma nova cristianização, como orientava o Vaticano. Afinal, das últimas décadas do século XIX a 1940 houve uma queda do número de católicos no Brasil. O recenseamento de 1872 havia registrado 98,9% de católicos romanos e 1% de protestantes. Em 1940 os primeiros haviam diminuído para 95% e os segundo subido para 2,6% !⁵³⁶

Uma das consequências da associação entre Igreja Católica e educação, durante parte do século XX, se traduziu na campanha contra a escola pública, o que foi uma ação conservadora e antidemocrática da elite brasileira, tradicionalmente assentada em um sistema instrutivo voltado para poucos. Também foi uma prática adotada pelo Estado, o que vale para Angola/Portugal, método de não utilizar o sistema instrutivo para formar cidadãos críticos, mas apenas alguns mantenedores do poder, estes bem instruídos para serem os líderes e condutores das massas. As ideias libertárias de Anísio Teixeira,

⁵³⁴ Valentim Alexandre. *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa, Dom Quixote, 2006, p.45/46.

⁵³⁵ Luiz Alberto Gomez de Souza. “As várias faces da Igreja Católica” em *Estudos Avançados* 18 (52), São Paulo, Setembro/Dezembro de 2004 disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300007> acessado em 26/07/2012.

⁵³⁶ *Censo Demográfico: população e habitação...* p.1.

Fernando de Azevedo, Paulo Freire, Darcy Ribeiro ou Florestan Fernandes, por exemplo, não foram bem recebidas pelos Estados conservadores.⁵³⁷

Assim, no Brasil, o Estado procurou controlar o ensino, em qualquer das suas modalidades, definindo o que seria ensinado, como se ensinava e a razão de tal ensinamento. Uma das formas de boicotar a formação crítica dos brasileiros se deu, nos anos 1960, com os acordos MEC-USAID que tentaram, ao controlar de perto o professor e a escola, esvaziar o sentido politizador da educação.⁵³⁸ Nessa época, além das campanhas por escola universal e gratuita, já se ouvia os clamores por uma educação libertadora, por figuras como Paulo Freire.⁵³⁹ Mas esta é a ponta de outra história...

5. INSTRUÇÃO COMO LEVANTAMENTO MORAL E INTELECTUAL

“Um grupo mais ou menos esclarecido entendia que o negro deveria ir a campo para se conscientizar e combater com a mesma arma que o branco: cultura e instrução, o que o negro não tinha nem se preocupava em ter”⁵⁴⁰

Para apurar nossa compreensão do processo de luta pela ampliação do sistema de instrução brasileiro e do acesso à escola, que ocorreu também devido a um crescimento da demanda social,⁵⁴¹ é preciso apresentar uma informação de suma importância: com exceção da última, todas as demais cartas constitucionais republicanas brasileiras trazem no capítulo referente aos Direitos Políticos a proibição dos analfabetos serem eleitores. Somente na Constituição de 1988 lhes é facultado esse direito. A pergunta que nos vem à mente é

⁵³⁷ Florestan Fernandes. *O Desafio Educacional*. São Paulo, Cortez, 1989.

⁵³⁸ Sobre esses acordos ver o trabalho Márcio Moreira Alves. *Beabá dos MESC-USAID*. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1968; José Oliveira Arapiraca. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. Campinas, Ed. Autores Associados, 1982; Otaíza Romanelli, op. cit.

⁵³⁹ Paulo Freire. *A Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁵⁴⁰ José Correia Leite. *...E assim dizia o velho militante Correia Leite. Depoimentos e Artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992 citado por Luiz Alberto Gonçalves. “Negros na educação no Brasil” em Teixeira Lopes, Faria Filho e C. Veiga (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, p.337.

⁵⁴¹ Otaíza Romanelli, op. cit., p.65.

imediate: ao longo da história republicana brasileira, quantos estiveram excluídos do processo político eleitoral?

Vejam os a tabela a seguir referente às primeiras décadas da República:

Tabela 7) INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL BRASILEIRA

Instrução	1890	%	1920	%	1940	%
Total da População	14.333.915	100	30.653.605	100	41.236.315	100
Sabem ler/escrever	2.120.559	14,8	7.493.357	24,5	13.292.605	32,2
Não Sabem ler/escrever	12.213.356	84,2	23.142.248	75,5	27.735.140	67,3
Instrução não declarada	---		---		208.570	0,50

Fonte: *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.1

Uma passada rápida de olhos nos dados nos indica que houve uma redução da taxa de analfabetismo de cerca de 17,9% entre 1890 para 1940, entretanto 67% da população brasileira podia ser considerada excluída politicamente. Também se nota que em números absolutos o crescimento da população sem saber ler e escrever foi muito grande, o que também assustava os administradores e preocupava os educadores mais comprometidos socialmente. Tudo nos indica que as 27.735.140 pessoas analfabetas em 1940, eram cidadãos sem acesso à escola.⁵⁴²

Para avaliarmos a contribuição e os significados das associações culturais e políticas que demonstram o aumento da demanda social por educação no país, a que se referia Romanelli, vejamos o índice demográfico da população por quesito cor/raça, para depois ser confrontada com a escolarização:

Tabela 8) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR CRITÉRIO DE COR/RAÇA NO BRASIL

População	1872	%	1890	%	1940	%
Total	10.112.061	100	14.333.915	100	41.236.315	100
Branco	3.787.289	37,45	6.302.198	43,97	26.171.778	63,47
Pretos e Pardos	6.143.189	60,75	8.301.717	56,03	14.780.234	35,84
Amarelos	---	---	---	---	242.320	0,59
Cor não declarada	181.583	1,8	---	---	41.938	0,10

⁵⁴² Critério adotado pelo censo de 1940, ver Tabela 1 do *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.1.

Tabela 1 do *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.1

Os dados comprovam os impactos do fim da escravidão e da forte imigração de europeus, provocando uma queda percentual da população definida por pretos e pardos. Representavam 60% do total em 1872, permaneceram próximo desse índice no advento da República e foram reduzidos para pouco mais da metade em 1940. É interessante considerar, para entender essa redução percentual dos negros no Brasil, que somente entre 1880 e 1915 chegaram ao Brasil cerca de 2,9 milhões de imigrantes europeus.⁵⁴³ Mas fiquemos atentos aos números, que não eram poucos: havia, no final dos anos 1930, quase quinze milhões de negros, o equivalente a 35,8% da população.

Concentrando-nos no ano de 1940, observemos uma tabela tratando da população em idade escolar, com os indicadores de Cor/raça e Alfabetização. O objetivo destes dados é nos aproximar do universo da primeira metade do século XX, utilizando para tanto não somente os relatos sobre a época, mas também os relatos e dados da época, dos quais os Censos Demográficos são fonte inestimável. Considerando que a população brasileira em idade escolar (cinco anos ou mais) era de 34.796.665 de almas, temos:

Tabela 9) 1940 POPULAÇÃO 5 ANOS OU MAIS SEGUNDO INSTRUÇÃO E COR

Instrução	Sabem ler e escrever	%	Não sabem ler e escrever	%	Instrução não declarada	%
Total	13.292.605	38,2	21.295.490	61,2	208.570	0,6
Branco	10.339.796	29,7	11.587.489	33,3	128.608	0,36
Pretos	954.903	2,75	4.186.728	12	31.004	0,08
Amarelos	117.713	0,33	80.000	0,3	2.239	0,006
Pardos	1.880.193	5,4	5.441.273	15,6	46.719	0,13

Tabela 1 do *Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil 1º de Setembro de 1940*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, série nacional, vol. II, p.28

A população branca era numericamente mais analfabeta, significando que existiam mais indivíduos considerados brancos sem saber ler e escrever do que de qualquer outra

⁵⁴³ Boris Fausto. "Introdução" em Boris Fausto (org.) *Fazer a América*. São Paulo, USP, 2000, p.25.

categoria de cor/raça estipulada pelo Censo, pois 33% da população analfabeta em idade escolar eram deste grupo. Mas proporcionalmente à população total de brancos e total de pretos/pardos constatamos que estes últimos estavam disparadamente menos assistidos em instrução. Primeiramente é preciso informar que o Censo Demográfico de 1940 define “pardo” como aquele indivíduo que não se qualificou em uma das três categorias estipuladas previamente – “branca”, “preta” ou “amarela” – declarando-se “caboclo, mulato, moreno, etc.”⁵⁴⁴ Cruzando os dados, temos que dos 26.171.778 brancos, recenseados em 1940, 11.587.489 eram analfabetos, o que equivale a 44,2 %. Aplicando o mesmo cálculo para os pretos/pardos, encontramos 14.780.234 indivíduos, contabilizados no mesmo censo, dos quais 9.628.001, ou 65,4%, eram analfabetos.

Atentos a essa disparidade, alguns lideranças negras do início do século não ficaram inertes diante da falta de escolaridade que acarretava à população afro-brasileira menos oportunidades no mundo do trabalho, especialmente em ambientes em que existia um grande contingente de imigrantes europeus.⁵⁴⁵ Tratando a educação com um valor a ser adquirido, a educação e a instrução escolar foram ganhando espaço na agenda reivindicativa, a ponto de chegar ao topo das reclamações dos movimentos negros.⁵⁴⁶ Afinal, a instrução consistiria em incluir no jogo político o grosso da população marginalizada da esfera das decisões, posto o analfabetismo como critério de exclusão eleitoral. E, para tanto, a escola pública e gratuita seria a melhor solução para uma população prejudicada economicamente,

Entretanto, estando essa escola pública e gratuita distante da realidade nacional, por sequer haver um consenso entre políticos, administradores e educadores do modelo de educação e do sistema de ensino que o Brasil deveria adotar, algumas associações trataram de promover ações particulares voltadas para a melhoria do nível de instrução de seus membros. As ações no campo da educação da Frente Negra Brasileira se destacam diante das demais agremiações negras, e estão inseridas no bojo do “entusiasmo pela educação”, a

⁵⁴⁴ IBGE. *Censo Demográfico: população e habitação*. Recenseamento Geral do Brasil, 1º. De setembro de 1940. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1950, p. xxi.

⁵⁴⁵ Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Companhia Nacional, 1965, do mesmo autor ver *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Difel, 1972. Tratando especialmente do imigrante ver Edgar Carone. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo, Ática, 1989.

⁵⁴⁶ Luiz Alberto Gonçalves, op. cit., p.337.

que Nagle se referira. À importância da educação para o desenvolvimento nacional, proclamada pelos escolanovistas, cientistas, católicos e políticos, somava-se a importância da educação para a valorização dos afro-brasileiros como sujeitos ativos da história.

Para tanto, atacando o problema da valorização individual, a educação foi bandeira dos movimentos negros que surgiram no período em que não havia escola pública e gratuita para todos, assim como a frequência ao ensino primário não era obrigatória. Antenados com as questões de âmbito nacional, a formação literária e técnica daqueles historicamente excluído se tornou tanto uma maneira de capacitar profissionalmente a população negra a disputar o mercado de trabalho, como também de reforçar seu pertencimento nacional, marcando na identidade brasileira a presença dos afro-descendentes, como sugerira Guerreiro Ramos⁵⁴⁷ e, também, o fretenegrino Francisco Lucrécio:

“Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos, com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros. Não queríamos perder nossa identidade de brasileiros. Seguimos, portanto, a linha de nossos antepassados.”⁵⁴⁸

De olho em um “pedaço de chão”, como metaforizara Lucrécio a identidade brasileira,⁵⁴⁹ a Frente Negra criou estratégias que envolviam a educação como uma forma de valorização da história “dos antepassados” e como uma ferramenta de capacitação para a disputa de uma colocação no mundo do trabalho, cada vez mais exigente. Se era preciso ter um conhecimento escolar para disputar os empregos, especialmente dos centros urbanos, então a associação passou a se organizar para tentar prover essa ferramenta àqueles que não a tinham.

A associação, fundada em 1931 na cidade de São Paulo, mantinha uma escola de ensino primário, além de cursos de inglês, de preparação para a Admissão (ao ginásio), de música e de alfabetização que ficava sob a chancela do curso de Educação Moral e Cívica. O departamento de educação da FNB contava com a colaboração tanto de professores

⁵⁴⁷ Guerreiro Ramos. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1995.

⁵⁴⁸ Francisco Lucrécio. “Depoimento” em Márcio Barbosa. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilomhoje, 1998, p.46.

⁵⁴⁹ Idem.

designados pelo governo – para a escola de quatro classes – quanto com professores leigos, estudantes de cursos como engenharia, odontologia, comércio, e que ministravam aulas gratuitamente:

“A escola foi importante, principalmente quando a Frente Negra se aprofundou na questão da política. Então precisaria que o negro se alfabetizasse para tirar seu título de eleitor. Esse foi um movimento muito grande.”⁵⁵⁰

A importância da instrução escolar para a formação de eleitores que já era importante para estender a cidadania política aos cerca de 75% da população analfabeta de 1920, se fez urgente com a candidatura de alguns fretenegrinos à Assembleia Constituinte em 1933, e às eleições presidenciais, suspensas, de 1938. A ação política desta associação da Gente Negra Brasileira, como se autodefinam, previa trabalhar simultaneamente nas duas pontas do jogo político: formar eleitores e candidatos.⁵⁵¹ Não está em discussão aqui o teor partidário destes candidatos, nem se eram ideologicamente de direita e politicamente conservadores, o que já foi bastante apontado.⁵⁵² Mas, sim, a legitimidade e os possíveis impactos da forma encontrada por estes indivíduos de reivindicarem mudanças sociais.

Na curta duração da Frente Negra em Salvador, por exemplo, observamos uma clara preocupação com o combate ao analfabetismo, dado o perfil de educador do seu fundador, Marcos Rodrigues dos Santos, e sua larga experiência em “ensinar a ler aos que não sabiam.”⁵⁵³ Assim foi que os primeiros artigos referentes ao compromisso de defesa dos direitos da filial baiana eram:

“1º. Alfabetização, como um dos formidáveis fatores da sua instituição, o que deve constituir a pedra angular de todas as organizações que se venham fundar no Brasil;
2º. O levantamento moral da raça, falha que vem de sua gênese, principalmente em relação à formação nobilíssima da família. Devemos mesmo trabalhar pela formação da elite da mulher negra. (...) O negro será ajudado, não lhe faltará moeda para o sustento da sua família já legalmente constituída. Trabalho tampouco faltará pois é um dos pontos de maior cogitação nossa.”⁵⁵⁴

⁵⁵⁰ Idem p.42.

⁵⁵¹ Ver também Florestan Fernandes, op. cit., p.30.

⁵⁵² Ver, dentre outros, os trabalhos de Antônio Sergio Guimarães. *Classe, Raça e Democracia*. São Paulo, Ed. 34, 2002; Petrônio José Domingues. *A insurgência do Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2005; Florestan Fernandes, op. cit., p. 59.

⁵⁵³ Jefferson Bacelar. “A Frente Negra Brasileira na Bahia” em *Afro-Ásia*. n.º. 17, Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais, 1996, p.75.

⁵⁵⁴ Idem, p.76.

Como em Angola, onde a moral católica esteve presente tanto diretamente com as missões religiosas, como indiretamente através da adoção de seus valores morais pelo Estado português, também aqui percebemos uma noção de Família cristã adotada como um valor a ser propagado, para o qual o papel da mulher era destacado. A valorização do papel da mulher negra na história do Brasilurgia ser contada e para tanto algumas associações e periódicos sugeriram o dia da Mãe Preta, com data de 28 de setembro, fazendo uma alusão a Lei do Ventre Livre, promulgada neste dia do ano de 1871.⁵⁵⁵

Também a cultura letrada foi valorizada, tanto por seu aspecto pragmático, como para o desenvolvimento intelectual. Talvez isso ajude a explicar a adoção por indivíduos que no campo social eram combatentes da discriminação racial, como foram diversas lideranças negras do início do século XX, de ideais como Família e Educação como valores a serem adquiridos por todos e a crítica que teciam aqueles que pareciam não lhes conceder a devida importância. Florestan Fernandes fixa, por exemplo, que estes movimentos eram politicamente conservadores por estarem mais preocupados com a inserção dos negros na sociedade de classes do que com uma alteração da ordem política, econômica, social e cultural. Isso ajudaria a explicar o alinhamento das lideranças e de algumas associações com ideais burgueses. Arlindo Veiga dos Santos, presidente da FNB, patrianovista que havia se solidarizado com o integralismo e imprimido um “caráter nitidamente fascista” à associação,⁵⁵⁶ sintetizou sua filiação aos valores da civilização ocidental afirmando que “a glória e a fidelidade do negro brasileiro à civilização cristã não de espantar toda a América.”⁵⁵⁷

O lema da Frente Negra e presente expressamente no periódico *A Voz da Raça* “Deus, Pátria, Raça e Família” deve ser inserida no contexto do nacionalismo exaltado da década de 1930. Arlindo Veiga dos Santos era voraz combatente do comunismo, a corrente política divergente e contestadora do governo, responsável pela principal tentativa da

⁵⁵⁵ Veja a campanha do *Clarim da Alvorada*. Ano 1, Setembro de 1926, nº.6, p.1; a matéria “A grande dívida brasileira: duplamente sacrificada, eil-a no pequeno silêncio do velho solar a embalar o Brasil pequenino...” em *Clarim da Alvorada*. Ano VII, 28 de setembro de 1930, nº. 30, p.1; e “O dia da mãe negra” em *Clarim da Alvorada*. Ano 1 da 3ª. fase, Setembro de 1940, nº. 1, p.1 ; ver também Florestan Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978, vol. 2, p.22.

⁵⁵⁶ Florestan Fernandes, op. cit., p.59.

⁵⁵⁷ Arlindo Veiga dos Santos. “Aos frentenegrinos” em *A voz da raça*, Ano 1, 18 de Março de 1933, nº.1, p. 1

tomada de poder pela esquerda brasileira em 1935. É assim que ele apresenta o jornal da associação, fundado em 1933:

“Nesse gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria de forma alguma de internacionalismo. A Nação acima de tudo.”⁵⁵⁸

Considerando as devidas especificidades, esse artigo lembra muito o tom das matérias do periódico da Liga Nacional Africana (LNA), que reforçavam o nacionalismo português e que filiavam os negros angolanos à Pátria lusitana. Lembremos do artigo “Nem nativismo e nem separatismo” de Sebastião José da Costa,⁵⁵⁹ ou o editorial da edição de maio de 1941, que afirmava ser a LNA cooperadora da obra de engrandecimento de Angola, no que dizia respeito ao progresso da colônia e dos povos autóctones, e que para tanto seus atos não eram mais do que a “continuação dos feitos daqueles esforçados angolanos” que haviam no passado defendido a Bandeira Portuguesa que chegara a Angola para “difundir a civilização europeia entre as populações outrora bárbaras do continente africano.”⁵⁶⁰

Fazendo coro da historiografia que já tratou da FNB e da LNA, essas foram associações que não propuseram alterar a ordem política e econômica estabelecidas. Entretanto é preciso interpretar suas ações que se centravam no campo cultural como ações que poderiam provocar alterações sociais, no futuro. Pensando em um tempo mais longo, a Frente Negra propôs planos para educação da população negra marginalizada, como também o fizeram a LNA, que acabaria por integrar inicialmente, como insistia Fernandes, a parcela menos favorecida na sociedade. Contudo, certamente, isso acabaria por transformar o cotidiano, pois espaços antes ocupados pelos brancos seriam, no mínimo, disputados pelos não brancos.

Para tanto, para que o futuro brasileiro fosse outro, investiu-se nos cursos de alfabetização, como a principal ação no campo social e político, pois teria como

⁵⁵⁸ Idem. (Destaques em caixa alta no original).

⁵⁵⁹ Sebastião José da Costa. “Nem nativismo e nem separatismo” em *Angola...* Ano IV, Janeiro de 1937, nº. 10, p. 2-4.

⁵⁶⁰ Editorial. *Angola...* Ano VIII, Maio/Julho de 1941, nº. 55/57, p.1.

consequência a criação de um grande eleitorado, haja vista o analfabetismo de cerca de 66% da população negra brasileira:

“A escola da F.N.B. que sob a direção do Sr. Francisco Lucrécio, auxiliada pela Sta. Celina Veiga, os quais vem dedicando seus maiores esforços para educar e preparar as crianças – o elemento básico formador de uma nacionalidade vigorosa, física e moralmente – a criança de hoje, o homem de amanhã (...) eis porque a F.N.B mantém as aulas noturnas: para instruir não só as crianças, mas como os adultos, os quais tendo as suas obrigações cotidianas, poderão frequentar as aulas (...) Esta é mais uma glória para a F.N.B em possuir em seu seio um departamento de combate ao analfabetismo.”⁵⁶¹

É claro que a FNB não era a única associação negra em São Paulo e foi duramente criticada, especialmente pela linha nacionalista adotada pelas suas principais lideranças, que gerou algumas dissidências e opositores. Um dos principais oponentes foi o dissidente José Correia Leite, socialista e diretor do jornal *Clarim da Alvorada*.⁵⁶² Houve uma série de outros periódicos de associações ou jornais independentes que escreviam sobre as “causas dos negros.” Mirian Ferrara chama atenção para o fato dessa imprensa negra São Paulo, como foi alcunhada, ter se caracterizada por lutar contra os preconceitos raciais, tentar conscientizar os negros de sua posição na sociedade e promulgar a educação e a instrução como valores.⁵⁶³ Mas não encontramos na primeira metade do século XX muitas ações concretas para fornecer a educação e a instrução almejadas. A imprensa negra foi marcada como atividades de protesto e conscientização do racismo, dos preconceitos, bem como valorizando os negros, suas histórias e sua inserção na sociedade brasileira.

A Frente Negra se destaca na constelação das associações negras no Brasil, sendo ideologicamente de direita ou não, por ter proposto uma série de atividades que viriam a contribuir com formas de se alterar a estrutura social do Brasil. Uma vez que os negros estivessem em condições técnicas de ocupar espaços dos quais estavam afastados por justificativas de falta de instrução, a sociedade, por conseguinte, se transformaria. Afinal, os espaços não ocupados por negros se justificava por critérios técnicos e profissionais e não raciais, da mesma forma como ocorria em Angola. Talvez pelo racismo não ter sido

⁵⁶¹ *A Voz da Raça*, 28 de abril de 1934, n.º. 32, p.4.

⁵⁶² O periódico *Clarim da Alvorada* foi fundado em 1924 por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, mas teve uma vida intermitente. Ver Mirian Ferrara. *A imprensa negra paulista. 1915-1963*. São Paulo, USP. Dissertação de mestrado, 1982.

⁵⁶³ Mirian Ferrara. *A imprensa negra paulista. 1915-1963*. São Paulo, USP. Dissertação de mestrado, 1982.

reconhecido pelas autoridades e ter sido negado por diversos intelectuais, que o subtítulo da *Voz da Raça* era “O preconceito de cor, no Brasil, só nós, os negros, podemos sentir”. Mas se o grosso da elite brasileira não admitia o racismo, os dados do censo demográfico não nos deixam dúvida e nos confirmam que a discriminação racial podia ser percebida não somente por critérios subjetivos, mas também por dados objetivos. Como explicar, que em uma nação que construía o discurso da democracia racial, 65% dos negros não tinham acesso a escola e do grupo recenseado como branco esse número caía para 44%?

Para mudar esse quadro, enfrentando a discriminação – especialmente se lembrarmos que mais ou menos nessa época o Brasil ingressava na UNESCO como o Laboratório Racial para se estudar a propalada convivência harmoniosa entre negros e brancos⁵⁶⁴ – alguns sujeitos estiveram comprometidos, certamente nem todos, em fundar escolas, ministrar cursos de alfabetização, cursos de artes e ofícios diversos, ao tempo que protestavam publicamente contra o racismo, afinal:

“para que vejamos satisfeitos os nossos sonhos, pelo qual temo-lo batido constantemente, não é tão somente a união o fator primordial destas aspirações, aliás, justíssimas, não é. Em primeiro plano, está a EDUCAÇÃO. Logo, precisamos tratar da educação dos nossos menores, fazê-los conhecedores da lei constitucional do país, para que a vindoura geração coordene-se, associando-se política e intelectualmente na evolução nacional; porquanto, a maioria dos homens de cor não acompanha de perto a com interesse tudo que se passa em derredor de si – pouco se lhe dá se a raça está necessitada, instruída, etc., etc., porque não receberam uma educação aprimorada na sua infância, que lhe permitisse, facilitando-os, observar o abandono em que se encontram. Eduquemos, portanto, os nossos filhos, façamo-los senhores dos seus direitos, para que amanhã, nos orgulhemos de ser negros e pertencentes a uma raça pujante que tem demonstrado seu valor físico e moral desde os tempos primitivos até a conflagração europeia.”⁵⁶⁵

As mudanças não seriam imediatas, estavam sendo previstas por algumas associações e lideranças negras para o futuro, daí a insistência em educar as crianças. É também visível neste trecho o mesmo tom laudatório da civilização europeia, perceptível nas matérias assinadas pelos angolanos na mesma época. Também aqui circulou e obteve respaldo um pressuposto de evolução social, ou seja, que alguns povos ou grupos sociais

⁵⁶⁴ Ver Marcos Chor Maio. “Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais” em vol. 40, Rio de Janeiro, 1997.

⁵⁶⁵ Souza, I. “O Momento” em *O Clarim da Alvorada*. 7 de abril de 1929, ano VI, nº. 15 transcrito por Florestan Fernandes, op. cit., pp. 11/112.

estavam em estágio de desenvolvimento mais avançado que outros. Esse pressuposto acabou por ser questionado e derrubado, mas apenas com o passar das gerações.

Podemos debater em que grau as mudanças sociais foram previstas pela população discriminada racial e economicamente. Certamente foram mudanças programadas, percebemos isso pelos relatos e pelas ações desenvolvidas ou intentadas pela Frente Negra, encontradas tanto na imprensa quanto na fala de seus antigos membros. Sabemos que as memórias sobre o passado não são sinônimas de história, e que as memórias coletivas nos ajudam a “salvar o passado” contribuindo para uma prática mais libertadora das amarras criadas pelos próprios homens.⁵⁶⁶ Por isso segue a fala de outro frentenegrino, fala que transparece nem sempre ser nítido para os sujeitos a compreensão ampla do momento que estão vivendo, percebendo ou incorporando o elemento político posteriormente:

“Porém, agora, mais do que naquela época, é mais difícil você ter um denominador comum em termos de negro, porque naquela época o negro era carente de uma porção de coisas, das mínimas coisas em termos sociais, de trabalho e tudo, tanto é que o negro se amotinava cegamente, sem cogitar, por exemplo, o conteúdo político da Frente Negra, que só muito tempo depois a gente conseguiu compreender. Mas atualmente o negro tem suas ideologias, seus partidos.”⁵⁶⁷

Podemos entender essa fala como uma declaração de que a reunião de negros em torno de uma associação, da FNB neste caso, se dava invariavelmente por interesses sociais ou trabalhistas, como dissera Aristides Barbosa – ou culturais e educacionais, se lembrarmos dos bailes das Rosas Pretas, das escolas, do periódico *Voz da Raça*, dos campeonatos de futebol, etc. – e que a consciência política teria vindo depois. Cedo ou tarde, antes ou depois, o que também podemos depreender dessa fala é que o componente político da associação, que sempre existiu, só passou a ser claro para todos com o tempo.

6. CONCLUSÃO

Tanto no Brasil como em Angola houve um crescimento da demanda social por uma instrução que alfabetizasse a população das classes mais baixas, profissionalizando-as e capacitando-as a ocuparem espaços no mundo do trabalho, lugares até então reservados a

⁵⁶⁶ Ver Jacques le Goff. *História e Memória*. Campinas, Unicamp, 1996, p.477.

⁵⁶⁷ Aristides Barbosa. Depoimentos em Márcio Barbosa ..., p.34.

grupos ou indivíduos da elite. Percebemos, na análise dos movimentos associativos, que a educação foi a principal reivindicação da LNA e da FNB, associações atuantes na primeira metade do século XX nos dois países. Percebemos essa bandeira da escolarização quer se adote uma visão tradicional da historiografia, alinhada com Florestan Fernandes, que demonstrou a busca por integração ou inserção dos negros na sociedade de classes e não uma busca por revolução social; quer se adote uma postura nova diante a historiografia, buscando observar as táticas dos grupos postos na marginalidade, como foram os nativos africanos em Angola e os afrodescendentes no Brasil. Foram parcelas da população que se articularam politicamente propondo ações com objetivos de mudar as sociedades no futuro, pois sugeriam disputar os espaços sociais, fazendo-se cada vez mais presentes em posições que não seriam subalternas.

Fazer parte da sociedade em igualdade de condições com a parcela favorecida econômica e politicamente, os brancos tanto no Brasil como em Angola no período estudado, não me parece que se dava somente por almejarem uma posição privilegiada, o que me parece que desejavam sim, e nem somente integrar a sociedade de classes, outro objetivo que também me parece que ambicionavam. A imposição da presença e a disputa por direitos e oportunidades projetadas pelos grupos que eram subjugados e marginalizados do processo histórico de constituição das nações nacionais me parece ter sido tanto uma estratégia de sobrevivência, quanto um projeto político desses grupos. Daí a importância da educação para a capacitação e formação política do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação intelectual no Brasil e em Angola foi importante para a construção de projetos políticos que dialogavam com o Estado, apontando a educação como o principal meio para o desenvolvimento da população como um todo e, conseqüentemente, da nação. A produção de alguns desses intelectuais brasileiros, como a de Jorge Amado, circulou internacionalmente e contribuiu para a formação da literatura e dos escritores em Angola, como Óscar Ribas. Com uma trajetória bastante diversa do brasileiro, Ribas também teve sua obra avaliada por critérios de engajamento político e uma das principais críticas que lhe recai é a de ter sido um intelectual descompromissado com a causa nacional em desenvolvimento, ou um intelectual que assimilara em demasia a cultura portuguesa.

Considerando a construção do nacionalismo angolano que deu azo ao longo processo para a independência de Angola e cuja gênese se encontra na década de 1950, ainda que as origens mais remotas possam ser localizadas em uma produção intelectual do final do século XIX, Óscar Ribas foi, até 1960, um escritor que pendia para enaltecer a cultura e civilização portuguesas. A cultura dos nativos africanos também foi considerada importante para este escritor, mas foi tratada a partir da noção de folclore, e como tal, afirmara o autor, precisava ser registrado para não desaparecer diante do acelerado processo de civilização da sociedade. Para Ribas a civilização europeia ainda parecia ser a principal responsável para alterar a realidade angolana que não lhe surgia como moralmente positiva naquela primeira metade do século XX.

Na mesma época em que Óscar Ribas ovacionava a cultura portuguesa, outros angolanos movimentavam-se em campo oposto, construindo e alimentando um sentimento nacional angolano, que serviu de base tanto para a fundação do Partido Comunista Angolano quanto para os movimentos políticos em prol da independência, como a UPA (União dos Povos de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), dentre outros. Esses outros intelectuais, Antonio Jacinto, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Ilídio Machado, por exemplo, aproximavam-se ideologicamente de Jorge Amado, principalmente daquele “primeiro” Jorge Amado, militante do Partido Comunista Brasileiro, que criou personagens como Sergipano de *Cacau*, Baduíno de

Jubiabá, Livia, Rosa Palmeirão e professora Dulce de *Mar Morto*, Pedro Bala, Joaquim, Antonio Vitor e Raimunda, e tantos outros que impactaram seus leitores dentro e fora do Brasil. Apesar das divergências ideológicas, a obra literária de Óscar Ribas apresenta alguns traços muito semelhantes a do brasileiro, especialmente no que tange a tentativa de representação das camadas populares da sociedade. A despeito de engajamentos políticos diversos, aproximavam-se pela composição, por uma nova estética e pela busca do que vinha ou deveria ser o povo, povo do qual Amado procurava se aproximar e Ribas se distanciar socialmente.

Óscar Ribas reconheceu a influência que sofrera da literatura brasileira, especialmente a de Jorge Amado, e também se preocupou em reproduzir em seus textos as tradições populares, mas em seu caso ele procurou ser um “fiel intérprete das tradições do povo”, transcrevendo as danças, os rituais, os provérbios, os mitos, as músicas e as adivinhas que seus informantes lhes narravam. Há, fica claro, um distanciamento formal entre os dois, pois o angolano se consagrou mais como escritor etnógrafo do que romancista, tendo recebido diversos prêmios de reconhecimento por sua atuação no campo do registro folclórico.

A literatura amadiana que influenciara os primeiros escritores angolanos em sua formação intelectual foi uma literatura coadunada com as questões nacionalistas brasileiras. Para tanto, se preocupou em pensar, elaborar, recriar e definir o que deveria ser o povo brasileiro, pois em seu nome uma série de projetos políticos estava sendo justificados, projetos ora hegemônicos, ora contra-hegemônicos. E aquilo que surgira localmente como um imperativo do contexto do Partido Comunista para os escritores partidários, e como um discurso nacional em um contexto amplo, atingindo até escritores de veia mais conservadora, como Gilberto Freyre, tornou-se uma marca na obra de Amado, qual seja, a de representar o que se entendia por popular e, até mesmo, de falar pelo povo. E nesse ponto há uma semelhança inegável com a obra de Óscar Ribas.

Jorge Amado, imbuído desse espírito de comprometer sua arte com um ideal de Nação e de Estado, para os quais a revolução social se daria com o povo – entendido na altura como o campesinato e o proletariado – construiu uma fantasia sobre si de homem do povo, uma vez que suas origens eram indubitavelmente burguesas. Daí se afirmar como

“porta voz” do povo, ou “escritor do povo” como fora eleito deputado em 1946. Óscar Ribas, por seu turno, procurou, durante todo o período colonial, afastar-se do grupo mais popular em Angola, que seriam precisamente dos designados juridicamente na época como “indígenas”.

Ribas foi um representante da pequena parcela de cerca de 0,5% da população mestiça angolana de 1930 e que, portanto, sabia ler, escrever, conhecia os códigos da cultura portuguesa e que vivia de acordo com usos e costumes da civilização ocidental.⁵⁶⁸ E foi desta parcela de angolanos civilizados que saíram os escritores que deitaram o olhar sobre a tradição popular dos nativos, depositada sob o imenso leque da oralidade. Ribas se colocou como um tradutor dessas manifestações culturais, que os eruditos passaram a chamar de cultura popular ou folclore. Como tradutor, não somente registrou o que dizia correr o risco de se perder na modernidade, como também marcou uma aproximação com o grupo dominante que controlava a política colonial.

Já em relação a Jorge Amado, outro aspecto da relação de sua obra e dos escritores angolanos, para pensarmos as imbricações da intelectualidade com a política e com a cultura, refere-se a circulação de seus escritos em espaços e públicos altamente diversificados, da literatura clandestina e de contrabando pelo teor subversivo em Angola, por exemplo, aos cânones literários brasileiros pela Academia Brasileira de Letras. Mas independentemente dos espaços em que a obra de Amado circulou, ela foi uma produção eminentemente comprometida politicamente, taxada durante as primeiras décadas como sendo uma literatura engajada, partidária, proletária, comunista, marxista, etc. Foi com essa veia comprometida política e partidariamente com uma esquerda revolucionária que seus romances circularam pelo Brasil e pelo mundo, ora como literatura subversiva e ora como literatura brasileira.

Óscar Ribas e diversos outros intelectuais, inclusive da geração seguinte como Luandino Vieira e Pepetela, ao reconhecerem o impacto da obra de Jorge Amado, deixam subentendido que a influência ocorrera também e principalmente através da leitura dos textos ficcionais e poéticos do intelectual orgânico do partido comunista. Claro que a

⁵⁶⁸ Para dados estatísticos ver Fernando T. Pimenta. *Angola, os brancos e a independência*. Porto: edições Afrontamento, 2007, p. 449.

recepção e a apreensão dessa literatura foi, sem dúvida, ampla e variada. O uso político das mesmas categorias analíticas se modifica de acordo com o posicionamento ideológico dos escritores e notamos isso de forma clara com a obra de Óscar Ribas, pois enquanto Jorge Amado evocou o povo como uma classe que deveria ser conscientizada na luta que se travaria no processo revolucionário em projeto, Ribas, sofrendo influências e se inspirando em Amado, evocou o povo com outra finalidade. O popular estava sendo empenhado também, mas para outra causa, para criar uma cultura angolana até então inexistente como tal e para, através dela, apontar as falhas éticas e morais da sociedade que se construía, falhas que deveriam ser sanadas a partir do paradigma da cultura europeia.

O trabalho de Óscar Ribas, contudo, apresentou críticas sutis aos portugueses, especialmente aos colonos em Angola, que também foram construídos a partir de uma fragilidade moral, como haviam sido representados os nativos angolanos. As apreciações sobre o comportamento dos colonos em Angola, a meu ver, tinham por finalidade criar um lastro baseado na cultura para reparar certas normas, hábitos e costumes dos europeus em África, pois estes moldavam a cultura angolana, segundo o autor. Contudo, em nenhum momento Ribas questionou ou abandonou a civilização como um conceito, considerado um modo de vida mais elaborado e menos “rude” ou “primitivo”, como o autor descreveu o modo de vida dos "indígenas" em seus trabalhos da primeira metade do século XX.

Podemos vislumbrar um fluxo da literatura brasileira em direção a Angola, fluxo que levou daqui para lá projetos de povo, de nação, de Estado, de religiosidade, de questões raciais, dentre outras temáticas presentes na obra de Jorge Amado. A partir do momento que lemos e aprendemos com a literatura da geração de Ribas, ou daquela que promoveu a construção do Estado angolano, bem como dos novos escritores que aos poucos nos chegam, também podemos encontrar outro fluxo, agora de Angola para cá. Esses escritores absorveram de Jorge Amado influências estilísticas e temáticas, o que nos faz perceber que essa circularidade cultural dá margem para refletirmos sobre os diversos processos de formação política no mundo contemporâneo.

Ademais, para além dos escritores romancistas, na primeira metade do século XX surgiu nas duas margens do Atlântico um movimento associativo de negros e mestiços que também dialogava com os projetos nacionais hegemônicos. O contexto histórico era de

direitos políticos e civis que não eram estendidos a todos os indivíduos no Brasil e em Angola. Lá, contudo, havia uma discriminação legal, posto os textos jurídicos que distinguiam os cidadãos dos "indígenas"; e aqui, por outro lado, não havia mais uma legislação que distinguisse juridicamente os indivíduos, permanecendo, contudo, uma cultura racista e discriminatória.⁵⁶⁹ Os programas dos governos brasileiro e angolano, lembrando que Angola era administrada pelo Estado Português, nem sempre beneficiavam a todos, e, portanto, intensificou-se o associativismo, aparecendo organizações que reivindicavam direitos e promoviam condições de ascensão social e econômica de seus associados.

Pensando a partir de uma ideia de Nação, algumas associações de caráter político e cultural se organizaram para a construção de propostas complementares ou alternativas aos projetos nacionais oficiais. Enquanto o associativismo foi um espaço, as ideias de uma educação obrigatória, gratuita e universal perfizeram, a meu ver, a principal proposta a Liga Nacional Angolana (LNA), bem como percebida também na Frente Negra Brasileira (FNB).

A falta de escolaridade era algo que atingia o grosso da população brasileira e angolana no século XX. Como vimos, no Brasil, na década de 1920, havia cerca de 75% da população brasileira sem saber ler e escrever⁵⁷⁰ e Angola registrava um índice de pobreza e de analfabetismo ainda mais elevado.⁵⁷¹ A educação e a instrução reivindicadas pelos nativos angolanos coincidiu com a pauta dos movimentos associativos no Brasil no mesmo período, uma vez que a educação foi uma questão evocada pelos Estados modernos como uma forma de criar identidade nacional, sentimento patriótico e combater os índices de pobreza. A instrução formal, limitada a poucos nas colônias portuguesas, aumentava a chance dos nativos negros e mestiços usufruírem dos privilégios dentro do sistema colonial. A educação auxiliaria os nativos pleitear a assimilação jurídica e também os habilitaria com ferramentas para concorrer por um melhor espaço no mundo do trabalho. Para o Brasil,

⁵⁶⁹ Kabengele Munanga. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

⁵⁷⁰ IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil. 1º. de Setembro de 1940. Censo Demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1950, p.1.

⁵⁷¹ Rafael Ávila de Azevedo. *Políticas de ensino em África: estudos de ciência política e sociais*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1958.

similarmente, a instrução aumentaria as chances dos afro-brasileiros combaterem os preconceitos mediante sua capacitação técnica e profissional, incluindo-os no mercado de trabalho com qualificação. Entretanto, se em Angola os membros das associações nativas estiveram, nas primeiras décadas do século XX, mais preocupados em garantir instrução para si, mantendo a hierarquia social que os beneficiava, no Brasil as associações negras, compostas pelos extratos mais populares, procuravam alargar o acesso ao mesmo sistema de ensino a todos os brasileiros.

A moderna colonização portuguesa no continente africano foi legalizada pelo *Ato Colonial*, em 1930, e pela legislação que adveio em seu rastro. Os arautos da colonização a fundamentavam na função histórica de Portugal possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos, e ao apregoado respeito ao estado de evolução dos povos nativos. Conjuntamente, a sociedade colonial angolana esteve estratificada em três grupos com direitos sociais e políticos distintos: no topo da sociedade de direito estavam os portugueses brancos e na base estavam os nativos angolanos negros, designados por "indígenas", que possuíam uma legislação civil própria. Entre essas duas camadas havia um grupo intermediário de angolanos nativos "civilizados", que eram negros ou mestiços e que haviam adotado o modo de vida europeu, juridicamente designados de "assimilados". Foram estes que tanto produziram a literatura angolana quanto organizaram as associações de diversas naturezas, como a Liga Nacional Africana.

Os designados como "indígenas", que equivaliam a 98,6% da população em 1930,⁵⁷² eram considerados portugueses protegidos e defendidos pelo Estado, cuja missão proclamada era auxiliá-los no seu desenvolvimento em direção a uma civilização que se cria superior: a europeia. Esse auxílio se daria através do contato com os portugueses, que os ensinariam o modo de vida "civilizado", através de práticas educativas. Durante a presença de Portugal na África no século XX houve alguns projetos para a colonização efetiva de Angola e a educação dos nativos. Norton de Matos, governador-geral (1912-1914) e alto-comissário (1921-1924), foi um defensor da autonomia financeira e administrativa colonial. Propôs um projeto de subsídios estatais para a imigração branca portuguesa e elaborou um programa de instrução para a população nativa, através das

⁵⁷²Fernando Pimenta, op.cit., p.449.

chamadas Escolas-Oficinas.⁵⁷³ Outro projeto de colonização foi lançado pelo alto-comissário Antônio Vicente Ferreira (1927-1929), que também previa investimentos do Estado para a fixação de portugueses na África e indicava que se devia evitar a utilização do trabalho "indígena". Ferreira também enveredou pelo campo do ensino, pelo mesmo motivo que o havia feito Norton de Matos: garantir a mão de obra nativa especialmente talhada para os investimentos coloniais e manter os "indígenas" distantes dos portugueses metropolitanos. Para tanto, criou as Escolas Rurais com o fito de manter os nativos distantes da zona urbana.⁵⁷⁴ Outro projeto de colonização se deu através das Escolas Missionárias, oficialmente responsáveis pela instrução dos "indígenas" a partir de 1941, apadrinhadas pelo Chefe do Conselho de Ministro, Antonio Oliveira Salazar. Voltadas para a catequese, incluíam em seu programa o aprendizado rudimentar do português e o ensino de técnicas para o trabalho no campo.

Foi a partir destes projetos de colonização e educação que a LNA se organizou, definindo-se como uma associação em defesa dos interesses dos nativos angolanos, editando a revista *Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva*, configurando-se em um importante veículo de protesto. A Liga foi estabelecida por parte da elite dos naturais, composta por uma pequena parcela da população nativa que desfrutava de alguns privilégios, promovendo uma série de atividades que os beneficiavam. Uma das reivindicações dos angolanos era a obtenção da cidadania portuguesa, que lhes ampliava os direitos sociais, além de políticos, contudo não acabava com as práticas discriminatórias de fundo racial. Tendo ciência da importância da educação e da instrução como forma de tentar combater os preconceitos, ao passo que capacitavam tecnicamente os nativos para ocupar cargos e posições na sociedade colonial, as escolas foram solicitadas como um investimento que o Estado deveria realizar para o desenvolvimento das populações ditas atrasadas, que faziam parte da Nação, como não parava de ser veiculado pela doutrina colonial.⁵⁷⁵

⁵⁷³ Cláudia Castelo. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 1997, pp. 65-98.

⁵⁷⁴ Alfredo Noré e Alda Adão. O ensino colonial destinado aos "indígenas" de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. In *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, vol. 001, p.105, 2003.

⁵⁷⁵ M. C. Souza "A educação e a Instrução" em. In: *Angola...* Ano XXV, Julho/Dez de 1957, nº. 155, p.29

Alguns associados acreditavam que pertencia a Liga mostrar ao Governo a necessidade de escola e procurar estudar uma maneira de suprir essa falta.⁵⁷⁶ Por isso, ainda em 1936, baseadas no princípio de cooperação que o Estado deveria dar às iniciativas particulares de educação, a LNA fundou uma escola em parceria com o governo de Angola.⁵⁷⁷ Outra forma de garantir a instrução formal dos angolanos foi fazendo uso das bolsas de estudo para ocupar as vagas já existentes no parco sistema de ensino. As bolsas se ampliavam ao passar dos anos, tendo sido concedidas por iniciativa privada e pública. A LNA criou em setembro de 1938 a *Bolsa de Estudos a Estudantes Pobre*, como um auxílio financeiro dirigido a estudantes necessitados para que se mantivessem nos liceus e para continuar os estudos em um curso superior.⁵⁷⁸ Objetivava-se formar uma elite nativa angolana que defendesse os interesses de todos os nativos.

Até o fim da década de 1950 a LNA não estimulou oficialmente nenhum grande medida que alterasse a estrutura social da colônia, muito menos algum sentimento nacionalista angolano. Contudo, parte dos nativos foi percebendo que Portugal criava estratégias para a manutenção dos africanos em uma posição de subalternidade, pois, de acordo com os postulados ideológicos coloniais portugueses, justificava-se a exclusão social da maioria dos africanos e a distinção entre europeus e africanos por razões culturais e não raciais, onde entrava a altíssima taxa de analfabetismo para justificar essa exclusão. Uma das primeiras formas de tentar superar o analfabetismo e a falta de conhecimentos técnicos específicos dos nativos foi justamente com a instrução e educação dos mesmos. Somente em um segundo momento, já nos anos 1960, foi que a educação passou a servir também para questionar e afrontar a política colonial.

Até a revogação do Estatuto do Indígena, em 1961, e a reforma do ensino três anos depois, discutia-se se os investimentos em educação deveriam ser para a instrução de uma elite intelectual angolana ou para as massas. Assim como os colonialistas, também os nativos “civilizados” divergiam quanto ao sistema de ensino ofertado aos “indígenas”, mas, diferentemente daqueles, eram uníssonos quanto à relevância da instrução ampla e obrigatória a todos, pois se confiava que a educação formal era o caminho para uma

⁵⁷⁶ Zedy. Para que se saiba... In: *Angola...* Ano I, Março de 1933, nº. 3, p.9.

⁵⁷⁷ Coluna Notas e Factos. In: *Angola...* ano IV, Maio/Junho de 1936, nº. 5, p. 5.

⁵⁷⁸ Burity Silva. “Uma bolsa de Estudos” em *Angola...* Ano VI, Set/Outubro de 1938, nº. 25/26, pp. 10/11.

melhoria das condições materiais. Capacitando o nativo, “civilizado” ou “indígena”, e aperfeiçoando-o no trabalho e dando-lhe formação moral, teriam como consequência uma elevação e uma melhoria do conjunto da sociedade. Era assim que parecia aos olhos dos membros da LNA que Angola encontraria seu rumo, pois se profissionalizaria, além de se instruir. Mas até 1960, o analfabetismo ainda beirava os 97% da população angolana.⁵⁷⁹

O Brasil nesse período era uma nação soberana em que as diferenças de oportunidade ocorriam por conta de um preconceito racial mantido nos hábitos e nos costumes e não mais pela legislação. A falta de escolaridade era o grande impedimento legal para os afro-brasileiros gozarem da plena cidadania brasileira. E as teorias raciais desenvolvidas no século XIX e discutidas pelos intelectuais criavam o ambiente para a discriminação racial no campo das relações sociais, mas também estimulava posições para tentar acabar com ela.

A população afro-brasileira do início do século não ficou inativa diante da falta de escolaridade que lhes acarretava menos oportunidades e os deixavam mais susceptíveis à discriminações e passaram a tratar a educação tanto como um valor a ser conquistado quanto como um conhecimento pragmático, que se tornou uma das principais reivindicações dos movimentos negros. Se para ampliar a democracia brasileira a escola pública e gratuita era tratada pelos educadores reformistas como a solução para incluir a população das classes baixas, também algumas associações brasileiras trabalharam coadunadas a este princípio. E enquanto a escola pública, gratuita e universal não era instituída pelo Estado, algumas associações promoveram ações particulares voltadas para a melhoria do nível de instrução de seus membros, como fez a Frente Negra Brasileira.

Como a Liga Nacional em Angola, a Frente Negra criou estratégias que envolviam a educação como uma forma de valorização da história dos antepassados e como uma ferramenta de capacitação para a disputa de uma colocação no mundo do trabalho, cada vez mais exigente. Se era preciso ter um conhecimento escolar para disputar os empregos, especialmente nos centros urbanos, então as associações passaram a se organizar para tentar prover essa ferramenta àqueles que não a tinham.

⁵⁷⁹ Eduardo Ferreira. *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Sá da Costa, 1977, pp.92/93 (valor encontrado pelo cruzamento dos dados referente ao movimento geral do ensino em Angola e do número de habitantes recenseado.)

Em Angola, a ação intelectual de escritores como Óscar Ribas e dos associados da Liga Nacional Africana surgiu do meio dos filhos da elite nativa local que se mobilizaram, utilizando seus conhecimentos da cultura e da língua escrita portuguesa para produzir uma literatura e um jornalismo ora mais e ora menos críticos. Também propuseram e executaram ações educativas e de instrução, voltadas inicialmente apenas para sua camada social e somente mais tarde pensadas para toda a população nativa, especialmente quando perceberam que pelo crivo da raça os portugueses colocavam, em última instância, todos os negros em um mesmo patamar social. Contudo, diversamente, não se pode dizer que no Brasil os associados da Frente Negra eram da elite econômica ou social, apesar de alguns pesquisadores terem apontado nestes movimentos alguns anseios da classe média, questionando seu caráter revolucionário.

É imprescindível notar que os indivíduos de origem econômica e social diversa convivem na sociedade ora em complementaridade ora em disputa, promovendo experiências práticas, como a literatura, o associativismo e a educação, construindo nessa convivência os projetos políticos hegemônicos e contra-hegemônicos. Podemos notar no Brasil e em Angola no século XX um “sistema corporativo” a que se referia Raymond Willians, ou seja, um “sistema central efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos”.⁵⁸⁰ Esse sistema é composto de práticas geradas pelos mais diversos sujeitos sociais, práticas que se relacionam entre si, construindo o que Gramsci havia definido de hegemonia, entendido como um conjunto de ações diversas que estão sempre renovando e recriando uma realidade de dominação. O dinamismo e a abrangência da hegemonia ocorrem pelo processo de incorporação de novas experiências, o que acaba mantendo uma realidade de dominação. Em outros termos, a cultura hegemônica não se configura em um rol de ideias, pressupostos e hábitos que são meramente impostos por manipulação pela classe dominante sobre os dominados. A cultura hegemônica em uma sociedade é plástica, é dinâmica e se molda também a partir de experiências que criticam o sistema, mas que o acabam complementando.

⁵⁸⁰ Raymond Willians. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista” em *Cultura e Materialismo*. São Paulo, Editora UNESP, 2011, p.53.

Percebemos para o caso do Brasil e de Angola que além de debates sobre direito, moral e ética, que encontramos na literatura do século XX, literatura que discutia o povo, o Estado, a política, o bem estar, a revolução, etc., as associações passaram a promover ações para garantir mais espaços para seus membros, delineando um “sistema corporativo” – efetivo e dominante de significados e valores. As associações eram compostas por estratos privilegiados em Angola – a classe intermediária que não era a dos portugueses brancos cidadãos de primeira categoria e nem os designados por "indígenas". No Brasil as associações investigadas eram compostas por estratos desprivilegiados e marginalizados pelas políticas públicas. Mas nas duas margens do Atlântico essas associações estavam dialogando e interagindo com o Estado, com a sociedade civil e com todos os agentes promotores e reprodutores da ideologia de exclusão social, que estava pautada ainda na questão racial.

Tentando combater a exclusão social, baseada tanto no discurso da incapacidade técnica das classes baixas quanto no racismo, foram concentradas energias em torno da educação. E como já foi dito, a Liga e a Frente propuseram a instrução escolar como o principal meio de valorização dos indivíduos excluídos socialmente. Se apenas no campo do discurso o racismo não conseguia ser combatido, as associações passaram a promover a escolarização de seus associados. Ou seja, se a questão era de formação técnica, então se ofertava essa formação, que se traduziu em duas frentes: alfabetização e profissionalização. Para tanto ofereceram cursos de alfabetização, cursos de explicação, de artes, de costura, de piano, etc., e fundaram escolas seguindo o currículo oficial.

Fica evidente, contudo, a importância da incorporação de práticas sociais promovidas pela cultura hegemônica e chamo a atenção para o fato dessas escolas terem sido encampadas pelo governo de Angola e do Brasil. Foram reconhecidas oficialmente e valorizadas enquanto espaços de formação dos angolanos e dos brasileiros, lembrando que as instituições educacionais são as principais agências de transmissão de uma cultura dominante. O discurso do Estado e dos agentes de dominação era o de empenhar todo mundo, todos os estratos sociais, todas as classes, todos os indivíduos em um compromisso com a nação. Elaborava-se uma identidade nacional e todos foram considerados, pelo discurso, peças fundamentais desse edifício nacional, que construía uma cultura civilizada.

A civilização é uma chave conceitual, um grande paradigma, que ordenava a movimentação dos sujeitos em Angola e no Brasil. Pois tanto lá como aqui era a civilização europeia ocidental, ou seja, o modo de vida, seus valores e significados, que estavam sendo buscados tanto pelos intelectuais através da literatura quanto pelo movimento associativo. Queria-se a civilização e isso foi mais que um discurso, foi uma prática. Tanto os agentes das classes dominantes no Brasil e em Angola, quanto os indivíduos intermediários e, por fim, até mesmo parte dos extratos mais baixos da sociedade, reproduziam uma ideia de ser civilizado, de que a civilização era melhor do que a incivilidade, a falta de civilidade, a barbárie, a falta de conhecimentos vindos da Europa e definidos como fundamentais pelo mesmo discurso dominante.

Mas a civilização que os africanos e afrodescendentes queriam não possuía a componente racial que existia no discurso da civilização do século XIX e das primeiras décadas do XX. E se em nome da civilização a África foi colonizada mediante um discurso evolucionista e racista de que os negros e seus descendentes eram inferiores e deveriam receber os valores, a moral e os conhecimentos do ocidente, a ação de parte dos intelectuais a partir da década de 1930, visível na literatura e no associativismo, começou a esvaziar o componente racial da civilização, mantendo-a, porém, como paradigma.

A civilização foi uma cultura hegemônica, e não foi meramente imposta, mas foi retroalimentada por práticas sociais que alteraram o discurso inicial, modificando-a porque complementando esse discurso com elementos alternativos. Exemplo disso foi a valorização de rituais e tradições africanas, simbolizado pelos quimbandas de *Uanga*, romance de Óscar Ribas; ou o candomblé e as referências ao universo cultural de matriz africana presente nas obras de Jorge Amado; ou as bolsas de estudo para que os filhos da elite nativa angolana pudessem estudar e as escolas criadas pelas associações brasileiras e angolanas. Vale lembrar que no Brasil essas escolas eram voltadas para os associados da FNB e do TEN. Em Angola as escolas eram, inicialmente, apenas para os cidadãos nativos, somente com o passar das décadas é que as escolas foram pleiteadas para todos os africanos, incluindo os designados por "indígenas", o que só ocorreu quando se percebeu que a raça ainda se mantinha como o fator de identificação mais importante. O fato de serem negros, mesmo que civilizados, ainda parecia ser mais preponderante do que sua

condição social, pois só isso poderia explicar ganharem até cinco vezes menos que um branco, quando ocupando o mesmo cargo e função, e tendo as mesmas habilidades, como exemplifiquei com o caso dos enfermeiros. Isso tudo me sugere que tanto no Brasil quanto em Angola parecia que se desejava anular o componente racial, mantendo, contudo, a civilização como discurso.

Dessa forma percebo ainda a manutenção de uma cultura prática dominante e normatizadora da sociedade, apesar das alterações sociais sugeridas e promovidas por alguns grupos e apesar de ter havido alguns poucos projetos opositores, presentes, por exemplo, na literatura que evocava a revolução em Jorge Amado e o movimento separatista angolano a partir de 1961, que propôs e rompeu com a colonização, simbolizado não na literatura de Óscar Ribas, mas na de Viriato da Cruz e outros. Contudo, de uma forma ou de outra, tanto no Brasil como em Angola, os atores sociais que foram perscrutados aqui deixaram protestos na imprensa e ações promovidas nas associações culturais, visando uma melhor e mais justa inserção das camadas intermediárias e baixas na sociedade. O meio para isso se daria pelo investimento na formação instrutiva escolar e educacional da população em geral. Essa parecia ser também uma forma de contribuir para o combate à discriminação racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. “Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50” em Alzira Alves de Abreu (org.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996
- ALBUQUERQUE, Durval de. *A Invenção do Nordeste*. Recife, São Paulo, Ed. Massangano, Ed. Cortez, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos*. Lisboa, dom Quixote, 2010.
- ALVES, Ívia. “As mudanças de posição da crítica e a produção de Jorge Amado” em Alves (org.), *Em torno de Gabriela e Dona Flor*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 2004.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, Joaquim Pinto de. “Festa de homenagem a Óscar Ribas”, em BAGUET Jr., Gabriel. *Óscar Ribas a memória como escrita*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2008
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-191)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- _____. *Antologia da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Maspero, 1953.
- _____. “Cultura negro-africana e assimilação” em *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Paris, Pierre Jean Oswald, 1958.
- _____. “Poetas negros de expressão portuguesa” em *Europe*, nº. 381, Paris, Janeiro 1961.
- ANDRADE Mário Pinto de, e OLLIVIER, Marc. *A Guerra de Angola*. Paris, Maspero, 1971.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: contraponto, 1997
- ARENDDT, Hannah *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ÁVILA DE AZEVEDO, Raphael. *Relance sobre a Educação em África*. Lisboa, Junta de Investigação do ultramar, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. *As Ciências no Brasil*, São Paulo, ED. Melhoramentos, 1956.
- AZEVEDO, Fernando [et al.] *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010.
- AZEVEDO, Thales de. *As Elites de Cor*. São Paulo, companhia Editorial Nacional, 1955.
- BACELAR, Jeferson “A Frente Negra Brasileira na Bahia” em *Afro-Ásia*, nº. 17, 1996.

- _____. *A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.
- BAGUET Jr., Gabriel. *Óscar Ribas a memória como escrita*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2008.
- BARBOSA, Julia Monnerat. *Militância Política e produção Literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de Doutorado. UFF, 2010.
- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo, Quilombhoje, 1998
- BASTIDES, Roger. “A imprensa negra do estado de São Paulo” em *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BIRMINGHAM, David. *Kwame Nkrumah: the father of african nationalism*. Athens, Ohio State Univesity Press, 1998
- BOMFIM, Manoel. *Brasil Nação*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1928.
- BOPP, Raul. *Vida e Morte da Antropofagia*. Rio de Janeiro, Brasília, Civilização Brasileira, INL, 1977.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1985
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo, Ed. Nacional/EDUSP, 1973.
- CAETANO, Marcelo. *Ensaio poucos políticos*. Lisboa, Verbo, 1971.
- CÂNDIDO, Antonio. e CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: modernismo*. São Paulo: Rio de Janeiro, Difel, 1975.
- CÂNDIDO, Antônio. “Poesia, Documento, História” em *Jorge Amado: 30 anos de Literatura*. São Paulo, Ed. Martins, 1961.
- _____. “A revolução de 1930” em *Novos Estudos*. n.º.4, São Paulo, Cebrap, 1984
- CARNEIRO, Edison. *A Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES, 1955.
- CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo, Ática, 1989
- CASTELO, Cláudia. *Passagens para a África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto, Edições Afrontamento, 1997
- _____. *O modo português de estar no mundo: o luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*. Porto, Afrontamento, 1999.
- _____. *Migrações Ultramarinas: contradições e constrangimentos*. Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.
- CASTILHO, Amadeu. “Levar a Escola a Sanzala: plano de ensino primário rural em Angola, 1961-62” em *Episteme*, 2002, n.º. 10/11/12, Universidade Técnica de Lisboa.
- CHAVES, Rita. *Formação do romance Angolano: entre intenção e gestos*. São Paulo, Coleção Via Atlântica, 1999.
- _____. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, Ateliê Editoria, 2005.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria da. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX” em *Lusotopie*, 1997.

- CORREIA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, EDUSF, 2000.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução a Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Distribuidora de Livros Escolares, 1970.
- CRUZ, Elisabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato, Angola: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Novo Imbodeiro, 2005.
- CRUZ e SILVA, Rosa da. “Benguela e o Brasil no final do século XVIII: relações comerciais e políticas” em PANTOJA,S. e SARAIVA, J. F. (orgs), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- CURTO, José. “Vinho versus cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda” em PANTOJA,S. e SARAIVA, J. F. (orgs), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- DIAKITÉ, Boubakary. *De la page d’écriture er du mythe de l’ancêtre rebelle: la problématique de l’écrit ET de La parole dans romans fancophone ouest africain*. Luisiana State University: Departmant of French Studies, Tese de Doutorado, 2003.
- DOMINGUES, Petrônio José A *Insurgência de Ébano:a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. São Paul, USP,Tese de Doutorado, 2005.
- DURÃO, Gustavo de Andrade. *A construção da negritude : a formação da identidade do intelectual através da experiência de Léopold Sédar Senghor (1920-1945)*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- ERVERDOSA, Carlos. *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1975.
- FANON, Franz. *Pele Negra, Máscara Branca*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- _____. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- _____. (org.) *Fazer a América*. São Paulo, USP, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A investigação sociológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, vozes, 1975;
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus, 1966
- FERRARA, Mirian. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH, 1986;
- FERREIRA, Eduardo Souza. *O fim de uma era – o colonialismo português em África*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- FERREIRA, José Carlos Ney e VEIGA, Vasco Soares da. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. s/e, Lisboa, 1957.
- FREYRE. Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Recife, Edições Região, 1952.
- _____. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarca*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1954.
- _____. *Um brasileiro em terras portuguesas*. São Paulo, Ed. José Olympio, 1953.
- _____. “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias” em *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº.24, Dezembro de 1938.

- _____. *Arte, Ciência e Trópico*, São Paulo, Brasília, Difel, INL, 1980.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos*, São Paulo, Duas Cidades, 1976.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Ed. 34; Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. *Brasil Best-Seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*. São Paulo, SENAC, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classe, Raça e Democracia*. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade nacional na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, UFMG, Brasília, UNESCO, 2003.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1994.
- HASENBALG, Carlos *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org), *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HOFMEYR, Isabel. *The portable Bunian: a transnational history of The Pilgrims's Progress*. Princeton, Princeton University Press, 2004.
- JAMBEIRO, Othon [et al]. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador, EDUFBA, 2004.
- LABAN, Michel. *Angola: encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, s/d, I vol.
- LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca a Macunaíma*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1988.
- LARANJEIRA, Pires. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- _____. *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-1963)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000.
- LEAL, João. *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, tradições*. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.
- LIMA, Jorge de. "Nordeste" poema de 1932 publicado em TELLES, Gilberto. *Jorge de Lima*. São Paulo, Ed. Global, 2006.
- LIMA, Oliveira. *Aspectos da História e da Cultura no Brasil*, Lisboa, A.M. Teixeira, 1923
- _____. *Formation historique de la nationalite bresilienne: serie de conferences faites en Sorbonne*. Paris, Garnier, 1911.
- LINS, Álvaro. *Os mortos de Sobrecasaca*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1968.

- MAIO, Marcos Chor. A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos” em Chor Maio e Ventura Santos (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996.
- _____. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”, *Scielo*. Rio de Janeiro, vol. 40 nº 01, 1997.
- _____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 02, pp. 375-413, 1998.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do império: representações raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, ICS, 2006.
- MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira: o modernismo*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1965.
- MARTIUS, Friedrich Von. “Como se deve escrever a história do Brasil”, na *Revista Trimestral do IHGB*, nº.24, junho 1845.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Definitiva biografia de Salazar*, Ed. Leya, 2011.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1926-1940)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- MILLER, Joseph. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade (1730-1830)*. Madison, University of Wisconsin, 1980.
- _____, “A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII” em Ministério de Assuntos Estrangeiros. *Le Portugal répond aux nations Unies*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970
- MOREIRA, Adriano. *Ensaio*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963.
- MOREIRA, Sonia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro, Mil Palavras, 2000.
- MOURA, Clovis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador, EDUFBA-CEAO, 2002.
- NETO, Agostinho. “Introdução a um colóquio sobre poesia angolana” em *Mensagem*, ano III, nº. 5 e 6, CEI, 1959, pp. 45-51, em LARANJEIRA, Pires. *Negritude Africana de Língua Portuguesa: textos de apoio (1947-19630)*. Coimbra, Angelus Novus Editora, 2000.
- NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX” em *Lusotopie*, 1997 disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/neto97.pdf> visualizado em (14/02/12)
- NEVES, Alexandre Gomes. *Câmara Cascudo e Óscar Ribas: diálogos no Atlântico*. Dissertação de Mestrado, USP. 2008.
- NORE, Alfredo e ADÃO, Áurea. “O ensino colonial destinado aos ‘indígenas’ de Angola. antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo” em *Revista Lusófona de Educação, numero 001*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi “a questão nacional na Primeira República” em Helena Carvalho e Wilma da Costa (org), *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, Ed. UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, André Cortes de *Quem é a “Gente Negra Nacional” : frente Negra Brasileira e Voz da Raça, 1933-1937*. Campinas, São Paulo, Dissertação de mestrado. 2005.

- PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado apresentado no Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2003.
- PANTOJA, S. e SARAIVA, J. F. (orgs), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- PAULO, João Carlos. “Vantagens da Instrução e do Trabalho: ‘escolas de massas’ e imagens de uma ‘educação colonial portuguesa’” em *Educação, sociedade e cultura*. n° 05, 1996.
- PÉLISSIER, René. *História das Campanhas Angolanas: resistência e revolta 1845-1947*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- PIERSON, Donald *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971
- PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola, os brancos e a independência*. Porto, Edições Afrontamento, 2007.
- PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- QUERINO, Manuel. *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938.
- RAMOS, Antonio Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957.
- RAMOS, Arthur. *O Folk-Lore Negro do Brasil*. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1935
- _____. *O Negro Brasileiro. Etnografia Religiosa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951 (1ª. edição, 1934).
- _____. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, CEB, 1956.
- _____. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979 (1ª. edição 1935).
- REGO, José Lins do. “Precisamos dos Portugueses”, em *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n° 25, Dezembro de 1939.
- ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano, período de 1950 a 1964*. Lisboa, Dinalivro, 2009.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- RODRIGUES, Maria Eugenia. *A Geração Silenciada: a Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 1930*. Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- ROMERO, Silvio. O Negro – objeto da ciência. Em CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*, São Paulo, Ediouro, s/d.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/ 1937*. Rio de Janeiro, UFF, Tese de doutorado apresentada no PPGH, 2007.
- _____. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia (1889-1937)*. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2001.
- _____. “História e cultura afro-brasileira na educação básica: origens e implicações da Lei 10.639/2003” em *Caderno do CEAS*, Salvador, Janeiro/Março 2007, nº.225.
- SANTOS, Maria Emília Madeira e RODRIGUES, Vítor Luis Gaspar. “Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colônias africanas (1922-36): o caso português” em *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto, Campo das Letras/ Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006.
- SARTRE, Jean Paul. “Orfeu Negro”. Em SARTRE, J. *Reflexões sobre o racismo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____. “Raça como negociação” em Maria Nazareth S. Fonseca (org) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Atlântica, 2001.
- SCHWARTZMAN, S. *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPQ, 1982.
- SEYFERTH, Giralda “Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” em Chor Maio e Ventura Santos (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/CCBB, 1996.
- SILVA, Cristina Nogueira da. *Cidadania e Representação política no Império*. Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- SOARES, Amadeu Castilho. “Levar a Escola a Sanzala: plano de ensino primário rural em Angola, 1961-62” em *Episteme*, 2002, nº 10/11/12, Universidade Técnica de Lisboa
- SPITZER, Leo. *Vidas de Entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.
- SWEIG, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1941.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. “Do saber colonial ao Luso-tropicalismo: raça e nação nas primeiras décadas do salazarismo” em Chor Maio, M. e Ventura, R. (orgs.) , *Raça, Ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.
- _____. “O Bom povo português: usos e costumes d’aquém e d’além-mar”. *Mana*, vol. 7, rio de Janeiro, abril de 2001.
- _____. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro, São Paulo, UFRJ, FAPESP, 2002.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914
- WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa, Tinta da China, 2009.
- WHELLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Cultura e Materialismo*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

XAVIER, Ismael. *Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
SALAZAR, Oliveira. *Discursos, 1928-1934*, Coimbra, editora Coimbra, 1935
Voz de Angola Clamando no Deserto. Lisboa, 1901.

Periódicos:

- **Consultados na Biblioteca Nacional de Portugal, na Hemeroteca Pública de Lisboa e na Sociedade de Geografia de Lisboa:**

Angola: revista de doutrina, estudo e propaganda instrutiva, 1933-1963 (órgão da Liga Nacional Africana).

Jornal de Angola, 1953-1956, 1960 (órgão da Associação dos Naturais de Angola).

O Angolense, 1917

Angola ilustrada: revista de cultura, 1933

A Voz de Moçambique, 1960 (órgão dos naturais de Moçambique).

A Liberdade, 1920-1921, (órgão fundado por um grupo de naturais de São Tomé).

- **Consultados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, 1931-1939

Revista Acadêmica, 1933-1947

Revista Cultura Política, 1941-1945

A Voz da Raça, 1933-1937

A Manhã, 1935

A Noite Ilustrada, 1930-1938

Alvorada, 1948

A Liberdade, 1919- 1920

Clarim d'alvorada, 1929-1940

Novo horizonte, 1946

O Patrocínio 1928-1930

O Imparcial, 1935

Chibata, 1932

Quilombo: vida, problema e aspirações do negro, 1948-1950

Fundos de Arquivos

- **Consultados na Torre do Tombo, Lisboa**

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivos da PIDE

- **Consultados no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa**

Direção Geral das Colônias

Direção Geral da Administração Política e Civil

Direção Geral das Finanças

Direção Geral de Ensino
Direção Geral do Ultramar

Literatura:

- Amado, Jorge. *Cacau*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Suor*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1980.
- _____. *Jubiabá*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2006.
- _____. *Mar Morto*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2006.
- _____. *Bahia de todos os Santos*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.
- _____. *Seara Vermelha*. São Paulo, Ed. Martins, 1961.
- _____. *Terras do sem Fim*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- _____. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Gabriela, Cravo e Canela*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Tenda dos Milagres*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade I: os ásperos tempos*. São Paulo, Ed. Martins, 1969.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade II: agonia da noite*. São Paulo, Ed. Martins, 1980.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade III:luz no túnel*. São Paulo, Ed. Martins, 1969.
-
- Ribas, Óscar. *Ecos da minha terra: dramas angolanos*. Luanda, Lello e Cia, 1951.
- _____. *Izomba: associativismo e recreio*. Luanda, Tip. Angolana, 1965.
- _____. *Missosso: literatura tradicional angolana*. Luanda, Angolana, 1962.
- _____. *Sunguilando: contos tradicionais angolanos*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.
- _____. *Uanga, feitiço: romance folclórico angolano*. Luanda, Tip. Angolana, 1969.
- _____. “Segredos do Mar” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Janeiro de 1937.
- _____. “Datas de Fogo” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Julho de 1938.
- _____. “N’Damba Maria” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Setembro de 1938.
- _____. “Na paz do senhor” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Novembro de 1938.
- _____. “Blandícias do vento” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Agosto de 1939”.
- _____. “Camões e o Amor” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Maio de 1941.
- _____. “Mãi” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Setembro de 1941.
- _____. “O Cair das Folhas” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Janeiro de 1942.

- _____. “Meditações” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Outubro de 1942.
- _____. “O canibalismo no século XX” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Janeiro de 1943.
- _____. “A Vida” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Junho de 1943.
- _____. “A sombra” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Outubro de 1943.
- _____. “Os humildes” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Janeiro de 1944.
- _____. “Saudade” em *Angola: revista de educação, doutrina e propaganda instrutiva*. Dezembro de 1944.